



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**RELAÇÕES CAMPO - CIDADE NO OESTE CATARINENSE: DA
AGROINDÚSTRIA DE CARNES AO CONSUMO PRODUTIVO**

CARLA HENTZ

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente, 2021.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**RELAÇÕES CAMPO - CIDADE NO OESTE CATARINENSE: DA
AGROINDÚSTRIA DE CARNES AO CONSUMO PRODUTIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Presidente Prudente, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Bolsa Regular (processo nº 2016/24877-7).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente, abril de 2021.

H528r Hentz, Carla

Relações campo - cidade no Oeste catarinense : da agroindústria de carnes ao consumo produtivo / Carla Hentz. -- Presidente Prudente, 2021

266 f. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Agroindústria processadora de carnes. 2. Sistema de Integração. 3. Relação campo-cidade. 4. Consumo produtivo. 5. Chapecó. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: RELAÇÕES CAMPO - CIDADE NO OESTE CATARINENSE: DA AGROINDÚSTRIA DE CARNES AO CONSUMO PRODUTIVO

AUTORA: CARLA HENTZ

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO (Participação Virtual)
FCT / UNESP/Presidente Prudente (SP)

Prof. Dr. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais / UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Prof. Dr. MIRLEI FACHINI VICENTE PEREIRA (Participação Virtual)
IG / UFU/Uberlândia (MG)

Profa. Dra. DIANE BELUSSO (Participação Virtual)
Instituto Federal do Paraná / Instituto Federal do Paraná - IFPR

Presidente Prudente, 09 de junho de 2021

AGRADECIMENTOS

Para não incorrer em injustiças, inicio por agradecer a Deus, por ter-me concedido saúde, coragem e sabedoria para concluir este trabalho.

À minha família, pelo apoio, amor e confiança. Por ilustrar em mim coragem, dedicação, perseverança e paciência. Embora, por muitas vezes, longínqua a companhia, sempre se fez presente!

Ao Cristiano, por compartilhar comigo o amor e a amizade. Pela compreensão e paciência. Obrigada pelo seu apoio e por estar sempre ao meu lado.

À minha orientadora, professora Dr^a. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pelo diálogo honesto e inteligente, em que a confiança por vezes foi além da orientação. Pela gentileza, equilíbrio e firmeza, obrigada.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade de defender este trabalho. Por proporcionar um ambiente de muitos encontros e trocas.

Aos professores do Curso de Geografia pelo conhecimento, aprendizagem e diálogo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de estudo (Processo Fapesp n. 2016/24877-7), a qual me permitiu a realização do doutorado e da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE.

Aos professores Dr. Eliseu Savério Sposito (UNESP) e Dr^a. Denise Elias (UECE), que aceitaram, de forma muito gentil, compor a banca de Exame de Qualificação, pelos valiosos apontamentos e recomendações.

À Tamae, pela infinita capacidade de ser, de todas as formas, gentil!

À Maiara, pela amizade que nada pede em troca. Por me ajudar em tantas conquistas. Pela sinceridade e ternura. Por todo o carinho e, principalmente, pela aprendizagem compartilhada. Por sua leveza e humildade que a mim figuram exemplos.

À Liriane, por todo carinho! Pelos desafios e risos que compartilhamos. Por ser exemplo de coragem e determinação.

À Crislaine, por ser em todos os momentos amiga. Pela amizade que o tempo e a distância apenas fortalecem.

À Priscila e Letícia, por dividirem comigo a alegria e confiança de juntas morarmos durante o mestrado e o doutorado.

À Dona Silvia, por toda ternura e atenção.

À Sandra, irmã de alma! Por todo carinho, lealdade e alegria.

Aos amigos feitos e de longa data, por tornarem este período mais leve e agradável.

A todos os colegas e, em especial, do Grupo de pesquisa GEDRA, cuja convivência nos permitiu um rico trilhar na universidade.

Aos amigos do GADIS, pelas doces rodas de conversas, pelos risos e cafés.

Aos agricultores integrados, as empresas e demais entidades por nos concederem as entrevistas.

Por fim, não poderia excluir desse registro de agradecimentos, o apoio do Diretor de Incentivo ao Empreendedorismo de Chapecó, pela forma atenciosa como nos recebeu e colaborou com a obtenção de dados.

... Minha gratidão e carinho a todos!

APOIO INSTITUCIONAL

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2016/24877-7 (Bolsa Regular de Doutorado).

As opiniões, hipóteses e conclusões expressas nesta tese são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Agradeço à FAPESP pela bolsa de estudos concedida entre os meses de abril de 2017 e dezembro de 2020, permitindo que eu me dedicasse integralmente a realização do Doutorado. Este trabalho não teria a atual configuração na ausência da concessão de bolsa por parte da FAPESP.

A bolsa de estudos e a reserva técnica (FAPESP) garantiram o suporte e asseguraram uma boa infraestrutura física para a realização da pesquisa (computador, acesso à internet, aquisição de livros, impressões etc.). Permitiu também a participação em congressos no Brasil e no exterior para trocar experiências e divulgar os resultados da pesquisa, além da realização de trabalhos de campo na Microrregião Geográfica de Chapecó, em especial, na cidade de Chapecó (SC).

Agradeço ao parecerista da FAPESP, responsável pela avaliação de meu projeto de doutorado. Suas avaliações detidas e criteriosas sempre me orientaram e incentivaram.

Não sou nem otimista, nem pessimista.
Os otimistas são ingênuos,
e os pessimistas amargos.
Sou realista esperançoso.
Sou um homem da esperança.
Sei que é para um futuro longínquo.
Sonho com o dia em que o sol de Deus
vai espalhar justiça pelo mundo.
(Ariano Suassuna)

O pior mal é aquele ao qual nos acostumamos.
(Jean-Paul Sartre)

Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!
(Paulo Freire)

RESUMO

A produção catarinense de aves e suínos, fortemente concentrada no Oeste, singulariza-se no contexto das áreas rurais do estado, em razão do desempenho apresentado pela agroindústria processadora de carnes, cuja atividade criatória está fortemente instaurada nas pequenas propriedades rurais. O município de Chapecó, desde seu processo de emancipação no ano de 1917, tem seu dinamismo atrelado às agroindústrias do setor de carnes, constituindo-se num dos principais polos produtores de proteína animal do país. A conformação do capital agroindustrial se efetiva, em um primeiro momento, a partir da atuação significativa do Estado – política estatal de incentivo à industrialização – na estruturação dos principais grupos agroindustriais e, posteriormente, o desenvolvimento do setor se concretiza a partir da substituição dos tradicionais sistemas independentes de produção por uma produção integrada intensiva da cadeia produtiva, tendo como pilar central o modelo integrado de produção organizado com base no trabalho familiar. A organização da produção a partir do Sistema de Integração – parceria integrado-agroindústria – assegurou simultaneamente às agroindústrias, maior padronização e regularidade no fornecimento da matéria-prima, todavia, impõe ao produtor integrado inúmeras normatizações quanto ao processo de criação. Diante deste contexto, defendemos a tese de que a forte complementaridade existente entre o campo e a cidade por meio da agroindústria de fato se efetiva, porém, o consumo produtivo inerente a agroindústria de carnes, a qual encontra na localidade enorme potencial para dinamizar e expandir as atividades, enfrenta limitações a sua expansão, sobretudo diante das particularidades relacionadas às tramas produtivas adotadas pela agroindústria processadora de carnes de aves e suínos. Dessa forma, o objetivo do trabalho está centrado em analisar a agroindústria de carnes e sua relação com os componentes do consumo produtivo, particularmente na cidade de Chapecó. Para compreender este processo, o caminho metodológico desta pesquisa considerou, basicamente, pesquisas bibliográfica e documental, sistematização de um banco de dados com informações de fontes primária e secundária e a realização de trabalhos de campo. Este estudo revelou que, embora o Sistema de Integração imponha inúmeras restrições ao processo produtivo, ele não limita à ampliação e difusão do consumo produtivo, que se apresenta cada vez mais especializado em função das demandas do setor agroindustrial.

Palavras-chave: Agroindústria processadora de carnes; Sistema de Integração; relação campo-cidade; consumo produtivo; Chapecó.

ABSTRACT

The poultry and pork production in Santa Catarina, strongly concentrated in the West, is unique in the context of rural areas of the state, due to the performance presented by the meat processing agroindustry, whose creative activity is strongly established in small rural properties. Since its emancipation process in 1917, the municipality of Chapecó has had its dynamism linked to agro-industries of the meat sector, constituting one of the main Brazilian's animal protein producing centers. The formation of agro-industrial capital is effective, at first, from the significant action of the State in structuring of the main agro-industrial groups, through policies to encourage industrialization. Later, the development of the sector is achieved through the replacement of the traditional independent production systems by an intensive integrated of the production chain, having as its central pillar the integrated model of production based on family work. The organization of production based on the Integration System - integrated partner-agroindustry – ensured to the agro-industries a greater standardization and regularity in the supply of raw material, but imposes on the integrated producer numerous rules regarding the production process. In this context, we defend the thesis that the strong complementarity existing between the countryside and the city, linked by the agroindustry, in fact takes place, however, the productive consumption inherent to the meat agroindustry, which finds in the locality a great potential to dynamize and expand its activities, faces limitations to their expansion, especially in view of the particularities related to the productive plots adopted by the poultry and pork meat processing agroindustry. The objective of this work is centered on analyzing the meat agribusiness and its relationship with the components of the productive consumption, particularly in the city of Chapecó. To understand this process, the methodology of this research consisted in bibliographic and documentary research of data concerning the subject of this study, systematization of a database with information from primary and secondary sources, and the conduction of fieldworks. This study reveals that, although the Integration System imposes several restrictions to the production process, it does not limit the expansion and diffusion of the productive consumption, which is increasingly specialized due to the demands of the agro-industrial sector.

Keywords: Meat processing agribusiness; integration system; countryside-city relationship; productive consumption; Chapecó.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Microrregião Geográfica de Chapecó	26
Figura 2 – Microrregião Geográfica de Chapecó: municípios visitados para aplicação dos questionários aos produtores rurais integrados	36
Figura 3 – Empresas visitadas para a aplicação do roteiro de entrevista.....	38
Figura 4 – Oeste catarinense: Microrregiões geográficas que compõem a Mesorregião Oeste.....	41
Figura 5 – Traçado da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e área de conflito da Guerra do Contestado.....	49
Figura 6 – “Estradas” do Tropeirismo - séculos XVII, XVIII, XIX e XX.....	51
Figura 7 – Tropa de mulas sendo conduzidas pelo Oeste catarinense	52
Figura 8 – Típica propriedade de colonos de origem italiana	53
Figura 9 – Áreas recém-colonizadas no Oeste catarinense	54
Figura 10 – Áreas colonizadas no Oeste Catarinense	56
Figura 11 – Criação e tropeirismo de porcos “à solta”	57
Figura 12 – Planta industrial da Aurora Alimentos instalada em Chapecó (1969)....	59
Figura 13 – Regiões de recursos agrícolas dos US.....	75
Figura 14 – Carnes –Total geral exportado pelo Brasil – 2019.....	88
Figura 15 – Carne de frango - produção/exportação mundial – 2019	88
Figura 16 – Carne suína - produção/exportação mundial – 2019.....	89
Figura 17 – Produção brasileira de carnes (consumo interno e externo) – 2019	91
Figura 18 – Principais portos de escoamento da produção brasileira (aves e suínos)	92
Figura 19 – Aves e suínos: exportação brasileira por estados - 2019 (percentual) ..	93
Figura 20 – Aves e suínos – efetivo de rebanho por região geográfica – 2018.....	95
Figura 21 – Principais marcas no mercado brasileiro.....	98
Figura 22 – Brasil Foods S.A.: Unidade de abate e industrialização em Chapecó.	100
Figura 23 – Estrutura produtiva da Brasil Foods S.A. em Santa Catarina.....	101
Figura 24 – Brasil Foods S.A.: Distribuição dos <i>Cross-Docking</i> próprios, alugados e dos centros de distribuição no Brasil	102
Figura 25 – Cooperativas filiadas ao sistema Aurora Alimentos*	103
Figura 26 – Estrutura produtiva da Aurora Alimentos na Mesorregião Oeste	106
Figura 27 – Filiais de vendas da Cooperativa Aurora Alimentos no Brasil	107

Figura 28 – Suinocultores associados ao consórcio Aurora (2015).....	108
Figura 29 – Aurora Alimentos: unidades industriais, matriz e escritório em Chapecó	109
Figura 30 – Localização da Microrregião Geográfica de Chapecó e do município de Chapecó	113
Figura 31 – Divisão territorial do Estado de Santa Catarina no ano de 1927	114
Figura 32 – Chapecó: vista parcial do município na década de 1940	115
Figura 33 – Vista aérea do frigorífico Indústria e Comércio de Chapecó (SAIC), em Chapecó (1952).....	116
Figura 34 – Complexo Industrial da Sadia Avícola S.A.	118
Figura 35 – Chapecó na década de 1950	119
Figura 36 – Chapecó no ano de 1975	120
Figura 37 – Chapecó: vista aérea em 2014.....	122
Figura 38 – Chapecó: Localização das unidades produtivas da Aurora Alimentos e Brasil Foods S.A.....	123
Figura 39 – Chapecó: principais países de destino das exportações em 2019	129
Figura 40 – Chegada dos colonos à Chapecó na década de 1920	140
Figura 41 – Frigorífico de suínos em Chapecó no ano de 1957	141
Figura 42 – Número de estabelecimentos e total de suínos criados na região Oeste de Santa Catarina (1940-1960)	142
Figura 43 – Chapecó: evolução da população (1940-2010).....	143
Figura 44 – Frigorífico SAIC em Chapecó (1957).....	144
Figura 45 – Número de trabalhadores empregados nas agroindústrias (1960-1998)	144
Figura 46 – Frigoríficos instalados na região Oeste do estado de Santa Catarina.	146
Figura 47 – Suínos: Evolução do número de cabeças abatidas anualmente (1945-1970)	147
Figura 48 – Autonomia na aquisição de produtos fora do Sistema de Integração..	150
Figura 49 – Aviário em período de vazio sanitário.....	151
Figura 50 – Emprego de tecnologia na produção, segundo o tipo de equipamento utilizado pelos produtores integrados pesquisados	153
Figura 51 – Automatização do sistema alimentar de suínos e aves em propriedades integradas pesquisadas.....	154

Figura 52 – Valores de empréstimos dos produtores integrados amostrados pela pesquisa	156
Figura 53 – Galpão para terminação de suínos em construção	157
Figura 54 – Tempo de integração dos produtores amostrados (anos)	159
Figura 55 – Redução do número de produtores integrados na suinocultura (1990-1999)	161
Figura 56 – Tamanho médio das propriedades amostradas	163
Figura 57 – Atividades desenvolvidas em paralelo ao Sistema de Integração	164
Figura 58 – Pecuária de leite como atividade complementar ao Sistema de Integração de aves e suínos	166
Figura 59 – Outras fontes complementares de renda	166
Figura 60 – Faixa etária dos produtores rurais integrados pesquisados	167
Figura 61 – Escolaridade dos produtores amostrados	168
Figura 62 – Condição dos produtores rurais pesquisados	170
Figura 63 – Forma de aquisição da propriedade pelos produtores rurais pesquisados	170
Figura 64 – A agroindústria e sua presença na paisagem rural	173
Figura 65 – Arranjo populacional de Chapecó: Capital regional B (2B).....	188
Figura 66 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola	190
Figura 67 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - insumos e implementos agrícolas	192
Figura 68 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola	193
Figura 69 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola	194
Figura 70 – Aditivos utilizados em formulações de rações (aves e suínos)	196
Figura 71 – Unidade fabril da Aurora Alimentos em Chapecó e Cunha Porã.....	197
Figura 72 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola	198
Figura 73 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - medicamentos veterinários.....	199
Figura 74 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola	200
Figura 75 – Suínos: principais laboratórios e número de produtos utilizados.....	201
Figura 76 – Aves: principais laboratórios e número de produtos utilizados.....	202
Figura 77 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - consultoria/assessoria/assistência técnica	203
Figura 78 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola	204

Figura 79 – Unidade de armazenamento da Cooper Alfa e da Aurora em Chapecó	205
Figura 80 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - unidades de armazenamento e estocagem.....	206
Figura 81 – Unidade coletora de cereais (milho e soja) pertencente à Aurora Alimentos	207
Figura 82 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo industrial – metalmecânica e atividades industriais	210
Figura 83 – Empresas do setor de plásticos e embalagens	211
Figura 84 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo industrial - plástico e embalagens	212
Figura 85 – Logística de transportes do setor agroindustrial	215
Figura 86 – Empresas terceirizadas do setor de transportes	216
Figura 87 – Chapecó: distribuição espacial das instituições de ensino superior e técnico*.....	218
Figura 88 – Chapecó: Instituições de ensino técnico	223
Figura 89 – Chapecó: <i>Campus</i> sede da Universidade Federal da Fronteira Sul....	224
Figura 90 – Chapecó: Centro de Eventos Plínio Arlindo de Nes	225
Figura 91 – Mapa síntese: estrutura de oferta dos agentes do consumo produtivo – agrícola e industrial em Chapecó	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de produtores por espécie animal na Microrregião Geográfica de Chapecó	33
Tabela 2 – Grupos de área total e número de estabelecimentos agropecuários.....	42
Tabela 3 – SC: Número de estabelecimentos agropecuários, de vacas ordenhadas e quantidade de leite produzida – 2019.....	45
Tabela 4 – Participação no inventário total de suínos e matrizes (%) dos dez maiores estados produtores de carne suína do Brasil	74
Tabela 5 – Participação no inventário total de suínos e matrizes (%) e média de cabeças por fazenda nos dez maiores estados produtores de carne suína dos EUA	77
Tabela 6 – Aves e suínos - Microrregiões de origem da produção de Santa Catarina (2018)	111
Tabela 7 – Produto Interno Bruto dos municípios da MGC (2017)	124
Tabela 8 – Chapecó: principais produtos exportados em 2019 – (Milhões de US\$)	127
Tabela 9 – Chapecó: blocos econômicos de destino das exportações – US\$	129
Tabela 10 – Número de empregos formais de Chapecó, segundo o setor, em 2019	130
Tabela 11 – Chapecó: estratificação do VAB da agropecuária, industrial, comércio e serviços, segundo atividades econômicas (2017)*	130
Tabela 12 – Produtores Integrados: Empresa integradora, espécie animal, ano e valor financiado	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Brasil <i>Foods</i> : divisão da companhia por mercados	98
Quadro 2 – Estrutura produtiva da Aurora Alimentos no Brasil	105
Quadro 3 – Aves e suínos: Valores relativos à taxa de conversão alimentar	162
Quadro 4 – Tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços atrelados ao consumo produtivo agrícola e industrial em Chapecó.....	189
Quadro 5 – Chapecó: Estabelecimentos fabricantes, importadores e/ou fracionadores de produtos para alimentação animal (2018)	195
Quadro 6 – Chapecó: Instituições de ensino superior	219
Quadro 7 – Chapecó: Instituições de ensino técnico.....	221

LISTA DE SIGLAS

ABEF	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos
ABIEPCS	Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína
ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
BEPE	Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRF	Brasil <i>Foods</i> S.A.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Centro de Distribuição
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEPA	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
EaD	Educação a Distância
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EFAPI	Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
GEDRA	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEPA	Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
JBS	José Batista Sobrinho
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOAGRO	Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização de Carnes
MDICE	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MGC	Microrregião Geográfica de Chapecó
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PR	Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPSC	Secretaria de Estado e Planejamento de Santa Catarina
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SITRACARNES	Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó
SC	Santa Catarina
SNIU	Sistema Nacional de Informações Urbanas
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPL	Sistema Produtor de Leite

SPO	Sistema Produtor de Ovos
SVC	Sistema Vertical de Creche
SVT	Sistema Vertical Terminador
UBABEF	União Brasileira de Avicultura
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UE	União Europeia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UPD	Unidade Produtor Desmamado
UPL	Unidade Produtora de Leitão
USP	Universidade de São Paulo
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i>
UTM	Universal Transversa de Mercator
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS	15
LISTA DE QUADROS	16
LISTA DE SIGLAS.....	17
SUMÁRIO.....	20
1 INTRODUÇÃO	22
1.1 <i>Trajetória metodológica da pesquisa</i>	28
1.2 <i>Estrutura da tese</i>	39
2 COLONIZAÇÃO, ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE CARNES (AVES E SUÍNOS).....	41
2.1 <i>Formação econômica e geográfica do Oeste catarinense</i>	47
2.2 <i>Desenvolvimento e consolidação da agroindústria processadora de carnes (aves e suínos)</i>	64
2.2.1 <i>A reestruturação produtiva a partir de alguns apontamentos entre Brasil e Estados Unidos</i>	73
3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E DINÂMICA ATUAL DA AGROINDÚSTRIA DA CARNE (AVES E SUÍNOS).....	87
3.1 <i>Estrutura produtiva do setor agroindustrial de carnes de aves e suínos</i>	95
3.1.1 <i>Brasil Foods S.A. (BRF)</i>	96
3.1.2 <i>Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora)</i>	103
3.2 <i>O setor agroindustrial de carnes (aves e suínos) e sua dinâmica no município de Chapecó</i>	110
4 RELAÇÕES CAMPO - CIDADE E AGROINDÚSTRIA	133
4.1 <i>Campo e cidade analisados a partir da dinâmica produtiva do capital agroindustrial (aves e suínos)</i>	138

5 DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO PROCESSADOR DE CARNES E A DINÂMICA DO CONSUMO PRODUTIVO NA CIDADE DE CHAPECÓ	176
5.1 <i>A expansão do agronegócio e a difusão do consumo produtivo</i>	176
5.2 <i>O agronegócio de carnes de aves e suínos: dinâmicas do consumo produtivo</i>	186
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228
REFERÊNCIAS	235
APÊNDICE A.....	256
APÊNDICE B.....	259
APÊNDICE C.....	262
APÊNDICE D.....	266

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como título¹ **“Relações campo - cidade no Oeste catarinense: da agroindústria de carnes ao consumo produtivo”**, no qual nos propomos a analisar as intermediações das relações entre o campo e a cidade, consolidadas pela forte dinâmica da agroindústria processadora de carnes (aves e suínos), que encontra na localidade², enorme potencial para dinamizar e expandir o consumo produtivo voltado para o campo, sendo capaz de impor novos ajustes espaciais visando atender aos interesses dos agentes econômicos do setor agroindustrial.

De acordo com Santos (2009, p. 55), o consumo produtivo é aquele “vinculado diretamente à produção (mão-de-obra, revendas de insumos e fertilizantes, transportes, pesquisas e inovações, comercialização e escoamento do produto)”, o qual se evidencia na expansão de uma rede intersetorial de serviços atrelados à funcionalidade de determinados setores econômicos. As demandas impostas pelo consumo produtivo exigem das cidades inovações cada vez mais profundas, promovendo constantes modificações e adaptações ao território. Em áreas cujos nexos essenciais se devem à funcionalidade do campo moderno e/ou de setores econômicos, a perspectiva do consumo produtivo transparece na venda de insumos, sementes, grãos, herbicidas, fertilizantes, no comércio de implementos agrícolas, equipamentos agroindustriais, serviços bancários, assistência técnica, infraestrutura de transporte, de armazenagem, de comercialização, escritórios de *marketing*, entre tantos outros.

As atividades dominantes estão, de alguma forma, associadas à dinâmica do agronegócio – analisado neste trabalho a partir da cadeia produtiva de aves e suínos – capaz de potencializar, dinamizar e incrementar o consumo produtivo, o qual se sobressai dentre as atividades e dinâmicas econômicas. Conforme compreendemos, a conformação do capital agroindustrial presente na atualidade na região Oeste catarinense é resultado de um longo e peculiar processo histórico, marcado pela atuação significativa do Estado – principal agente promotor – e, sobretudo, pela

¹ A autora agradece à FAPESP, isentando essa instituição de qualquer responsabilidade por incorreções porventura remanescentes na Tese.

² Nos referimos à Microrregião Geográfica de Chapecó e, em especial, a cidade de Chapecó, recorte territorial delimitado para estudo.

organização da produção com base no trabalho familiar – Sistema de Integração – fator fundamental para a expansão do capitalismo no campo nessa região.

Dessa forma, em nossa análise buscamos aprofundar as reflexões acerca das relações entre o campo e a cidade, entendidos como componentes de uma totalidade complexa e dialética, na qual estão materializados os processos de apropriação do espaço pelo capital, bem como pelas formas de (re)produção das condições materiais de vida dos sujeitos sociais que ocupam estes espaços geográficos. Para tal, nos pautaremos em duas dimensões primordiais: as relações entre o campo e a cidade e a questão do consumo produtivo inerente ao setor agroindustrial processador de carnes (aves e suínos).

Mister se faz ressaltar que o presente estudo tem correlação direta com a pesquisa³ desenvolvida no Mestrado, que evidenciou que as ações do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA assumiam na Microrregião Geográfica de Chapecó, um caráter de força contrária à hegemonia desempenhada pelo Sistema de Integração – aves, suínos e leite, fortemente instaurado na localidade – não restando dúvidas que o programa tinha, naquela região, propiciado alternativas econômicas e sociais para que os pequenos produtores familiares se inserissem de forma autônoma nos mercados.

Em razão disso, buscamos estender nossa análise sobre a agroindústria processadora de carnes (aves e suínos), procurando compreender as relações que se estabelecem entre o campo e a cidade por meio da agroindústria, e os desdobramentos desta no que concerne ao consumo produtivo voltado para o nexo da produção do setor agroindustrial. Assim sendo, objetivamos com essa pesquisa responder às seguintes questões: a) Qual é a importância dos circuitos espaciais da produção da agroindústria de carnes na economia urbana de Chapecó?, b) A dinamicidade do complexo agroindustrial é um elemento capaz de garantir, significativamente, a intermediação das relações entre o campo e a cidade?, c) Como se observa em Chapecó a difusão do consumo produtivo inerente à agroindústria de carnes?, d) Quais tipos de serviços e atividades comerciais estão intrinsicamente associados ao consumo produtivo voltado para a agroindústria?, e) Como se

³ Dissertação intitulada “O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó – SC”, processo Fapesp número 2014/02873-4.

espacializam, na cidade, as empresas comerciais e os serviços voltados ao consumo produtivo inerente à agroindústria?, e f) Que tipo de relações são estabelecidas entre os estabelecimentos inerentes ao consumo produtivo e as atividades agropecuárias associadas à agroindústria processadora de carnes?

Frente a essas questões, nossa **hipótese** inicial é de que a forte complementaridade existente entre o campo e a cidade de fato se efetiva, porém, o consumo produtivo inerente à agroindústria de carnes de aves e suínos não encontra na localidade potencial para dinamizar estas atividades, demonstrando que a funcionalidade à agroindústria é frágil diante das vulnerabilidades do sistema de produção imposto. Assim, parte-se do princípio de que na cidade de Chapecó a intensa relação campo-cidade existente por meio da agroindústria e, principalmente, do consumo produtivo, encontra limitações diante dos interesses dos agentes hegemônicos do setor agroindustrial, tendo em vista que, praticamente todas as etapas do setor produtivo da agroindústria são supridas e efetivadas por meio do Sistema de Integração.

A partir dessa hipótese, a pesquisa teve como **objetivo principal** analisar as particularidades da agroindústria de carnes de aves e suínos e sua relação com os componentes do consumo produtivo em Chapecó/SC. Para alcançá-lo, quatro objetivos específicos foram definidos:

- a) Caracterizar a agroindústria processadora de carnes de aves e suínos, enfatizando a particularidade do Sistema de Integração;
- b) Identificar o perfil dos produtores inseridos na cadeia produtiva da carne;
- c) Analisar a territorialização do consumo produtivo e seus desdobramentos na relação campo – cidade;
- d) Investigar se o consumo produtivo se configura como atividade relevante para compreender a relação campo – cidade.

Ressalta-se, que nenhum desses objetivos nutre a pretensão de ser estritamente alcançado em determinado capítulo ou seção. Em detrimento da própria escolha metodológica da pesquisa, os objetivos delineados são todos parcialmente atendidos de forma encadeada e articulada, porém, não contígua. Para o cumprimento destes objetivos, selecionamos como recorte territorial de estudo, a Microrregião

Geográfica de Chapecó (Figura 1), particularmente, a cidade de Chapecó. E por que Chapecó? Pode se perguntar o Leitor!

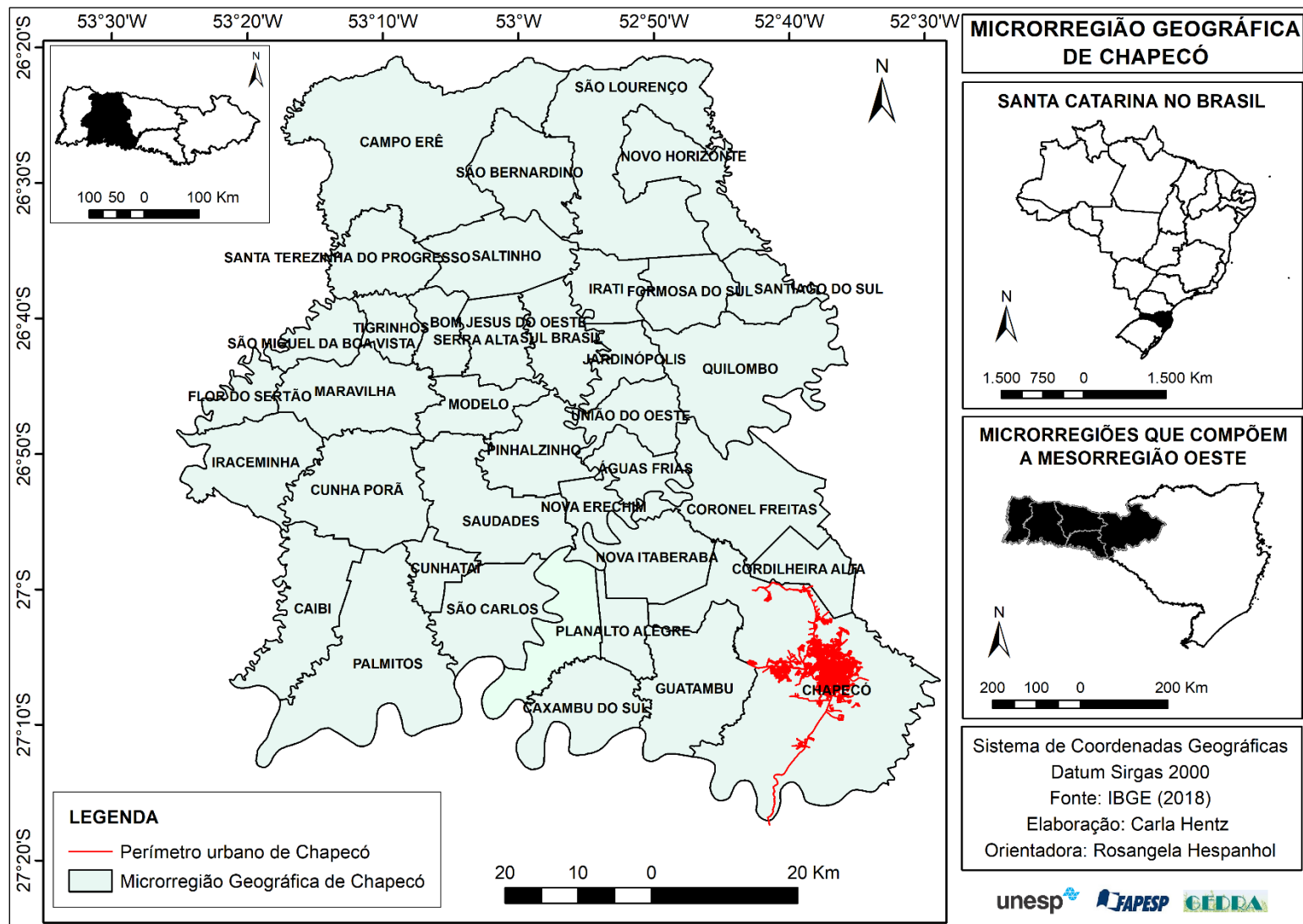
A partir das décadas de 1960 e 1970, o setor agroindustrial se consolidou como um segmento moderno da produção de carnes de aves e suínos, notadamente a partir dos anos 1970, quando se iniciaram as exportações brasileiras de carne, tornando o Brasil um dos maiores exportadores mundiais do produto no século XX. O alto nível tecnológico alcançado pelo setor confere à atividade agroindustrial posição privilegiada nos mercados nacionais e internacionais, altamente competitivos e globalizados.

A maciça presença do setor agroindustrial no Oeste catarinense confere à região destaque em nível nacional como uma das maiores processadoras de carnes de aves e suínos do mundo. Atualmente (2021), não há no país outra área territorial que produza tanta proteína animal como o Oeste catarinense. A expressividade do setor cárneo se deve, em grande medida, à coordenação dos elos produtivos a partir da produção integrada, caracterizada pela utilização de modernos sistemas produtivos capacitados para produzir em grande escala, com qualidade e competitividade.

Dentre os principais critérios utilizados para definir este recorte territorial podemos destacar, a presença das maiores agroindústrias processadoras de carne do país na cidade de Chapecó, sendo elas: Cooperativa Central Aurora Alimentos e a Brasil *Foods* S.A., as quais formam um sistema hegemônico de produção, industrialização e comercialização. Embora não exclusivamente, a dinâmica econômica do município se realiza consubstanciada ao setor agroindustrial de carnes, condição relacionada ao grau de infraestrutura urbana presente na cidade, quase sempre ausente nos demais municípios de sua região de influência.

Todavia, embora concentre em sua sede urbana as empresas líderes no mercado de carnes (fluxos financeiros, informacionais, de pessoas e mercadorias), o desempenho do setor é reflexo da expressiva atividade criatória desenvolvida em outros municípios – fornecedores de matéria-prima – demonstrando que as inter-relações entre a agricultura e indústria se mostram mais evidentes se analisadas a partir do Sistema de Integração. Esta característica associada à produção da matéria-prima configura-se o critério principal pelo qual não delimitamos nosso recorte territorial somente à cidade de Chapecó, mas também a toda a sua região de influência.

Figura 1 – Microrregião Geográfica de Chapecó



Acreditamos não ser suficiente apenas uma análise do interurbano ou do intraurbano da cidade de Chapecó, mas sim, uma análise interescalar dos múltiplos fenômenos, processos e ações que a definem como um polo regional com expressiva centralidade. A principal cidade do Oeste catarinense cria e comanda não somente sua região imediata, mas também se associa a uma rede maior de cidades, que passa pela escala nacional e até mesmo global. Chapecó, enquanto escala urbana, “opera como um nó local no interior de circuitos globalmente organizados de acumulação de capital, enquanto que a escala global é, por sua vez, constituída mediante redes de cidades e cidades-regiões interconectadas” (BRENNER, 2013, p. 205).

De acordo com Elias (2013), para que se torne possível a realização do agronegócio globalizado, o par dialético entre ordem local e global tem de estar em perfeita conexão aos centros de poder e mercados mundiais. Desse modo, as escalas locais e regionais têm de estar em constante articulação com a internacional, possibilitando que o território se organize de acordo com suas exigências, promovendo, assim, as redefinições regionais. A escala global, segundo Pontes (2007), representada pelos fluxos financeiros e de mercadorias, torna a divisão territorial do trabalho muito mais complexa.

A Microrregião Geográfica de Chapecó (localizada no Oeste do estado de Santa Catarina), composta por 38 municípios – como apresentado na figura 1 – singulariza-se no contexto das áreas rurais do estado em razão do dinamismo apresentado pela agroindústria da carne de aves e suínos, sendo uma das regiões que mais têm interessado aos capitais do agronegócio, inserindo-a, segundo Santos (1988), nos *círculos espaciais da produção* globalizada.

Diante da complexidade e, principalmente, das particularidades que envolvem o processo produtivo do setor agroindustrial, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se proceder a um estudo analítico e aprofundado sobre as inter-relações campo-cidade e seus desdobramentos no consumo produtivo, uma vez que ainda não existem trabalhos nesta linha sobre Chapecó. Nesta perspectiva, a análise das relações entre a cidade e o campo será verificada a partir do consumo produtivo voltado para o campo – representado pelos setores de comércio e serviços ligados à produção agroindustrial – e seus desdobramentos a partir do Sistema de Integração.

A análise desta relação, neste trabalho, está consubstanciada majoritariamente em dois temas já exolirados pela Geografia Brasileira, quais sejam: a relação campo-

cidade⁴ e o consumo produtivo⁵. Cabe ressaltarmos que o enfoque adotado em nossa pesquisa pode ter ensejado visões secundárias sobre outras faces da realidade, as quais podem não ter sido amplamente exploradas, visto não ser este o propósito do trabalho. Deste modo e, em virtude de uma escolha teórico-metodológica, justificamos a ausência e/ou menor ocorrência de uma discussão em relação aos aspectos culturais, políticos e ambientais da região em análise.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, a organização prática da pesquisa foi desenvolvida a partir de três eixos de operacionalização, como descreveremos na sequência:

1.1 Trajetória metodológica da pesquisa

Para alcançarmos os objetivos (geral e específicos) delineados na pesquisa, realizamos as seguintes etapas:

A - Revisão bibliográfica e documental: Objetivando o aprofundamento e aprimoramento teórico-metodológico referente à temática, livros, teses, dissertações, monografias, artigos e demais trabalhos que contribuíssem para a investigação do tema e do recorte territorial foram buscados. O levantamento bibliográfico constituiu a primeira etapa da pesquisa desenvolvida, sendo indispensável para fundamentar a produção do conhecimento científico e possibilitar o ordenamento teórico de nossa investigação. O levantamento bibliográfico, embora concentrado no início da pesquisa, ocorreu de forma processual e constante durante a construção e o desenvolvimento da mesma. Também foi realizada vasta pesquisa via internet, na qual destacamos alguns portais eletrônicos: Google acadêmico; Banco de Teses da USP; Periódicos da Capes; revistas eletrônicas; bibliotecas virtuais de universidades públicas, dentre outros.

⁴ Alguns autores corroboram tal relação entre a cidade e o campo, dentre os quais destacamos: Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986); Maria Isaura Queiroz (1979); Graziano da Silva (1999, 2001); Maria de Nazareth Wanderley (2001); Paulo Alentejano (2003); Sergio Gomes (2001); Maria Encarnação Sposito (2010); Rosângela Hespanhol; (2013) Marcos Mondardo (2008), entre outros.

⁵ Podemos exemplificar os trabalhos de Milton Santos (2009, 2012, 2013); Denise Elias (2003, 2007, 2009); Denise Elias e Renato Pequeno (2006, 2007); Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001); Camila Dutra (2010, 2018); Samuel Frederico (2008); Iara Gomes (2007); Zuleika Arruda (2012), entre outros.

B - Levantamento de dados e interpretação das informações coletadas: Esta etapa, fundamental para a refutação ou corroboração de nossa hipótese, compreendeu dois momentos complementares: o primeiro abrangeu o levantamento de dados qualitativos e quantitativos, coletados em bases de dados virtuais (dados secundários), e obtidos diretamente nos trabalhos de campo (dados primários). Os dados coletados a partir de diversas fontes de pesquisa foram organizados em suas séries históricas, não comportando apenas dados estatísticos, mas, todo tipo de informação que pudesse agregar subsídios ao objeto de pesquisa e aos temas norteadores, como gráficos, tabelas, quadros, mapas, fotografias etc.

Dentre as principais fontes de pesquisa citamos: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/CEPA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Associação Brasileira de Proteína Animal⁶ (ABPA); Associação Catarinense dos Criadores de Suínos (ACCS); Secretaria de Comércio Exterior (SECEX); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE); Secretaria de Estado e Planejamento de Santa Catarina (SEPSC); Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); Prefeitura Municipal de Chapecó; Publicações das empresas Aurora e BRF, entre outros. Muitos dos dados e informações – pertencentes a instituições públicas e privadas – só puderam ser obtidos por meio de visitas, em que foram imprescindíveis os trabalhos de campo para a coleta.

Os dados referentes à economia, demografia e estrutura produtiva agrícola da Microrregião Geográfica de Chapecó foram consultados nos Censos Agropecuários de 2006/2017, nos Censos Demográficos de 2000/2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O segundo momento compreendeu a organização, análise e interpretação dos dados e informações coletadas. Os dados e informações analisadas foram materializadas em tabelas, quadros, gráficos e mapas com o objetivo de evidenciar a dinâmica e os processos inerentes à agroindústria e sua relação com os componentes do consumo produtivo. Os dados quantitativos foram tabulados utilizando-se o

⁶ A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) surge a partir da unificação da União Brasileira de Avicultura (UBABEF) e da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), sendo a organização institucional da avicultura e da suinocultura do Brasil (ABPA, 2020). Disponível em: <http://abpa-br.org/mercados/>. Acesso em 25 de jan. de 2020.

programa *Microsoft Excel*, e a confecção dos mapas foi efetuada no *software* ArcGIS. Por se tratar de dados extremamente dinâmicos, o levantamento dos dados e informações secundárias exigiu constantes redefinições no que toca a abordagem temporal, pois, como destaca Bezerra (2012), trata-se de uma etapa aparentemente infindável.

C - Trabalho de campo: Confere ao pesquisador autoridade para falar sobre a realidade estudada, pois é por meio dele que conseguiremos conhecer o fenômeno no próprio espaço. Para Turra Neto (2008), o ponto crucial do trabalho de campo está na relação *dialogica* entre pesquisador e pesquisado, visto que, em contato, passarão a negociar suas identidades. Nessa direção, passamos a descrever os procedimentos a partir de como foram organizados e realizados os trabalhos de campo objetivando produzir e coletar dados – confirmar e/ou refutar nossa hipótese – contribuindo na busca de uma construção teórica mais consistente sobre a realidade territorial estudada, permitindo a leitura da paisagem e dos processos emergentes no espaço, priorizando, sobretudo, a disposição dos objetos e as relações que os agentes desenvolvem no território.

O recorte territorial é focado no Oeste catarinense, tendo em vista que foi nesta porção do estado que se consolidou o setor agroindustrial de carnes de aves e suínos. Todavia, o recorte espacial exige também uma abordagem interescalar, na tentativa de superar a tão discutida hierarquia linear da rede urbana (SPOSITO, 2006), para que possamos realizar as associações entre as transformações que se processam no âmbito global e nacional com aquelas transcorridas na dimensão local – Chapecó e na sua Microrregião Geográfica.

Vale destacar que todas as etapas dos trabalhos de campo só foram possíveis pela disponibilidade de utilizarmos parte dos recursos da Reserva Técnica da Fapesp, indispensáveis para custear os gastos com passagens, hospedagem, alimentação e transporte.

As etapas dos trabalhos de campo foram organizadas de maneira lógica e sequencial, divididas em duas fases:

1ª fase: Organização dos trabalhos de campo:

A primeira etapa, de caráter exploratório, consistiu no levantamento de informações qualitativas e quantitativas, possibilitando obter um panorama geral acerca da realidade estudada. A partir das informações coletadas, definimos um questionário e mapeamos os produtores rurais integrados ao Sistema de Integração, para, em um momento posterior, efetuar a aplicação do questionário. Esta etapa ocorreu no mês de junho de 2017.

O questionário elaborado contemplou os seguintes aspectos: perfil dos produtores; estrutura fundiária; caracterização dos sistemas econômico-produtivos; mão-de-obra; principais fontes de renda; estrutura produtiva; comercialização da produção; perspectivas na atividade, entre outros. As perguntas do questionário foram debatidas com um produtor integrado antes de nossa ida à campo e aplicação aos demais produtores, visando possíveis ajustes em relação ao conteúdo. Este processo foi fundamental para qualificar nosso questionário e, principalmente, possibilitar maior aproximação com os sujeitos sociais. O questionário pode ser visualizado no apêndice A.

Ainda na primeira etapa, no mês de setembro de 2017, buscamos junto à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), os dados referentes ao número de produtores integrados de aves e suínos na Microrregião Geográfica de Chapecó. Na data da visita, foram coletados os dados das Regionais⁷ de Chapecó e São Miguel do Oeste. Os dados dos dez municípios da Regional de São Lourenço do Oeste somente foram disponibilizados por esta Regional no mês de julho de 2020. A obtenção dos dados em mais de uma regional se fez necessária tendo em vista que os municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Chapecó não são os mesmos abrangidos pela regionalização da CIDASC. Assim sendo, para abarcar a totalidade dos 38 municípios, os dados foram coletados nas três regionais mencionadas.

Durante o mês de setembro de 2017, voltamos a campo para coletar dados referentes ao setor terciário de Chapecó. Na oportunidade, agendamos junto à

⁷ A estrutura organizacional da CIDASC compreende 19 regionais em todo o estado catarinense. Cada regional abarca um número de municípios que varia de 6 a 27. A mesorregião Oeste subdivide-se em 5 regionais: Chapecó; São Lourenço do Oeste; São Miguel do Oeste; Joaçaba; e Xanxerê. A Regional de Chapecó com 27 municípios, é a maior Regional do Estado. Informações obtidas no site: www.cidasc.sc.gov.br.

Prefeitura Municipal de Chapecó⁸, uma conversa com o diretor do Departamento de Incentivo ao Empreendedorismo, para obtenção de dados e informações referentes aos estabelecimentos comerciais e de serviços associados à agroindústria da carne em Chapecó. Esta etapa compreendeu o levantamento de dados, segundo os diferentes ramos de atividades, de todas as empresas com vínculos formais com o setor agroindustrial. Visitamos também a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Município de Chapecó para obtenção de dados vetoriais em arquivos *shapefile*; e a Secretaria de Agricultura para a obtenção de dados referentes ao setor agropecuário do município. Visitamos também neste período o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó (SITRACARNES), para compreender questões referentes às agroindústrias.

Posteriormente, iniciamos a elaboração do roteiro semiestruturado na forma de entrevista, para aplicação junto às empresas/indústrias associadas às agroindústrias. O roteiro elaborado apresenta questões relativas à identificação das empresas; produtos e serviços; tecnologia adotada; estrutura; etc., disponível no apêndice B deste documento. Um segundo roteiro de entrevista também foi elaborado para aplicação junto às empresas Aurora Alimentos e Brasil Foods S.A., disponível no apêndice C. Esse, no entanto, não pôde ser aplicado pois nenhuma das empresas⁹ concedeu entrevistas ou permitiu acesso aos dados publicados *online* por meio dos seus Relatórios Anuais. Inúmeras tentativas foram realizadas solicitando autorização para visita ao frigorífico e/ou concessão de entrevista via e-mail, chamadas telefônica ou por escrito, no entanto, não obtivemos resposta destas agroindústrias. Em face disso, nossa discussão e caracterização das empresas parte, não de uma observação direta, mas sim com base em publicações *online* e em algumas bibliografias disponíveis.

Por último, após a elaboração do questionário e dos roteiros de entrevistas, organizamos o roteiro de campo, tanto para a aplicação dos questionários, quanto para as entrevistas. Para a aplicação dos questionários aos produtores rurais integrados, o critério adotado para a delimitação foi elencado a partir do levantamento

⁸ Este levantamento foi realizado junto à Prefeitura Municipal de Chapecó, pois, somente por meio dos trabalhos de campo não era possível mensurar e quantificar exatamente o número de empresas e/ou indústrias inerentes ao setor agroindustrial.

⁹ Provavelmente, a relutância em receber pesquisadores dentro das instalações e/ou para entrevistas, se deve as constantes denúncias de assédio e difíceis condições de trabalho a que são submetidos os empregados da empresa, visíveis aos olhos de qualquer observador.

de dados realizado CIDASC, para todos os municípios da Microrregião Geográfica de Chapecó (Tabela 1). Foram selecionados os 10 municípios com o maior número de produtores por espécie animal (aves e suínos).

Tabela 1 – Número de produtores por espécie animal na Microrregião Geográfica de Chapecó

Aves		Suínos	
<i>Município</i>	<i>Produtores</i>	<i>Município</i>	<i>Produtores</i>
Chapecó	283	São Carlos	201
Coronel Freitas	200	Palmitos	133
Palmitos	182	Coronel Freitas	121
Nova Itaberaba	150	União do Oeste	120
Caxambu do Sul	128	Quilombo	109
Guatambu	120	Saudades	93
Cunha Porã	95	Caibi	81
Nova Erechim	92	Nova Erechim	81
Cordilheira Alta	90	Cunhataí	70
São Carlos	83	Pinhalzinho	66
Quilombo	81	Cunha Porã	60
Maravilha	79	Nova Itaberaba	60
Planalto Alegre	78	Jardinópolis	60
Saudades	77	São L. do Oeste	58
Águas de Chapecó	75	Chapecó	51
Pinhalzinho	73	Águas Frias	49
Iraceminha	71	Novo Horizonte	47
Formosa do Sul	54	Águas de Chapecó	29
Sul Brasil	45	Iraceminha	27
Serra Alta	44	Cordilheira Alta	26
São L. do Oeste	42	Guatambu	22
Caibi	40	Formosa do Sul	20
União do Oeste	40	Modelo	16
Jardinópolis	34	Sul Brasil	15
Tigrinhos	32	Irati	14
Santa T. do Progresso	31	Saltinho	14
Novo Horizonte	31	Serra Alta	13
Modelo	28	Bom Jesus do Oeste	12
Bom Jesus do Oeste	26	Maravilha	11
Santiago do Sul	23	Campo Erê	10
Saltinho	22	Caxambu do Sul	7
São M. da Boa Vista	17	Planalto Alegre	3
Águas Frias	12	Santiago do Sul	2
Cunhataí	12	Santa T. do Progresso	0
Irati	10	São M. da Boa Vista	0
São Bernardino	7	São Bernardino	0
Campo Erê	7	Tigrinhos	0
Flor do Sertão	0	Flor do Sertão	0
Total	2.594	Total	1.701

Fonte: CIDASC (2017; 2020). Elaboração: HENTZ, C.

Para a seleção das empresas/indústrias, diante do expressivo número de empresas cadastradas de acordo com o relatório fornecido pela Prefeitura Municipal de Chapecó, inicialmente o vasto material fornecido – contendo 1.236 páginas – foi analisado e se organizou uma classificação segundo os diferentes ramos de atividades, dividindo as empresas/indústrias nos seguintes setores: de agropecuária; de embalagens; de consultoria; de transporte; e de metalmecânico.

Findada esta etapa, os dados dos setores foram novamente analisados e agrupados de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), tornando possível quantificar o número de empresas, indústrias e demais ramos em que as atividades econômicas associam-se, direta ou indiretamente, ao setor agroindustrial. Esta etapa compreendeu a análise de 1.120 empresas/indústrias, sendo a categorização feita a partir da consulta no *site* da Receita Federal das informações contidas no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ) de cada estabelecimento, conforme apresentado no apêndice D. Na sequência, efetuou-se o levantamento das informações cartográficas para posterior confecção dos mapas e visualização da distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais associados ao consumo produtivo em Chapecó. Após isto, foi selecionada, ao acaso, uma amostra inicial de 43 empresas, segundo os diferentes ramos de atividades.

Finalizada a seleção dos municípios e empresas incluídos no universo da pesquisa, descrevemos a seguir a execução dos trabalhos de campo:

2ª fase: Execução dos trabalhos de campo

A segunda fase do trabalho de campo compreendeu a aplicação dos questionários e dos roteiros de entrevista. Em um primeiro momento, trabalhamos na aplicação dos questionários junto aos produtores rurais integrados e, posteriormente, na aplicação dos roteiros semiestruturados junto às empresas selecionadas.

Conforme pré-estabelecido, a aplicação dos questionários junto aos produtores rurais seria feita tomando por base os 10 municípios com o maior número de produtores de aves e suínos. No entanto, a realidade encontrada à campo determinou algumas limitações. Muitos dos produtores, receosos em virtude das

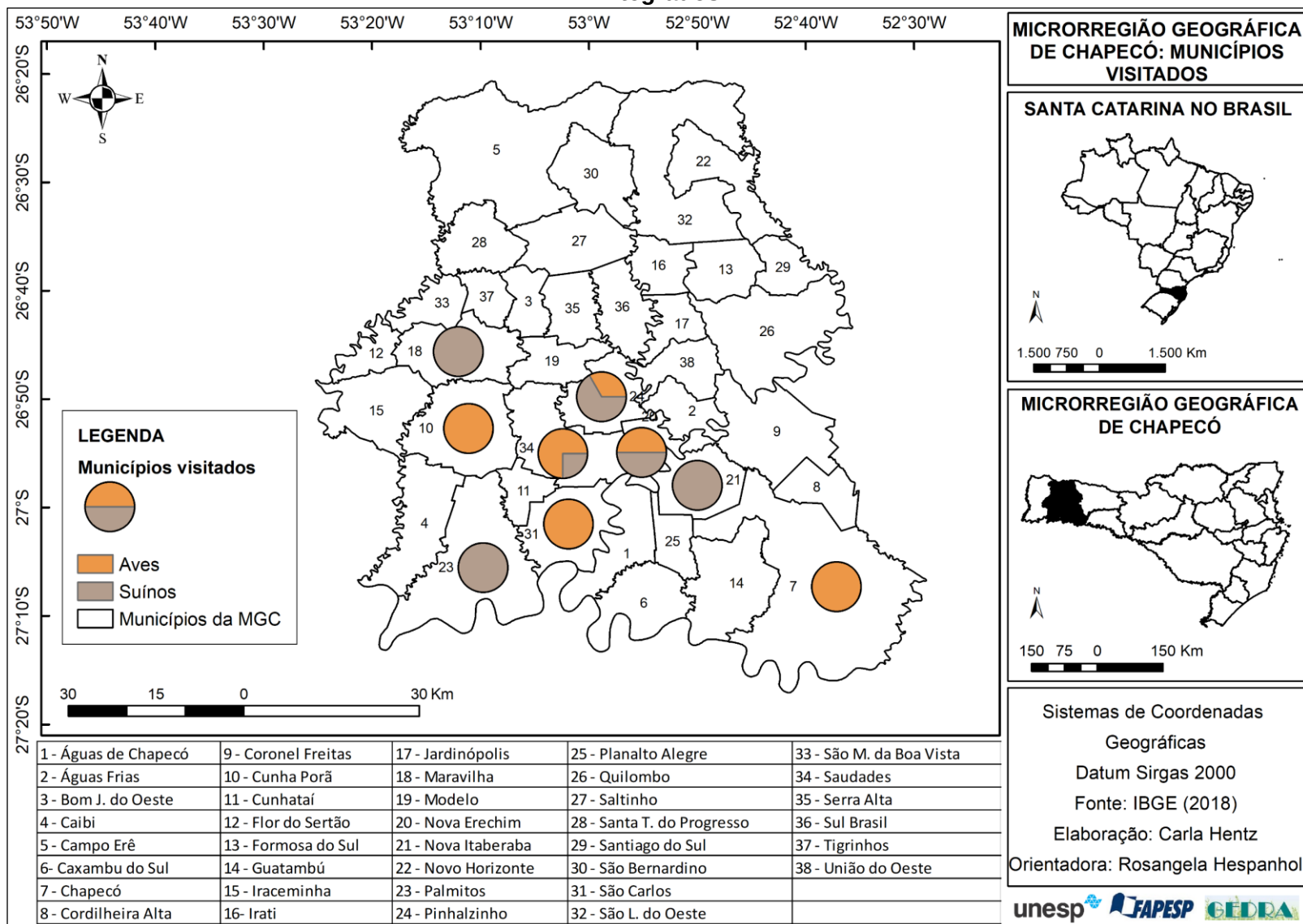
restrições impostas pelas empresas integradoras¹⁰, não aceitaram responder ao questionário. Para facilitar o acesso aos produtores, optou-se por acompanhar os técnicos – das agroindustriais – em suas visitas aos integrados. A estratégia foi bem-sucedida, porém, implicou na mudança da amostragem pré-selecionada e os produtores passaram a ser visitados totalmente ao acaso. Entre agosto de 2018 e janeiro de 2019, cumprimos esta etapa da pesquisa, aplicando o questionário a 20 produtores integrados localizados em nove municípios, conforme se pode verificar na figura 2.

Todas as entrevistas foram realizadas na propriedade dos integrados. O número de 1 (um) questionário foi aplicado por produtor integrado, com exceção de um produtor para o qual foram aplicados dois questionários, um para cada empresa integradora de que este era integrado (Aurora e JBS). Na maioria das vezes, o casal respondia ao questionário, e em algumas propriedades, a entrevista foi acompanhada pelo técnico da empresa integradora. Poucas foram as dificuldades dos produtores rurais integrados em responder as perguntas do questionário. Algumas dúvidas surgiam quando eram solicitados dados e/ou cálculos sobre a percentagem da renda obtida com a produção integrada; tempo de integração e distância em quilômetros das agroindústrias. As áreas de criação somente puderam ser observadas à distância na maioria das propriedades, com exceção de algumas nas quais foi permitido o registro fotográfico das instalações e áreas produtivas.

Em relação à organização produtiva, diferentes realidades foram encontradas, desde produtores muito bem capacitados e tecnologicamente estruturados quanto à produção, como também, produtores integrados menos capitalizados e com pouca capacidade para investir na estrutura produtiva.

¹⁰ Poucos meses antes de nossa ida a campo, um vídeo demonstrando as etapas que envolvem a criação de leitões nas unidades de produção de leitões (UPLs) foi divulgado nas redes sociais, repercutindo negativamente para as empresas. Diante do ocorrido, os produtores rurais foram proibidos de divulgar ou fornecer qualquer tipo de informação, dados e fotos sobre a produção.

Figura 2 – Microrregião Geográfica de Chapecó: municípios visitados para aplicação dos questionários aos produtores rurais integrados



Todas as 43 empresas do grupo selecionado para esta pesquisa foram visitadas, porém, foram efetivadas somente 30 entrevistas. Quatro empresas não atendiam ao setor agroindustrial e nove empresas não aceitaram conceder entrevista, conforme visualizado na figura 3. Os roteiros de entrevista foram aplicados entre os meses de junho e julho de 2019. A última fase compreenderia a aplicação dos roteiros de entrevistas junto as empresas Aurora e BRF, porém, como já destacamos, não foram autorizados pelas agroindústrias.

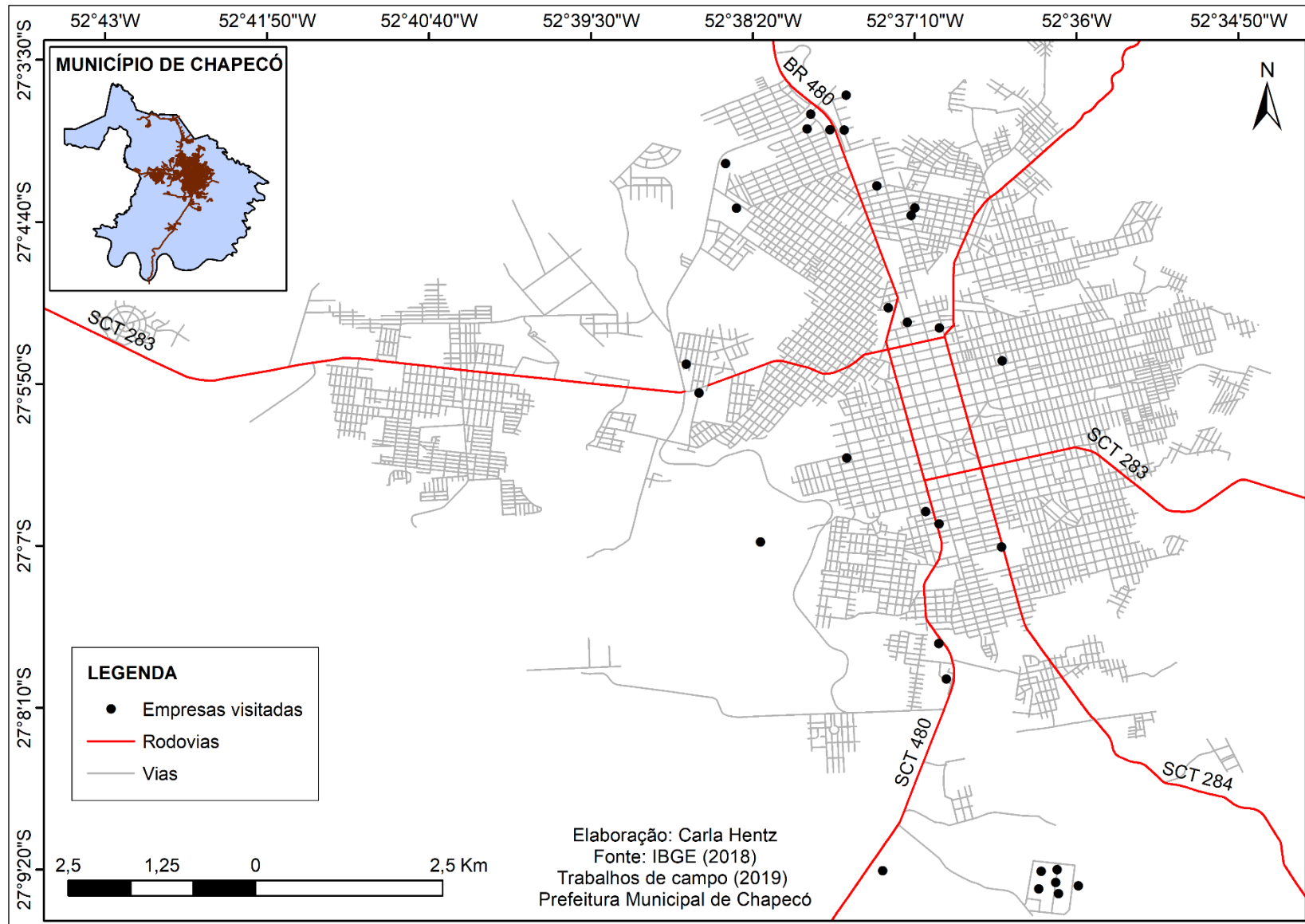
Foram utilizadas técnicas de entrevista semiestruturada, além de depoimentos informais. Para Yin (2005), as entrevistas semiestruturadas partem de perguntas básicas, amparadas em teorias e questionamentos associados à pesquisa, possibilitando, desse modo, muitas interrogações e novas indagações. Merriam (1998) sugere que o roteiro de entrevista semiestruturado deva conter uma lista de áreas, tópicos ou temas de interesse, mas que não se tem informações suficientes no início do estudo para formar questões específicas.

Respeitou-se, no momento da aplicação dos questionários e roteiros, a opinião dos indivíduos pesquisados, não interferindo de forma alguma nas respostas fornecidas, a não ser para esclarecimentos quanto ao questionário ou aos conceitos utilizados. Quanto às informações individualizadas, ofereceu-se garantias de que não seriam publicadas, assegurando o sigilo sobre estas. Durante as entrevistas, as informações foram anotadas no questionário e no roteiro de entrevista, e as informações complementares no caderno de campo. Quando permitido por parte dos entrevistados (produtores rurais e empresas), houve também o registro fotográfico e a verificação das coordenadas geográficas.

A etapa seguinte aos trabalhos de campo centrou-se na análise quantitativa e qualitativa dos dados e informações obtidos com todos os entrevistados. Os dados quantitativos foram tabulados e interpretados por meio de representações gráficas, quadros e tabelas. Os dados qualitativos foram tratados – transcrição das falas (verbalizações) dos produtores rurais integrados – e, na sequência, analisados *pari passu* à construção do marco teórico.

Os produtos derivados (mapas e índices) dos dados primários (matricial) e secundários (vetorial) foram padronizados em sistemas de coordenadas UTM (*Universal Transversa de Mercator*), e sistema de referência SIRGAS2000. Os registros fotográficos foram armazenados junto ao banco de dados para serem adicionados, conforme a demanda, ao texto final da tese e demais publicações.

Figura 3 – Empresas visitadas para a aplicação do roteiro de entrevista



Vale destacar que, cada etapa dos trabalhos de campo demandou planejamento e organização, pois, todo e qualquer estudo, por mais simples e ingênuo que seja, obriga-nos a refletir antes, durante e depois. As dificuldades enfrentadas no decorrer dos trabalhos de campo, algumas contornadas, outras não, refletem, segundo Oliveira (1998) apoiado em Wright Mills (1982), a imprevisibilidade da realidade empírica, que é completamente singular, exigindo do pesquisador novas abordagens, tanto teóricas quanto técnicas para interpretar a realidade ali posta.

1.2 Estrutura da tese

A partir da exposição do caminho teórico-metodológico, passamos à divisão organizacional da tese, que está estruturada em seis capítulos, além das referências e apêndices. Destaca-se que a introdução e a conclusão aparecem, respectivamente, como primeiro e sexto capítulos.

No segundo capítulo, intitulado “**Colonização, origem e evolução do complexo agroindustrial de carnes (aves e suínos)**”, se apresenta a discussão sobre o processo de colonização do Oeste catarinense – pautado em pequenas propriedades de base familiar – e o desenvolvimento da agroindústria processadora de carnes de aves e suínos, a partir da incorporação ao processo produtivo do sistema integrado de produção, cujas imposições repercutiram (e repercutem) de modo substancial na organização produtiva familiar.

No terceiro capítulo, “**Caracterização econômica e dinâmica atual da agroindústria da carne (aves e suínos)**” se analisa as características econômicas que assume à agroindústria na atualidade, apresentando-se concisamente a estrutura produtiva das agroindústrias Brasil Foods S.A. e da Cooperativa Central Aurora Alimentos em Chapecó. O capítulo contempla ainda uma caracterização da dinâmica econômica do agronegócio na cidade de Chapecó.

No quarto capítulo, denominado “**Relações campo - cidade e agroindústria**” discute-se algumas perspectivas que envolvem a temática do rural e urbano, para, na sequência, centrar a discussão a partir das relações que se estabelecem entre campo e cidade, tendo às agroindústrias da carne como nexos mediadores. As interações entre o campo e a cidade são analisadas a partir das informações obtidas na pesquisa de campo, na qual se apresenta o perfil dos produtores integrados.

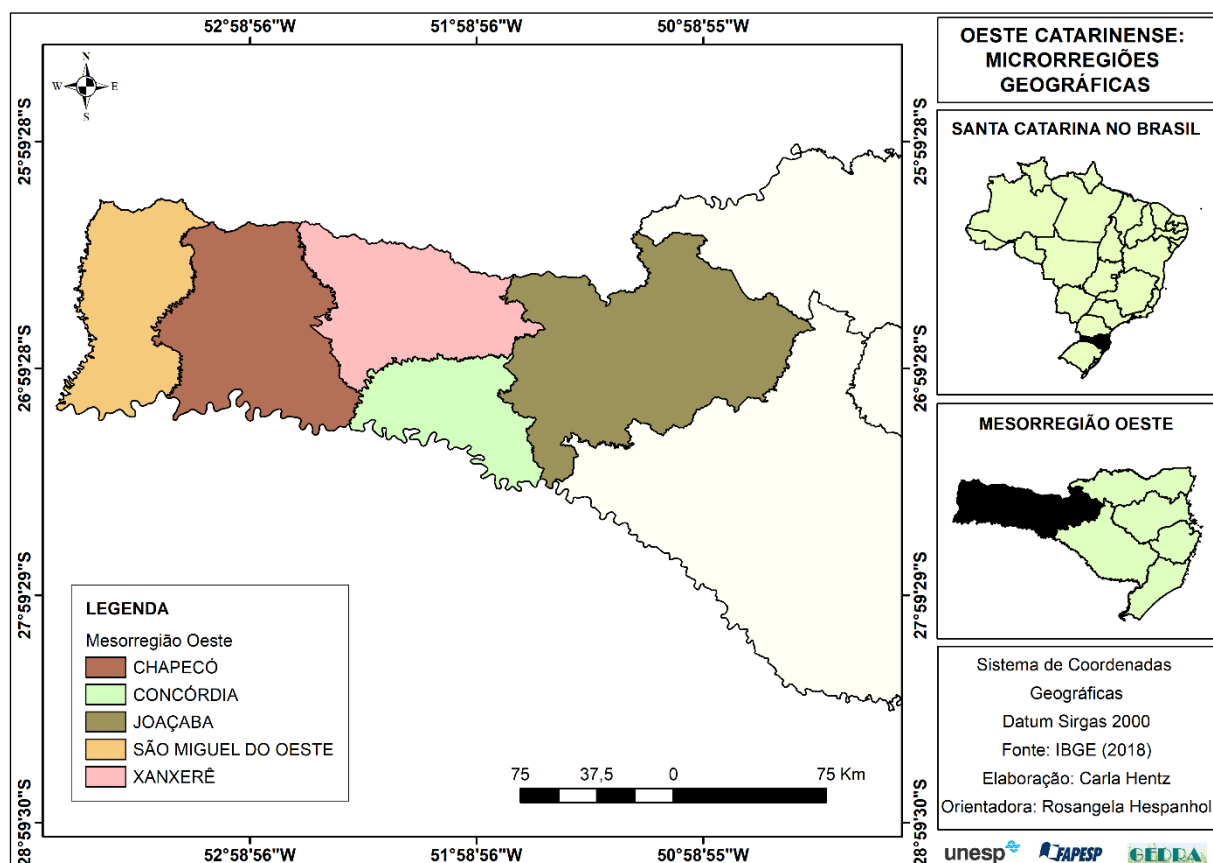
No quinto capítulo **“A difusão do agronegócio processador de carnes e a dinâmica do consumo produtivo na cidade de Chapecó”** se evidencia as transformações que ocorreram no campo em função da modernização da agricultura e do processo de globalização, cujos reflexos culminaram em uma profunda reestruturação produtiva do território e, por conseguinte, em novas relações campo-cidade. Por fim, a partir dos dados da pesquisa de campo nos detemos em analisar a perspectiva do consumo produtivo na cidade de Chapecó e os desdobramentos deste processo frente as implicações do Sistema de Integração.

Na sequência, apresentamos as conclusões resultantes da tese. Após as referências, os apêndices complementam o trabalho e trazem o questionário e os roteiros aplicados aos grupos pesquisados.

2 COLONIZAÇÃO, ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE CARNES (AVES E SUÍNOS)

Antes de iniciarmos a discussão acerca do processo de colonização da região Oeste catarinense, cabe contextualizarmos, ainda que de modo muito geral, as características que compõem o espaço da região Oeste. A mesorregião do Oeste catarinense é composta por cinco unidades territoriais ou microrregiões¹¹: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê, como podemos visualizar na figura 4.

Figura 4 – Oeste catarinense: Microrregiões geográficas que compõem a Mesorregião Oeste



¹¹ De acordo com o IBGE (2010), as Microrregiões Geográficas são áreas individualizadas em cada estado, que apresentam formas de organização dos espaços com identidade regional, definidas pelas seguintes dimensões: processo social como determinante, quadro natural como condicionante e rede de comunicações como elementos de articulação espacial. O estado de Santa Catarina divide-se em 20 microrregiões, sendo a Microrregião Geográfica de Chapecó uma das pertencentes à Mesorregião Oeste.

Com mais de cem municípios – representando 40% do total de municípios catarinenses – possui uma área aproximada de 27.310 Km², respondendo por 28% da superfície estadual. Apresenta uma população total em torno de 1.200.712 habitantes – 19,2% do total estadual – sendo majoritariamente urbana, representando 71,6% (i.e., 860.563) e 28,3% rural (340.149) (IBGE, 2010).

A estrutura fundiária da região, caracterizada por pequenas propriedades rurais, é reflexo de seu processo de ocupação territorial, ocorrido de forma sistemática a partir de 1910, no qual grandes porções de terra foram parceladas em lotes de aproximadamente 25 a 35 hectares, de acordo com as restrições do relevo e a existência de cursos d'água. De acordo com os dados do IBGE – (Censo Agropecuário de 2017), a Microrregião Geográfica de Chapecó (MGC) possui 27.108 estabelecimentos com atividades agropecuárias, correspondendo a 14,30% do total estadual (189.546) (Tabela 2). Atualmente, mais de 90,27% (171.116) do número total dos estabelecimentos agropecuários do estado e 95,54% (25.899) da MGC possuem área inferior a quatro módulos fiscais IBGE – (Censo Agropecuário de 2017).

Tabela 2 – Grupos de área total e número de estabelecimentos agropecuários

<i>Grupos de área total (hectares)</i>	<i>SC número</i>	<i>MGC número</i>	<i>SC área</i>	<i>MGC área</i>
0 a menos de 5 ha	34.696	4.745	86.155	11.776
5 a menos de 10 ha	34.698	6.025	248.025	43.648
10 a menos de 20 ha	56.412	9.457	787.256	130.551
20 a menos de 50 ha	45.310	5.672	1.339.355	163.361
50 a menos de 100 ha	10.723	855	715.747	56.364
100 a menos de 500 ha	7.707	354	2.885.969	100.609
Total	189.546	27.108	6.062.506	506.309

Fonte: IBGE – (Censo Agropecuário de 2017. Resultados preliminares).

Elaboração: HENTZ, C.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2013), para o caso do Oeste catarinense, o módulo fiscal equivale a 18 hectares de terra. Desta forma, os imóveis rurais podem dispor de até 72 hectares, o que os caracteriza como pequenos, sendo que 29,76% (56.412) e 34,88% (9.457) destes possuem área inferior a 20 hectares no estado e na Microrregião Geográfica de Chapecó, respectivamente. Os estabelecimentos de 0-5 hectares e 5-10 hectares, analisados juntos, representam 36,61% (69.394) para o estado e 39,72% (10.770)

para a MGC, indicando ampla predominância de pequenas unidades de produção em regime de exploração familiar. Os estabelecimentos agropecuários entre 20-50 hectares totalizam, respectivamente, 23,90% (45.310) e 20,92% (5.672).

Em termos de área total, observa-se que a maioria absoluta dos estabelecimentos agropecuários do estado – 171.116 unidades com área entre 0-50 hectares – detém apenas 40,59% (2.460.791 hectares) da área total, enquanto que os estabelecimentos com área acima de 100 hectares (7.707 unidades) representam 47,60% da área (2.885.969 hectares). Embora seja expressivo o número de estabelecimentos agropecuários de 0-50 hectares, tanto em termos numéricos como de área ocupada, os dados da tabela 2 indicam a desigual distribuição da terra no meio rural catarinense.

Para Mattei (2006, p. 5), embora a concentração de terras no estado figure entre as menores taxas de concentração do país (0.682), os dados indicam que o Índice de Gini¹² de Santa Catarina ocupa posição elevada e sem grandes oscilações em relação aos censos agropecuários anteriores. Para o autor, “isso sugere que os programas de reforma agrária implementados entre esses dois intervalos censitários (1985-2006) tiveram pouco efeito sobre a estrutura agrária do estado, no sentido de tornar a propriedade da terra mais igualitária”.

As características fundiárias do Oeste catarinense devem-se à forte pressão populacional ocorrida nos anos seguintes à ocupação da região. As propriedades rurais que eram pequenas e já haviam sido fracionadas não comportariam uma nova segmentação, impulsionando a mobilidade dos jovens, conforme apontam Silva, Heiden, Aguiar e Paul (2003).

A atividade econômica preponderante está historicamente concentrada no setor primário, basicamente agricultura e pecuária tomados como “molas mestras no desenvolvimento do Oeste catarinense” (PEREIRA, 2007, p. 22). A importância da agricultura e da pecuária no desenvolvimento da região e sua relevância no contexto estadual e nacional são inquestionáveis, sendo responsáveis pelo progresso que a região desfruta no período atual e, principalmente, por alavancar o comércio e indústrias locais. Predominam nestas propriedades rurais, a agricultura diversificada de base familiar voltada para o mercado interno e, sobretudo, integrada à agroindústria.

¹² O Índice de Gini varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição da posse da terra (IPEA, 2004).

Embora as atividades agrícolas enfrentem limitações diante das características do relevo, no qual apenas 31,3% do solo pode ser usado sem restrições para as atividades agrícolas e 25,7% da área tem aptidão restrita para culturas anuais (MIOR, 2005), a região destaca-se na produção de milho, soja, feijão e fumo, sendo a soja e o milho os mais representativos (i.e., 103.739.460 e 90.822.485 toneladas), respectivamente. Em relação à produção pecuária realizada no Oeste catarinense esta é expressiva e essencial no suprimento de matéria-prima - aves e suínos - para os grandes frigoríficos da região, criados num regime de parceria entre produtores rurais e agroindústrias.

A relevância do estado catarinense no contexto agropecuário estadual e nacional pode ser verificado pelo expressivo número de produtores envolvidos na produção de aves e suínos. No ano de 2017, de acordo com os dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CIDASC), publicados pela Epagri/Cepa, Santa Catarina possuía 7.330 produtores comerciais de galinhas¹³, e 13 mil de suínos, totalizando mais de 20 mil produtores. Desse total, 70% e 74,52%, respectivamente, estavam concentrados na Mesorregião Oeste (EPAGRI/CEPA, 2017).

A dimensão dos rebanhos de aves e suínos no Oeste catarinense é sugestiva da importância do setor no contexto agropecuário. Todavia, o sistema integrado de produção tem se revelado seletivo e excludente. Frente ao intenso processo de concentração produtiva demandado pelo aumento de tecnologia e, sobretudo, pela maior presença das agroindústrias no mercado, notadamente de exportação, muitos produtores têm sido forçados ao desligamento do Sistema de Integração.

Perante tal cenário, outras atividades têm apresentado vertiginosa ascensão no Oeste, a exemplo do setor leiteiro. Conforme apontam Testa, Mello, Ferrari, Silvestro e Dorigon (2003), a produção já acenava positivamente em quase todas as propriedades rurais, muito embora em pequena escala ou apenas para o consumo familiar. Diante da exclusão de muitos produtores dos vínculos com as agroindústrias, o setor sobressaiu na reconversão de parcela significativa dos produtores do Oeste catarinense (Tabela 3).

¹³ Inclui todas as categorias: corte, linha pura, matriz, avó e bisavó, com finalidade de corte, postura e ornamental.

Tabela 3 – SC: Número de estabelecimentos agropecuários, de vacas ordenhadas e quantidade de leite produzida – 2019

<i>Mesorregião Geográfica</i>	<i>Número de estabelecimentos agropecuários</i>	<i>Vacas ordenhadas (Mil cab.)</i>	<i>Produção - Milhão de litros</i>
Oeste catarinense	39.285	546.977	2.351.848
Norte catarinense	5.038	32.192	96.237
Serrana	7.136	39.074	101.749
Vale do Itajaí	9.759	80.567	212.305
Grande Florianópolis	3.013	23.187	33.770
Sul Catarinense	6.820	74.533	244.271
Total	71.051	796.530	3.040.180

Fonte: IBGE – (Pesquisa Pecuária Municipal). Elaboração: HENTZ, C.

O setor lácteo do Oeste responde por 77,35% do total produzido e por 68,66% do rebanho de vacas no estado. Destaque para as microrregiões de Chapecó com 12.684 unidades e 696.618 litros, e São Miguel do Oeste com 9.984 unidades produtivas e 664.013 litros. Assim como o setor lácteo emerge como alternativa às adversidades provocadas pela reestruturação da agroindústria da carne, o processo de agroindustrialização da produção primária no âmbito da pequena agricultura familiar tornou-se outro eixo dessa reconversão. De acordo com Lins (2017, p. 108), “essa ‘produção colonial’ cuja expansão desde os anos 1990, caracteriza-se pela orientação ao mercado informal (feiras livres, pequenos armazéns, creches)”, tomou expressividade na esfera da produção familiar, as quais avançaram em pluriatividade e agregação de valor.

Ainda que o setor primário seja a alavanca do desenvolvimento econômico da região, atividades relacionadas aos setores secundário e terciário têm demonstrado evolução substancial no decorrer dos últimos anos. Dentro do setor secundário, inúmeras indústrias de produtos alimentares, especialmente frigoríficas, de bebidas (vinhos), frutícola, papel, papelão, mecânica e, em especial, o setor moveleiro. Quanto ao terciário, este supre a população com serviços básicos de comércio, hospitais, bancos etc., demonstrando que o setor primário cresce, porém, perde importância relativa, denotando um importante movimento de diversificação produtiva.

Em relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB)¹⁴, a agropecuária do Oeste catarinense respondeu por 35,71% (5 bilhões de reais) do total de 12 bilhões de reais

¹⁴ O valor restante corresponde à percentagem da administração pública.

do PIB estadual. A indústria representou 18,03% (11 bilhões de reais) do total de 60 bilhões de reais do estado. O setor de serviços participou com 14,68% (16 bilhões de reais) dos 108 bilhões de reais e o valor em impostos representaram 10,26% (4 bilhões) do total de 39 bilhões reais do VAB do PIB de Santa Catarina (DEESPASK, 2015).

Quanto à participação dos setores da economia do Oeste no percentual do PIB estadual, os serviços representaram 38,41%, seguidos da indústria com 26,32%, administração pública com 12,76%, agropecuária com 12,53%, e os impostos com 9,98%. Para o contexto do estado, os mesmos setores representam: serviços 43,51%, indústria 24,20%, impostos 15,82%, administração pública 11,46% e agropecuária 5,01%.

No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a mesorregião Oeste passou de 0,449 em 1991, para 0,610 em 2000 e 0,731 no ano de 2010. A taxa de alfabetização corresponde a 94,4%, versus 96,1% do estado. Na zona rural, a taxa de alfabetização representa 91,97%, e na zona urbana, 95,00% da população do Oeste. Do total de 1.200.712 habitantes, 600.166 são homens e 600.546 são mulheres. O valor médio dos salários por situação domiciliar corresponde a R\$ 2.489,28 na zona rural e R\$ 2.443,57 no urbano. O rendimento médio mensal *per capita* equivale a R\$ 537,87 e 613,46, respectivamente (IBGE – Censo Demográfico de 2010).

A agropecuária alicerçada na pequena propriedade familiar é atualmente, assim como no passado, o grande alicerce da economia do Oeste catarinense. Produtora agrícola por excelência, a região tem grande destaque na economia rural, contribuindo para que a região Oeste, o próprio estado de Santa Catarina e o Brasil se tornem, na atualidade, os maiores exportadores de carnes de aves e suínos do mundo.

Desde os primórdios de sua colonização, a pluralidade de elementos históricos, sociais, culturais, políticos e tecnológicos contribuíram para a formação do atual arranjo geográfico, cuja dinâmica produtiva contribui significativamente para o desenvolvimento econômico do estado, conforme veremos a seguir.

2.1 Formação econômica e geográfica do Oeste catarinense

Para fazermos uma análise mais aprofundada acerca da agroindústria de carnes (aves e suínos), não podemos deixar de contextualizar o processo histórico colonizador da região, para depois reportarmos a análise à cidade de Chapecó, recorte espacial delimitado para o estudo. Ao longo da história, os desentendimentos em relação à contestação dos limites de fronteiras foram muitos, gerando guerras entre países, estados e províncias, sendo fator determinante na ocupação populacional do estado¹⁵. Harmonizados os conflitos, surge a necessidade de ocupar a região,

[...] para resguardar o direito de posse da terra através da ocupação organizada, ou para colonizar a região visando a formação de uma população alinhada com os interesses do Estado, dando um aspecto civilizatório a uma região considerada “terra de ninguém”, um “sertão” a ser ocupado (BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013, p. 87).

Desta forma, inicia-se em meados do século XVII, o processo de ocupação de Santa Catarina¹⁶, com a colonização de inúmeras localidades do litoral catarinense, basicamente por açorianos¹⁷, que praticavam um “modelo predominantemente de subsistência, calcado num sistema fundiário em que imperava a pequena propriedade” (CUNHA, 1982, p. 20), tendo por base a produção de farinha, a aguardente e a pesca.

Frente às limitações geográficas para a introdução das *plantations*, a imigração inicial proveniente das ilhas de Açores e Madeira tinha como objetivo a ocupação do território da coroa portuguesa, sobretudo com preocupações de segurança frente aos

¹⁵ A região localizada entre os rios Peperiguaçu e Chapecó esteve por longo tempo em disputa entre Portugal e Espanha, no período colonial, depois, no período das “independências”, a disputa continuou entre o Brasil e a Argentina. Em 1895, sob a arbitragem do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos, a região passou a pertencer definitivamente ao Brasil. Começou, então, a disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, questão resolvida em 1916, com a intermediação do Governo Federal, resultando na divisão do território do contestado (WERLANG, 2002, p. 7).

¹⁶ O processo de ocupação de Santa Catarina iniciou-se em meados do século XVII, com a fundação de São Francisco, em 1658, Nossa Senhora do Desterro, em 1681 e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1682 (GOULARTI FILHO, 2002a, p. 29).

¹⁷ A imigração de açorianos para o litoral catarinense em 1746 foi a estratégia encontrada pelo reino português para resolver sérios problemas que afetavam o Arquipélago de Açores - excesso populacional, escassez de alimentos e ocorrências de terremotos. Nas décadas seguintes, Santa Catarina recebeu 5.500 açorianos e também moradores da Ilha de Madeira, triplicando sua população (PEREIRA, 2007).

conflitos com a Espanha (CUNHA, 1982). A partir do século XIX, os primeiros imigrantes europeus, em sua maioria, constituído de alemães, fundaram a colônia de São Pedro de Alcântara em 1829. Nos anos seguintes, com a chegada dos imigrantes italianos em 1839, funda-se a colônia de Nova Itália e, “a partir de 1875, com o incentivo do governo central à imigração, alemães e italianos chegam em maior número a Santa Catarina, concentrando-se, principalmente, na região do Vale de Itajaí, Norte e sul da província” (VIEIRA; FERREIRA; REDIVO, 2011, p. 17).

Nos dois primeiros séculos de sua colonização, Santa Catarina não se afirmou como um “sistema econômico cujos objetivos eram produzir e exportar produtos para os mercados da colônia, mas sim garantir a defesa do território”. Este cenário somente se modifica a partir do século XIX e início do XX, sendo a política de incentivo a imigração decisiva neste processo (MATTEI, 2011, p. 3).

De fato, não havia uma integração efetiva entre as regiões do estado, seja em termos comerciais, produtivos e até mesmo rodoviários. Em função disso, desenvolveu-se um sistema econômico que determinaria uma característica específica a Santa Catarina, pautada na *regionalização dos setores produtivos*: na região Norte, destaque para as indústrias do complexo metalmecânico e eletrônico; no Vale do Itajaí, a indústria têxtil; na região Sul, as indústrias de cerâmica e plástico; e na região Oeste, a indústria agroalimentar (MATTEI, 2011).

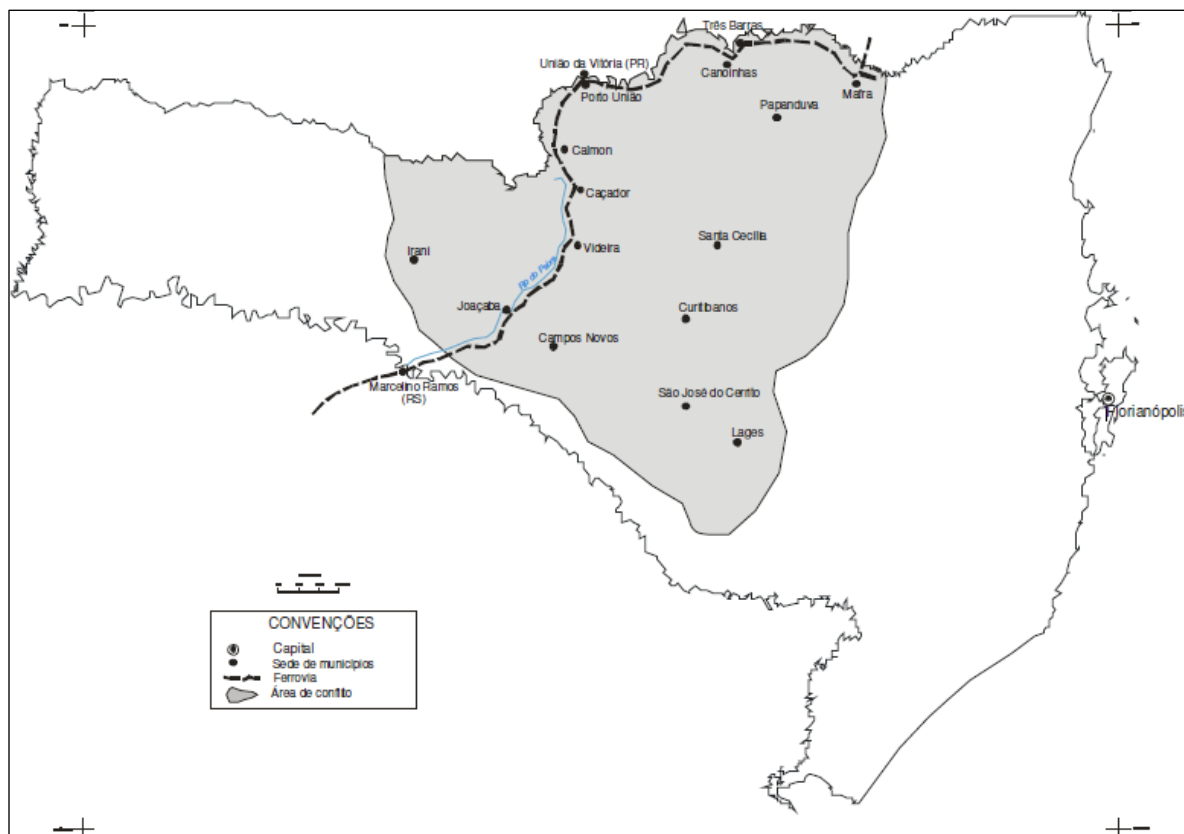
No que se refere à colonização do estado, não é de nosso interesse neste momento nos aprofundarmos nos contextos histórico e político, mas sim, enfocar o processo de colonização e a evolução do complexo agroindustrial do Oeste catarinense. A ocupação do território do Oeste catarinense está diretamente associada à construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG)¹⁸ (visualizar Figura 5). A companhia norte-americana – *Railway Company*¹⁹ - responsável pela construção da estrada apossou-se de praticamente todo o território do Oeste, vendendo as terras para as empresas colonizadoras e explorando a

¹⁸ Segundo Radin (2008, p. 103), a ferrovia estimulou a valorização imobiliária da terra e impulsionou a colonização. Além disso, a ferrovia era considerada um símbolo de modernidade e de progresso. Sua construção atraiu inúmeros migrantes para a região e, em especial, grupos interessados na comercialização das terras, que se organizavam. Em geral, essas empresas se aproveitavam de facilidades proporcionadas pelo poder público catarinense para se apropriar da terra.

¹⁹ O Decreto previa alguns privilégios aos construtores, como o de posse dos terrenos à margem do ramal ferroviário, desde que situados a até 15 Km de cada margem; prazo de 90 anos para explorar a ferrovia; 50 anos para colonizar as margens; preferência para desapropriar a madeira existente e as lavras de minas da região (PEREIRA, 2007).

atividade madeireira. Ao término da construção da ferrovia, milhares de trabalhadores foram despedidos, sendo que a maioria fixou residência na região, vivendo como posseiros em terras devolutas (BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013).

Figura 5 – Traçado da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e área de conflito da Guerra do Contestado



Fonte: Pertille (2008).

Goularti Filho (2002a) complementa que a partir da demarcação das terras feita pelas companhias colonizadoras, a região Oeste integrou-se definitivamente ao território catarinense, pois, “até então, a região era esparsamente povoada e fracamente monetizada” (p. 45). A partir das primeiras décadas do século XX, a região Oeste do estado passa a ser colonizada por imigrantes ítao e germano-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul, passando a região, sobretudo a partir de 1916²⁰,

²⁰ A região Oeste catarinense passa a adquirir expressividade econômica com o término da Guerra do Contestado (1912 a 1916), conflito que envolveu os moradores locais (brasileiros) e a colonizadora ligada à empresa responsável pela construção da estrada de ferro que atravessaria o meio-oeste entre os rios Iguaçu (ao Norte) e Uruguai (ao Sul), margeando o rio do Peixe em aproximadamente 75% de sua extensão. O conflito tornou-se a razão de dois importantes acontecimentos: do ponto de vista social, uma tragédia para a população cabocla;

“a ter um destaque econômico mais expressivo devido à exploração da madeira e da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias” (GOULARTI FILHO, 2002b, p. 981). Assim,

Desde o início de sua formação, seu papel foi o de complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira, não só como fornecedor de certos bens, mas ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente do gado gaúcho e no avanço do serviço militar contra os espanhóis confinantes (CEAG/SC, 1980, p.43).

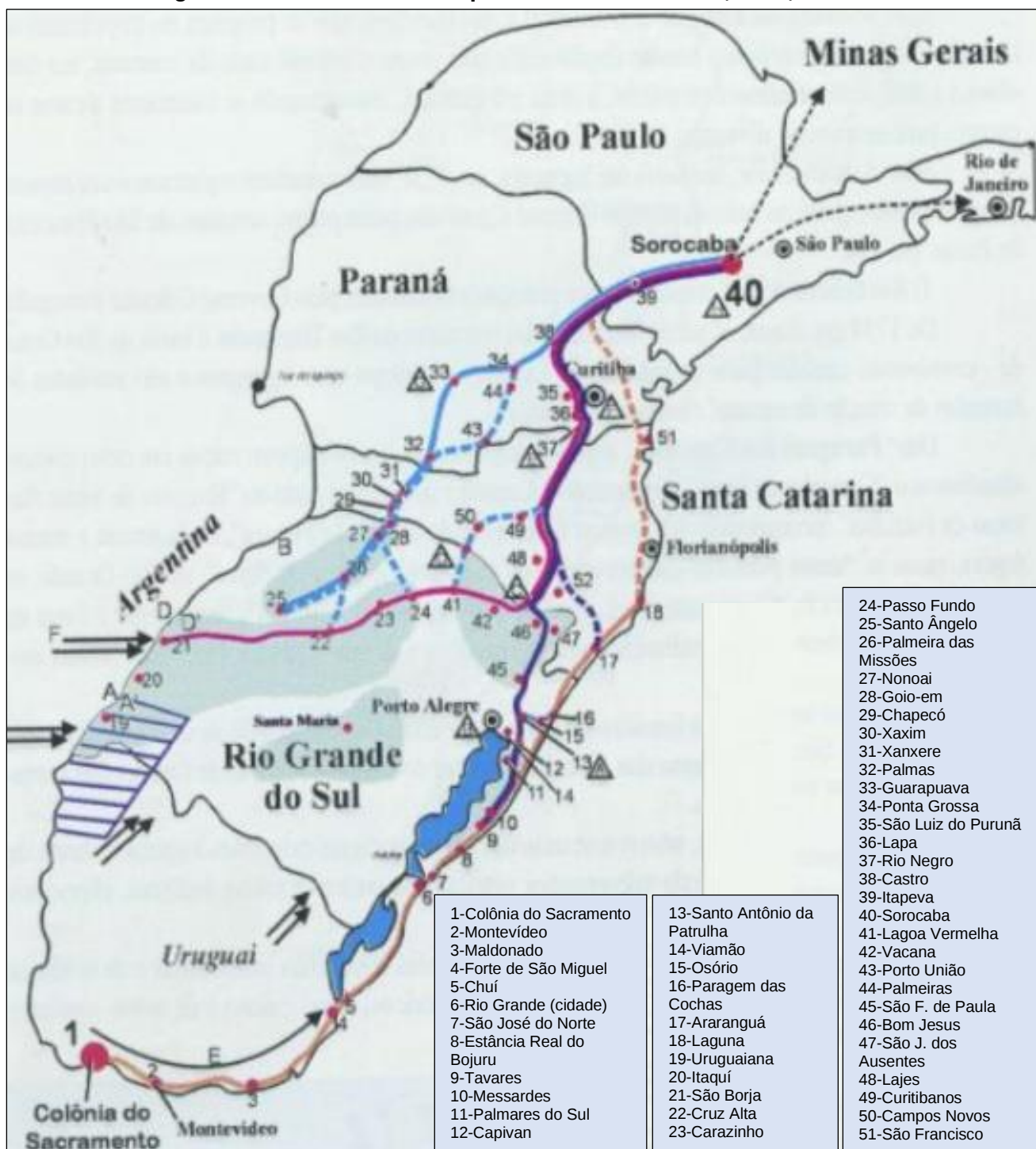
O movimento migratório do Rio Grande do Sul em direção ao Oeste catarinense estendeu-se até os anos 1950, como parte das frentes pioneiras de colonização capitalista. As novas terras do meio-oeste, segundo Radin (1997), foram imprescindíveis para aliviar a pressão demográfica das áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Assim, a medida em que as terras em Santa Catarina eram povoadas, diminuía-se a preocupação dos latifundiários – indispostos a dividirem as terras – e, ao mesmo tempo, promovia-se o lucro das empresas mediante a venda dos lotes.

Conforme ressalta Corazza (2013, p. 2), o longo isolamento e a tardia incorporação da região à economia nacional fizeram do Oeste catarinense um corredor de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul. “Por ali passava o chamado “Caminho das Tropas”, que conduziam o gado xucro²¹ dos campos gaúchos, para alimentar os trabalhadores do café e da mineração”. É possível visualizar as “estradas” do Tropeirismo na figura 6 e na figura 7 tropas de mulas em condução.

do ponto de vista econômico, uma conquista, um meio de escoar a produção, permitindo fluidez no transporte e comunicação por onde passava. Consultas sobre a Guerra do Contestado podem ser realizadas a partir das obras de Paulo Pinheiro Machado **“Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)”**, 2013; Marli Auras **“Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla”**, 2015; e a partir da tese de Pertile (2008), intitulada **“Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina”**.

²¹ O gado “xucro” foi introduzido em 1629 pelos Jesuítas nos terrenos baixos do Rio Uruguai. Com a chegada dos bandeirantes, os Jesuítas retiraram-se para a outra margem do rio, deixando o gado nas reduções. Esses rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecido como “Vacaria del Mar” – situada entre a Laguna dos Patos e os rios Jacuí e Negro (BRASIL ESCOLA, 2016, p. 1). Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/introducao-do-gado.htm>. Acesso em: 12 de dez. de 2017.

Figura 6 – “Estradas” do Tropeirismo - séculos XVII, XVIII, XIX e XX



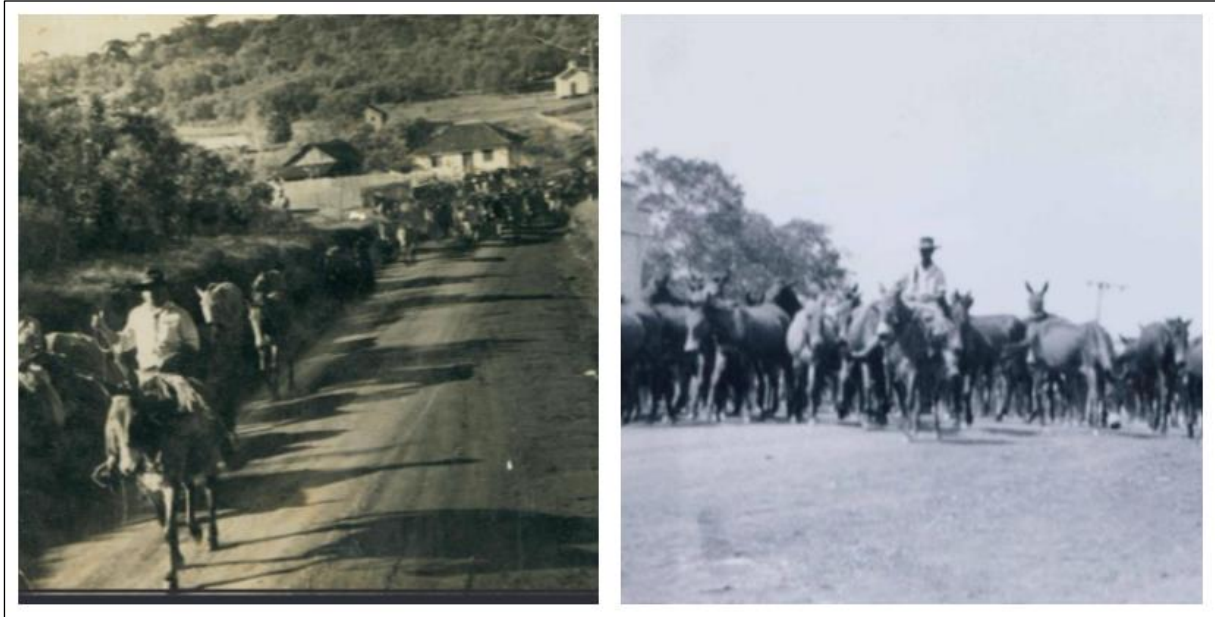
Fonte: FORNECK; LUBENOW; PANSERA; GHIZZO, 2018. Adaptado por: HENTZ, C.

O Tropeirismo segundo Pertile (2008, p. 33),

[...] era a condução de animais soltos ou de mercadorias em lombos de animais arriados, especialmente as mulas. A atividade de transporte mular teve origem ainda nas Reduções Jesuíticas no Sul da América do Sul, nas quais esse meio de transporte facilitava as transações entre os vários povoados das missões.

Para chegar aos locais programados, os tropeiros procuravam seguir o curso dos rios ou atravessar as áreas mais abertas (os "campos gerais") e, mesmo conhecendo os caminhos mais seguros, o percurso do trajeto envolvia várias semanas. Seguindo os cursos dos rios, descobriram locais de travessia, os chamados "passos", principais lugares como nas províncias platinas, no antigo distrito de Missões (na Argentina) e na campanha gaúcha, seguiam por serras e campos gaúchos, catarinense e paranaense até Sorocaba, no estado de São Paulo, onde o gado era redirecionado

Figura 7 – Tropa de mulas sendo conduzidas pelo Oeste catarinense



Fonte: FORNECK; LUBENOW; PANSERA; GHIZZO, 2018.

Conforme assevera Pertile (2008), o transporte muar era o principal meio de escoamento da produção na época – desde o Brasil colônia até por volta de 1940 – sendo responsável pelo transporte dos produtos de subsistência como sal, farinha, açúcar e tecidos dos centros maiores para o interior do Brasil, somente sendo substituído pelo trem no final do século XIX, e pelo caminhão na primeira metade do século XX.

A ocupação do território ao longo desses caminhos foi ocorrendo através das fazendas de criação de gado e o estabelecimento dos primeiros povoados. Nesses pequenos povoados surgem, embora de forma incipiente, uma importante rota de comércio baseada na venda de inúmeros gêneros alimentícios que compunham a alimentação dos tropeiros, constituída basicamente por toucinho de porco, feijão preto, farinha, arroz, café, pimenta-do-reino, rapadura e erva-mate. Os agricultores estabelecidos próximos aos caminhos percorridos pelos tropeiros aproveitavam a

passagem destes para vender o excedente das lavouras e de suas criações (MACHADO, 2001; 2004) (Figura 8).

Figura 8 – Típica propriedade de colonos de origem italiana



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449087>. Acesso em: 03 de mar. de 2020.

Todavia, embora houvesse um pequeno comércio estabelecido nas proximidades dos Caminhos das Tropas, era com o país vizinho – Argentina – o comércio mais frequente principalmente, com a venda da erva-mate. Em termos econômicos, a região Oeste neste período não passava de um fornecedor de matéria-prima para as indústrias dos estados vizinhos e da Argentina. A ocorrência disto deve-se ao fato de que até o início do século XX, o extremo Oeste catarinense encontrava-se distante dos centros urbanos, em total abandono por parte do governo estadual (BAVARESCO, 2007).

Por sua vez, foi somente após o término da Guerra do Contestado (1912-1916), que a colonização se torna expressiva e legalmente reconhecida pelo Estado. Contudo, cabe ressaltar que, “sempre que é contada a história econômica, é tornado como partida o paradigma de civilização do “homem branco” (GOULARTI FILHO, 2001, p. 39), não levando em consideração que muito antes da vinda das primeiras

empresas colonizadoras e, efetivamente, dos primeiros grupos de alemães e italianos, a região já era povoada por tribos indígenas²², especialmente os Kaingang e Xokleng. Para Santos (1995, p. 39), a convivência entre índios e fazendeiros ocorria de forma pacífica, todavia, com a colonização capitalista no início do século XX, a população passou a ser dizimada. “Os colonos queriam derrubar a mata para comercializar a madeira e a erva-mate, e os índios queriam preservá-la, por ser a floresta a sua maior fonte de alimentos” (Figura 9).

Figura 9 – Áreas recém-colonizadas no Oeste catarinense



Fonte: Arquivos CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina) – Unochapecó.

O projeto colonizador encontrou na exclusão da população constituída pelos índios e brasileiros a justificativa e legitimação para o conflito, pois o governo

[...] julgava pouco eficiente a forma de ocupação pré-existente, feita por grupos sociais diversos, como os índios, caboclos e fazendeiros. [...] A intenção governamental era ocupar as terras com uma população de origem europeia, por entender que somente com uma

²² Como afirma Santos (2005), não é demais lembrar que as terras onde se situa o atual Estado de Santa Catarina já foram povoadas por tribos indígenas: os carijós, que faziam parte do tronco tupi-guarani, e os Xokleng e Kaingang, que pertenciam ao tronco Jê. A população carijó que ocupava o litoral, era sedentária e praticava a agricultura e a pesca. Os Xokleng eram nômades, transitavam entre o litoral e o planalto e viviam da pesca e da caça. Já os Kaingang, que habitam o planalto, eram seminômades, alimentavam-se do pinhão, praticavam uma agricultura rudimentar, caçavam e coletavam mel e frutos.

nova filosofia seria possível desenvolver a região (CORAZZA, 2013, p. 11).

Com a chegada dos imigrantes, desenvolve-se no Oeste “uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente [...]” (GOULARTI FILHO, 2001, p. 46), estimulando a criação de um mercado interno rapidamente integrado à economia por meio da ferrovia.

Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fabricas de queijo e salame, fábricas de caixas, sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tomando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos (GOULARTI FILHO, 2001, p. 46).

Como “parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil no século XX, que chegou até o Norte, passando pelo Paraná, todo o Centro-Oeste e deslocando-se até o sul do Maranhão” (GOULARTI FILHO, 2003, p. 5), a colonização do Oeste tinha por objetivo não somente a demarcação das terras comandadas pelo governo federal, mas também acumular capital por meio da venda das terras (GOULARTI FILHO, 2003).

Para demarcar terras foram criados municípios e vilas; para escoar a produção foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos inicialmente formaram uma nova e diferente vida econômica na região (GOULARTI FILHO, 2003, p. 6).

O processo de colonização se intensifica nas décadas seguintes (Figura 10), estendendo-se até a década de 1950, sendo uma continuidade da acumulação de capital que já era realizada em outros locais, como o Rio Grande do Sul (ALBA, 2008; WAIBEL, 1949). Inicialmente, nas pequenas propriedades rurais, era praticada a agricultura de subsistência, tendo por base a pequena produção familiar, processo

este que sustentou o surgimento das atividades econômicas e industriais que, na atualidade, caracterizam a região e seu sistema fundiário (HENTZ, 2016). Ao mesmo tempo e paralelamente, inúmeras cidades são fundadas.

Figura 10 – Áreas colonizadas no Oeste Catarinense

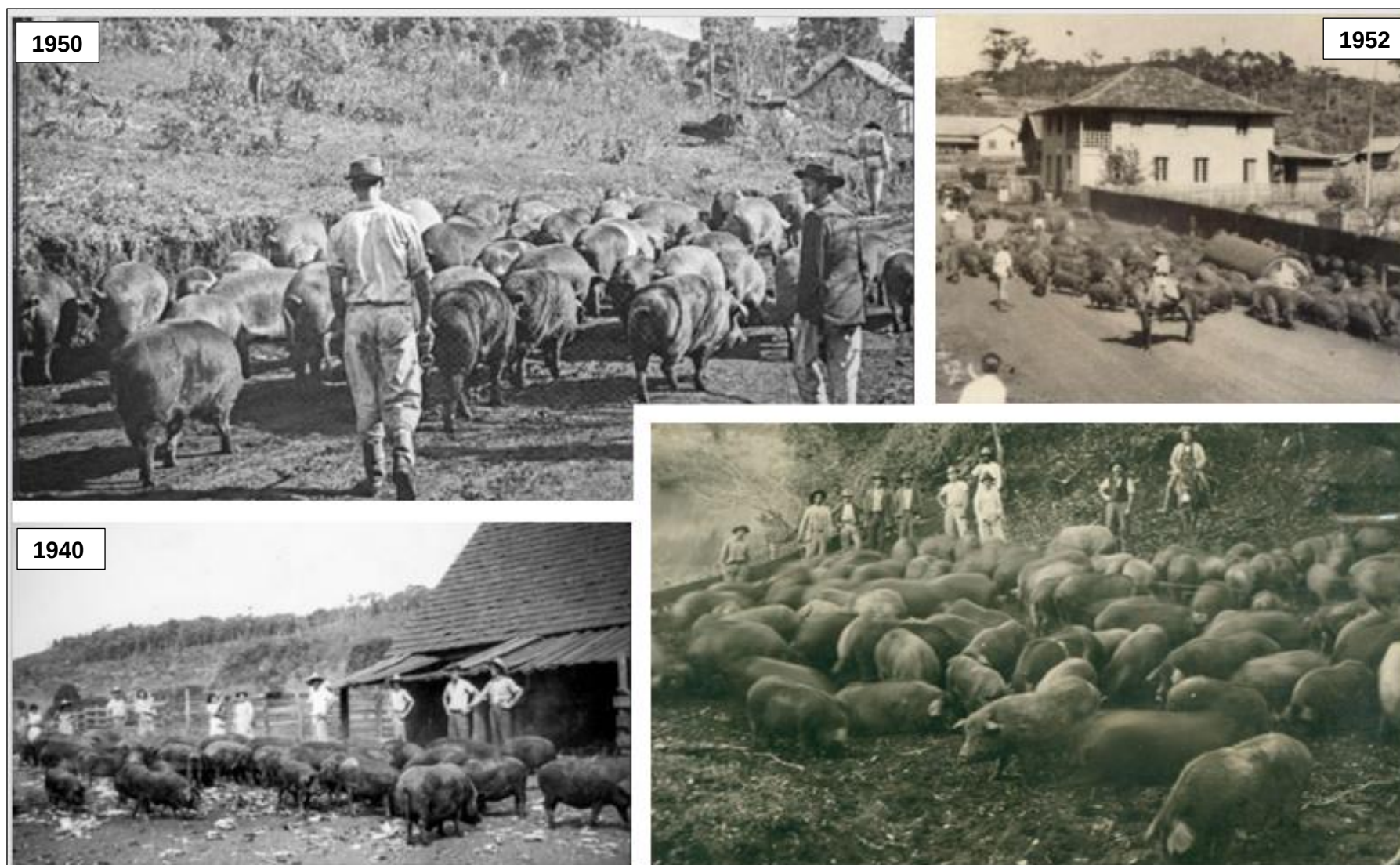


Fonte: Arquivos CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina) – Unochapecó.

Além da criação de porcos²³ (Figura 11), outros produtos como a extração da madeira, da erva-mate e o plantio de alfafa se destinavam à venda nos mercados locais e nacionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Argentina (ESPÍNDOLA, 1999). Num curto período de tempo, as possibilidades de produzir para um mercado maior e, sobretudo, de transporte, no caso ferroviário, despertam grande interesse por parte dos frigoríficos da região no aumento da produção e comercialização de suínos (PERTILE, 2008).

²³ A criação do porco “à solta” era a principal fonte de renda de muitas famílias, sobretudo para aquelas que não dispunham de grandes áreas de terra. O ambiente favorável – rico em fontes de alimento – contribuía para o baixo custo de produção. A atividade era considerada vantajosa pela alta capacidade de conversão do porco em carne e banha. Os animais eram destinados tanto à subsistência das famílias quanto à comercialização (CROSBY, 1993).

Figura 11 – Criação e tropeirismo de porcos “à solta”



Fonte: FORNECK; LUBENOW; PANSERA; GHIZZO, 2018.

Conforme salienta Corazza (2013, p. 13),

[...] os primeiros imigrantes, dedicados à pequena agricultura familiar, começaram a desenvolver atividades agropecuárias, em especial a produção de trigo, milho e de suínos. Na década de 1930, a produção de suínos afirma-se como uma atividade mais rentável que as outras e começa a tornar-se dominante. A crescente demanda de suínos e de banha provinha de São Paulo e foi intensificando o comércio da região catarinense com o centro do país. Foi a partir dessas atividades centradas na criação de suínos que se desenvolveram as primeiras casas comerciais de imigrantes e iniciou o processo de acumulação de capitais gerados na própria região.

Como descreve Espíndola (1999), esse processo resultou, posteriormente, na instalação dos primeiros frigoríficos no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, fortalecendo a figura do comerciante que realizava o papel de intermediário entre a produção mercantil²⁴ e os mercados das cidades, “possibilitando a alguns deles a criação de diversos mecanismos de domínio sobre os pequenos produtores mercantis” (ESPÍNDOLA., 1996, p. 29). Este período, segundo Motter (2020), caracterizaria o início das atividades industriais, embora mantidos os atributos econômicos e sociais da região.

Após a década de 1940, com o mercado em expansão – aumento nos grandes centros consumidores – a demanda por alimentos básicos cresce consideravelmente, tornando a suinocultura uma das principais atividades comerciais, favorecendo assim, a passagem dos frigoríficos para agroindústrias (PERTILE, 2008). “Os pequenos produtores rurais, que até então comercializavam apenas seus excedentes de consumo, passaram a produzir com vistas à comercialização de seus produtos, especialmente suínos” (PERTILE, 2008, p. 90).

Desta forma, quando os frigoríficos surgiram naquela área de Santa Catarina, já contavam com oferta considerável de matéria-prima ao processo industrial. Antes da instalação dos frigoríficos - década de 40 -, a suinocultura já se havia tornado a atividade predominante no seio da pequena produção mercantil regional. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 102).

²⁴ Para Mandel (1978), a pequena produção mercantil é a maneira pela qual se organiza o trabalho em uma sociedade primitiva, que apresenta certa quantidade de excedentes, promovidos através dos seus esforços, com divisão social do trabalho, com presença de unidades familiares e com a produção de mercadoria para a troca.

Com a expansão das estruturas produtivas, a capacidade de produção das agroindústrias aumentou consideravelmente. A empresa Sadia S/A por exemplo, fundada em 1944, por Atílio Fontana, abatia em média 30 suínos por dia, contando com 50 funcionários. No início do ano de 1946 já eram abatidos mais de 100 animais/dia (ALBA, 2002). No setor de frangos, a empresa passa de 1,023 milhão de aves abatidas em 1968 para 15.930 milhões em 1974 (ESPÍNDOLA, 2014). Já a Cooperativa Aurora Alimentos, fundada no ano de 1969, abatia de 150 a 200 suínos por dia em 1973, apenas na linha de cortes e banha e as atividades eram desenvolvidas por 25 funcionários. Nos anos seguintes, o número de abates aumentou, chegando a 500 suínos diários, atingindo uma das principais metas da indústria que consistia em receber a matéria-prima dos produtores e já dar destino a produção (AVISITE, 2018) (Figura 12).

Figura 12 – Planta industrial da Aurora Alimentos instalada em Chapecó (1969)



Fonte: <https://www.auroraalimentos.com.br/aurora>.

Nos dias atuais, com uma estrutura extremamente complexa que envolve desde escritórios, unidades produtivas e centros de distribuição fora do país, as agroindústrias alcançaram níveis de produtividade comparáveis aos obtidos nos principais países concorrentes (Estados Unidos, União Europeia, China), garantindo a inserção competitiva do setor nos mercados globais. O atendimento a novos e

sofisticados mercados é resultado da coordenação de todo o processo produtivo baseado na parceria entre produtor e indústria.

A partir da década de 1950, a integração do trabalho do campo com a cidade garantiu o sucesso das agroindústrias, consolidando, na década seguinte, a região Oeste, como destaque econômico, comercializando produtos alimentícios para outras regiões do país e exterior (ALBA, 2002). As ações do Estado foram definitivas para garantir o desenvolvimento industrial,

[...] não só através de investimentos em infraestrutura, mas também na viabilização das condições físicas para a instalação das indústrias (doação de terrenos, serviços de terraplanagem, isenção de impostos) e dos equipamentos e serviços urbanos que a nova burguesia industrial exigia.

Todos esses investimentos estatais em infraestrutura e o crescimento industrial foram resultantes da política econômica do governo militar, cujo auge foi o chamado “milagre econômico”, e que promoveu uma grande expansão econômica do país nesse período, às custas do endividamento externo, da política de concentração de renda, do forte arrocho salarial e da repressão política. Dentre as ações prioritárias do governo federal estava o fortalecimento do grande capital nacional e internacional e a promoção da descentralização da industrialização do país através da criação de polos de desenvolvimento no interior do seu território, investindo grandes quantias em infraestrutura (RECHE; SUGAI, 2011, p. 6).

No decorrer da década de 1960, com a crise pós-expansão industrial do período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o setor avícola começa a despontar regionalmente, ultrapassando o setor de suínos, face à queda do poder aquisitivo da população que passa a substituir progressivamente o consumo de carnes bovina e suína, pelo de carnes de aves – por serem produtos de menor valor. Frente ao panorama econômico favorável, as agroindústrias passam a investir massivamente na produção de aves, potencializando, desta forma, uma opção menos onerosa ao consumo alimentar dos brasileiros (HENTZ; OLIVEIRA; BATELLA, 2013).

Anteriormente à década de 1960, a avicultura brasileira tinha pouca expressividade econômica e era realizada de forma artesanal. A partir da década de 1960, o desenvolvimento do setor avícola no estado catarinense ocorreu associado às empresas que já possuíam negócios na produção de suínos e cereais, passando a atuar também, na produção e comercialização de carnes de aves. A diversificação produtiva foi impulsionada pelo crescimento da oferta de créditos para investimentos de longo prazo, associados à utilização de tecnologias nos segmentos de genética,

nutrição, sanidade e industrialização. Todavia, é somente na década de 1970 que a avicultura se moderniza devido, especialmente, à adoção do Sistema de Integração, somado a introdução de um pacote tecnológico que aumentou a produtividade do setor como um todo (CANEVER; TALAMINI; CAMPOS; FILHO, 1997).

Ao final dos anos 1960, paralelamente ao setor industrial de bens de produção – formado pela importação de tecnologia estrangeira – moderniza-se também no país, um mercado para produtos industrializados, dirigido em parte para o mercado interno, e em parte para a exportação (DELGADO, 1985), passando assim a impulsionar a modernização dos abatedouros e das indústrias de carnes (MUELLER, 1982). Com a abertura do mercado externo, os excedentes não comercializados no mercado interno passaram a ser direcionados para o mercado externo, ampliando significativamente os ganhos das agroindústrias do Oeste catarinense.

Como vimos, as décadas de 1950 e 1960 foram cruciais no processo de expansão e modernização das estruturas produtivas. A passagem do tradicional sistema de produção para sistemas modernos e intensivos ocorre simultaneamente ao crescimento das agroindústrias, acompanhado, no entanto, de profundas consequências aos produtores.

A década de 1970, por sua vez, caracteriza-se pela formação de um mercado nacional integrado, decorrente da aceleração do processo de urbanização e do desenvolvimento da infraestrutura de transportes rodoviários. Tal cenário favorece a estruturação de plantas de processamento maiores, direcionadas ao atendimento do mercado interno, produção integrada e diversificada, com produtos de maior valor agregado (MALHEIROS; BORGES; CUNHA, 1996).

Em meio às sucessivas mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira, as agroindústrias passam a investir massivamente na produção de alimentos industrializados, na tentativa de acompanhar o ritmo acelerado do dia a dia. A “tendência adaptativa consistiu no deslocamento de produtos individuais para alimentos preparados, como resposta às oportunidades crescentes de apropriação das atividades culinárias” (WILKINSON, 2002, p. 154). As novas mudanças em processo conduzem a uma profunda reestruturação do setor de alimentos, orientado agora pela demanda de uma nova geração urbana e pelo fim de marcas de produto único.

Para sobreviver, as indústrias lançam mãos de produtos processados, fazendo com que fossem incorporados à alimentação da população hábitos rápidos e práticos condizentes com o novo estilo de vida. Tal processo implica numa mudança de tradição, “já que com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, houve menos tempo para o preparo das refeições” (MARATOYA; CARVALHARES; WANDER; ALMEIDA, 2013, p. 77), favorecendo, desta forma, o consumo de alimentos produzidos fora das residências (pizzas, empanados, *nuggets*, lasanhas etc.).

Para responder as novas demandas e tendências, as empresas se diversificam para acompanhar a crescente incorporação de novos ingredientes, como também, pela necessidade de reajustar a logística, a distribuição, o *marketing* e as novas estratégias de marcas em um mercado em rápida mudança e crescente segmentação (WILKINSON, 2002).

No contexto atual,

Com a implantação dos pacotes agrícolas, o novo modo de “o que” e “como” produzir será em função de “o que se consome”, pela população urbana, principalmente. Nesse sentido, a agricultura e a indústria de alimentos, do mesmo modo, passam por mudanças para atender às novas “necessidades” dessa população cujos hábitos alimentares passam por mudanças. Na realidade, é um momento de bastante interesse por parte das empresas agroindustriais que veem nas cidades um crescente mercado para seus novos produtos (PERTILE, 2008, p. 124).

Nesse meio, e em decorrência da mudança nos planos produtivos, emerge a necessidade de substituir a banha de porco pelo óleo de soja. Conforme afirma Campos (2010), essa transformação nos hábitos alimentares viria a coincidir com as estratégias adotadas pelas indústrias, direcionando a produção em larga escala do produto – soja – para um ramo lucrativo de negócios. Com o passar do tempo, a expansão da demanda internacional avança para o mercado interno em substituição aos óleos de amendoim e algodão, a gordura de coco e a banha de porco²⁵.

²⁵ Diante das novas tendências de consumo dos dias atuais, a banha de porco voltou aos supermercados reconquistando o espaço que havia perdido, sobretudo na década de 1990. O retorno do produto tem despertado o interesse das grandes agroindústrias, as quais têm direcionado e adaptado a comercialização do produto em embalagens novas e mais práticas. Seu consumo tem sido indicado pelo fato de ser um produto natural, que não passa por um processo de modificação ou industrialização.

O rápido desenvolvimento do complexo da soja no Brasil acaba favorecido pelas políticas de incentivo do governo e, sobretudo, pela rápida expansão dos sistemas de produção industrial de aves de corte a partir de meados da década de 1970. Com a utilização em larga escala da parte sólida do produto para a alimentação dos animais confinados, sua valorização se intensifica no mercado internacional, direcionando o óleo para um mercado lucrativo de negócios (CAMPOS, 2011). Segundo Sorj (2008, p. 28), a expansão do setor em torno da produção do farelo de soja cresce de forma acelerada neste período, “passando de 168 milhões de toneladas em 1968 para 11.328 bilhões de toneladas em 1978”, sendo majoritariamente direcionada para a produção avícola e, em menor proporção, para outras espécies – bovinos e suínos.

Essa mudança nos hábitos de consumo do brasileiro viria a se consolidar, segundo Reche e Sugai (2008), no decorrer da década de 1990, época de instituição do Plano Real, em que se obteve a estabilidade da moeda, fundamentada dentre outras medidas, no barateamento de itens da cesta básica, o que de certo modo se pautou naquilo que o setor agrícola e agroindustrial oferecia ao mercado consumidor. Tal expansão nos setores agropecuário e industrial favorece o desenvolvimento do ramo de alimentos, “bem como a instalação de grandes frigoríficos e fábricas para sua industrialização” (CAMPOS, 2010, p. 4).

Conforme ressaltam Canever, Talamini, Campos e Filho (1997, p. 11),

Nos anos noventa, primeiramente, com a abertura econômica e depois com estabilização do processo inflacionário a agroindústria passou para a era da competitividade, onde a reestruturação tecnológica, a eficiência, a diminuição dos custos e a reestruturação administrativa das empresas transformaram-se nas estratégias de sobrevivência. Dessa forma, a avicultura tornou-se um dos mais importantes segmentos do complexo agroindustrial brasileiro, com participação destacada na geração de empregos, renda e na pauta de exportação do Brasil.

De modo semelhante à expansão das agroindústrias no país, em Santa Catarina e, principalmente, no Oeste catarinense, o processo de produção e industrialização apresentava-se em plena expansão, pois a região já se destacava na produção de suínos, favorecendo a consolidação das empresas diante da disponibilidade abundante de matéria-prima (PERTILE, 2008). Em um espaço curto de tempo, a dinâmica econômica da região baseava-se nestas atividades,

transformando o Oeste “no principal polo agroindustrial do estado, devido ao surgimento neste local das empresas agroindustriais que atualmente figuram como líderes no mercado nacional [...]” (MATTEI, 2011, p. 10).

Desta forma, para compreender na atualidade o espaço agroindustrial, tema do tópico seguinte, faz-se necessário analisar o processo de formação e consolidação do setor, verificando as mudanças promovidas na cadeia produtiva e, sobretudo, as articulações processadas constantemente no espaço resultado de investimentos de diferentes suportes institucionais e financeiros.

2.2 Desenvolvimento e consolidação da agroindústria processadora de carnes (aves e suínos)

Em um processo relativamente rápido, o setor agroindustrial processador de carnes passou a adquirir expressividade, sobretudo a partir da década de 1950, consolidando-se, juntamente com a indústria têxtil e madeireira, nos segmentos que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 1960. O cenário favorável desenhado pelo crescimento sistemático da produção²⁶, fez com que os pequenos produtores rurais aumentassem sua produção, levando alguns comerciantes a vislumbrar no processamento industrial de carnes uma excelente oportunidade de investimentos, o que, por sua vez, “possibilitava a ascensão no quadro político econômico, reforçando o domínio e o poder sobre os pequenos produtores mercantis” (ESPÍNDOLA, 1996, p. 30).

Complementa o autor que “tais relações promoviam ainda a diferenciação social entre os comerciantes e os produtores diretos” (p. 29), haja vista que a estrutura produtiva ampliava a acumulação de capital por parte dos comerciantes, os quais passaram a instalar o beneficiamento local de certos produtos agrícolas (ESPÍNDOLA, 1996). Tal processo, segundo o autor, tem sua origem associada ao desencadeamento da crise econômica mundial durante a década de 1930 que, com o fechamento dos mercados externos, abriu novas “possibilidades para que alguns

²⁶Conforme esclarece Espíndola (1999), as transformações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, juntamente com o crescimento populacional, distribuição de renda e urbanização, condicionaram a sociedade a um aumento significativo no consumo de alimentos processados e semiprocessados. A combinação destes fatores garante a significativa presença do ramo alimentar na indústria brasileira, pautada nas grandes agroindústrias que direcionam seu atendimento ao mercado interno e externo.

comerciantes produzissem internamente o que antes era importado” (p. 31). Pequenos capitalistas começam a surgir no universo dos comerciantes, os quais passam a liderar o processo de consolidação industrial local, tornando-se, posteriormente, grandes indústrias.

Nas décadas seguintes (1940 a 1960), as atividades produtivas ligadas ao campo no Oeste catarinense passaram por uma grande diversificação e ampliação na base produtiva. As atividades que, até então, estavam voltadas para o comércio, começaram a se industrializar. Embora intervenções por parte dos governos nos setores produtivos já vinham ocorrendo, é somente a partir dos anos de 1960, que um intenso processo de transformação afeta sobremaneira o setor agropecuário (PERTILE, 2011). Primeiro com a substituição do porco “tipo banha²⁷” para o “tipo carne²⁸” e, posteriormente, com a introdução da avicultura de corte na mesma época, mas consolidada na década seguinte.

A difusão do porco “tipo carne”, implementada por meio de um programa de modernização seletiva, congregava os interesses do Estado, das agroindústrias e dos produtores, associado ao uso intensivo de insumos de origem industrial e técnicas de manejo (MAZZALI, 2000). Ao lado desse movimento de modernização, e a partir da diversificação para carnes de aves,

[...] esses grandes frigoríficos valeram-se de importantes vantagens competitivas consolidadas a partir da experiência com a produção e comercialização de derivados de suínos, atreladas a um bem estruturado sistema de distribuição e, em particular, ao peculiar relacionamento com pequenos e médios produtores rurais (MAZZALI, 2000, p. 64).

Conforme destaca Pertile (2011), as mesmas características do processo modernizante da agricultura brasileira – o qual estimulou a adoção de pacotes

²⁷ Até a década de 1960, “os porcos eram criados principalmente pela sua banha, pois a gordura do porco tinha um alto valor comercial nos centros urbanos do sul e do sudeste, onde era largamente utilizada no preparo dos alimentos nas cozinhas. Além do mais, a banha era utilizada pelos agricultores para conservar as carnes, através da imersão de pedaços de carnes cozidas em latas de banha, em épocas de inexistência de energia elétrica nas zonas rurais” (CARVALHO, PROVIN, VALENTINI, 2016, p. 124).

²⁸ “A introdução das novas raças (tipo carne) visava não só aumentar a produtividade das criações, mas fundamentalmente direcionar o setor para a carne de porco em contraposição a banha, pois houve a transformação de hábitos alimentares com a introdução do óleo de soja nas cozinhas no início da década de 1970, muito mais barato de ser produzido em larga escala do que a banha” (SUDESUL, 1980, p. 34).

tecnológicos da Revolução Verde²⁹, sobretudo a partir da década de 1960 – se fazem presentes no estado de Santa Catarina, alterando profundamente a base técnica da agricultura e consolidando as agroindústrias. “Tanto na região Oeste catarinense, quanto em todo o restante do estado, parece ter vingado a proposta norte-americana da ‘Revolução Verde’” (ICEPA/SC, 1984, p. 24).

A modernização em curso no país exige do setor agroindustrial do Oeste catarinense, melhoria dos equipamentos, das instalações, das técnicas de produção (genética animal e vegetal), utilização de insumos químicos e máquinas industriais, difusão do serviço de extensão rural, ampliação do crédito rural subsidiado e, sobretudo, aumento das exigências em termos da qualidade dos produtos e da produtividade (ALBA, 2008).

Este processo que ocorreu dentro do modelo de desenvolvimento brasileiro, por um lado, resulta em mudanças no perfil da demanda e no funcionamento do mercado alimentício, forçando as agroindústrias a adotarem estratégias que garantissem estabilidade no abastecimento dos produtos ao mercado. Por sua vez, as agroindústrias desenvolvem táticas – muitas delas com o apoio do Estado e diretamente ligadas ao setor agrícola – capazes de melhorar o fornecimento de matéria-prima. Por outro lado, a modernização estimulada pelo Estado via instrumentos políticos, possibilitou a inserção da agricultura na dinâmica do setor industrial, tanto como consumidor de produtos da indústria, quanto como fornecedor de matérias-primas para a agroindústria (PERTILE, 2011).

Esta, aliás, é uma questão que merece nossa atenção, pois, para compreendermos o espaço agroindustrial na atualidade, faz-se necessário vê-lo “como resultado de articulações engendradas, constante e continuamente no espaço” (PERTILE, 2010, p. 10). Desta forma, em um primeiro momento, aponta-se o Estado – tanto em âmbito nacional quanto estadual – como principal agente promotor do desenvolvimento da cadeia produtiva, articulando e direcionando os investimentos na economia para facilitar o processo de acumulação, beneficiando direta ou indiretamente as agroindústrias.

²⁹ Segundo Delgado (2012), com a integração técnica da indústria à agricultura, os pacotes tecnológicos da Revolução Verde foram adotados, aprofundando as relações de crédito na agricultura.

A formação do setor agroindustrial no Oeste “deve ser vista como constituinte de um processo integrado ao movimento do capital, no sentido de sua valorização” (PERTILE, 2011, p. 18), pois,

[...] em diferentes momentos, o Estado catarinense exerceu papel preponderante para o desenvolvimento regional, mas sempre atendendo à determinada parcela de beneficiados. No caso do Oeste de Santa Catarina, isso ocorreu com a concessão de áreas para empresas de colonização no início da ocupação regional, na implantação de políticas de fortalecimento da base produtiva ou na implantação de infraestrutura como suporte para o setor agroindustrial em diversos municípios (PERTILE, 2011, p. 18).

Outrossim, o Estado, em seus diferentes ramos de atuação, viabilizou a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do capital, garantindo, mantendo e estimulando o avanço das forças produtivas. A agroindústria, por sua vez, passa a direcionar o ritmo e a forma como as mudanças se processariam na base do setor agrícola, especialmente, a partir de meados da década de 1960 (PERTILE, 2011).

Em termos gerais, pode-se ver que tanto o Estado nacional como o Estado regional procuraram, a partir de 1960, instaurar uma política de desenvolvimento no setor. Trata-se de uma política baseada na ação consciente do Estado a articular os diferentes setores que compõem o complexo agroindustrial. Nessa etapa, através de incentivos fiscais, linhas de crédito, isenção de impostos, créditos-prêmios etc., o governo procurou alçar as agroindústrias brasileiras a um patamar de competitividade mesmo mundial (ESPÍNDOLA, 1996, p. 79).

Em um momento posterior, a consolidação das agroindústrias teve como um dos seus principais pilares a exploração do trabalho de base familiar. A estruturação fundiária da região permeada por pequenas propriedades rurais – reflexo do processo de colonização – favoreceu a alavancada das agroindústrias e a formação dos grupos econômicos articulados com a economia local e nacional. As agroindústrias se aproveitaram do potencial representado pela força de trabalho proveniente da mão-de-obra familiar e implementam um modelo de produção designado de Sistema de Integração.

O Sistema de Integração³⁰, como ficou conhecido, consiste em um contrato normativo de parceria entre a empresa (integradora) e o pequeno produtor rural (integrado). A empresa se responsabiliza pelo fornecimento da matéria-prima (pintinhos e leitões), dos insumos e medicamentos, pela assistência técnica, logística de transporte, abate e comercialização da produção. Enquanto o produtor (integrado) aporta as suas instalações e equipamentos (manutenção e alterações necessárias), água e energia elétrica, mão-de-obra e a gestão ambiental da atividade, encarregando-se de atender todas as exigências impostas pela agroindústria. Ao final, o produtor integrado recebe uma remuneração que varia de acordo com os índices de eficiência atingidos no processo (conversão alimentar, mortalidade, tempo de engorda) (FRANÇA, 2000).

Os sistemas integrados de produção, “também denominados contratos de integração, definem as tarefas, responsabilidades, direitos e deveres entre dois contratantes (a empresa e o produtor integrado), em condições de igualdade” (BELATO, 1985, p. 322). Todavia, é notória a falta de equalização do poder decisório entre os agentes econômicos envolvidos, “sinais evidentes da integração e ‘engessamento’ decisório, administrativo e econômico do colono frente ao frigorífico” (PEREIRA, 2007, p. 152).

Os contratos de integração, segundo Coser (2010, p. 77), possuem como características básicas:

- i) a exclusividade da integradora na definição dos principais insumos utilizados na produção (genética, rações e medicamentos); ii) o monopólio da integradora sobre as decisões técnicas, de coordenação da atividade produtiva e de comercialização dos animais; iii) a determinação pela integradora de níveis mínimos de produtividade e do sistema de remuneração empregado no sistema.

Os contratos de integração asseguram, desse modo, a coordenação técnica, o gerenciamento estratégico e a estrutura logística de produção, repassando a responsabilidade produtiva e administrativa aos integrados, o que garante, por sua vez, a exclusividade da produção às agroindústrias. Cria-se, para tanto, condições de vantagem aparente para as agroindústrias, pois, “[...] ao colono não é permitido

³⁰ Outras análises desse processo podem ser realizadas a partir da dissertação de França (2000), intitulada “**A evolução da base técnica da avicultura de corte no Brasil: transformações, determinantes e impactos**”

dimensionar, ‘a priori’, o seu lucro como fazem as empresas ao elaborar seus orçamentos.” Cabe-lhe, isto sim, “[...] aquilo que o frigorífico decide dar e não o que o colono poderia auferir num mercado concorrencial” (PEREIRA, 2007, p. 154). Frente à expansão dos contratos de produção, advieram aos produtores melhorias nos índices de produtividade, porém, “uma das desvantagens é não poder beneficiar-se das oscilações do mercado, nas ocasiões em que este lhes é favorável” (PEREIRA, 2007, p. 153).

A adoção do Sistema de Integração como parte do projeto modernizante da agricultura brasileira, tinha por objetivo explícito o aumento da produção e da produtividade. Embora a suinocultura já tivesse se tornado a atividade dominante, era preciso estabelecer novas relações de produção capazes de dissolver a estrutura produtiva rural autossuficiente, garantindo, desta forma, o fornecimento regular de matéria-prima por parte dos pequenos produtores rurais (ESPÍNDOLA, 1996), submetendo-os tecnológica e organizacionalmente às recomendações do contratante (MAZZALI, 2000).

Amplamente difundido nos Estados Unidos e países europeus, a integração foi uma estratégia para organizar a produção e, ao mesmo tempo, “garantir quantidade, regularidade e qualidade do produto ofertado” (COLETTI, 2009, p. 130), além da redução dos custos industriais nas operações de abate e elaboração da matéria-prima (ESPÍNDOLA, 1999). “A adoção dos contratos de produção constitui o instrumento pelo qual a agroindústria consegue, ao mesmo tempo, provocar e obter a reorganização das explorações agrícolas, submetendo-as ao seu domínio” (CEPA/SC, 1978 *apud* PEREIRA, 2007, p. 164).

Segundo Strieder (2000), à medida que a integração se expande, implicando no avanço do capital, destrói-se o modo de produção de subsistência, sendo este reorganizado em seus aspectos tecnológicos, redimensionando o tempo e o espaço, como também as técnicas e os métodos de produção. As atividades de produção, tão-somente voltadas para o autoconsumo, impõem, a partir de então, uma produção objetivando o grande mercado mundial.

Mediante o uso intensivo de métodos, técnicas e insumos modernos, as integrações verticais, segundo Espíndola (1996, p. 40), ajudaram a ampliar “a capacidade concorrencial dos frigoríficos do Oeste catarinense, diminuindo a dependência externa e sustentando os processos flexíveis de qualidade e diferenciação dos produtos”. Todavia, embora a modernização das atividades

criatórias a partir da integração já tivesse sido implementada, foi somente na década de 1970 que o novo modelo de produção se assenta plenamente.

Destaca Piva (2010, p. 24),

[...] que a interdependência entre indústria e agricultura é tão sentida que o antigo caráter autônomo da agricultura, assim como a capacidade decisória dos grupos sociais rurais, se abala e perde força. Dessa forma, muda-se o modo até então predominante de se produzir, combinando elementos antigos como terra e trabalho aos insumos e serviços industrializados.

O movimento que se segue nos anos seguintes é o de aprofundamento do Sistema de Integração e seleção das unidades produtivas integradas. Pertile (2010) ressalta que, após 1975, com a expansão das agroindústrias no mercado nacional e externo, constantes aprimoramentos na qualidade das matérias-primas são exigidos, impondo aos produtores rurais um perfil tecnológico de produção, passando as empresas a controlar os padrões de produção, sanidade, homogeneidade e regularidade da matéria-prima. Este período, caracterizado pela alteração de sua base produtiva e por inserções de cunho técnico no setor marcariam, de acordo com a análise de Motter (2020), o **segundo período** de desenvolvimento do agronegócio de carnes no Oeste Catarinense³¹.

A progressiva adoção de melhorias técnicas propiciou um equilíbrio da estrutura interna das explorações agrícolas, todavia, transferiu para fora das explorações as decisões do processo produtivo, tornando-as tecnicamente dependentes em relação às agroindústrias (PEREIRA, 2007). Diante das novas imposições tecnológicas de produção e consumo, “a agricultura passa a ser consumidora de insumos modernos, fornecedora de alimento e campo de investimento para os diferentes capitais” (ESPÍNDOLA, 1996, p. 120). Consolida-se, assim, a dependência agricultor/empresa, aprofundando a territorialização do capital no campo (HENTZ, 2016).

³¹ Em relação ao segundo período de desenvolvimento do agronegócio de carnes no Oeste catarinense, é preciso indicar que o que conforma a situação presente do setor é a virada de século, com aquilo que Delgado (2012) reconhece como “novo pacto de economia política do agronegócio”, cujas características são a crise cambial de 1999, a estratégia de criação de *superávits* comerciais a partir do agronegócio e da mineração, somado a uma conjuntura favorável à exportação de *commodities* – incluindo neste contexto as carnes. Estas estratégias nascem no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e são reforçadas com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa ótica, a tendência ao Sistema de Integração, remetia à diminuição do número de produtores e a respectiva concentração da produção em propriedades rurais já estruturadas, pois, “os frigoríficos julgam irracional e antieconômico manter como produtores integrados os colonos cujas possibilidades de produção e índice de eficiência não se mostrem adequados a satisfazer as necessidades da atividade” (PEREIRA, 2007, p. 153, grifo do autor).

Por sua vez,

[...] à diminuição de produtores de pequenos plantéis e o aumento de produtores maiores são o resultado tanto do sucesso e capitalização de alguns empreendimentos, como da real eliminação dos que não conseguem fazer frente aos aspectos técnicos e econômicos da produção, de modo a suportar situações de oscilações nos fatores de produção e comercialização (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982, p. 41).

Esse processo de seleção impactou profundamente na dinâmica de desenvolvimento da região, haja vista que apenas uma pequena parcela dos produtores rurais conseguiu ser incluída neste sistema de produção, enquanto os demais, por não se adaptarem às exigências das empresas, acabaram excluídos. As novas imposições tecnológicas passam a refletir na tradicional forma de inserção da produção familiar, conduzindo a uma especialização e concentração da produção. Frente às exigências do mercado, as agroindústrias procuram, cada vez mais, aumentar a produtividade, forçando os agricultores a se associarem ao capital industrial por meio do Sistema de Integração. Neste período, “o equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada, agroindústria e território passa a sofrer forte transformação” (MIOR, 2010, p. 239).

Nesta nova seleção, os produtores passam a ser escolhidos em virtude da escala de produção da matéria-prima, ou seja, permanecendo apenas os mais capitalizados e de maior porte. E o Sistema de Integração que, inicialmente, ofertava ganho mútuo, passa a favorecer consideravelmente as agroindústrias.

O modelo técnico da suinocultura predominante na região, até meados da década de 1960 não criava, para os agricultores, grandes barreiras para a entrada na atividade. Isso permitia que a produção de suínos estivesse presente na maioria das propriedades, tendo, cada uma delas, entre três e cinco matrizes, em função da capacidade de produzir os alimentos necessários para criá-los. Esse modelo técnico é denominado por Testa et al. (1996) “policultura hierarquicamente

subordinada à suinocultura”. A partir da década de 1980, as agroindústrias buscam aumentar a escala de produção nas propriedades dos agricultores, procurando diminuir os custos industriais pela melhoria da eficiência nos transportes de ração e de animais e na assistência técnica. O aumento do plantel de suínos, especialmente pela falta de capital para investimento, não acontece em todas as propriedades. Enquanto alguns agricultores conseguem aumentar a produção, a maior parte deles fica obrigada a abandonar a atividade (HANSEN, 2014, p. 18).

A partir do final dos anos de 1980 e início da década de 1990, a reestruturação produtiva promovida na cadeia agroindustrial se intensifica, sendo cada vez mais rigorosas as exigências impostas aos integrados. O aumento na escala de produção de alguns produtores implicou automaticamente na eliminação de outros. Contudo, cabe destacar que, mesmo diante da drástica redução no número de produtores³², “a produção apresentou um incremento de 180%, o que caracteriza uma severa concentração da produção naqueles agricultores que permaneceram na atividade” (MELLO; FILIPPI, 2007, p. 5), refletindo o grau de modernização imposto às propriedades, tornando-se, efetivamente, o principal fator de exclusão dos menos capitalizados. O período que se estende da década de 1980 até o momento atual, caracteriza o que Motter (2020, p. 50), denomina de **terceiro período** de desenvolvimento das agroindústrias, no qual “passa a imperar na região o pacto da economia política do agronegócio, a centralização de capitais e a extraordinária ampliação do mercado externo, articulando cada vez mais a região à escala global [...]”.

A reestruturação produtiva não é uma realidade unicamente brasileira sendo observada também em outros países a exemplo dos Estados Unidos da América³³ - terceiro maior produtor e exportador mundial de carne suína. Assim como ocorre no setor agropecuário brasileiro, o setor suinícola dos EUA também passou por profundas transformações que envolvem, sobretudo, a coordenação da cadeia de produção

³² Ao final desse período de transformações, constata-se com base em Testa; Nadal; Mior; Baldissera e Cortina (1996), que no ano de 1980, de um total de 67 mil famílias que tinham na suinocultura sua principal fonte de renda, em 1995, restaram apenas 20 mil nesta condição. Já em 2002, segundo Lins e Coletti (2010), havia apenas 15 mil suinocultores e, em 2018, estimava-se que este número fosse de apenas 8 mil produtores.

³³ Durante os meses de dezembro de 2019 a março de 2020, desenvolvemos junto ao Departamento de Geografia da *Kansas State University*, um projeto de pesquisa cujos objetivos contemplavam a cadeia produtiva de carnes aves e suínos nos Estados Unidos da América. Frente ao agravamento da epidemia COVID-19, nosso retorno ao país sede foi antecipado e as análises referentes a pesquisa não puderam ser contempladas em sua totalidade.

tanto no que se refere à matéria-prima – concentração produtiva – quanto em relação aos insumos (milho e soja), conforme detalhamos brevemente na sequência.

2.2.1 A reestruturação produtiva a partir de alguns apontamentos entre Brasil e Estados Unidos

De acordo com os dados do Censo da Agricultura dos Estados Unidos, entre os anos de 1997 e 2017, o número de fazendas que criavam suínos nos Estados Unidos diminuiu 47%, enquanto o plantel de suínos e o tamanho médio das operações aumentaram, respectivamente 18% e 122% no mesmo período. Em 1997, 124.889 fazendas norte-americanas produziam suínos, com um plantel total de 61,2 milhões de cabeças e uma média de 490 cabeças por fazenda. No ano de 2017, o plantel de suínos era de 72,4 milhões de cabeças e apenas 66.439 fazendas com uma média de 1.089 cabeças (US CENSUSES OF AGRICULTURE).

A mudança no perfil da indústria suína dos EUA reflete a tendência de concentração imposta a longo prazo, tanto na produção quanto no número de fazendas. Embora a maior parte dos produtores de suínos ainda ocupe uma escala pequena (1-999 cabeças), a produção tem se concentrado fortemente em produtores com escala de produção de (1.000-4.999 cabeças) e, especialmente, em operações de grande escala industrial (5.000 ou mais cabeças). Em 1997, as fazendas que tinham menos de 1.000 cabeças representavam 24,6% do plantel do país, enquanto em 2017, representavam apenas 2,8% do total de suínos dos EUA. Por outro lado, as fazendas com 5.000 ou mais cabeças que em 1997 representaram 40,2%, aumentaram para 72,8% em 2017 (US CENSUSES OF AGRICULTURE).

A tendência à concentração da produção tem sido uma característica marcante, principalmente, nas cadeias integradas de produção (aves e suínos). Este movimento de reestruturação que, a longo prazo, vem sendo implementado – orientado pela economia de escala – tem por característica principal o intenso nível de tecnologia adotado nos sistemas produtivos. As crescentes exigências do mercado – tanto interno quanto externo – obriga as agroindústrias a intensificação de estratégias, objetivando uma maior eficiência nos sistemas produtivos, com a diminuição dos custos de produção, de transação e logística, efeitos diretos da nova dinâmica de mercado.

As transformações dos últimos anos nos sistemas integrados de produção têm por reflexo condicionante a intensa automatização das estruturas de produção; o aumento do número de animais por produtor e, conseqüentemente, a redução do número de produtores integrados; produtores de médio e grande porte com alta capacidade de contrair financiamentos e mão de obra assalariada (FLACH, 2010). Ao mesmo tempo em que buscam aumentar a competitividade dos setores produtivos, procuram também ter acesso as regiões com oferta abundante de matéria-prima (milho e soja). Grande parte deste movimento – (re)espacialização das agroindústrias – tem ocorrido a partir da migração da produção de aves e suínos para a região Centro-Oeste do país como podemos visualizar na tabela 4.

Tabela 4 – Participação no inventário total de suínos e matrizes (%) dos dez maiores estados produtores de carne suína do Brasil

Estado	2002	2007	2012	2017	2018	2013	2015	2017	2018
	% do plantel total					% do plantel total de matrizes*			
Santa Catarina	16.8	19.9	19.3	19.6	19.2	15.0	14.0	16.2	17.9
Paraná	13.3	13.2	14.2	16.7	16.6	13.1	14.0	12.7	12.5
Rio Grande do Sul	12.6	14.5	16.0	14.5	13.8	12.5	12.0	12.0	11.8
Minas Gerais	10.4	11.7	13.3	12.7	12.7	11.1	10.1	10.7	10.9
Mato Grosso	3.2	3.9	4.6	6.2	7.1	4.1	6.5	6.1	5.7
Goiás	4.3	4.3	5.2	5.0	4.8	5.5	5.0	5.1	5.2
São Paulo	5.8	4.8	4.0	3.4	3.5	4.2	3.8	3.6	3.4
Ceará	3.3	3.2	3.0	2.8	2.8	3.5	3.7	4.0	4.1
Bahia	6.2	5.3	3.9	2.6	2.7	6.9	5.8	4.5	4.1
Piauí	4.3	3.2	2.3	2.5	2.5	3.7	3.3	3.7	3.7

Fonte: SIDRA/IBGE. Elaboração: HENTZ, C.

* Os dados referentes ao plantel de matrizes só estão disponíveis a partir do ano de 2013.

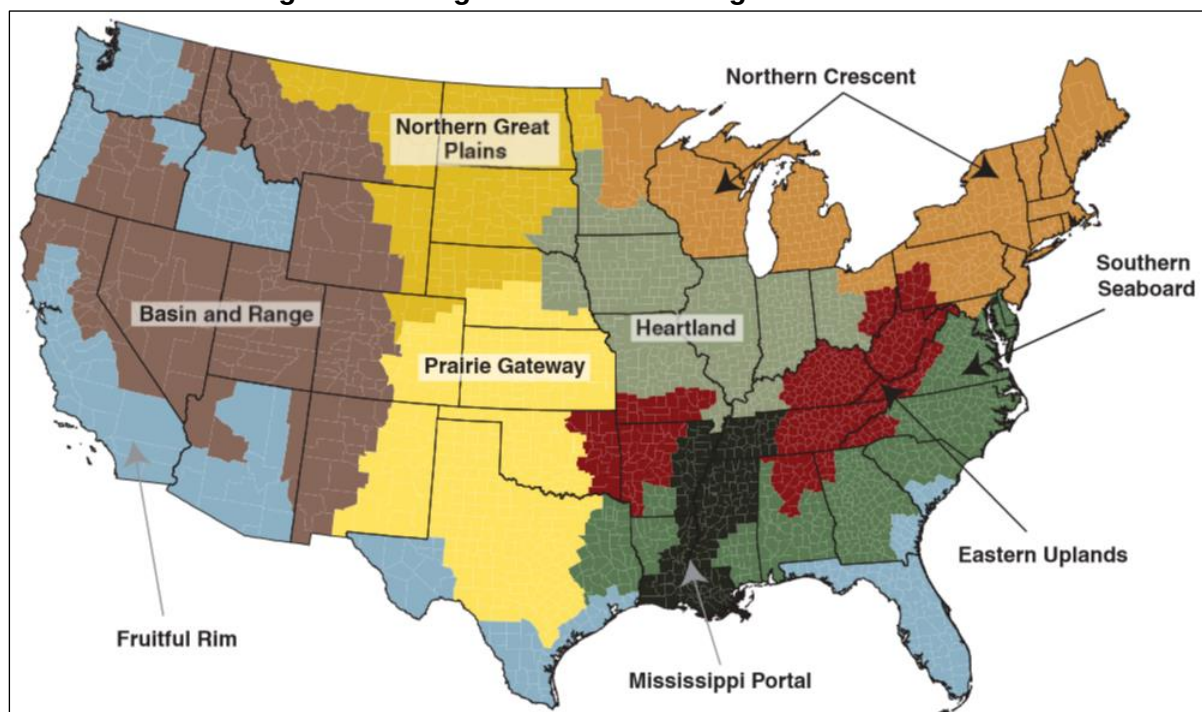
Embora o plantel brasileiro de suínos concentre-se principalmente na região Sul do país – responsável por 91,4% das exportações totais de suínos – o estado do Mato Grosso, por exemplo, aumentou seu plantel suíno em 65% de 2002 a 2018, passando de quase 1 milhão de cabeças para mais de 2,9 milhões, enquanto em Santa Catarina esse aumento foi de 33% no mesmo período (de 5,3 para 7,9 milhões de cabeças).

De modo similar ao contexto brasileiro, a produção americana concentra-se majoritariamente nos estados do Heartland, incluindo o cinturão do milho, onde a cultura do cereal é abundante (Figura 13). A costa sul experimentou um rápido

crescimento durante os anos de 1980 e 1990, enquanto a Região Oeste – que inclui o Prairie Gateway, North Great Plains e a Basin and Range – expandiu notavelmente a produção de suínos entre 1992 e 1997 (MCBRIDE; KEY, 2003).

A tabela 5 apresenta os 10 maiores estados produtores de carne suína dos EUA e sua participação no mercado e no estoque de suínos. Os estados do Iowa, Minnesota, Illinois, Indiana, Ohio e Missouri representavam, em 2002, 55% do estoque de suínos do mercado norte-americano, aumentando para 66% em 2020. A Carolina do Norte, na Costa Sul, respondeu sozinha por 16% e 12% do estoque de mercado do país nos mesmos anos, respectivamente.

Figura 13 – Regiões de recursos agrícolas³⁴ dos US



Fonte: USDA, 2020; KEY; McBRIDE, 2007.

O estado do Iowa é de longe o maior produtor de carne suína, responsável por 33% do estoque de suínos do mercado nacional e por 15,4% do inventário de reprodução em 2020. O estado é também o maior produtor do Heartland, com 50% do plantel de suínos. O estoque médio de cabeças no estado aumentou 63% entre

³⁴ As Regiões de Recursos Agrícolas foram definidas pelo Serviço de Pesquisa Econômica do USDA (2000) para representar a especialização geográfica na produção de *commodities* agrícolas dos EUA.

2002 e 2017 (de 1.396 para 3.852 cabeças de suínos), enquanto o número de operações reduziu em 44%.

Os estados do Prairie Gateway representados pela Nebraska, Oklahoma e Kansas mantiveram sua participação no estoque de suínos relativamente estável, com uma média de 13%, com flutuações cíclicas entre 14% e 11% entre 2002 e 2020. O estoque de suínos e matrizes no Norte da Carolina manteve-se bastante estável entre 2002 e 2017, assim como a média de cabeça por fazenda (3.361).

Nebraska é o estado entre os dez maiores estados produtores de suínos dos EUA, onde o número de operações reduziu em mais de 60%, enquanto a média de cabeças por fazenda aumentou 68% (de 824 para 2.557 cabeças de suínos) entre 2002 e 2017. Esta dinâmica de concentração da produção e/ou de deslocamento e articulação à cadeia produtiva de grãos tem promovido mudanças nos arranjos produtivos da carne. A produção americana concentra-se majoritariamente no chamado “cinturão do milho”, região do meio-oeste norte-americano que concentra os maiores produtores de milho do país. As transformações no setor apontam para a concentração de sua produção em mega granjas com grande potencial para tornar o país um dos maiores exportadores mundiais.

No caso brasileiro, o deslocamento de investimentos das principais agroindústrias para as áreas de fronteira agrícola transformou a região Centro-Oeste em um novo polo produtivo. Atraídas pela abundância de matérias-primas, mão de obra e incentivos fiscais, as agroindústrias têm readequado o Sistema de Integração, passando a priorizar médios e grandes produtores rurais, cuja dinâmica produtiva está baseada no uso intensivo de tecnologias de genética, nutrição e processamento da produção. Esse movimento de (re)especialização da produção, no entanto, “enfrentou constrangimentos de ordem técnico-produtiva” (MAZZALI, 2000, p. 89). Dentre os principais problemas para viabilizar a integração da produção – soja, frangos e suínos – nos moldes do Sistema de Integração, Mior (1992) destaca a inexistência de uma estrutura social adequada – produção familiar – presente, sobretudo, nos estados produtores de origem europeia no Sul do Brasil.

Tabela 5 – Participação no inventário total de suínos e matrizes (%) e média de cabeças por fazenda nos dez maiores estados produtores de carne suína dos EUA

Carne suína dos EUA										Plantel de matrizes				
Estado	Plantel de suínos*									2002	2007	2012	2017	2020
	2002		2007		2012		2017		2020					
	% Rebanho	Média cabeças	% Rebanho	Média cabeças	% Rebanho	Média cabeças	% Rebanho	Média cabeças	% Rebanho **	% do inventário de matrizes				
IA	26.3	1,396.4	27.8	1,952.5	32.4	3,123.2	27.8	3,851.6	33.1	17.0	17.5	18.0	16.2	15.4
MN	9.8	945.3	10.7	1,390.1	11.8	1,994.4	10.7	2,458.9	12.3	9.4	9.5	9.8	9.2	8.8
IL	6.7	921.4	6.0	1,211.2	6.8	2,009.8	6.0	2,238.7	6.8	7.0	7.0	8.6	8.6	9.1
IN	5.2	690.0	5.2	836.4	5.8	1,276.8	5.2	1,455.3	5.5	5.3	5.2	4.9	4.2	3.9
OH	2.4	299.8	2.6	354.1	3.1	539.5	2.6	777.8	3.6	2.5	2.6	2.9	3.1	3.1
MO	4.8	750.9	4.4	902.1	4.0	1,127.8	4.4	1,097.9	4.6	5.8	5.9	6.1	7.3	7.4
NE	4.7	824.4	4.5	1,126.1	4.3	1,775.1	4.5	2,577.2	4.7	5.9	5.6	6.7	7.0	6.9
KS	2.5	831.3	2.7	1,089.5	2.9	1,712.9	2.7	2,052.0	2.7	2.6	2.7	3.0	2.7	2.8
OK	4.0	867.1	3.2	866.3	3.2	975.9	3.2	768.6	2.5	5.3	5.7	7.2	7.4	7.1
NC	15.9	3,383.2	14.4	3,607.2	13.5	3,671.6	14.4	3,338.8	11.7	16.2	16.4	15.1	14.6	13.6

Fonte: US Censuses of Agriculture; National Agricultural Statistics Service NASS/USDA. Elaboração: HENTZ, C.

*Para os anos de 2002 a 2017, as estimativas são para dezembro de cada ano (US Censuses of Agriculture).

** Para o ano de 2020, as estimativas são para o mês de março (National Agricultural Statistics Service NASS/USDA). A média de cabeças por fazenda para o ano de 2020 ainda não está disponível.

Neste sentido, Mazzali (2000, p. 90) destaque que,

[...] fica reforçada a importância e as vantagens competitivas da estrutura agrária dos estados da Região Sul. A produção familiar, ao propiciar, além da regularidade de entrega, maior controle de qualidade da matéria-prima, oferece as condições fundamentais para a implementação de uma estratégia de sofisticação e diferenciação dos produtos derivados das carnes, no mercado interno, e ao atendimento das crescentes exigências em termos de sanidade e qualidade, por parte do mercado externo.

Embora o potencial de expansão dos complexos de grãos e carnes tenha avançado muito, “essa é uma das regiões brasileiras mais dependentes dos investimentos públicos, sobretudo os de infraestruturas” [...] (BRANDÃO, 2007, p. 145). Por este fato, as empresas têm combinado os investimentos no Cerrado com a produção na Região Sul, conduzindo segundo Mazzali (2000), a uma nova divisão do trabalho.

O redirecionamento do setor produtivo e a implantação de novas estratégias empresariais refletem segundo Souza (1993), o desdobramento de um fenômeno mais amplo e complexo de caráter econômico, social e político. A partir dos anos de 1970, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na *substituição de importações*, um novo padrão de acumulação se desenvolve moldado, sobretudo, a partir de novos padrões de competitividade internacional e a partir das mudanças econômicas que ocorrem no país com a política de abertura econômica (GOMES, 2011). Difundindo-se com maior intensidade a partir da década de 1990, essas mudanças associam-se, por um lado, ao processo de reestruturação das formas de organização do capital e sob a influência da ordem político-econômica neoliberal e, por outro lado, a difusão de inovações tecnológicas e organizacionais nas diferentes cadeias produtivas, envolvendo transnacionalização de empresas e a integração dos mercados, imprimindo uma nova dinâmica na concorrência intercapitalista (PREVITALLI *et al.*, 2010).

As mudanças em curso promovem, assim, uma maior integração dos mercados ampliando as possibilidades de comércio, mas também, a concorrência entre os países. Para minimizar os impactos do processo de reestruturação industrial “as empresas são obrigadas a rever e a reformular suas formas de inserção e de atuação na indústria, no âmbito de sua organização interna e nas interações com a cadeia da qual fazem parte” (MAZZALI, 2000, p. 35). A busca por competitividade, segundo

Gomes (2011), leva as empresas a produzirem com maior eficiência e a buscarem por inovações mais efetivas, congregando estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional. O progresso técnico antes voltado para a descoberta de métodos mais eficazes de produção – da terra ou do trabalho – volta-se, agora, para atender os novos padrões do consumo globalizado (FRIEDLAND, 1994).

A mudança no mercado dos produtos passa a ser influenciada pela tendência de diversificação do consumo em função de novos comportamentos sociais e econômicos. Os novos padrões alimentares, caracterizados pela exigência crescente de qualidade, diferenciação e sofisticação dos produtos forçam as empresas a enquadrar-se em uma nova lógica produtiva, capaz de responder da forma mais eficiente às demandas de um mercado consumidor que busca maior praticidade, comodidade, rapidez e qualidade. A complexidade da gestão da produção, da circulação e da distribuição passa a exigir das empresas a globalização dos processos, aumentando a distância entre os centros de decisão e pesquisa, reforçando desta forma, a fragmentação do território e as diferenças que Santos (1993) denominou de “lugares do fazer” e “lugares do mandar”.

Segundo Elias (2013, p. 18),

Essas novas mercadorias passam a ocupar as prateleiras das grandes redes de supermercados, transformados nos principais centros de comercialização varejistas dos produtos alimentares industrializados, induzindo novos hábitos de consumo que buscam homogeneizar o padrão de consumo alimentar.

Por este fato, “os mercados outrora caracterizados pela oferta de produtos homogêneos transformaram-se em mercados segmentados, diferenciados e altamente exigentes em qualidade, com ênfase especial na segurança alimentar” (MAZZALI, 2000, p. 72). Para atenuar a incompatibilidade entre os requerimentos da produção e da comercialização, as empresas passam a investir no uso de novas tecnologias como uma ferramenta estratégica na conquista de novos mercados e clientes, tornando-se um diferencial competitivo. De acordo com Mazzali (2000), o uso de novas tecnologias – informática, biotecnologia e microeletrônica – abriu novas possibilidades para o setor: primeiro, redefiniu as relações entre os segmentos industrial e distribuidor; e em segundo, possibilitou maior controle do processo de produção agrícola por parte das agroindústrias.

No setor agroindustrial em especial, segundo a análise de Mior (1992), esse conjunto de novas tecnologias difunde-se no setor produtivo por meio de dispositivos eletrônicos capazes de controlar automaticamente a temperatura e a umidade dentro dos aviários, como também, o fornecimento de água e alimento – *design* de novas peças (bebedouros e comedouros etc.) – objetivando “obter o potencial genético máximo das aves com custos cada vez mais reduzidos, seja pela eliminação dos desperdícios ou pela redução de mão-de-obra” (KAWABATA, 2008, p. 531). Esses sistemas, em sua maioria controlados por softwares de gerenciamento, associados às estratégias de manejo tem propiciado o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção, aspectos fundamentais para o desenvolvimento competitivo do setor.

No setor de transportes, Espíndola (2002) destaca a incorporação de tecnologias no desenvolvimento de carrocerias especiais para aves, com isolamento térmico, nebulizadores e ventiladores. No caso dos suínos, o piso funciona como elevador de embarque, diminuindo o *stress* e evitando a mortalidades dos animais durante a locomoção. As biotecnologias, por sua vez, possibilitaram avanços no campo da reprodução a partir do melhoramento genético com a transferência de embriões, inseminação artificial, micromanipulação e, recentemente, a clonagem e produção de animais transgênicos (MAZZALI, 2000; ESPÍNDOLA, 2012). Outrossim, “[...] os avanços nas áreas como a tecnologia da informação (TI) aliada à crescente integração entre a genética molecular e a quantitativa abre um enorme leque de possibilidades para a melhoria das técnicas de seleção e cruzamento” (ESPÍNDOLA, 2012, p. 92).

Na área da nutrição – composta pelo segmento de rações, suplementos e micronutrientes – as novas formulações nutricionais têm possibilitado a redução no tempo de crescimento, além de melhorar o desempenho animal com o uso de antibióticos que agem diretamente na microbiota do trato digestivo – antimicrobianos promotores de crescimento (APC), ou a partir de micronutrientes como os probióticos, prebióticos, enzimas, ácidos orgânicos, fitoterápicos, ácidos graxos e o butirato de sódio (ESPÍNDOLA, 2012; MARQUES, 2002). Nos últimos, em função da necessidade de aumentar a eficiência alimentar e a qualidade da carne, novas matérias-primas alternativas ao milho – principal ingrediente das formulações – tem

sido buscadas, a exemplo do triticale, da quinoa e do extrato de sopanimas³⁵ (ESPÍNDOLA, 2012).

Em relação a sanidade, a indústria de produtos veterinários tornou-se indispensável à produção. Os avanços na área ocorrem a partir do desenvolvimento de vacinas para a melhoria da sanidade animal, da identificação e separação por sexo na fase de pré-eclosão³⁶, e o lançamento de produtos com princípios ativos novos (ESPÍNDOLA, 2012).

Na esfera do processamento industrial – fase agroindustrial – a automatização possibilitou a produção de uma matéria-prima com um padrão mais homogêneo, enquanto na indústria alimentar e de produtos finais, os avanços na automação permitiram a desossa automática da carne e a posterior reconstituição de produtos. A informática e a microeletrônica possibilitaram também, o controle de todo o ciclo de produção e a identificação da origem da matéria-prima por meio de códigos de barra (MAZZALI, 2000).

Todos esses fatores impeliram à efetivação de um profundo processo de reestruturação no setor agroindustrial, cujos principais eixos foram a *diversificação horizontal* – atuação em todos os ramos de carnes (aves, suínos e bovinos) por parte das grandes empresas de capital nacional (Sadia e Perdigão); e a *integração vertical* – consubstanciada na ampliação dos espaços na cadeia de produção-industrialização – tanto no âmbito do processamento da matéria-prima vegetal (soja, óleos, cremes e margarinas), quanto na indústria alimentar de proteína animal (salame, salsicha, apesuntados etc.) (MAZZALI, 2000).

O resultado desse “ajuste estrutural” promoveu o entrelaçamento dos setores da carne e da soja; e a consolidação de empresas líderes por meio de “um vigoroso processo de concentração/centralização de capitais no setor de carnes e, em particular, no interior da indústria de processamento de soja” (MAZZALI, 2000, p. 76). Como indica Carmo (1994), este rearranjo industrial das indústrias alimentares se processa em nível mundial, tomando por diferenciação as especificidades de cada

³⁵ O triticale é um híbrido de trigo e centeio desenvolvido para conter alto nível de proteína, elevado conteúdo energético e alta produtividade. A quinoa é originária dos Andes e possui valores de gordura e proteína superiores ao milho e ao trigo. O extrato vegetal de sopanimas reduz o nitrogênio e fósforo na cama do aviário do frango (ESPÍNDOLA, 2012, p. 101).

³⁶ De acordo com Espíndola (2012, p. 104), “a identificação automatizada de pintos machos na pré-eclosão consiste da detecção de composto estrogênico presente no líquido alantóide de embriões femininos, mas não em masculinos. Essa tecnologia poderá substituir o processo de sexagem criado pelos japoneses por meio da observação da cloaca do pinto”.

país em relação ao desenvolvimento econômico, ao nível tecnológico e o perfil interno de renda.

Para o conjunto das agroindústrias de carne do Sul do país, o processo de reestruturação possibilitou significativas melhorias nos sistemas de produção e controle – equipamentos automatizados, biotecnologia, entre outros – que, por sua vez, resultaram na redução dos custos produtivos, nos movimentos de fusão, na realocação da capacidade produtiva, na diversificação da matriz energética, no lançamento de novos produtos industrializados e nas relações de trabalho (ESPÍNDOLA, 2002; 2012).

A reorientação estratégica das agroindústrias envolveu a venda e/ou desativação de unidades de negócio; a reconversão/relocalização/centralização de atividades; a redefinição da linha de produtos com a ampliação/diversificação/redução do portfólio; a terceirização de serviços essenciais (transporte e manutenção), administrativos (limpeza, vigilância e refeitório), e associados à comercialização (propaganda); a modernização das unidades industriais; e a revisão da estrutura administrativa com a redução do número de níveis hierárquicos e seu enxugamento (MAZZALI, 2000).

Concomitantemente, desenvolvem-se estratégias associadas à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D); externalização/terceirização de atividades; incorporação de novos agentes à cadeia, a exemplo das redes de *fast-foods* e a construção de novas relações com o varejo – mercados; consolidação de acordos de cooperação entre grandes empresas, cobrindo as atividades de produção, marketing e comercialização, além da concretização de alianças estratégicas entre empresas concorrentes.

Entre a agroindústria e os produtores integrados, as reformulações ocorrem no aprimoramento dos índices técnicos, visando à maior padronização da produção com o incremento substancial da qualidade e da produtividade. Os novos padrões de qualidade da matéria-prima, em seus diferentes aspectos – sanitário, gustativo, padronização, transporte, embalagem e armazenamento – traduziram-se em novas exigências para o setor produtivo, promovendo, por conseguinte, a difusão de um novo patamar tecnológico caracterizados por produtores especializados (MAZZALI, 2000).

Esse complexo conjunto de pressões, “a montante” e “a jusante”, do processo produtivo impeliu à reformulação das estratégias por parte das agroindústrias visando, além da obtenção de economias de escala, à seleção/exclusão dos produtores

integrados. A reestruturação das formas de obtenção da matéria-prima garantiu às agroindústrias “a determinação do padrão técnico e do ritmo do trabalho do produtor rural. Na verdade, este passou a se constituir em mero fornecedor de frangos e perus, tendo pouca, ou nenhuma, atuação nas decisões técnicas e administrativas” (MAZZALI, 2000, p. 92).

A difusão em grande escala de novos padrões de consumo e produção, somadas às inovações produtivas e tecnológicas promovem intenso processo de reestruturação produtiva, cujas imposições refletem ordens do sistema capitalista de produção, compelindo as agroindústrias a se adaptar a novos padrões de competitividade internacional. Estas imposições repassadas ao produtor integrado por meio do Sistema de Integração repercutem em sucessivas alterações na base técnico-produtiva e, por conseguinte, em uma maior dependência agricultor/agroindústria.

Independente disso, a integração produtor/agroindústria deverá prevalecer, pois, as defecções que possam vir a ocorrer não irão suplantam o número de produtores dispostos a incorporar-se ao sistema. “Como há forte tendência à integração pela garantia que há de venda da sua produção, os frigoríficos sempre têm contingentes consideráveis à sua mão, podendo optar pelos mais capazes” (PEREIRA, 2007, p. 165) de atender as exigências das agroindústrias. Deste modo, as agroindústrias tendem a manter o domínio sobre a atividade, pois, para minimizar o efeito de reivindicações, busca aumentar o número de produtores integrados, diminuindo, conseqüentemente, a importância de cada um.

Embora o descontentamento frente ao Sistema de Integração seja significativo, aos que quiserem abandoná-lo não terão facilidades. Na maioria dos casos, o produtor desconhece os aspectos jurídicos e econômicos da atividade, sendo o endividamento junto ao banco o maior fator que os impele a continuar no sistema. Além dos débitos que, por ventura, venham a existir, na maioria dos casos o produtor desconhece a respectiva composição dos custos, pois, “como não considera os custos de: a) mão-de-obra; b) depreciação; c) energia elétrica; d) despesas financeiras; e) gás; dentre outras mais, ele julga ter lucro” (PEREIRA, 2007, p. 166).

O fato de o custo de produção sobrepujar a receita acaba por descapitalizar o produtor a médio e longo prazo. Normalmente o produtor acaba contraindo empréstimos para amortizar financiamentos, para investir em equipamentos e instalações, ou para a aquisição de insumos e matérias-primas, reforçando a

dependência em que eles se encontram. Embora as relações comerciais não estejam em um nível que os satisfaça,

A insatisfação dos colonos talvez seja amainada pela necessidade de sobrevivência. Como os sistemas integrados de produção dão aos agricultores uma ‘certeza’ de colocação de produção que os não-integrados não possuem, sendo estes submetidos a preços de comercialização de sua produção em patamar inferior aos pecuaristas que são produtores integrados, é natural que seja maior o contingente dos participantes dos sistemas integrados (PEREIRA, 2007, p. 169).

As evidências, contudo, são de que esta situação de dependência econômica do produtor em relação às agroindústrias deve permanecer “dada a interferência deste em questões tais como escolha de equipamentos, quantificação da produção, forma e grau de controle sanitário, uso de rações e respectivos preços de custo e de vendas” (PEREIRA, 2007, p. 157). A combinação desses fatores foi imprescindível para promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do Oeste catarinense, transformando a indústria da carne (suína e de aves) em um segmento moderno, diversificado e altamente competitivo no mercado mundial de proteína animal.

Vê-se, assim, que o posicionamento estratégico das empresas frente as novas imposições do mercado – tecnologia, demanda, concorrência – engendrou “novas configurações organizacionais, cujas marcas são o caráter dinâmico e complexo das articulações” (MAZZALI, 2000, p. 150). As profundas mudanças no plano da economia mundial e na esfera nacional, intensificadas no período pós-1990 condicionam o segmento agroindustrial a um intenso processo de reestruturação, consubstanciado por meio de mudanças expressivas nas formas de organização intra e interempresas.

A manifestação dessas transformações segundo o autor, modificam profundamente o conceito de “ambiente”, antes apreendido como um elemento externo às empresas, transformando-o em uma variável endógena, que se modifica, paulatinamente, em função das estratégias dos agentes e de seus inter-relacionamentos. A reestruturação das articulações evidencia, assim, um novo modelo explicativo para a dinâmica do setor agroindustrial – a organização “em rede” – cuja essência se baseia na superação da dicotomia entre a unidade econômica e seu ambiente (MAZZALI, 2000).

A organização “em rede” contempla o movimento da empresa, resguardando, ao mesmo tempo, o “plano macroeconômico”. Mais

precisamente, ela garante o grau de autonomia dos agentes na implementação de suas estratégias, que, dependendo do seu impacto, conformam “ambientes específicos”. Além disso, a capacidade da empresa na efetivação de novas estratégias depende, de modo crucial, das articulações com os demais agentes que a circundam (MAZZALI, 2000, p. 155).

Segundo Mazzali (2000), as redes constituem arranjos organizacionais que utilizam recursos e envolvem a gestão das interdependências de várias empresas, sendo a flexibilidade a principal vantagem. De um lado, as relações que se processam entre empresas não conhecem qualquer tipo de fronteira – geográfica, setorial ou empresarial – permitindo a organização em rede, a apreensão do movimento recente da globalização. Por outro lado, seu conteúdo amplo envolve não somente transações de compra e venda, mas também, o desenvolvimento de conhecimentos, informações e tecnologias, passíveis de se alterar em razão de pressões competitivas, tecnológicas e de mercado.

O fim do isolamento do setor agropecuário em relação aos demais setores econômicos, tornou possível a superação das “rigidezes” inerentes a atividade produtiva, refletindo em novas formas de organização da produção e, principalmente, na fluidez de fronteiras entre empresas e setores, resultando em novas configurações produtivas (MAZZALI, 2000).

Frente às novas mudanças que estão ocorrendo nos padrões mundiais de produção – assentadas na diversidade de oportunidades advindas da implementação de novas tecnologias – as novas formas de administração e organização da produção, centradas na redefinição dos vínculos entre fornecedores, distribuidores, clientes e concorrentes será evidenciada a partir da capacidade dos agentes em edificar espaços estratégicos, capazes de “adaptar-se às novas exigências competitivas, compartilhar custos e riscos e ampliar a flexibilidade frente à instabilidade” (MAZZALI, 2000, p. 41), tornando-se um elemento-chave da organização industrial.

Deste modo, é possível prever para um futuro próximo, uma nova estrutura produtiva, na qual empresas especializadas na produção de um grande *mix* de produtos possuem elevado potencial de investimentos e grande capital investido, capazes de estabelecer novas relações de trabalho – tanto na estrutura administrativa e gerencial, quanto nos processos de produção e fornecimento da matéria-prima.

Para demonstrar a relevância do capital agroindustrial no Oeste, particularmente no município de Chapecó – que apresenta grande parcela de suas

atividades econômicas associadas ao agronegócio processador de carnes de aves e suínos – analisaremos a seguir, alguns dados inerentes à dinamicidade do complexo agroindustrial.

3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E DINÂMICA ATUAL DA AGROINDÚSTRIA DA CARNE (AVES E SUÍNOS)

Passada, ou ao menos amenizada, a turbulência ocorrida no mercado brasileiro de carnes, que teve como princípio a Operação “Carne Fraca³⁷”, o Brasil recoloca-se no mercado mundial como um dos maiores produtores e exportadores. A carne brasileira, além de estratégica para a cadeia e economia doméstica, é de fundamental importância para a segurança alimentar mundial.

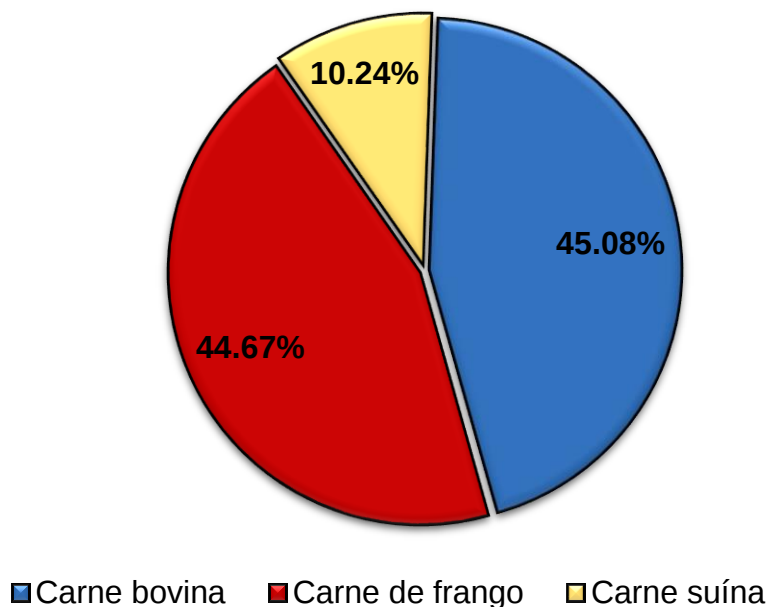
O Brasil atinge na atualidade um dos menores custos de produção das principais proteínas animais consumidas no mundo e, embora as exportações tenham sido reduzidas temporariamente, o segmento de carnes tem apresentado um expressivo crescimento. O consumo interno, assim como as exportações, tem alavancado a produção do setor que detém elevada competência e competitividade na produção e produtividade de carnes (bovina, de aves e suínos). No cenário econômico de 2019, as carnes estão entre os principais produtos exportados pelo Brasil, ficando atrás apenas da soja (US\$ 26,0 bilhões), do petróleo e derivados (US\$ 24,2 bilhões) e dos minérios metalúrgicos (US\$ 7,0 bilhões). No segmento de carnes, dentre os principais produtos exportados pelo mercado nacional, estão a carne bovina e a de frango com 6,5 e 6,4 bilhões de US\$, respectivamente (Figura 14). As exportações de carne suína totalizaram US\$ 1,4 bilhões (SECEX, 2019).

No ano de 2019, o Brasil ocupava a posição de terceiro maior produtor mundial de frangos (atrás apenas de Estados Unidos e China), respondendo por 13,82% da produção global. Ano a ano o consumo tem se elevado, sendo a carne de frango uma das principais proteínas de origem animal consumidas no mundo, principalmente pela competitividade dos preços em relação às demais carnes. A alta competitividade do setor insere o Brasil na economia mundial como o maior exportador de carne de

³⁷ A operação Carne Fraca foi deflagrada em março de 2017 pela Polícia Federal, envolvendo funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), executivos e donos de frigoríficos, dentre os quais destacam-se a JBS e a BRF, duas das principais empresas de alimentos processados do Brasil. As investigações foram realizadas nos estados de São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás. O impacto da operação deflagrou um efeito devastador no mercado internacional de carnes e embutidos nacionais (POLÍCIA FEDERAL, 2019). Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/10/pf-deflagra-a-4a-fase-da-operacao-carne-fraca>. Acesso em: 26 de set. de 2019.

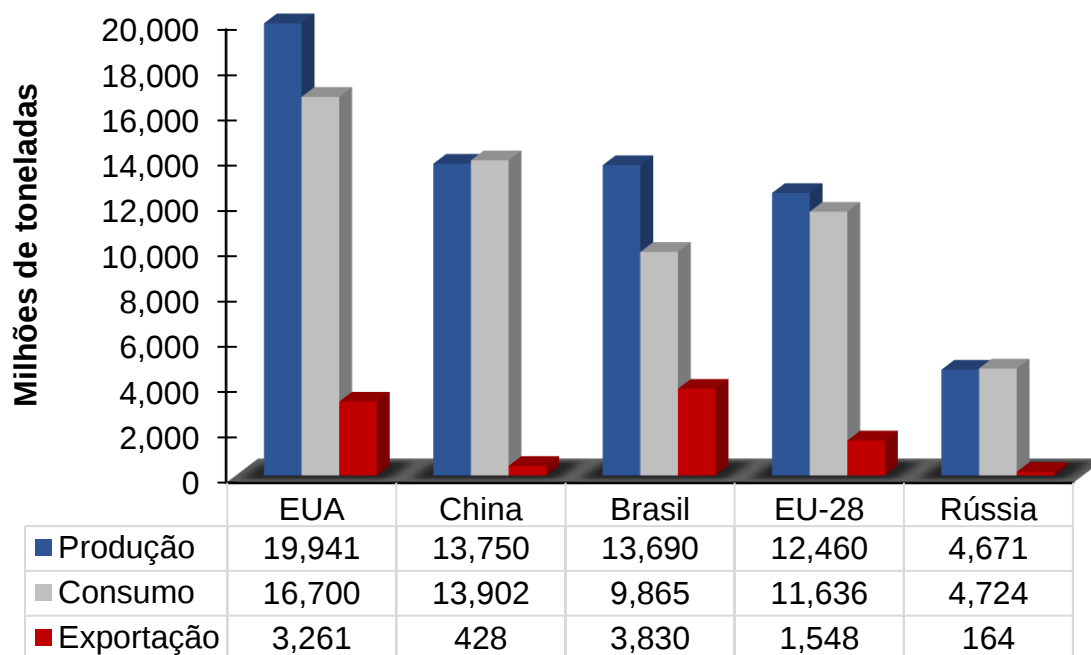
frango, com valores que se aproximam dos U\$\$ 4 bilhões, correspondentes, em 2019, a cerca de 33,07% das exportações globais (Figura 15) (USDA, 2020).

Figura 14 – Carnes –Total geral exportado pelo Brasil – 2019



Fonte: SECEX, 2019. Elaboração: HENTZ, C.

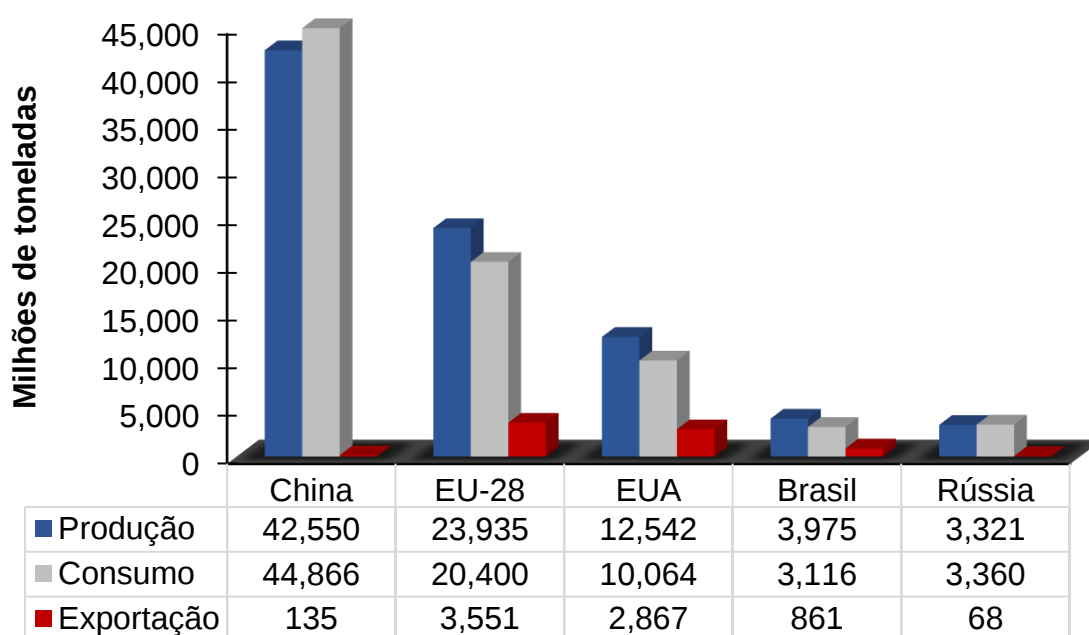
Figura 15 – Carne de frango - produção/exportação mundial – 2019



Fonte: USDA, 2020. Elaboração: HENTZ, C.

A carne suína, por sua vez, leva o Brasil à quarta posição no *ranking* mundial, respondendo por 3,89% da produção em 2019. O setor ocupa também a quarta posição no mercado mundial de exportações, representando em 2019, 9,22% das exportações mundiais conforme podemos visualizar na figura 16 (USDA, 2020). A carne suína é a segunda proteína animal mais consumida no mundo, ficando atrás apenas do pescado. O aumento no consumo *per capita* das aves e suínos tem sido fator elementar no processo de mudança da indústria pecuária.

Figura 16 – Carne suína - produção/exportação mundial – 2019



Fonte: USDA, 2020. Elaboração: HENTZ, C.

No ano de 2017, em meio ao complexo cenário de crise econômica e em decorrência das denúncias envolvendo a produção de carnes no Brasil - Operação “Carne Fraca” - a avicultura e a suinocultura foram impactadas, em diversos momentos, ao longo do ano. De imediato, profundas marcas foram deixadas no setor produtivo, seja junto ao público brasileiro ou nos mercados internacionais. Internamente, a retomada das negociações ocorreu rapidamente após esclarecimentos técnicos. Quanto ao mercado externo, foram 77 países que aplicaram alguma restrição às carnes de aves e suínos (ABPA, 2018). No contexto atual (2021), as restrições ao setor cárneo vem ocorrendo em decorrência da pandemia do novo

coronavírus³⁸. Em virtude da alta incidência de contaminação nos frigoríficos – proximidade dos trabalhadores no processo de produção – o mercado chinês tem imposto bloqueios à importação das carnes brasileiras, principalmente dos frigoríficos que apresentaram índices elevados de contaminação. No estado catarinense, casos confirmados da Covid-19 foram registrados em uma unidade da JBS, localizada na cidade de Ipumirim, no Oeste catarinense.

Embora alguns países tenham anunciado a suspensão parcial ou total à compra da carne brasileira, as exportações concentram-se em um número relativamente reduzido de países ou blocos, todavia, as vendas atingem mais de 100 países, sobretudo a carne de frango. No ano de 2019, 84,76% da carne de frango foi absorvida pela Ásia, Oriente Médio e África, enquanto Ásia, América e África compraram 91,14% das exportações de carne suína. As exportações por produto se dão majoritariamente em cortes, sendo 85,71% para frangos e 67% para suínos (ABPA, 2020).

Quanto ao mercado doméstico, este é tradicionalmente servido por um grande número de empresas, embora com a participação expressiva de empresas líderes. A estrutura produtiva do segmento de carnes (aves e suínos) no Brasil concentra-se, sobretudo, em três empresas: BRF S.A., JBS S.A. e Cooperativa Central Aurora Alimentos, as quais têm adaptado seus produtos às demandas específicas de diferentes mercados, fator essencial para viabilizar a dispersão geográfica da produção brasileira.

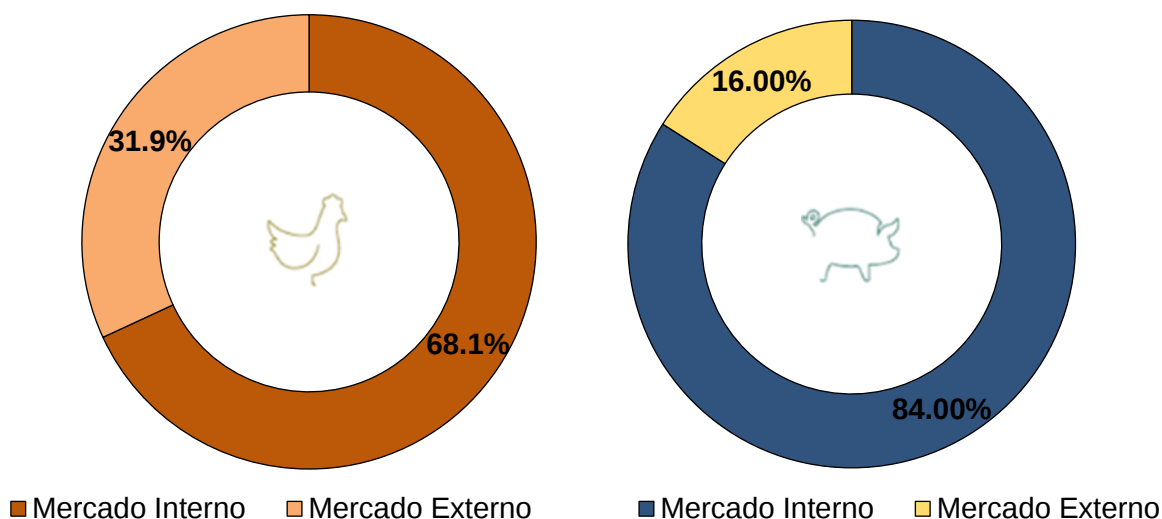
As principais empresas produtoras são também as maiores exportadoras, as quais concorrem intensamente nos mercados externos. A estratégia adotada pelas empresas líderes tem sido fazer uma atualização do *mix* de produtos, buscando aumentar a participação nas vendas. A diversificação do portfólio de produtos reduz os riscos associados à concentração da produção em um único mercado, fortalecendo, desta forma, o posicionamento das empresas junto ao setor interno e externo.

Em 2020, 68,1% da produção de carne de frango destina-se ao mercado interno e 31,9% para exportação. O consumo interno da proteína experimentou, nas últimas décadas, taxas expressivas de crescimento à medida que o produto se integrou efetivamente à dieta alimentar de grande parte da população brasileira e, em

³⁸ Em 11 de março de 2020, Tedros Adhanom diretor geral da Organização Mundial de Saúde declarou a situação de pandemia mundial (UNA-SUS, 2020).

grande medida, pela alta do preço da carne bovina. Quanto à produção de carne suína, o mercado doméstico é responsável pelo consumo de 84,00%, enquanto 16,00% destinam-se a exportação, conforme ilustrado graficamente na figura 17. O consumo de carne suína ultrapassou a barreira dos 15,3 Kg/*per capita*/ano e de frango manteve o patamar de 42,84 Kg (ABPA, 2020).

Figura 17 – Produção brasileira de carnes (consumo interno e externo) – 2019



Fonte: ABPA, 2020. **Elaboração:** HENTZ, C.

O escoamento da produção direcionada ao mercado externo é realizado, em sua grande maioria, por via marítima, concentrando-se em três portos³⁹: Itajaí/SC (18, letra A), São Francisco do Sul/SC (18, letra B) e Paranaguá/PR (18, letra C) (Figura 18). Pelo porto de Itajaí são exportados, respectivamente, 52,97% e 35,86% da produção de suínos e aves. São Francisco do Sul responde por 4,48% e 5,45%, e Paranaguá por 11,12% e 41,71% das exportações. Pelo porto de Rio Grande e Santos foram exportados, respectivamente, 13,49% e 1,40% da produção suína e 7,10% e 7,78% de aves. Do total exportado, 67,00% correspondem a cortes de frango e 26,00% a frangos inteiros. Salgados, industrializados e embutidos representam 7,00%. Quanto à carne suína, 85,71% são cortes e 9,72% miúdos. Carcaças, preparações, gordura, embutidos, tripas, salgados, couros e peles totalizam 4,57% das exportações (ABPA, 2020).

³⁹ O percentual exportado por outros portos corresponde a 16,54% (suínos) e 2,00% (aves) (ABPA, 2020).

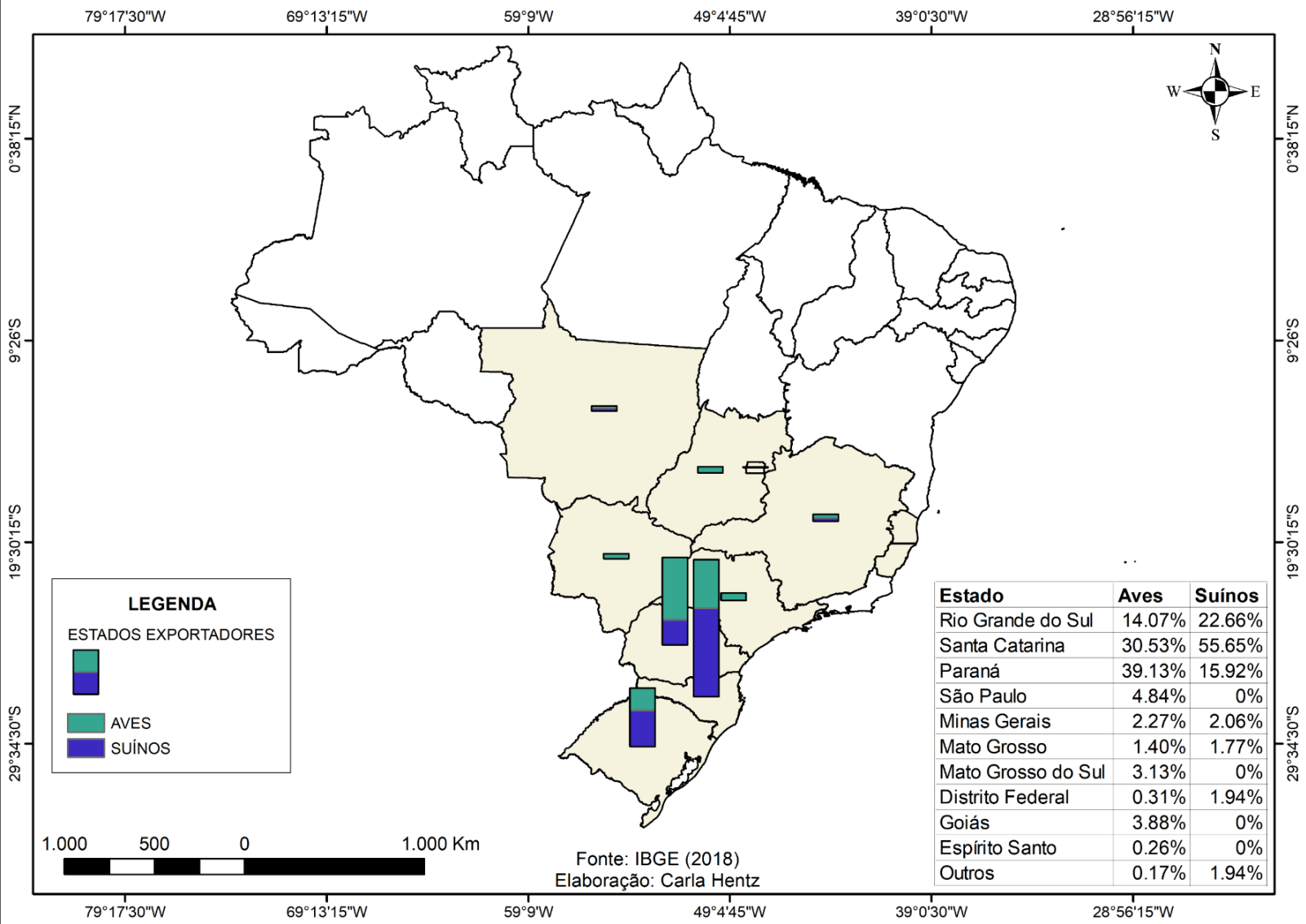
Figura 18 – Principais portos de escoamento da produção brasileira (aves e suínos)



Fonte: Google imagens (2019).

Quanto à exportação por estados, a produção de carnes é razoavelmente concentrada. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul concentram, respectivamente, 83,73% e 94,23% do total exportado de carne de frangos e suínos. A Região Sul tem forte participação nas exportações de produtos de origem animal, destaque devido, em grande parte, ao alto valor agregado a produção animal em relação às demais unidades da federação. Verifica-se, também, o predomínio expressivo da integração na região, embora o sistema cresça nas demais regiões do país, acompanhando a expansão geográfica das agroindústrias líderes (Figura 19).

Figura 19 – Aves e suínos: exportação brasileira por estados - 2019 (percentual)



Fonte: ABPA, 2020. Elaboração: HENTZ, C.

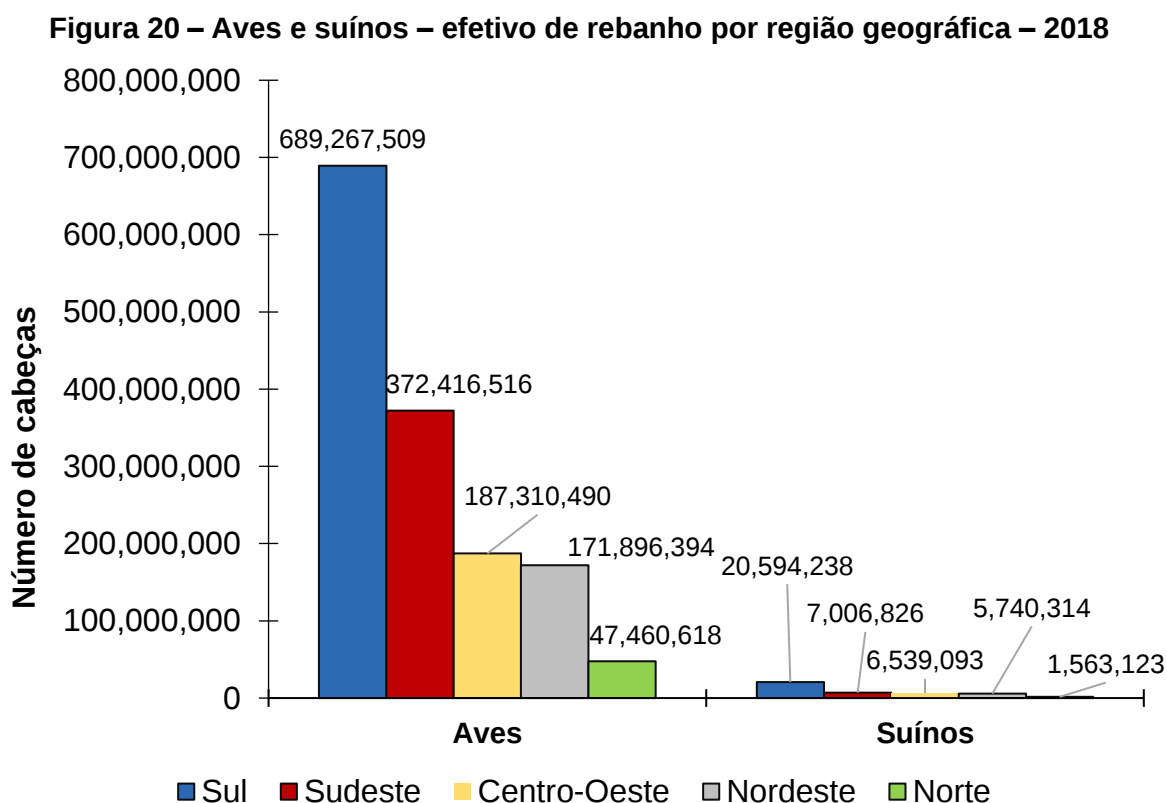
De janeiro a dezembro de 2019, as exportações catarinenses de carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos, totalizaram US\$ 1,55 bilhão, com participação de 30,53% em relação às demais unidades da federação. O estado do Paraná obteve o maior índice, com 39,13% e o Rio Grande do Sul com 14,07%. Quanto à carne de suíno, congelada, fresca ou refrigerada, a participação estadual foi de 55,65%, totalizando US\$ 567,61 milhões; Rio Grande do Sul com 22,66% e Paraná com 15,92% (ABPA, 2020).

Nos últimos anos, a distribuição espacial da produção vem sofrendo alterações com destaque para as áreas do Centro-Oeste e Sudeste brasileiro, interferindo, por sua vez, na participação efetiva de cada estado nos mercados interno e externo. Embora o deslocamento da produção venha ocorrendo, principalmente, no setor avícola, o estado do Paraná mantém a liderança nas exportações de frangos e Santa Catarina ocupa a primeira posição nas exportações de carne suína. Parte dos estados da região Centro-Oeste e Sudeste obtiveram, no que concerne à carne de frango, as seguintes participações em termos de exportação: São Paulo (4,84%), Goiás (3,88%), Mato Grosso do Sul (3,13%), Minas Gerais (2,27%), Mato Grosso (1,40%), e o Distrito Federal com (0,31%). Em relação à carne suína: Minas Gerais (2,06%), Mato Grosso (1,77%) e Distrito Federal (1,94%) (ABPA, 2020).

O setor de carnes (aves e suínos) vem experimentando um impressionante crescimento, tanto em termos de quantidade, quanto em produtividade. De acordo com os dados do IBGE, o rebanho brasileiro de aves e suínos no ano de 2018 era de 1.468.351.527 e 41.443.594 de cabeças, respectivamente. Em termos de distribuição espacial, a Região Sul concentra respectivamente, 46,94% e 49,69% do total de animais, seguido pelo Sudeste, com 25,36% e 16,90%, e pelo Centro-Oeste, com 12,75% e 15,77% (Figura 20).

A cadeia produtiva da carne no país apresenta um dos melhores desempenhos econômicos no cenário internacional, apesar das barreiras técnicas ao comércio internacional, ao acirramento da concorrência com outros países produtores, aos problemas desencadeados pela Operação “Carne Fraca” e, recentemente, em virtude da COVID-19. O aumento paulatino do setor no mercado internacional deve-se as estratégias empresariais e aos avanços tecnológicos e organizacionais incorporados ao setor nas últimas décadas, possibilitando a consolidação de grupos agroindustriais

tecnificados e competitivos⁴⁰, conforme apresentamos a seguir. A base desse desempenho tem sido alcançada através da coordenação da cadeia produtiva a partir do Sistema de Integração, o qual tem viabilizado maior padronização e estabilidade da matéria-prima.



Fonte: IBGE – (Pesquisa Pecuária Municipal). Elaboração: HENTZ, C.

3.1 Estrutura produtiva do setor agroindustrial de carnes de aves e suínos

Com o passar dos anos, a organização produtiva do setor agroindustrial passou por expressivas mudanças, migrando dos tradicionais sistemas independentes de produção para uma integração intensiva da cadeia, tendo como pilar central o modelo integrado de produção. A expansão da agricultura familiar, que se constituiu e consolidou como a base da economia regional, se processou de forma diferenciada e estreitamente ligada a fatores que outrora foram imprescindíveis para promover o desenvolvimento do setor agroindustrial catarinense. Em um primeiro momento, a participação notória do Estado – pelas diferentes instâncias governamentais – na

⁴⁰ É preciso somar a este contexto também, o amparo absoluto do Estado brasileiro com vultuosos recursos; e a conjuntura externa favorável às exportações do setor.

estruturação dos principais grupos agroindustriais da região, criando condições legais para viabilizar a implantação de plantas industriais. Em um momento posterior, a organização da produção em pequenas propriedades rurais – exploração do trabalho de base familiar por meio do Sistema de Integração – permitiu a expansão do capitalismo no campo e propiciou significativo acúmulo de capital ao setor.

Instaladas no Oeste catarinense no final da década de 1960, as agroindústrias foram fortemente favorecidas pela política estatal de incentivo à industrialização. Ao longo de todo o processo de desenvolvimento, as agroindústrias se adequaram aos requisitos e demandas não só nacionais, mas, sobretudo internacionais, associando-se, desta forma, à dinâmica econômica globalizada. O sistema agroindustrial se consolidou como um setor moderno da produção de carnes, principalmente, a partir dos anos de 1970, quando se iniciaram as exportações brasileiras de carne, tornando o Brasil um dos maiores exportadores do produto no século XX.

Estruturadas a partir de pequenos empreendimentos, empresas como Sadia e Perdigão (hoje BRF S.A.), Seara (hoje JBS), Aurora, entre outras, partiram agressivamente para um intenso processo de modernização tecnológica, conduzindo a atividade à consolidação de agroindústrias modernas que seguem, na atualidade (2019), padrões globalizados de produção e consumo, possibilitando a inserção competitiva do Brasil no mercado mundial de proteína animal. Para exemplificar o relevante papel econômico das agroindústrias não apenas na região como também na economia nacional, faremos na sequência uma breve contextualização das principais agroindústrias que atuam no setor cárneo de aves e suínos.

3.1.1 Brasil Foods S.A. (BRF)

A Brasil Foods S.A. é uma companhia multinacional brasileira do ramo de alimentação originada a partir do processo de unificação entre Sadia S.A. (1954) e Perdigão S.A. (1934). No ano de 2008, em meio ao cenário de crise econômica desencadeado pela desvalorização do real e pela sucessão de falências de instituições financeiras estadunidenses e europeias, uma das maiores empresas do segmento de carnes no Brasil – Sadia – teve seu valor de mercado reduzido de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 2,7 bilhões, vendo sua situação financeira aprofundar-se rapidamente. A fusão foi uma das alternativas encontradas para reestabelecer a

“saúde” financeira da empresa, sendo integralmente concluída no ano de 2012, com o apoio do governo federal através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Essa associação, umas das principais operações no mercado de capitais, consolidou-se como um marco definitivo na trajetória da indústria de alimentos brasileira e mundial.” (BRASIL FOODS S.A., 2010, p. 2).

O apoio financeiro do BNDES deu-se através da chamada política de criação dos “campeões nacionais”, no qual o braço financeiro do governo federal decidiu transformar empresas exportadoras brasileiras em grandes multinacionais. “Para isso, estas empresas receberam grande volume de recursos, não só através de empréstimos com juros subsidiados, mas também injeções em seu capital, com a aquisição pelo banco de parte de suas ações” (ATLAS DA CARNE, 2016, p. 18). No ano de 2021, a estrutura acionária⁴¹ da BRF S.A. se divide em: Petros⁴² (9,90%), Previ⁴³ (9,24%), Kapitalo Investimentos, (5,02%), Conselho de Administração (0,84%), Diretoria (0,07%), ADR (18,86%), Ações em tesouraria (0,59%) e Outros (55,47%) (BRASIL FOODS S.A., 2021).

Dentre os frigoríficos brasileiros que se beneficiaram com esta política estão a JBS-Friboi, a Marfrig e a Brasil Foods (BRF), absorvendo mais de dois terços dos recursos destinados pelo BNDES, utilizados majoritariamente para fusões e aquisições de outras empresas (ATLAS DA CARNE, 2016). Atualmente (2021), a BRF S.A. é uma das maiores companhias de alimentos do mundo em valor de mercado, líder global na produção de proteínas e a maior exportadora mundial de aves. Possui um portfólio de produtos formado por mais de 3 mil itens, nos segmentos de aves, suínos, bovinos, leite, lácteos e alimentos processados. Conta com mais de 100 mil funcionários e relaciona-se com mais de 240 mil clientes pelo mundo (BRASIL FOODS S.A., 2018). Adota uma estratégia de gestão descentralizada que divide a atuação da companhia em seis mercados estratégicos, conforme quadro 1.

A empresa opera globalmente exportando para mais de 140 países localizados no Oriente Médio, Europa, Eurásia, Extremo Oriente, América Latina e África. Com uma estrutura consolidada no mercado mundial, suas principais marcas são: Perdigão, Sadia, Qualy, Dorian, Becel, Rezende, Batavo, Elegê, Wilson, Cotochês,

⁴¹ Posição em 24-03-2021 (BRF, 2021).

⁴² Fundação Petrobras de Seguridade Social. Segundo maior fundo de pensão do país.

⁴³ Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Maior fundo de pensão da América Latina.

Miss Daisy, Deline, Avipal, Texas Burger, Speedy Pollo, Turma da Mônica, Chester, Fribo e Freski (Figura 21). Seu sistema logístico moderno e capilarizado abrange todo o território nacional, atendendo mais de 100 mil clientes (BRASIL FOODS, 2018).

Quadro 1 – Brasil Foods: divisão da companhia por mercados

<u>Brasil:</u> 1 centro de inovação 35 unidades produtivas 20 centros de distribuição + de 88 mil colaboradores diretos	<u>Europa e Eurásia:</u> 1 centro de inovação 2 unidades produtivas 1 centros de distribuição + de 480 mil colaboradores
<u>Ásia:</u> 1 centro de inovação 6 unidades produtivas 2 centros de distribuição 7 escritórios comerciais + de 9 mil colaboradores	<u>América Latina:</u> 1 centro de inovação 9 unidades produtivas 35 centros de distribuição 3 escritórios comerciais + de 4,1 mil colaboradores diretos
<u>Oriente Médio:</u> 1 centro de inovação 1 unidades produtivas 13 centros de distribuição 10 escritórios comerciais + de 3 mil colaboradores	<u>África:</u> 2 escritórios + de 25 países atendidos + de 25 colaboradores diretos

Fonte: BRASIL FOODS S.A. Disponível em: <http://gg.gg/ffhh2>. Elaboração: HENTZ, C.

Figura 21 – Principais marcas no mercado brasileiro



Fonte: BRASIL FOODS S.A., 2018.

A empresa tem sua principal atividade atrelada ao abate de aves. Todavia, desenvolve também atividades secundárias relacionadas à fabricação de alimentos para animais; preparação de subprodutos do abate; fabricação de produtos de carne; extração de madeira em florestas plantadas; produção de ovos; criação de aves, exceto galináceos; produção de pintos de um dia; e criação de frangos de corte. Embora extenso o ramo de atividades, a empresa vem passando por uma grave crise nos negócios, reflexos da Operação “Carne Fraca” – no qual alguns executivos foram presos e a BRF S.A. teve bloqueadas as vendas para a União Europeia e Rússia – perdendo o acesso a alguns de seus maiores mercados. Como uma tentativa de reação, a companhia passou para frente R\$ 5 bilhões em ativos, vendendo fábricas na Europa, Tailândia e Argentina. O plano de reestruturação inclui, além da venda das unidades, a demissão de mais de 4 mil funcionários no Brasil (ESTADÃO, 2019).

No estado catarinense, a BRF S.A. opera com cinco unidades de abate de suínos: Concórdia, Chapecó, Campos Novos, Herval D’Oeste e a Sagrinco⁴⁴ (Videira); cinco unidades de abate de aves: Capinzal, Chapecó, Concórdia, Videira e a Sagrinco (Videira); seis incubatórios⁴⁵: Concórdia, Videira, Capinzal, Chapecó, Faxinal dos Guedes e Herval D’Oeste; sete fábricas de ração: Videira, Campos Novos, Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Faxinal dos Guedes e Içara; dois centros de distribuição: Itajaí e Videira; um Cross-Docking⁴⁶ próprio em Chapecó; uma unidade

⁴⁴ A empresa Sagrinco atua como filiada à BRF S.A. em Videira/SC. Mantém contrato de aluguel com a empresa para utilização da planta industrial de abate e processamento.

⁴⁵ O incubatório é uma edificação construída de maneira planejada para recebimento dos ovos fertilizados produzidos em granjas de reprodutoras (matrizes, avós, bisavós e planteis puros também denominados de “elite” ou pedigree) com o intuito de manter um fluxo contínuo de ovos, materiais, ar, equipamentos e pessoas. Desta forma, será minimizada a possibilidade de contaminação pelo refluxo. A lógica do “siga em frente e jamais retorne” deve ser sempre considerada. A climatização do incubatório é recomendada para que se atenda às necessidades de temperatura e umidade relativa (UR) para o desenvolvimento embrionário saudável (EMBRAPA, 2020). Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/frango_de_corte/arvore/CONT000fc67gzc502wx5eo0a2ndxydqb0k14.html. Acesso em: 31 de mar. de 2020.

⁴⁶ O *Cross-Docking* é um sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida no armazém ou centro de distribuição não é guardada, mas sim preparada para envio às lojas de varejo. Este sistema requer a sincronização fechada de todos os movimentos de remessa de entrada e saída. Ao eliminar as operações de armazenamento, armazenamento e seleção, ele pode reduzir significativamente o custo das distribuições (MAIER, 2009). A BRF possui o sistema de *Cross-Docking* em diversas partes do país, o que lhe permite descarregar os produtos dos grandes caminhões refrigerados para outros menores, ou para vans que realizam o transporte e entrega aos clientes da companhia (BRF, 2018).

de processamento de lácteos em Concórdia; uma de processamento de soja em Videira; e dois escritórios: Videira e Itajaí (Figura 23).

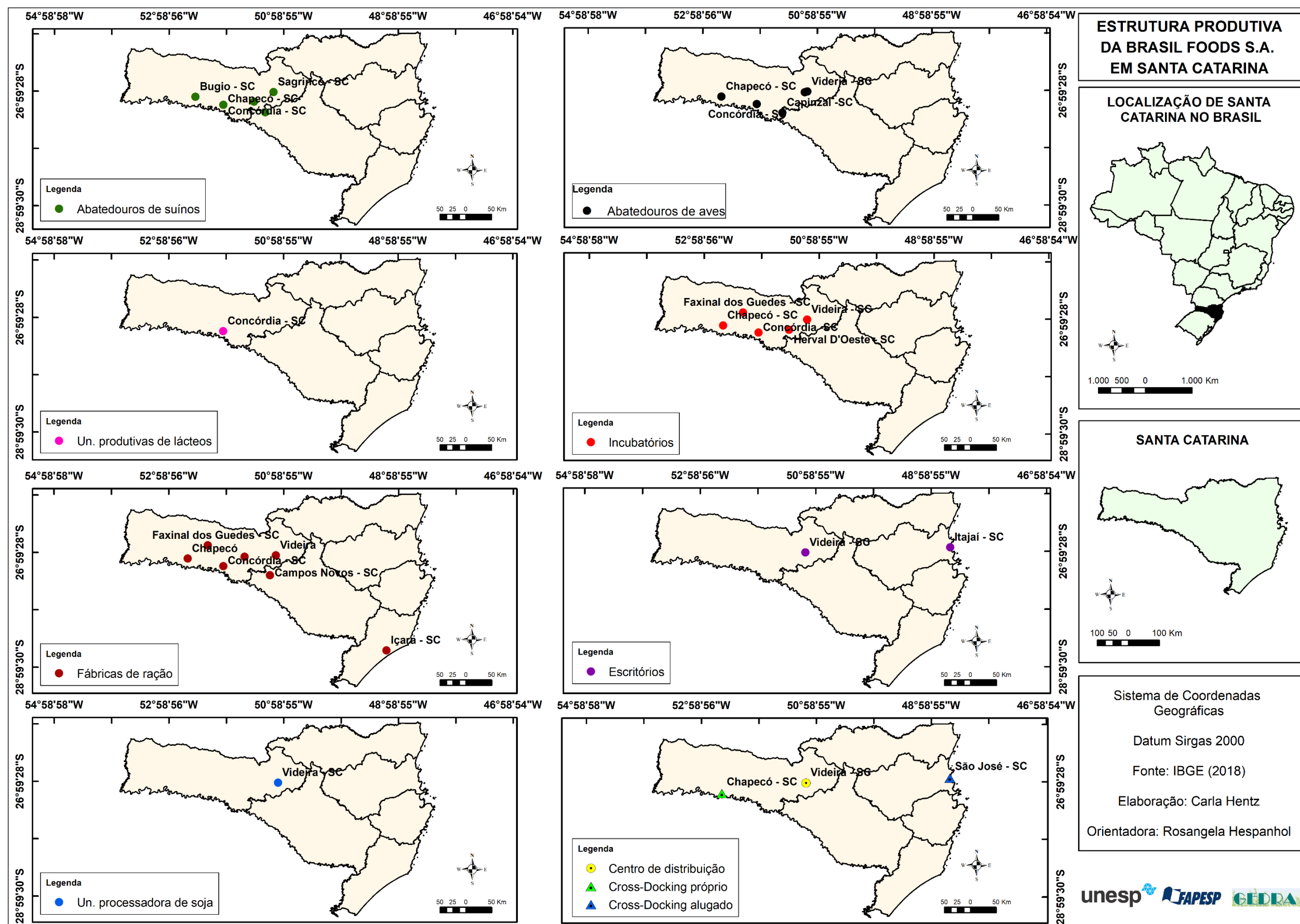
A empresa emprega mais de 21 mil funcionários no estado catarinense. No município de Chapecó (Figura 22), emprega em sua unidade produtiva, 5.786 trabalhadores brasileiros, 852 Haitianos e 156 Senegaleses, totalizando 6.794 funcionários (SANTOS; BECK, 2016). A agroindústria abate em torno de 230.000 a 240.000 frangos/dia. A figura 24 apresenta os centros de distribuição e os *Cross-Docking* próprios e alugados da BRF S.A. no Brasil.

Figura 22 – Brasil Foods S.A.: Unidade de abate e industrialização em Chapecó



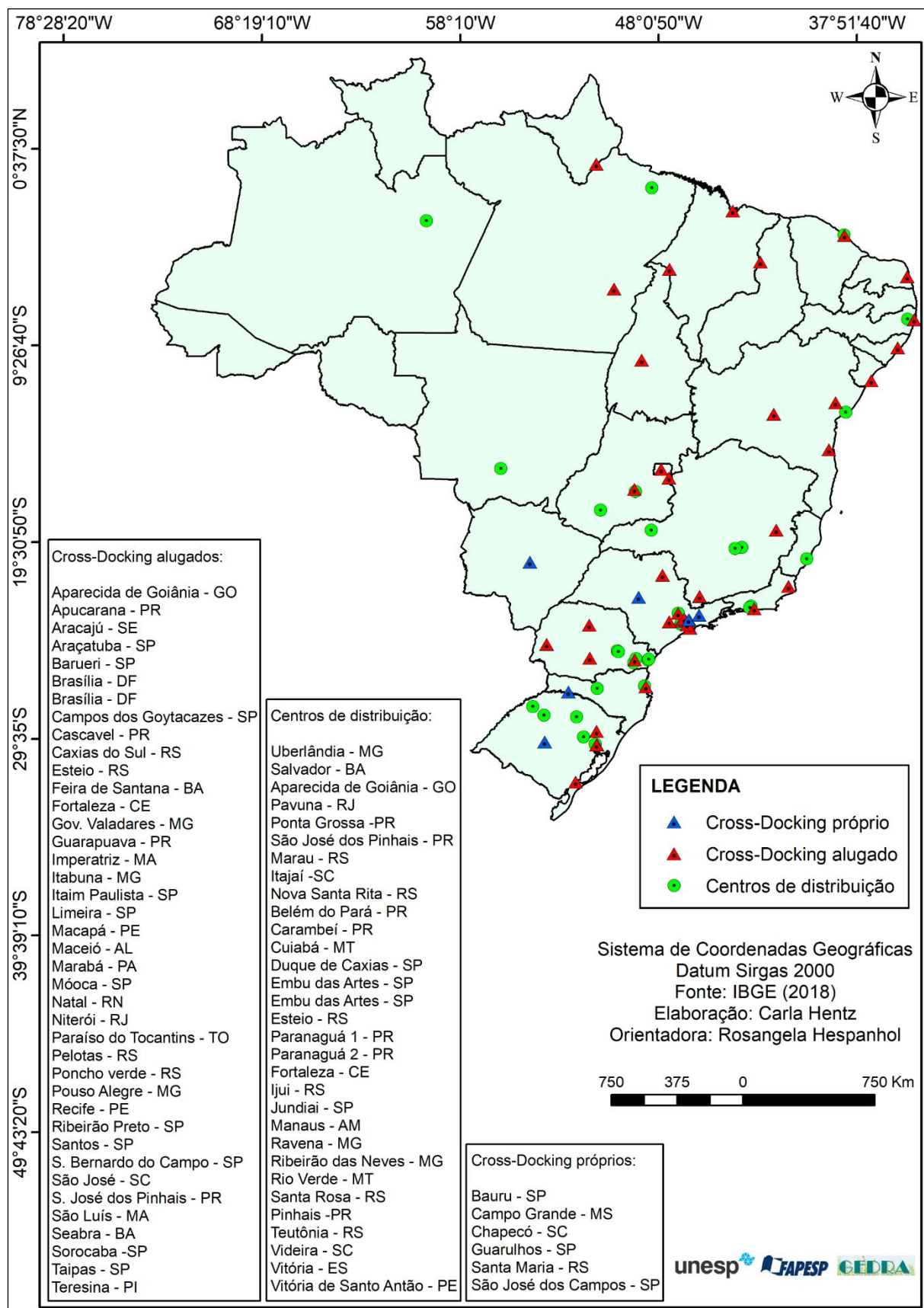
Fonte: Trabalhos de campo: HENTZ, C. (2019); Google Imagens.

Figura 23 – Estrutura produtiva da Brasil Foods S.A. em Santa Catarina



Fonte: BRASIL FOODS S.A., 2018.

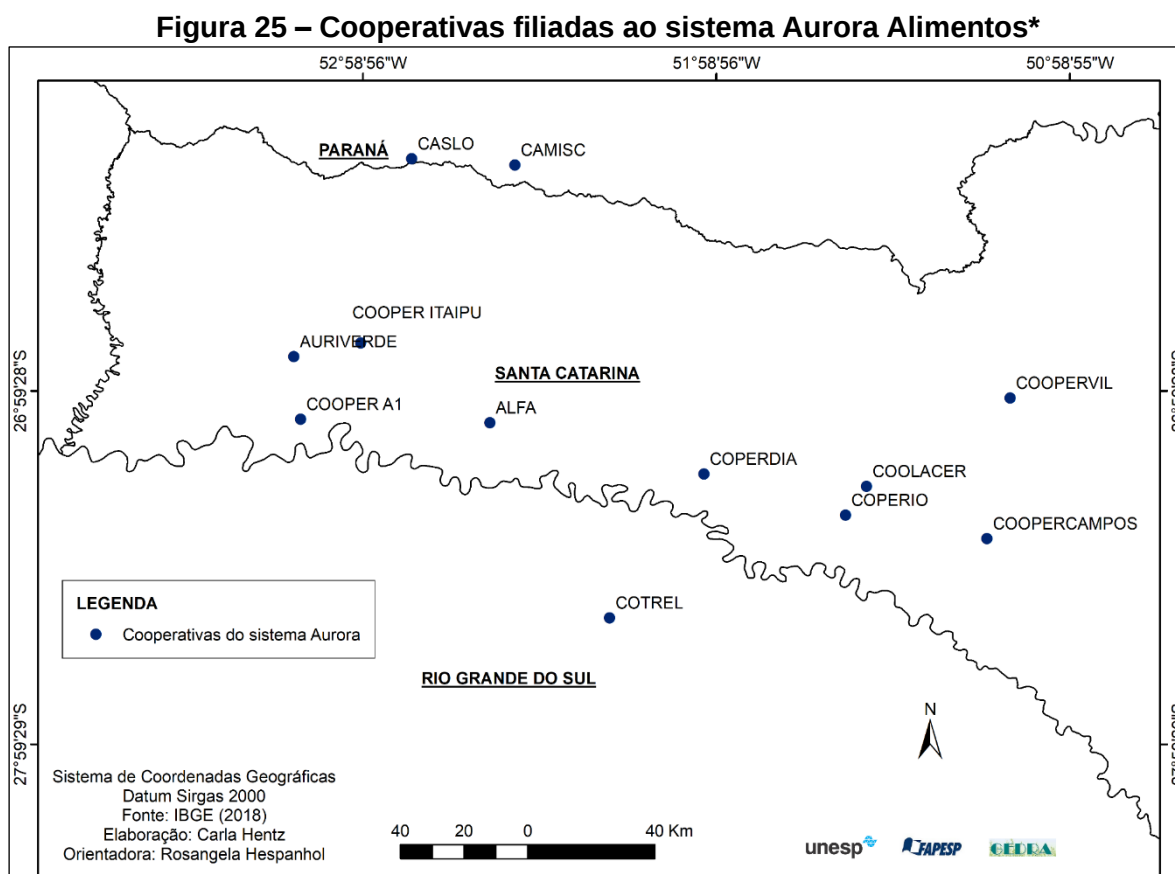
Figura 24 – Brasil Foods S.A.: Distribuição dos Cross-Docking próprios, alugados e dos centros de distribuição no Brasil



Fonte: BRASIL FOODS S.A., 2018.

3.1.2 Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora)

Fundada no ano de 1969, a partir da compra do antigo frigorífico Marafon, a Aurora Alimentos é uma empresa de propriedade coletiva e controle democrático⁴⁷. Conta com 13 cooperativas filiadas (Figura 25), mais de 65 mil famílias associadas, 28 mil funcionários diretos, além de 10.200 empregados das cooperativas filiadas à Aurora (AURORA ALIMENTOS, 2018).



Fonte: AURORA ALIMENTOS, 2018.

* Conta ainda com uma unidade instalada no estado do Mato Grosso do Sul – Coasgo.

⁴⁷ Serra (2008), ao analisar as cooperativas do setor agrícola no estado do Paraná, afirma que estas, ao passarem por um intenso processo evolutivo para se transformarem em grandes empresas comerciais e industriais, assumem um comportamento híbrido e contraditório, ao operarem, ao mesmo tempo e com a mesma estrutura, com associados livres, associados integrados e agricultores não associados. Para o autor, a partir da transformação das matérias-primas em produtos industrializados, estas cooperativas conseguiram se estruturar como modernas empresas capitalistas, capazes de atuar em igualdade com o grande capital industrial. As cooperativas, de modo geral, ao se consolidarem como grandes empresas híbridas, distanciaram-se de suas bases sociais gerando, desta forma, uma série de ambiguidades representativas da nova forma de atuação, ficando os aspectos de cunho social e ideológico relegados ao segundo plano. É neste processo evolutivo que as cooperativas assumem seu papel contraditório perante as normas do cooperativismo, passando a conviver, ora com a ideologia de sua formação, ora com a prática de sua sustentação econômica.

A cooperativa atua na industrialização e comercialização de carnes suínas, aves, lácteos, massas, vegetais e suplementos para nutrição animal, contando com um mix composto por mais de 600 produtos. No cenário internacional mantém laços comerciais econômicos com mais de 60 países. No mercado consumidor internacional exporta para Rússia, Ucrânia, África do Sul, Iraque, China, Japão, Chile, Argentina, Uruguai e, com prospecção, para os Estados Unidos da América. No cenário nacional destaca-se pela posição de terceiro maior conglomerado agroindustrial de alimentos do país, atuando em cerca de 500 municípios. Possui oito unidades industriais de suínos, sete unidades industriais de aves, seis fábricas de ração, 13 unidades de ativos biológicos⁴⁸ (aves e suínos), duas unidades industriais de lácteos, duas unidades armazenadoras de cereais, nove filiais de vendas, uma matriz, e mais de 25 empresas responsáveis pela estrutura logística de distribuição em todo o território nacional (AURORA ALIMENTOS, 2018) (Quadro 2 e Figura 26). As filiais de venda podem ser visualizadas na figura 27.

⁴⁸ Incluem granjas, incubatórios e unidades de disseminação de genes (AURORA, 2018).

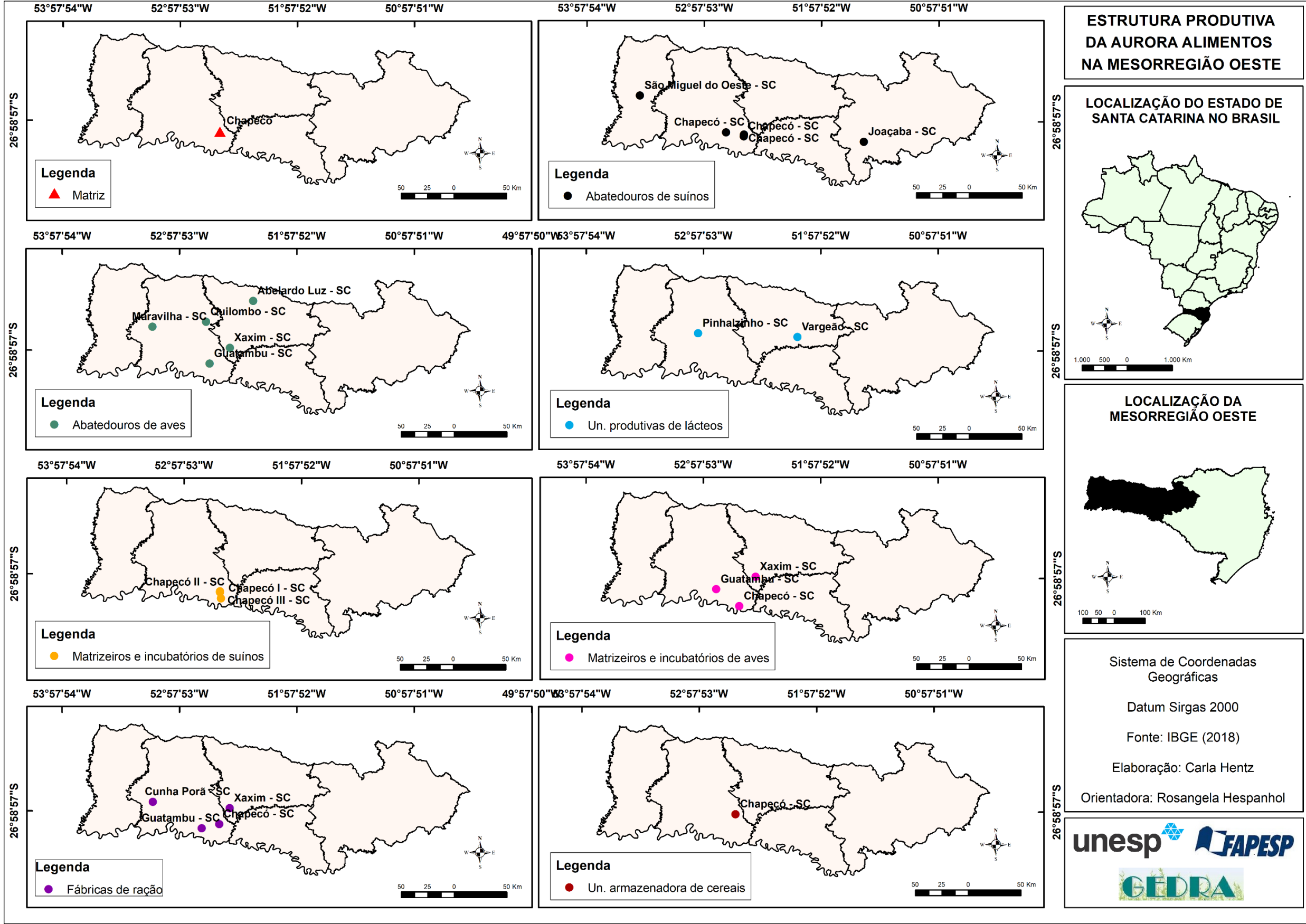
Quadro 2 – Estrutura produtiva da Aurora Alimentos no Brasil

Unidades industriais (suínos)	(3) Unidades Chapecó/SC	São Miguel do Oeste/SC	São Gabriel do Oeste/MS	Sarandí/RS	Erechim/RS	Joaçaba/SC	
Unidades industriais (aves)	Maravilha/SC	Quilombo/SC	Erechim/RS	Abelardo Luz/SC	Guatambu/SC	Xaxim/SC	Mandaguari/PR
Unidades industriais (lácteos)	Vargeão/SC	Pinhalzinho/SC					
Fábricas de ração	Chapecó/SC	Erechim/RS	Cunha Porã/SC	Guatambu/SC	Xaxim/SC	Mandaguari/PR	
Granjas e incubatórios	(5) Unidades Chapecó/SC	Guatambu/SC	(4) Unidades Erechim/RS	(2) Unidades Aratiba/RS	Xaxim/SC		
Unidades de armazenagem de cereais	Chapecó/SC	São Gabriel do Oeste/MS					
Filiais de venda	Un. de Exportação Guarulhos/SP	Campinas/SP	Guarulhos/SP	Bebedouro/SP	Jandira/SP	Rio de Janeiro/RJ	Brasília/DF
	Fortaleza/CE	Campo Grande/MS	Cabo de Santo Agostinho/PE	Salvador/BA	Contagem/MG	Cariacica/ES	
	Itajaí/SC	Chapecó/SC	São José dos Pinhais/PR	Cascavel/PR	Santa Rita/RS	Passo Fundo/RS	

Fonte: AURORA ALIMENTOS, 2018. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/unidades-distribuidores>.

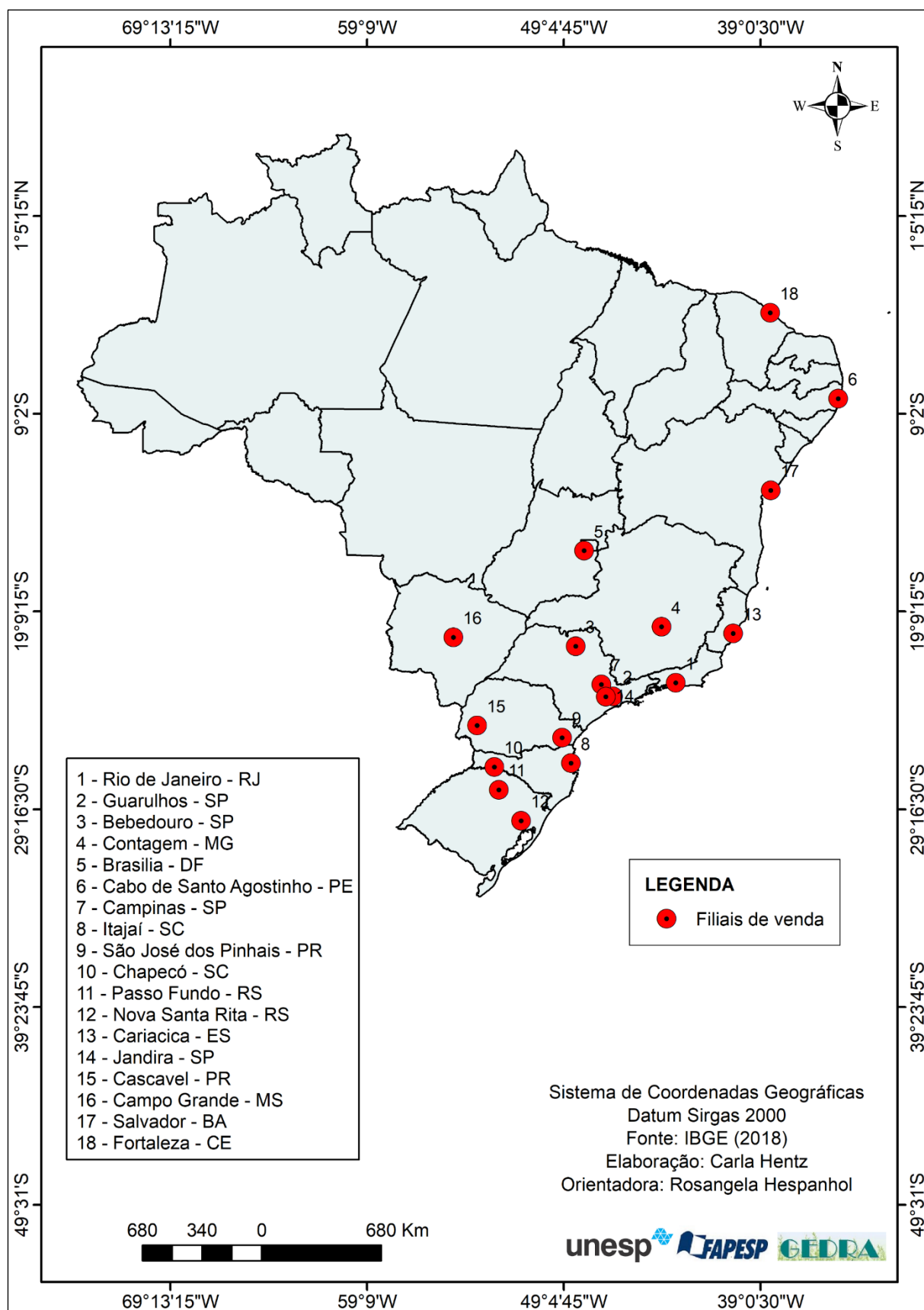
Elaboração: HENTZ, C.

Figura 26 – Estrutura produtiva da Aurora Alimentos na Mesorregião Oeste



Fonte: AURORA ALIMENTOS, 2018.

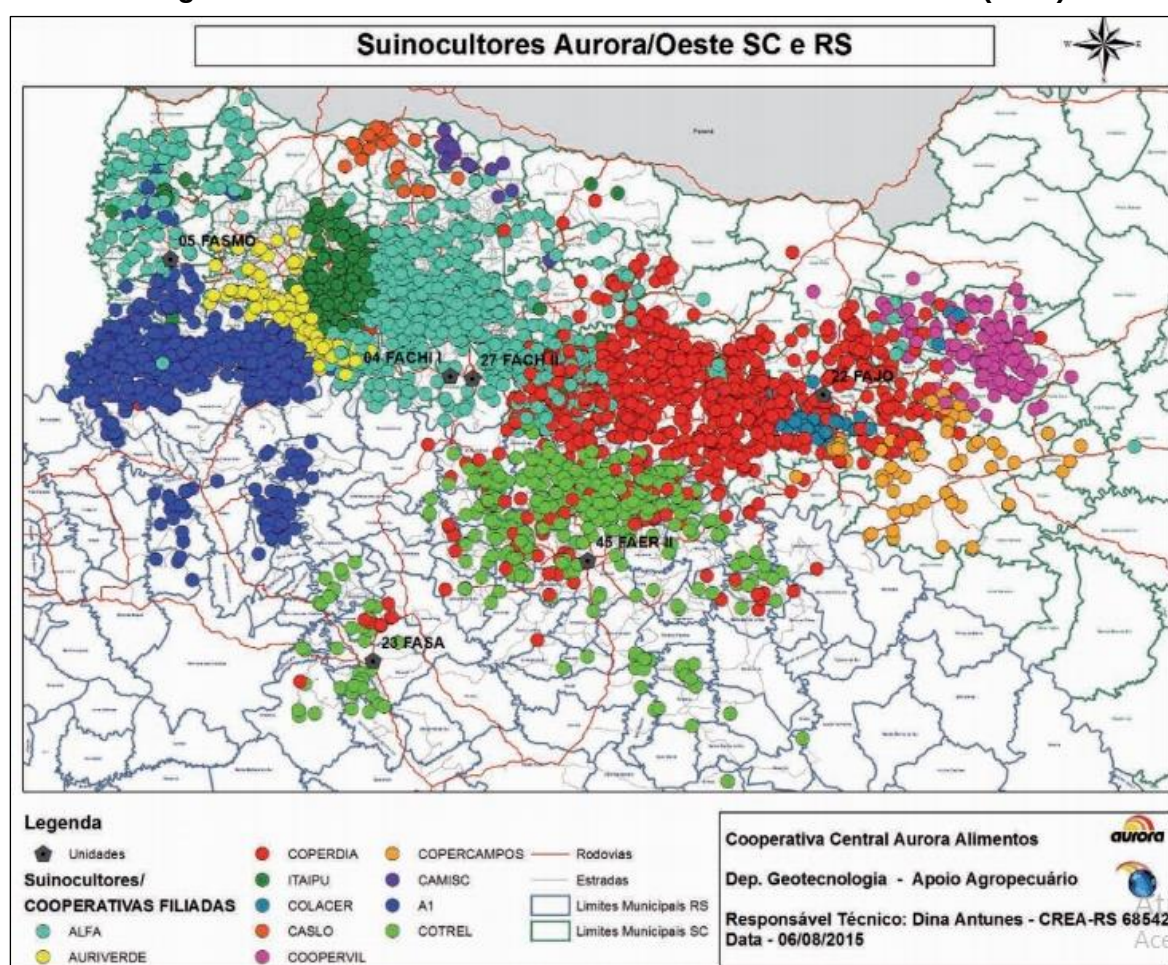
Figura 27 – Filiais de vendas da Cooperativa Aurora Alimentos no Brasil



Fonte: AURORA ALIMENTOS, 2018.

O estado catarinense concentra 11 das 13 cooperativas pertencentes ao consórcio da Aurora Alimentos (visualizar figura 25). No segmento de suínos, abate em suas plantas 25 mil suínos/dia, envolvendo 3.444 produtores cooperados, 199 mil matrizes e um plantel permanente de 1,8 milhão de animais à campo. Na área de aves, o abate atinge 1 milhão de aves/dia. A base produtiva é formada por 2.900 avicultores associados que mantêm um plantel permanente de 35 milhões de frangos. No setor lácteo, industrializa mais de 1,5 milhão de litros de leite/dia, sendo sua base produtiva formada por 8.000 produtores rurais (AURORA, 2018).

Figura 28 – Suinocultores associados ao consórcio Aurora (2015)



Fonte: AURORA ALIMENTOS. Disponível em: <http://gg.gg/frrdn>. Acesso em: 5 de fev. 2019.

Na cidade de Chapecó estão instaladas três unidades industriais de suínos: Indústria Aurora Chapecó; Frigorífico Aurora Chapecó e Frigorífico Aurora Chapecó II; uma planta industrial de aves: Frigorífico Aurora Guatambu (SC); uma fábrica de ração, uma unidade de armazenagem de cereais, um centro de logística, um escritório

e a matriz (Figura 29). De acordo com Santos e Beck (2016), a empresa emprega em suas unidades aproximadamente de 5.591 trabalhadores, sendo 591 estrangeiros.

Figura 29 – Aurora Alimentos: unidades industriais, matriz e escritório em Chapecó



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019); Google imagens.

Ao longo dos anos, a cadeia produtiva da carne (aves e suínos) evoluiu de tal forma, delegando ao Brasil os mais elevados níveis de competitividade mundial na produção da proteína animal. Tal conquista se deve à lógica de produção integrada adotada pelas agroindústrias e, substancialmente, ao Estado como grande aliado na defesa dos interesses do capital agroindustrial, inserindo o setor no circuito espacial

da produção (SANTOS, 2012), promovendo articulações espaciais que influenciam no território brasileiro e, em especial, no Oeste de Santa Catarina.

Favorecidas pela predominância de uma colonização europeia com tradição na criação de pequenos animais, a adoção dos sistemas integrados possibilitou às agroindústrias instrumentos gerenciais de elevado nível de coordenação, rompendo com o tradicional modelo de produção, caracterizado pelo trabalho dos colonos sem a utilização de nenhuma tecnologia. Este modelo em que atualmente se organiza a maior parte da cadeia produtiva de carnes do estado tem possibilitado a inserção contínua de tecnologia nos diversos elos do setor, passando pela melhoria dos índices zootécnicos, genéticos e nutricionais, maior eficiência na logística de produção e distribuição, modernização das instalações, dos equipamentos e das atividades de abate e processamento, buscando atender demandas e imposições globalizadas de produção.

Para uma maior compreensão das características do setor agroindustrial no município de Chapecó, apresentamos uma contextualização do agronegócio processador de carnes e as estratégias adotadas pelo setor para reforçar o seu poder nesta localidade.

3.2 O setor agroindustrial de carnes (aves e suínos) e sua dinâmica no município de Chapecó

Nos últimos anos, o alto valor agregado pelas atividades intensivas desenvolvidas, como a fruticultura e a produção animal têm colocado o estado catarinense entre os dez mais importantes na produção agropecuária brasileira. A produção animal, por exemplo, respondeu por mais de 60,00% de todo o valor da produção agropecuária e 53% das exportações catarinense, sendo este o maior diferencial do estado em relação às demais unidades da federação, conforme destaca Toresan (2018).

Em que pese seu diminuto território (95.346 Km²), Santa Catarina é, atualmente (2020), o maior expoente da suinocultura brasileira e o segundo maior produtor de frangos, sendo responsável em termos suínos por 51,12% das exportações e 27,90% dos abates e em termos da avicultura por 27,11% das exportações e 14,78% dos abates de frango, participando da economia nacional como um dos maiores

fornecedores do setor agroindustrial de carnes, concentrando, por sua vez, o maior aglomerado regional de agroindústrias da América Latina (ABPA, 2019).

A liderança do estado na produção de aves e suínos é devido à presença das maiores agroindústrias do país na região Oeste, formando um sistema hegemônico de produção, industrialização e comercialização. A presença maciça do setor agroindustrial no interior do país demonstra a importância deste na promoção do desenvolvimento econômico, não somente local, mas também em escala nacional, haja vista que em muitos municípios, parcela expressiva da atividade econômica é resultante da agroindústria processadora de carnes, demonstrando a intensa relação campo-cidade existente.

A produção catarinense encontra-se fortemente concentrada no Oeste catarinense, responsável por 78,88% e 78,43% da produção estadual de suínos e aves, respectivamente (Tabela 6).

Tabela 6 – Aves e suínos - Microrregiões de origem da produção de Santa Catarina (2018)

<i>Microrregião</i>	<i>Suínos (mil cabeças)</i>	<i>%</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Aves (milhões cabeças)</i>	<i>%</i>
Concórdia	2.943,85	23,21	Joaçaba	211,01	22,89
Joaçaba	2.723,67	21,48	Chapecó	198,30	22,46
Chapecó	2.079,30	16,39	Concórdia	156,46	17,72
São M. do Oeste	1.220,93	9,63	Xanxerê	68,55	7,76
Xanxerê	1.036,51	8,17	São M. do Oeste	67,10	7,60
Rio do Sul	851,72	6,72	Criciúma	46,67	4,83
Tubarão	783,76	6,18	Araranguá	39,07	4,42
Canoinhas	461,54	3,64	Canoinhas	31,70	3,59
Curitibanos	367,04	2,89	Tubarão	25,79	2,92
Ituporanga	154,87	1,22	Curitibanos	11,03	1,25
Criciúma	25,74	0,20	Florianópolis	6,52	0,74
Blumenau	24,65	0,19	tabuleiro	6,40	0,73
Joinville	4,13	0,03	São Bento do Sul	6,03	0,68
São Bento do Sul	2,59	0,02	Joinville	4,64	0,53
Campos de Lages	1,33	0,01	Blumenau	3,04	0,34
Araranguá	1,00	0,01	Tijucas	1,95	0,22
Tabuleiro	0,59	0,005	Itajaí	1,81	0,21
Florianópolis	0,45	0,004	Rio do Sul	0,48	0,05
Itajaí	0,08	0,001	Ituporanga	0,33	0,04
Tijucas	0,07	0,001	Campos de Lages	0,19	0,02
Total	12.683,31	100	Total	883,08	100

Fonte: Epagri/Cepa: Síntese Anual da Agricultura de SC – 2017-2018.
Elaboração: HENTZ, C.

As cinco microrregiões que compõem o Oeste catarinense⁴⁹ foram responsáveis pela produção de 10.005,26 milhões de cabeças de suínos (representando 78,88%) de um total de 12.683,31 milhões do estado. Do total de 883,08 milhões de cabeças de aves produzidas no estado, o setor avícola do Oeste produziu 710,42 milhões (representando 80,45% do total). Desse total de aves e suínos produzidos em Santa Catarina, 97,31% e 84,41%, respectivamente, foram abatidos no próprio estado (EPAGRI/CEPA, 2018).

A região Oeste de Santa Catarina se destaca na economia nacional como um dos maiores *players*⁵⁰ globais do setor alimentício, atuando principalmente nos segmentos de carnes (aves e suínos), alimentos processados de carnes, lácteos, massas, pizzas, vegetais congelados, cereais etc. Este desempenho atribuído à região deve-se ao potencial do mercado e, sobretudo, aos avanços tecnológicos e organizacionais incorporados pelas agroindústrias nas últimas décadas, as quais tem se especializado cada vez mais em produtos congelados e de rápido preparo, buscando acompanhar o ritmo de vida das populações urbanas das grandes cidades.

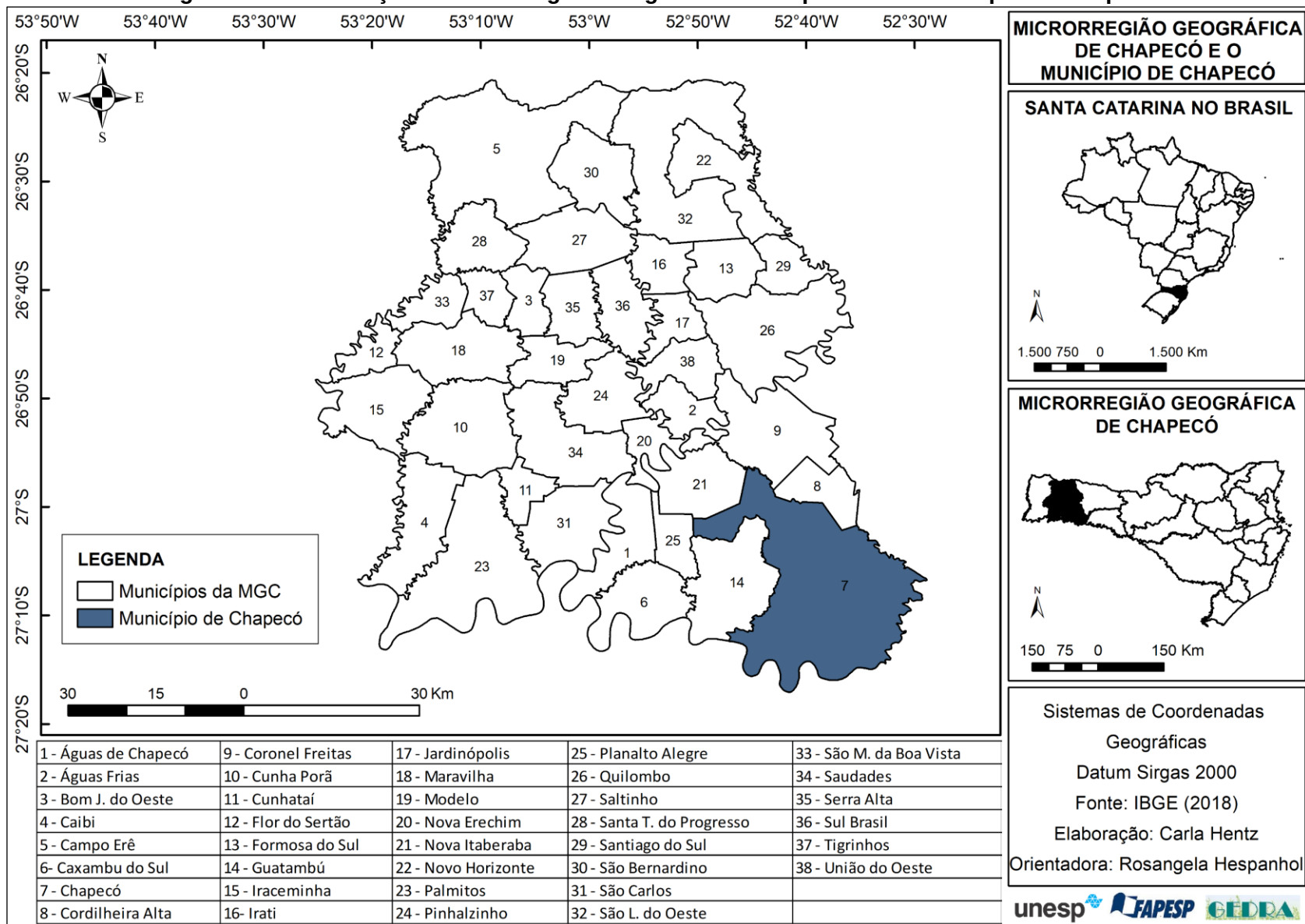
Dentre os vários municípios que compõem a Mesorregião Oeste, destaca-se, para efeito de delimitação de estudo, o município de Chapecó, localizado na Microrregião Geográfica de Chapecó (Figura 30), o qual singulariza-se no contexto das áreas rurais do estado, em razão do dinamismo apresentado pela agroindústria processadora de carnes, cuja atividade criatória está fortemente instaurada nas pequenas propriedades rurais, configurando-se numa importante alternativa econômica aos produtores.

O município de Chapecó, desde seu processo de emancipação no ano de 1917, tem seu dinamismo atrelado às agroindústrias, transformando-o em destaque nacional na produção de carnes de aves e suínos. Conforme descrito anteriormente, o processo de ocupação do Oeste de Santa Catarina iniciou-se com fazendeiros e posseiros que viviam em economia de subsistência. Anos mais tarde, vilas e povoados se desenvolveram em função das atividades do tropeirismo.

⁴⁹ Microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

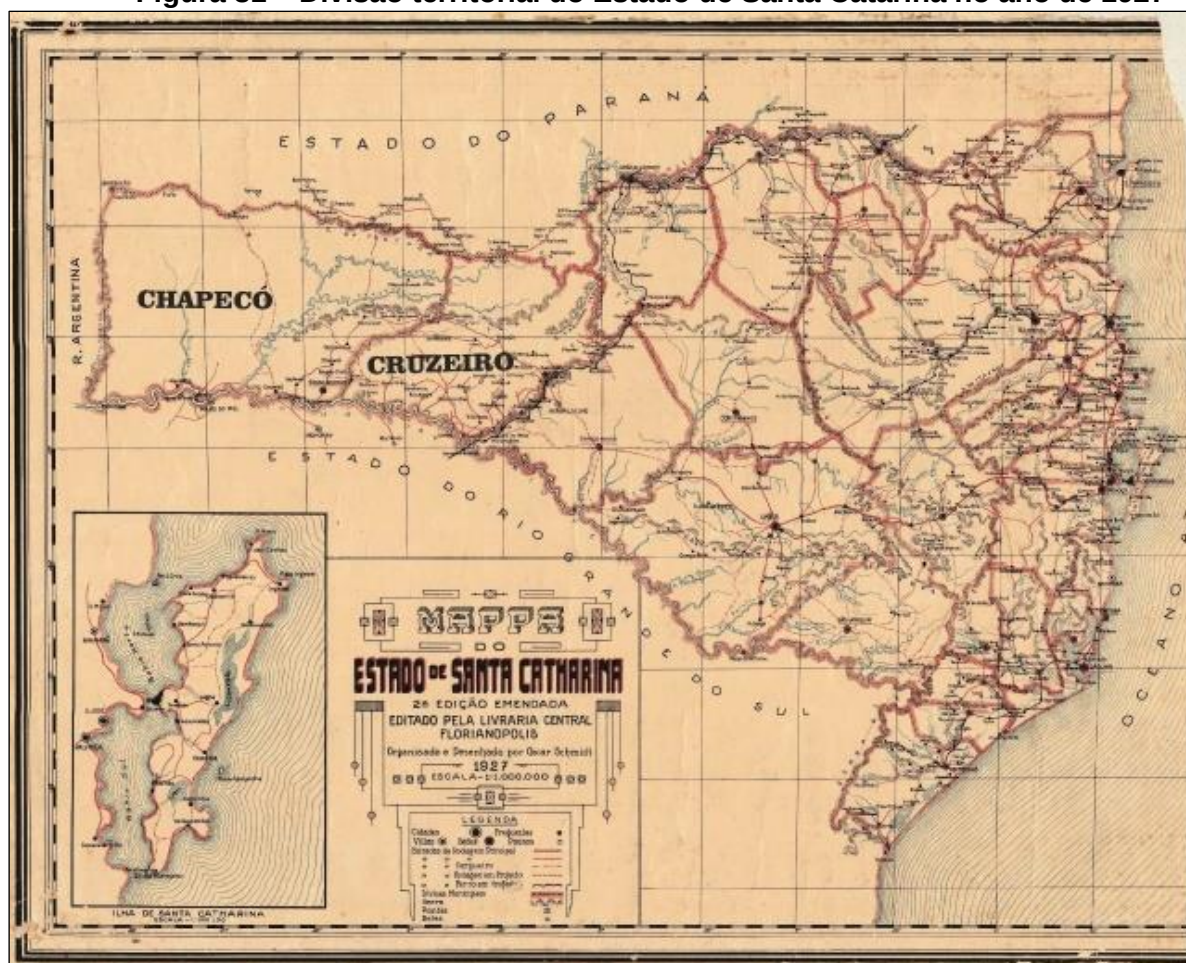
⁵⁰ A expressão *players* de mercado é oriunda da área econômica e refere-se aos competidores e/ou investidores que atuam em um mercado comum.

Figura 30 – Localização da Microrregião Geográfica de Chapecó e do município de Chapecó



Após o fim das disputas pelas fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, o município de Chapecó foi criado no ano de 1917⁵¹, juntamente com o de Cruzeiro (atual cidade de Joaçaba) (Figura 31). Como sugere Pertile (2008, p. 60), “esses dois municípios tornaram-se os embriões da ocupação de toda aquela região que formaria, posteriormente, a Mesorregião Oeste catarinense e a nova fronteira agrícola para os emigrantes procedentes do Rio Grande do Sul”.

Figura 31 – Divisão territorial do Estado de Santa Catarina no ano de 1927



Fonte: Santa Catarina (2019). Disponível em: <http://www.spq.sc.gov.br/mapas/>.

Até a década de 1940, o núcleo urbano não passava de uma pequena vila, como podemos visualizar na figura 32. As atividades desenvolvidas não iam muito além do comércio de produtos de primeira necessidade, contudo, embora de forma incipiente, já buscavam se integrar aos mercados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo por meio da comercialização dos excedentes nas rotas dos tropeiros. Cabe,

⁵¹ O município de Chapecó foi fundado pela Lei Estadual nº 1.147 de 25 de agosto de 1917. Possuía em seu início, uma extensão territorial de 13.719 Km², correspondente a maior parte da atual Mesorregião Oeste catarinense (PEREIRA, 1995).

contudo destacar, que o desenvolvimento ocorria de forma bastante autônoma em relação a capital, pois, como afirma Mito (2011), não havia ligações expressivas entre a região e a capital, devido à ausência de infraestruturas. O urbano estava diretamente subjugado ao rural, porquanto era esse que comandava as atividades econômicas da cidade.

Figura 32 – Chapecó: vista parcial do município na década de 1940



Fonte: Gretzler (2011).

Com o crescente aumento da produção – madeira, milho e banha suína – a cidade foi, aos poucos, se sobressaindo em relação aos demais municípios da região, desempenhando funções que a caracterizaram como um polo atrativo. Com o aumento significativo na escala de produção, sobretudo de suínos, pequenas agroindústrias começaram a ser instaladas, caracterizando o início das atividades industriais na região segundo Motter (2020).

A partir do surgimento dos primeiros frigoríficos na década de 1950 (Figura 33), significativas mudanças ocorrem no espaço urbano do município. Aos poucos, a base agrícola da região – caracterizada pela venda de excedentes – foi sendo equipada em razão das necessidades da agroindústria, possibilitando aos comerciantes constituírem seu capital inicial. Com o apoio explícito do Estado no desenvolvimento

das atividades, em um período relativamente pequeno de tempo, a cidade firmava-se economicamente no contexto regional.

Essa condição de polo começou a se evidenciar, principalmente a partir da década de 60, com a criação da Secretaria Estadual dos Negócios do Oeste no município, única secretaria descentralizada da capital do Estado, do país. Essa fazia a “ponte” entre o governo do Estado, na época, o Governador Celso Ramos, e a região oeste de Santa Catarina, já que, nessa época, a distância e a dificuldade de acessibilidade e comunicação do município, dificultavam as ações do Estado sobre essa região (RECHE, 2008, p. 42).

Figura 33 – Vista aérea do frigorífico Indústria e Comércio de Chapecó (SAIC), em Chapecó (1952)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449087>. Acesso em: 25 de abr. de 2020.

A implantação dessa Secretaria favoreceu consideravelmente o crescimento e o desenvolvimento da região, sobretudo, de Chapecó, pois, a partir dela os investimentos urbanos através da disponibilização de infraestrutura ou de políticas públicas beneficiavam economicamente os municípios. Firmava-se, desta forma, o destino econômico da região na década seguinte, permitindo que empresas como Sadia, Perdigão e Chapecó Alimentos despontassem no cenário econômico nacional (RECHE, 2008). Com o apoio explícito do Estado, as agroindústrias modernizaram-se

tecnologicamente, tanto no processo produtivo, quanto nas fontes de matérias-primas, refletindo diretamente no espaço. Essas modernizações, segundo Elias (2006), se baseiam na incorporação de ciência, tecnologia e informação como formas de ampliar a produção e a produtividade, culminando em memoráveis transformações econômicas e, portanto, socioespaciais.

Frente às novas imposições tecnológicas, as agroindústrias começam a implantar, tanto na produção como em suas plantas industriais, novos processos produtivos. Na década de 1950, a empresa Sadia, por exemplo, moderniza seu processo produtivo com a implantação da produção integrada, “na qual a agroindústria adota o sistema, e os produtores ou acabam se inserindo no mesmo, ou então são excluídos do processo” (GRETZLER, 2011, p. 43). Tal processo evidencia-se no município de Chapecó, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, período no qual a população da cidade teve um grande incremento.

Conforme asseveram Reche e Sugai (2008, p. 3),

Com incentivos fiscais e facilidade de financiamentos, as agroindústrias desenvolveram-se rapidamente e tornaram-se as principais responsáveis pelo acelerado processo de urbanização do município, em função de seu grande poder de atração da população migrante, que deixava o campo em busca de emprego na indústria e de melhores condições de vida.

Nos anos subsequentes, o modelo integrado de produção acaba sendo adotado pelas agroindústrias de toda a região, pois, com o aprofundamento dos nexos capitalistas no campo e a produção em larga escala, o setor agroindustrial alcança índices de produtividade, qualificando-o aos padrões do mercado mundial. Este processo, ao mesmo tempo em que resolveu os problemas da produção e do fornecimento de matéria-prima, excluiu muitos produtores da região Oeste, pois, segundo Skrzypczak (2004, p. 53),

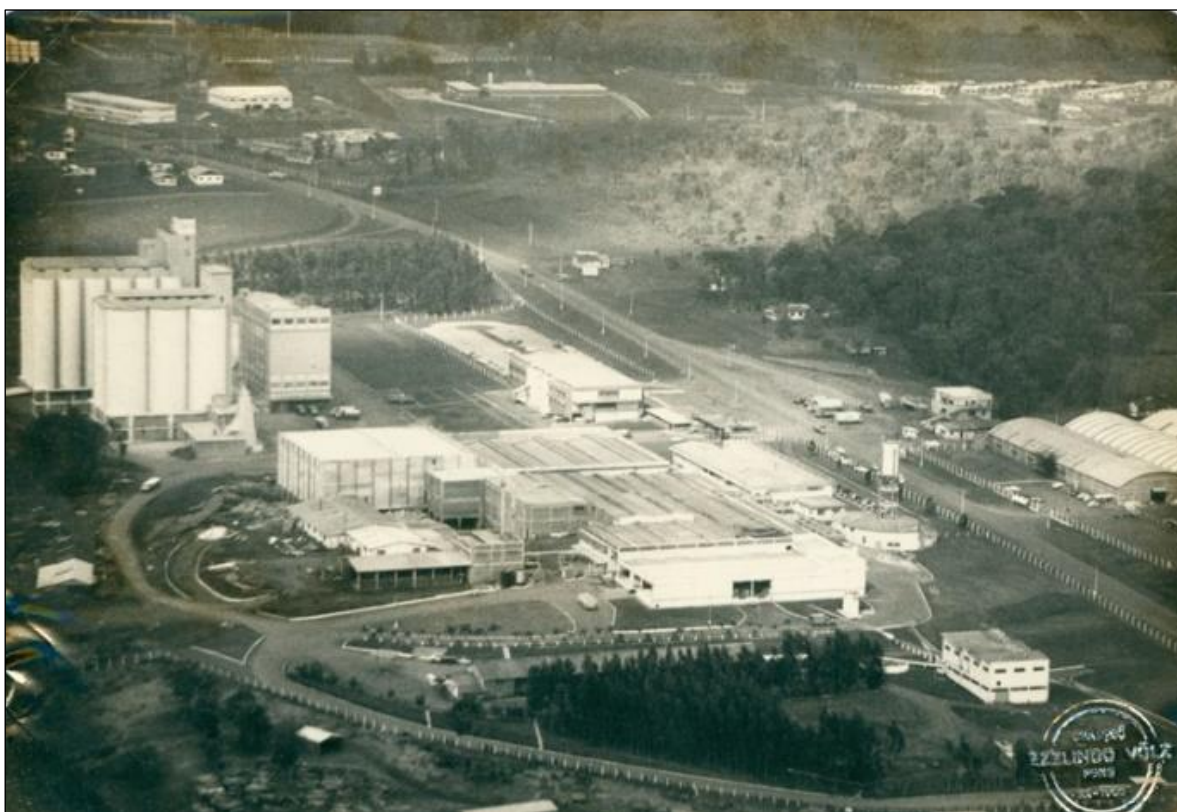
[...] a modernização nas pequenas propriedades rurais é responsável pela exclusão de muitos produtores das atividades de integração, principalmente aqueles que não têm acesso ao financiamento, obrigando-os a abandonar a atividade e a migrarem para as cidades.

A modernização dos processos produtivos industriais, responsável tanto pelo sucesso econômico regional como também pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais (MIOR, 2005), se processa em paralelo à

modernização da agricultura, o que acarretou na migração de um grande contingente populacional do meio rural para as cidades.

Com a instalação e o crescimento das agroindústrias (Figura 34), ocorre também a expansão do perímetro urbano com a formação de bairros de operários. As agroindústrias, em função de seu grande poder de atração da população migrante, acabam protagonizando um acelerado processo de urbanização imbuído de consequências que se refletem na organização espacial da cidade, “já que as políticas públicas e sociais, o planejamento e os investimentos públicos não acompanharam as novas demandas urbanas e sociais que toda essa população migrante necessitava” (RECHE; SUGAI, 2008, p. 3).

Figura 34 – Complexo Industrial da Sadia Avícola S.A.



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449087>. Acesso em: 25 de abr. de 2020.

Com o fortalecimento do ramo agroindustrial, novas necessidades e outras atividades vão sendo incrementadas à cidade que, aos poucos, vai se constituindo como polo regional, não apenas pelas funções que desempenhava, mas principalmente, pelos bens e serviços que ofertava. Por seu turno, é a partir do sucesso das agroindústrias do município,

[...] que Chapecó consolidará sua condição de polo regional, uma vez que, com as agroindústrias, atividades comerciais, de serviços, além de entidades educacionais etc., começam a se instalar na cidade, o que, também, atrai grande número de população em busca de melhores oportunidades de emprego e vida (RECHE, 2008, p. 43).

A urbanização, neste contexto, não ocorre desvinculada da industrialização, mas pelo contrário, intrinsicamente ligada ao capital agroindustrial. A cidade se estrutura a partir da instalação das agroindústrias e, posteriormente, dos serviços agregados a ela. As cidades de maior tamanho e grau de especialização, segundo Lago (1978, p. 328), “passaram a se comportar como imãs demográficos dispersos nos espaços geográficos catarinenses”.

Figura 35 – Chapecó na década de 1950



Fonte: Gretzler (2011).

Na década de 1970, com a expansão industrial no Brasil, o desenvolvimento do setor se processa com o apoio explícito do Estado, destinando grande parte de seus recursos para o financiamento de empreendimentos. Desta forma,

O dinheiro repassado ao setor financiava tanto a expansão da empresa, quanto a construção ou aquisição de novas plantas industriais, ampliação das já existentes, modernização das mesmas, como também financiava a modernização das propriedades rurais do modelo de integração e modernização imposto pelas agroindústrias (GRETZLER, 2011, p. 81).

Concomitantemente à expansão das agroindústrias e a polarização de inúmeros serviços, amplia-se também a infraestrutura da cidade com a criação de novos bairros, aumento da malha viária, iluminação, moradias etc., proporcionando um crescimento quantitativo da população urbana, evidenciando mudanças no âmbito social, político e econômico (GRETZLER, 2011).

Chapecó estrutura-se, por um lado, com a presença das agroindústrias, [...] portadoras de grande capital e capazes de competir internacionalmente e, por outro lado com uma série de outras indústrias menores (pequenas e médias), e um comércio capaz de atender à demanda local e tendo, muitas vezes que competir com o capital internacional (ALBA, 2002, p. 126).

Figura 36 – Chapecó no ano de 1975



Fonte: ZOLET; SILVESTRIN (2006).

Em sentido longitudinal, ao centro, a Avenida Getúlio Vargas, à direita a Avenida Fernando Machado e à esquerda, a Avenida Nereu Ramos. No alto, ao centro, vê-se a Catedral Diocesana.

As atividades agroindustriais tiveram um papel decisivo na estruturação do espaço urbano da cidade. Contudo, cabe destacar também a importância das empresas colonizadoras, das madeireiras e, fundamentalmente do Estado, na constituição do município de Chapecó como polo regional. No período atual, embora

não exclusivamente, a dinâmica econômica do município se realiza consubstanciada ao setor agroindustrial de carnes, em virtude do grau de infraestrutura urbana presente na cidade e, quase sempre, ausente nos demais municípios de sua região de influência.

Com uma população total de 183.530 habitantes (estimativa de 216.654 habitantes em 2018) e uma área de 626,060 Km² (IBGE, 2010), o município concentra diversas atividades que o tornam um centro de referência regional, destacando-se economicamente na produção/exportação de produtos alimentícios industrializados de natureza animal, conforme destacaremos a seguir, nos serviços de saúde de média e alta complexidade, serviços bancários⁵² (HSBC, Safra, Itaú dentre outros), ensino superior e no desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.

Segundo Brandt e Nascimento (2015, p. 111),

Dentre os objetos geográficos que reforçam a centralidade e o papel de comando regional de Chapecó e contribuem para o seu crescimento, cabe destacar ainda a presença em seu território: de órgãos estaduais de pesquisa e gestão, como a Epagri e a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Chapecó; do Hospital Regional do Oeste e do Hospital da Unimed; de diversas instituições de ensino superior, com destaque para as universidades comunitárias Unoesc e Unochapecó, e, mais recentemente, para a UFFS⁵³, a primeira universidade federal da região, que entrou em funcionamento em 2010, e o Aeroporto Municipal, que atua como importante nó de conexão aérea, com voos regulares para a capital catarinense e importantes centros urbanos do país.

Nas últimas décadas, a dinâmica econômica do município vai além do próprio agronegócio, conforme apontam Maia, Vilella, Alba e Ostrowsky (2017). As atividades ligadas a outros serviços têm possibilitado a continuidade de seu crescimento, imprimindo a Chapecó, o papel de uma cidade média. Sua centralidade regional

⁵² Alba (2014), em estudo realizado na cidade de Chapecó, destaca que o sistema financeiro conta com 22 bancos, totalizando 39 agências de varejo, 4 agências de atacado e 5 superintendências regionais. Para um maior detalhamento acerca do tema, consultar Alba (2014) **“A implantação da rede bancária em Chapecó - SC e sua relação com a dinâmica urbana e regional”**.

⁵³ A Universidade Federal da Fronteira Sul é uma instituição pública de ensino superior, criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. No ano de 2021, há a oferta de mais de 40 cursos de graduação distribuídos entre os campi nas cidades de Chapecó/SC (sede da instituição), Cerro Largo/RS, Erechim/RS, Laranjeiras do Sul/PR, Passo Fundo/RS e Realeza/PR. Informações obtidas no site: <https://www.uffs.edu.br/>.

acentua-se frente ao crescimento de outras atividades de apoio à produção agroindustrial, a exemplos das indústrias da área de metalmecânica, equipamentos para aviários e pocilgas, transportes, embalagens e, também, de inúmeros serviços que se especializaram em detrimento das demandas do setor agroindustrial.

Figura 37 – Chapecó: vista aérea em 2014

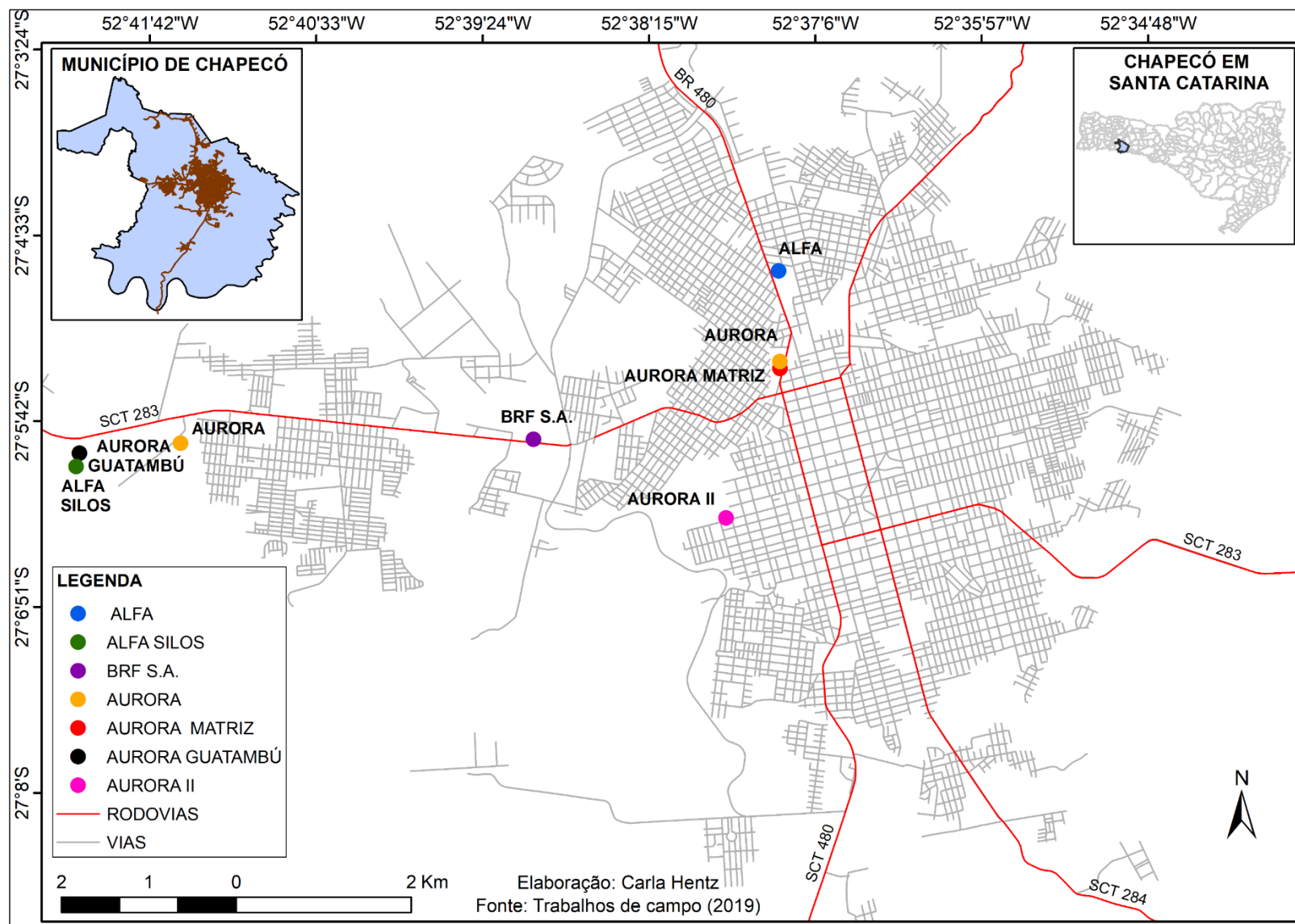


Fonte: CIDADE EM FOTOS, 2015.

Estruturada a partir de um dos maiores circuitos espaciais de produção de carnes da América Latina, Chapecó abriga, em seu território, dois dos cinco maiores conglomerados agroindustriais do país, sendo a *Brasil Foods S.A. (BRF)* – antiga Sadia – e a *Cooperativa Central Aurora Alimentos* (Figura 38), além de diversas outras empresas com atividades de apoio à produção agroindustrial.

Inserida em uma região com fortes características rurais, Chapecó concentra “muitas das atividades industriais, de comércio e de serviços radiando assim para outros municípios a sua influência econômica” (FUJITA; MATIELLO; ALBA, 2009, p. 62). Responsável por dotar não somente o município de Chapecó, mas também a região Oeste, de uma dinâmica particular de produção, industrialização e comercialização, o setor agroindustrial de carnes é responsável pela maior parte das exportações, influenciando direta e indiretamente no processo de reprodução do capital.

Figura 38 – Chapecó: Localização das unidades produtivas da Aurora Alimentos e Brasil Foods S.A.



Tomando por base a comparação entre os valores do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Microrregião Geográfica de Chapecó (MGC), o setor agroindustrial é responsável por dotar Chapecó de um poder de comando, tendo visto que é nesse município que estão localizadas as principais agroindústrias que sustentam a produção regional de carnes (Tabela 7).

Tabela 7 – Produto Interno Bruto dos municípios da MGC (2017)

Municípios	<i>PIB Primário</i> (R\$)	<i>PIB Secundário</i> (R\$)	<i>PIB Terciário</i> (R\$)	<i>PIB Absoluto</i> (R\$)
Águas de Chapecó	29.021,32	7.033,97	28.423,90	64.479,19
Águas Frias	21.577,15	14.794,81	32.000,65	68.372,61
Bom J. do Oeste	16.598,26	20.739,34	12.161,86	49.499,46
Caibi	51.661,90	32.964,89	68.398,73	153.025,52
Campo Erê	78.834,47	25.913,98	101.467,08	206.215,53
Caxambu do Sul	52.083,89	11.262,59	32.390,66	95.737,14
Chapecó	148.733,14	2.087.977,28	4.531.510,85	6.768.221,27
Cordilheira Alta	21.651,77	37.410,01	94.697,84	153.759,62
Coronel Freitas	60.597,02	51.214,40	79.185,39	190.996,81
Cunha Porã	60.851,75	111.263,90	229.043,60	401.159,25
Cunhataí	18.994,86	2.775,50	10.242,27	32.012,63
Flor do Sertão	13.462,61	3.623,85	8.380,16	25.466,62
Formosa do Sul	16.023,72	2.713,29	13.498,36	32.235,37
Guatambu	59.974,18	83.085,38	46.636,10	189.695,66
Iraceminha	39.257,18	4.346,20	27.495,42	71.098,80
Irati	8.275,49	2.455,51	9.772,85	20.503,85
Jardinópolis	12.656,34	1.539,88	9.516,91	23.713,13
Maravilha	42.903,39	342.531,41	413.605,40	799.040,20
Modelo	25.731,02	18.640,64	35.907,93	80.279,59
Nova Erechim	31.076,40	36.191,63	51.976,67	119.244,70
Nova Itaberaba	27.318,20	23.397,01	39.541,31	90.256,52
Novo Horizonte	23.834,86	20.231,24	16.928,43	60.994,53
Palmitos	157.605,73	36.278,50	255.371,11	449.255,34
Pinhalzinho	45.972,35	343.054,85	406.584,43	795.611,63
Planalto Alegre	43.475,70	6.185,90	18.849,49	68.511,09
Quilombo	69.063,10	84.215,80	118.489,75	271.768,65
Saltinho	27.545,60	6.325,98	15.195,60	49.067,18
Santa T. do Progresso	19.015,69	4.115,62	9.456,19	32.587,50
Santiago do Sul	9.969,98	1.522,57	8.142,21	19.634,76
São Bernardino	18.976,65	9.684,70	11.608,33	40.269,68
São Carlos	68.480,94	92.320,43	108.293,54	269.094,91
São L. do Oeste	56.049,29	221.979,83	320.658,37	598.687,49
São M. da Boa Vista	12.793,98	990,11	6.787,28	20.571,37
Saudades	69.305,69	100.200,05	77.526,07	247.031,81
Serra Alta	24.117,93	10.072,04	21.263,18	55.453,15

Sul Brasil	20.324,58	3.525,97	10.586,06	34.436,61
Tigrinhos	13.171,41	2.098,74	8.178,29	23.448,44
União do Oeste	23.012,46	2.862,44	17.361,25	43.236,15
Total	12.442.905,11			

Fonte: IBGE Cidades (2017). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>.
Elaboração: HENTZ, C.

Analisando os dados, é possível inferir o quanto o agronegócio é a atividade que fortalece a renda do município. Em alguns municípios da região, a renda do setor primário é mais elevada em relação aos setores secundário e terciário. Nesses municípios, a preponderância do setor primário decorre do fato de serem produtores e fornecedores das matérias-primas utilizadas pelas agroindústrias de Chapecó. Nesse caso, a renda acaba sendo drenada para a sede das agroindústrias, onde, por meio da indústria de transformação, agrega-se valor à matéria-prima, concentrando a renda no município de Chapecó, que exerce preponderantemente o papel de liderança regional.

Para Frederico (2008), as cidades funcionais ao campo moderno apresentam, de modo geral, um PIB agropecuário elevado. Porém, com a modernização do campo e a consequente expansão dos serviços essenciais à produção, assim como as agroindústrias, muitas cidades passaram a apresentar elevada participação no percentual do PIB industrial e de serviços. Como observado na tabela 7, o PIB agropecuário é significativo num grande número de municípios, enquanto o de serviços e industrial apresenta-se concentrado em um número reduzido de cidades. A concentração, segundo o autor, decorre do fato da menor dispersão das indústrias e dos serviços especializados, estando estes limitados às cidades mais expressivas do ponto de vista econômico, demográfico e logístico.

De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 281), em muitas cidades, “a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional”. Localizada em uma região em que as atividades econômicas predominantes estão associadas ao setor agroindustrial, Chapecó reforça seus papéis e funções a partir das relações de trabalho e produção calcadas nas necessidades das agroindústrias. Para além de sua área de influência, suas atividades voltam-se para atender escalas mais amplas, articulando-se a circuitos produtivos mais abrangentes, comandados por mercados comumente mais

longínquos e competitivos, cujas imposições seguem um padrão estandardizado de consumo alimentar.

O município de Chapecó responde sozinho por um PIB de R\$ 6.768.221,27, o que corresponde a 54,39% do PIB da Microrregião, ao passo que os demais 37 municípios da Microrregião de Chapecó totalizam R\$ 5.674.683,84 (i.e., 45,60%). A indústria de transformação de Chapecó contribui com expressivos 30,84% do PIB absoluto desse município, o que reflete num total de R\$ 2.087.977,28, valor superior em comparação com o setor secundário dos municípios circunvizinhos, demonstrando que a atividade agroindustrial é um dos setores mais dinâmicos do município, inserindo-se no circuito espacial da produção e círculos de cooperação, conceitos que Milton Santos considera essenciais para conhecer as horizontalidades e verticalidades⁵⁴ de determinada produção.

A este respeito Pertile (2008, p. 135) destaca que:

[...] os municípios do Oeste de Santa Catarina possuem diferenciações espaciais que serão evidenciadas pela maior ou menor concentração das condições gerais de produção nas diferentes fases do processo de produção agroindustrial. A existência da produção agroindustrial implica a ocorrência de importantes vínculos entre a criação de aves e suínos pelos agricultores, nas áreas rurais, o beneficiamento e a industrialização dessa matéria-prima, em diversos municípios do Oeste de Santa Catarina e de outras regiões do país. Para tanto, há a necessidade de redes de circulação do capital, seja material ou imaterial.

Como consta em Pertile (2008), as agroindústrias, em decorrência de suas demandas e escalas de operação, constituem-se em grandes empresas, sendo responsáveis pela difusão de um número grande de fixos e fluxos na dinâmica espacial (SANTOS, 2012), sobretudo, do município de Chapecó. Não somente a

⁵⁴ De acordo com Santos (2012), as **horizontalidades** são extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade. As **verticalidades** são os processos que ocorrem em escala mundial (industrialização/desindustrialização, fluxo de capitais e mercadorias etc.) que atendem ao interesse de empresas e que interferem de maneira decisiva na (de)formação dos diferentes espaços do mundo. As verticalizações seriam a expressão da união vertical entre os lugares em função das interligações e conexões produzidas pelas técnicas e tecnologias que se instalam a fim de atender à lógica de unificação do mercado global. As horizontalidades seriam expressas pelas ações locais que não possuem vínculos ou interesses em servir à lógica vertical, ou seja, as lógicas do “aconchego”. Os conceitos de horizontalidade e verticalidade podem ser melhor compreendidos no livro de Santos (2012) intitulado **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**.

produção em si contribui para atingir esse percentual nas exportações, como também serviços e produtos ligados à produção do setor agroindustrial (Tabela 8).

Tabela 8 – Chapecó: principais produtos exportados em 2019 – (Milhões de US\$)

<i>Ordem</i>	<i>Produtos</i>	<i>US\$ (Milhões)</i>	<i>Part. (%)*</i>
1º	Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas;	12,2 U\$\$	21%
2º	Máquinas e aparelhos, para trabalhar borracha ou plástico ou para fabricação de produtos dessas matérias, não especificados nem compreendidos em outras posições;	6,92 U\$\$	12%
3º	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue;	6,75 U\$\$	11%
4º	Construções e suas partes (pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas), de ferro fundido;	4,97 U\$\$	8,4%
5º	Produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outras posições; animais mortos impróprios para alimentação humana;	4,27 U\$\$	7,2%
6º	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves;	4,24 U\$\$	7,2%
7º	Máquinas e aparelhos não especificados, para preparação ou fabricação industrial de alimentos ou de bebidas, exceto as máquinas e aparelhos para extração ou preparação de óleos ou gorduras vegetais;	2,95 U\$\$	5%
8º	Construções e suas partes (pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas), de alumínio;	2,57 U\$\$	4,3%
9º	Farinhas, pó e pellets, de carnes, miudezas, peixes ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos, impróprios para a alimentação humana; torresmos;	2,45 U\$\$	4,1%
10º	Reboques e semirreboques para quaisquer veículos; outros veículos não auto propulsores e suas partes;	1,32 U\$\$	2,2%

Fonte: SECEX, 2019. Elaboração: HENTZ, C.

* Percentual em relação ao total exportado pelo município de Chapecó, o qual totalizou em 2019, US\$ 50,9 milhões.

Evidências da importância das indústrias de carnes frigoríficas para a economia regional pode ser verificada no montante exportado pelo município. Do total de US\$ 50,9 milhões exportados, US\$ 12,2 milhões (21%) correspondem a carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas; US\$ 6,75 milhões (11%) a preparações e conservas de carne e miudezas; US\$ 4,27 milhões (7,2%) produtos de origem animal impróprios para alimentação; US\$ 4,24 milhões (7,2%) carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves; US\$ 2,95

milhões (5%) máquinas e aparelhos industriais utilizados na fabricação de alimentos e bebidas; e US\$ 2,45 (4,1%) farinhas, pó e *pellets*, de carnes, miudezas, peixes ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos, impróprios para a alimentação humana; totalizando US\$ 32,86 milhões (64,55% em relação ao total exportado).

Dentre os dez principais produtos exportados pelo município, seis pertencem diretamente ao setor agroindustrial, conferindo-lhe alto grau de dependência econômica com o setor agropecuário. A produção de inúmeros itens direcionados ao mercado externo reflete o quanto a agroindústria de carnes é capaz de tecer relações espaciais que se estendem internacionalmente, expandindo seus círculos de produção para além de seu núcleo urbano, espaço rural e região, especialmente no que se refere à destinação final das mercadorias produzidas. Para além do território nacional, as redes e fluxos desencadeados pelo polo agroindustrial do Oeste catarinense englobam também vários países e blocos econômicos internacionais, projetando relações que se estendem do local/regional ao global, completando uma importante etapa da produção. Em relação às exportações, Chile, Uruguai e Estados Unidos constituem-se os principais destinos (Figura 39).

Em relação às exportações entre blocos econômicos, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)⁵⁵ continua dominante em termos de participação e destino das exportações oriundas de Chapecó, representando em 2018, um índice de 93,50% (US\$ 40.706.845) (Tabela 9). As redes e fluxos desencadeados pelo polo agroindustrial do Oeste catarinense se materializam por meio da atuação dos grupos empresariais que se inserem na lógica atual de desenvolvimento do capitalismo globalizado, fazendo com que os lugares se adaptem as crescentes imposições do mercado, cada vez mais comandado pela economia mundial. O crescimento e desenvolvimento econômico de Chapecó “[...] extrapolou e extrapola os limites dos

⁵⁵ A ALADI foi instituída pelo Tratado de Montevideu em 12 de agosto de 1980, estabelecendo como princípios gerais o pluralismo em matéria política e econômica, ações progressivas para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade e tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros. A ALADI reúne treze países sendo: Bolívia, Equador e Paraguai de desenvolvimento econômico relativo; Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela, Cuba e Panamá de desenvolvimento intermediário e; Argentina, Brasil e México. O Tratado está aberto à adesão de qualquer país latino-americano, e também para o resto da América Latina através de vínculos multilaterais ou acordos comerciais (ALADI, 2019). Disponível em: http://www.aladi.org/sitioaladi/?page_id=696&lang=pt. Acesso em: 30 de mar. de 2020.

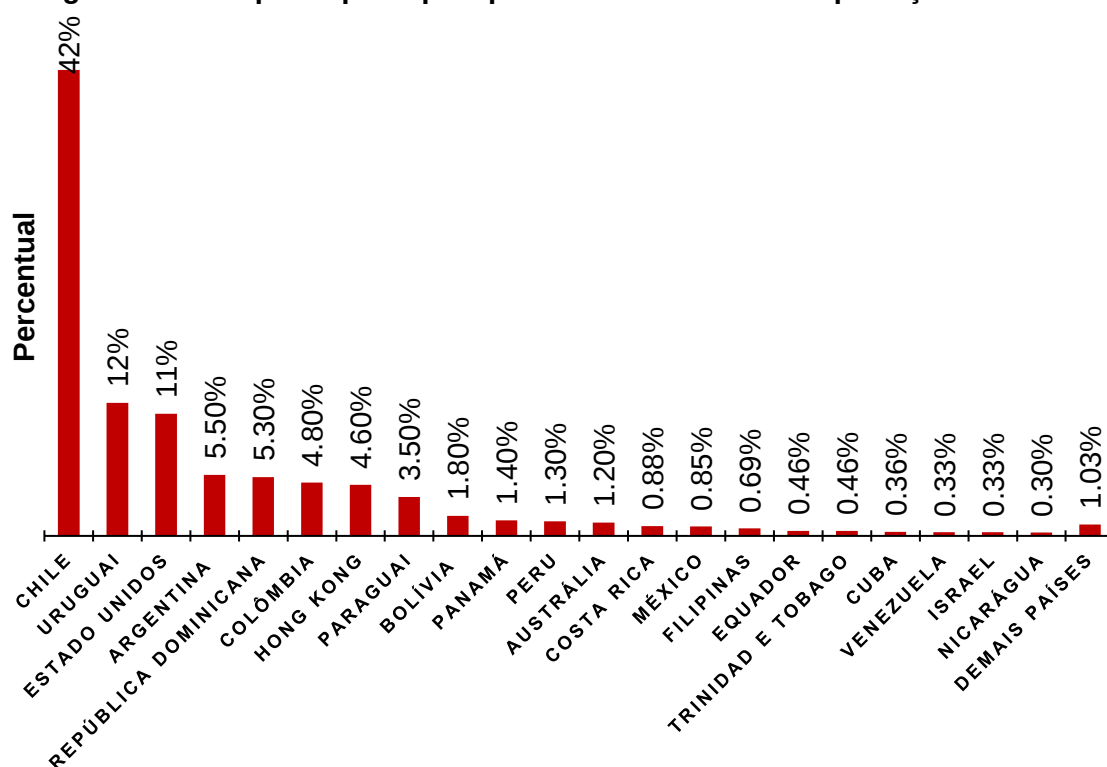
territórios nacionais, firmando cada vez mais a globalização e criando certa autonomia dos próprios lugares” (FUJITA; MATIELLO; ALBA, 2009, p. 58).

Tabela 9 – Chapecó: blocos econômicos de destino das exportações – US\$

Posição	Blocos Econômicos	(Jan/dez) 2018	(%)
1º	Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	40.706.845	93,50
2º	Sem agrupamento específico	4.535.596	3,23
3º	Mercado Comum Centro Americano (MCCA)	1.319.826	2,61
4º	Ásia (exclusive Oriente Médio)	1.085.734	0,37
5º	Orientes Médio	713.624	0,28
-	Demais blocos	140.720	0,02

Fonte: SECEX, 2018. Elaboração: HENTZ, C.

Figura 39 – Chapecó: principais países de destino das exportações em 2019



Fonte: SECEX, 2019. Elaboração: HENTZ, C.

Assim, de acordo com Santos e Silveira (2001), à medida que os processos de valorização do capital se internacionalizam, as transformações dessas cidades tornam-se cada vez mais atreladas a decisões tomadas em outras localidades, em geral distantes. No caso do Oeste catarinense, as novas relações que se estabelecem

entre campo e cidade se articulam em múltiplas escalas, integrando os diferentes processos de produção e circulação do capital agroindustrial.

Devido ao grande número de agroindústrias que concentra, sua função associa-se claramente às demandas produtivas dos setores agroindustriais, fator responsável por consolidar Chapecó como principal centro urbano de sua região conforme consta na tabela 10.

Tabela 10 – Número de empregos formais de Chapecó, segundo o setor, em 2019

<i>IBGE-Setor</i>	<i>Total</i>	<i>Percentual (%)</i>
Extrativismo mineral	8	0,009
Indústria de transformação	25,043	28,50
Serviços, indústria	847	0,96
Construção civil	5,850	6,65
Comércio	19,814	22,54
Serviços	30,925	35,19
Administração pública	4.407	5,01
Agropecuária	974	1,10
Total	87,868	-

Fonte: RAIS/MTPS. Elaboração: HENTZ, C.

No ano de 2017, dentre os setores econômicos da agropecuária, a atividade econômica mais representativa foi a pecuária com uma participação de 46,6% e um montante de R\$ 69.247. Em relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria, o setor de transformação respondeu por 69,6% (R\$ 1.542.670,00) (Tabela 11). De acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, no ano de 2018, o Valor Adicionado Fiscal (VAF), segundo seções de atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), do total de R\$ 5.451.131.490,00 a indústria de transformação participou com expressivos R\$ 1.916.255.810,00 superada apenas pelo comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (R\$ 2.249.813.731,00).

Tabela 11 – Chapecó: estratificação do VAB da agropecuária, industrial, comércio e serviços, segundo atividades econômicas (2017)*

<i>Segmento econômico</i>	<i>Mil (reais)</i>	<i>Participação (%)</i>
1. VAB da Agropecuária:	148.733	1,7%
1.1 Lavoura permanente	7.974	5,4%
1.2 Lavoura temporária	46.058	31,0%
<u>1.3 Pecuária</u>	69.247	46,6%

1.4 Pesca e aquicultura	840	0,6%
1.5 Silvicultura e extração vegetal	24.615	16,5%
2. VAB da Indústria:	2.087.977	23,5%
2.1 Extrativa	243	0,0%
<u>2.2 Transformação</u>	1.452.870	69,6%
2.3 Construção civil	530.808	25,4%
2.4 Serviços industriais de utilidade pública	104.056	5,0%
3. VAB do Comércio:	1.339.137	15,1%
3.1 Atacadista, exceto combustíveis	360.001	26,9%
3.2 Veículos automotores e motocicletas	252.684	18,9%
3.3 Atacadista de combustíveis	20.582	1,5%
3.4 Varejista	705.870	52,7%
4. Prestação de serviços	3.192.374	35,9%
4.1 Alojamento e alimentação	143.834	4,5%
4.2 Transporte, armazenagem e correio	401.529	12,6%
4.3 Serviços de Informação	232.527	7,3%
4.4 Intermediação financeira	415.359	13,0%
4.5 Atividades imobiliárias	758.906	23,8%
4.6 Ativ. profissionais, científicas e técnicas, administração e serviços complementares	577.212	18,1%
4.7 Educação privada	218.750	6,9%
4.8 Saúde privada	197.331	6,2%
4.9 Artes, cultura, esporte e recreação, outras atividades de serviços	246.925	7,7%
5. Administração pública	998.744	11,2%
6. Impostos líquidos de subsídios	1.123.213	12,6%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina – Diretoria de Estatística e Cartografia – 2017. Elaboração: HENTZ, C.

* VAB em valores nominais.

A análise dos dados evidencia o conhecido dinamismo da cidade, o qual cresce em importância no cenário nacional e mundial. A estrutura econômica e a rede de serviços atrelada às demandas dos setores produtivos agrícolas e/ou agroindustriais acabaram por imprimir novas relações de diferentes tipos e complexidades. A presença das agroindústrias processadoras de carnes suínas e de aves torna o município de Chapecó dotado de maior centralidade perante os demais municípios da Microrregião, industrializando a matéria-prima e comandando parte dos fluxos financeiros, informacionais, de pessoas e mercadorias. A concentração das empresas líderes no mercado de carnes de aves e suínos no município de Chapecó o faz ser considerado, no plano das imagens que se criam sobre as cidades, a *capital brasileira da agroindústria de carnes de aves e suínos*. A liderança na produção demonstra a

força do capital agroindustrial, econômica e politicamente influenciando nas decisões e na lógica de organização do município, seja social ou espacialmente.

4 RELAÇÕES CAMPO - CIDADE E AGROINDÚSTRIA

A compreensão do rural e do urbano no contexto contemporâneo correlaciona-se ao par dialético: campo-cidade. Por muitas décadas, a questão tem sido debatida pelas ciências humanas e sociais e “pone entredicho las concepciones duales y la separación de las funciones tradicionales entre el campo y la ciudad” (SÁNCHEZ, 2009, p. 94), no qual “una nueva conceptualización de la ruralidad se encuentra en pleno desarrollo y ha generado una extensa bibliografía en los últimos años” (GOMES, 2001, p. 5).

Segundo Corrêa (1989), no decorrer da história, as relações entre campo e cidade têm sido estudadas por historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas e geógrafos, partindo de objetivações diferentes associadas a cada área da ciência. A diversidade de contribuições, segundo o autor, não se esgotou, e tampouco há um consenso entre os inúmeros pesquisadores do tema. Para Queiroz (1979, p. 160), “um dos problemas que se coloca aos pesquisadores que desejam limitar seus trabalhos seja ao meio urbano, seja ao meio rural no Brasil, é o da definição”. Não se trata de uma delimitação fácil, todavia, segundo destaca a autora, “a sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o ‘exotismo’ da vida de caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo, seja qual for o nome por que são conhecidos nas diversas regiões do país” (p. 160).

A princípio, a discussão entre campo e cidade advém da ideia de que cidade e campo representam duas metades cabíveis de divisão e análise. A descrição antagônica entre cidade e campo:

[...] Começa com a transição da barbárie para civilização, da tribo para o Estado, da localidade para a nação, e se mantém durante toda a história da civilização até os nossos dias [...] a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento, a dispersão (MARX; ENGELS, 1967, p. 43 e 55).

Ao longo dos tempos, a construção da ideia de cidade enquanto espaço moderno, de inúmeras “possibilidades”, oculta o caráter diversificado das sociedades rurais e, sobretudo, o protagonismo dos habitantes do campo em geral. O destaque que a cidade possui no contexto atual, sobretudo, no que se refere ao poder

econômico e político, não foi alcançado instantaneamente com seu surgimento, pois, apesar de concentrar as instâncias de governo, era do campo que se extraíam os alimentos que dinamizavam a economia. Embora não mais abarcando a realidade das relações estabelecidas, o predomínio da concepção dicotômica entre campo e cidade prolonga-se até nossos dias.

Queiroz (1979, p. 161) afirma, que a existência de um mundo rural fundamentalmente diverso do urbano “traz implícita a afirmação de que nem sempre teria havido heterogeneidade marcada entre campo e cidade, ou melhor, que as relações entre ambos não teriam sido sempre as mesmas”. Para Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986, p. 198), “no decorrer do tempo a separação entre a cidade e o campo cresceu e, correspondentemente, as diferenças entre os universos sociais rural e urbanos aumentaram”. Recentemente, novas discussões surgem contemplando o rural e o urbano, a cidade e o campo a partir de um conjunto de fatores que colaboram para se repensar os conceitos na atualidade. Mas afinal, como qualificar o que é rural e o que é urbano, hoje?

De modo geral, a reestruturação produtiva da agropecuária intensificada sobretudo a partir da década de 1960, colabora fortemente para a reorganização da dinâmica campo-cidade, tornando mais intensas as relações sociais estabelecidas. Conforme destacam Rosa e Ferreira (2010, p. 188), “com uma maior integração entre esses espaços, as articulações e os fluxos passaram a ser cada vez mais frequentes e ícones do urbano e do rural, a indústria e o trabalhador rural, respectivamente, tornaram-se presença marcantes no campo e na cidade”.

Segundo Endlich (2010), a emergência de novas atividades diferentes das tradicionais em vários pontos do globo entusiasmaram pesquisadores a falar em um novo rural no Brasil, marcado pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, por atividades de entretenimento e prestação de serviços. A falta de uma definição oficial do que é rural e o que é urbano gera inúmeras discussões. O critério *demográfico*, bastante utilizado, apresenta dificuldades em encontrar e definir um patamar adequado, além das críticas que têm sido efetuadas à bibliografia recente sobre o tema. Outro critério utilizado, baseado na *densidade demográfica*, embora de fácil operacionalização, não se apresenta de forma homogênea na cidade, sendo insuficiente para qualificar o urbano.

Tomar o rural e o urbano pela perspectiva da *ocupação econômica da população*, através da natureza das atividades econômicas, tornou-se controverso,

segundo Endlich (2010). Vincular as atividades primárias ao rural e as secundárias ou terciárias ao urbano parece não ser mais suficiente. Atualmente, múltiplas atividades são desenvolvidas no campo, além das primárias. Embora todos esses conceitos sejam empregados, “nenhum desses critérios parece corresponder à atual realidade urbana e rural” (ENDLICH, 2010, p. 18). Apesar de controversos, esses elementos (agricultura, demografia, economia etc.) nos ajudam a compreender as diferenças e semelhanças, as relações e as distâncias entre o campo e a cidade nos dias atuais.

Para Bernardelli (2010, p. 33), a complexidade do tema impede que se chegue a uma “definição precisa, abrangente o suficiente, para se colocar como universal e que, portanto, consiga integrar toda a complexidade que envolve o tema”. Ressalta que a definição entre rural e urbano deve ser tomada a partir da dimensão geográfica do espaço:

[...] seja urbano ou rural, é sempre necessário reforçar que este apresenta especificidades, decorrentes de sua construção histórica, e daí ainda que se possa falar de mudanças, diversificação e modernização (de múltiplas ordens, na introdução de inovações tecnológicas, nas formas e relações de produção, nas relações de trabalho, desenvolvimento das forças produtivas etc.), em uma perspectiva geral, é no plano singular que devemos mostrar as diferenças. Portanto, o que temos são novos elementos que resultam das transformações históricas no processo de produção do espaço (BERNARDELLI, 2010, p. 46).

Segundo a autora, a apreensão do urbano e do rural, da cidade e do campo não se faz possível a partir de uma leitura dicotômica, mas por meio das múltiplas dimensões sociais, culturais, históricas, econômicas e políticas que demandam constante necessidade de redefinição das relações para que possam permitir a leitura do espaço num determinado tempo e em sua totalidade.

Spósito (2010), ao contribuir com o debate, ressalta que o processo de urbanização passou por profundas transformações na segunda metade do último século, o que implica, por sua vez, em novos desafios na discussão do espaço urbano e do espaço rural, partindo do entendimento que entre esses dois espaços se estabelecem relações de complementaridade.

Assim, a oposição entre cidade e campo cede lugar, do ponto de vista analítico, para o enfoque das relações entre cidade e campo e da unicidade e complementaridade compreendida por esse par dialético,

podendo-se adotar, por conseguinte, a expressão cidade ↔ campo (cidade em suas relações com o campo) (SPOSITO, 2010, p. 115).

Inúmeras são as ideias defendidas pelos autores, contudo, entendemos que ambos os espaços comportam na atualidade, distintas formas de existência, devendo ser aprendidos a partir de uma visão dialética. Diante das inúmeras dimensões analíticas que o enfoque da problemática cidade-campo enseja, repensar determinados aspectos torna-se imprescindível para que possamos compreender as contradições expressas entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, e caminhar no sentido de reelaborar os conteúdos e superar as barreiras disciplinares, guiando-nos constantemente por meio do movimento de construção e reconstrução da realidade em rápido movimento.

Para distinguir com clareza os seus significados, é necessário considerar os avanços da ciência, da técnica e da informação, disseminados de forma desigual e seletiva no espaço geográfico, tornando mais complexa a dinâmica socioespacial, dificultando, desta forma, a precisa definição entre rural e urbano. Embora intensificadas, as articulações entre campo e cidade no período atual, “ [...] esses espaços continuam apresentando características que lhe são específicas, particulares, como fragmentos do espaço geográfico (totalidade)” (GOMES, 2016, p. 83).

A compreensão do rural e do urbano no contexto contemporâneo vincula-se ao incessante movimento de reestruturação pelo qual vem passando o território brasileiro, cujo conteúdo tem sido ressignificado em função das novas formas de produção e de trabalho que se desenvolvem no campo, reflexo da própria modificação da configuração espacial desse meio. “Isso porque, o meio rural – sempre associado à atividade agrícola – passou a comportar uma série de outras atividades que anteriormente eram desenvolvidas apenas nos centros urbanos, como turismo, moradia entre outras” (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 190).

As novas funções atreladas ao meio rural não se restringem mais apenas às atividades relacionadas à agropecuária e à agroindústria. As novas demandas agrícolas e não-agrícolas têm gerado novas oportunidades de trabalho e renda, atenuando, cada vez mais, os limites entre rural e urbano no país. “Tais processos resultariam em uma nova configuração econômica e social, na qual especificidades do campo e da cidade, bem como de suas populações diminuiriam na mesma

intensidade em que o campo se tornasse um local pluriativo (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 190). Para Carneiro (1998), o movimento de reorientação da capacidade produtiva da população rural tem dado nova ressignificação ao meio rural, expressas através de novas formas de organização da atividade agrícola, configurando-se em alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão dominante de desenvolvimento agrícola.

O surgimento de uma *nova ruralidade* conforme destacam Gomes (2001) e Graziano da Silva (1999), comporta, na atualidade, distintas formas de existência e de luta, marcadas pelo avanço dos limites físicos da cidade, interferindo na identidade, no modo de vida, na organização e na forma específica de vincular-se com a cidade. A expansão das cidades alcançou os espaços rurais, sobretudo, pelo desenvolvimento dos meios de transporte, de comunicação e pela difusão de serviços pelo território (VALE; GERARDI, 2006). O novo rural admite múltiplas territorialidades que se manifestam em diferentes escalas de ação (local/regional/global), e “as fronteiras entre o rural e o urbano estão cada vez mais tênues, dada a intensidade das relações que se estabelecem entre eles [...]” (GOMES, 2016, p. 85).

No período contemporâneo, campo e cidade não podem mais ser considerados separados, antagônicos “já que estamos num mundo de relações de complexidade e diversidade e, que, o rompimento de barreiras espaciais, é fator imprescindível para a circulação da produção” (MONDARDO, 2008, p. 119). A cidade torna-se ilimitada do ponto de vista físico e funcional, mas difusa, ilimitada e fragmentada tanto social quanto administrativamente (VALE; GERARDI, 2006). Diante do vultuoso crescimento da população urbana, as cidades tendem a expandir cada vez mais seus limites, criando zonas de transição entre campo e cidade, na qual mesclam-se atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo.

Tempos distintos que se contrapõem e se complementam. Cadência harmoniosa e conflituosa das temporalidades urbanas e rurais. Hábitos comuns. Semelhanças. Hábitos diferenciados. Peculiaridades que se mantêm e se reforçam. Harmonia que também se manifesta por intermédio daquilo que se torna comum, entretanto, que esconde, sob aparência, o conflito daquilo que se particulariza (BAGLI, 2010, p. 98).

Segundo a autora, rural e urbano mantêm diferencialidades que se manifestam na apropriação do tempo, na relação com a terra e na constituição dos hábitos.

Múltiplas são as formas de relações e os movimentos que se estabelecem entre esses espaços, nos quais se sobrepõem articulações que estabelecem mútua influência entre a cidade e o campo. “Rural e urbano, por mais características comuns que possam possuir, jamais serão realidades semelhantes. Diferenças continuarão a existir. O desafio está em não utilizá-las como instrumento de dicotomização” (BAGLI, 2010, p. 108).

Em meio aos constantes processos de transformações,

[...] campo e cidade só podem ser concebidos – na contemporaneidade – em suas relações. Relações estas que podem ser avaliadas a partir de diferentes eixos: legal, espacial, paisagístico, demográfico, sociocultural, econômico, histórico, entre tantos outros que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre rural e urbano (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 196).

É partindo dessa premissa que podemos compreender as relações e, por conseguinte, as transformações nos espaços do campo e da cidade no Oeste catarinense. O setor agroindustrial representa um polo dinâmico e importante fator de crescimento econômico, tanto regional quanto nacional, capaz de refletir efeitos multiplicadores nas relações entre o campo e a cidade por meio da cadeia produtiva de carnes (aves e suínos).

4.1 Campo e cidade analisados a partir da dinâmica produtiva do capital agroindustrial (aves e suínos)

Muito antes de a colonização do Oeste catarinense se tornar expressiva e legitimamente reconhecida pelo Estado, a região objeto deste estudo já era habitada por índios e caboclos que viviam de modo rudimentar. Com a chegada das primeiras empresas colonizadoras no início do século XX, e a instalação das primeiras vilas de moradores, as relações campo-cidade abarcavam uma dimensão quase incipiente, marcada pela predominância de uma economia baseada no sistema colônia-venda, destinada para a subsistência e, quando em excedente, para a comercialização. Destaca-se, neste sentido, que as atividades agrícolas e a política exercida pelas grandes empresas colonizadoras fizeram parte da construção de sua história.

Muito embora pouco representem para a economia da região na atualidade, até a década de 1940, a extração da madeira e o cultivo da erva-mate eram as atividades

econômicas que comandaram o processo de acumulação capitalista, e segundo Serpa (2014, p. 14), “elas serviram de base para o crescimento populacional, para que posteriormente, à fase das agroindústrias tivessem suporte demográfico para suprir as demandas exigidas”.

A pequena produção mercantil se expandia à medida que os projetos de colonização se intensificavam, o que, por sua vez, aprofundava as relações de complementariedade entre o campo e a cidade. Apesar de ainda pequeno, o universo das atividades comerciais desenvolvidas – em grande parte pela constituição do entroncamento utilizado pelos tropeiros – já propiciavam a formação de um mercado interno que rapidamente se integraria à economia nacional por meio da ferrovia (1910). Conforme destaca Goularti Filho (2001), com base nos dados do Censo Econômico de 1920, os produtos alimentares representavam 34,83% do valor da produção, sendo que 12,1% correspondiam à comercialização da banha, 7,5% da manteiga e queijo, e a moagem de cereais representava 6,6%.

Neste sentido, Ferrari (2003, p. 29) destaca que:

O isolamento inicial vivido pelos agricultores aos poucos vai assumindo novos contornos. A necessidade de acumulação - especialmente para compra de terras - estimula os colonos a aumentar sua produção de alimentos básicos, gerando excedentes que eram vendidos nas casas de comércio do ainda incipiente mercado local.

O núcleo urbano neste período, não passava de uma pequena vila, e a função urbana era restrita às necessidades imediatas da população (ALBA, 2002) (Figura 40). Segundo Bellani (1991), no ano de 1920, o município de Chapecó contava com 11.315 habitantes. A cidade, subjugada ao campo, dependia demasiadamente deste para o suprimento dos alimentos. Assim, podemos afirmar que, não é de hoje que o campo assume a função primordial de produtor de alimentos, todavia, é inegável, segundo Singer (1973, p. 26), que “o desenvolvimento do capitalismo traz em si um viés notável a favor da cidade em prejuízo do campo”.

A partir da década de 1940, campo e cidade passam a estabelecer vínculos mais estreitos de comercialização. O pequeno universo de atividades comerciais, manufatureiras⁵⁶ e, principalmente, com o desenvolvimento da agropecuária

⁵⁶ As atividades comerciais e manufatureiras compreendiam mercearias, engenhos de moer grãos, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas, sapatos, fundição entre outras (GOULARTI, 2003).

(expansão da criação de suínos), permitem a consolidação na região de um pequeno capital por parte de alguns produtores – fornecedores de matérias-primas e alimentos – propiciando, por conseguinte, “o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos” (GOULARTI, 2003, p. 5).

Tal processo desencadeou na região a concentração de riquezas seja transformando pequenas iniciativas em empreendimentos agroindustriais (notadamente concentradas no abate e no processamento de animais), ou integrando parcela da população à cadeia produtiva formada pelos empresários, ou ainda, houve a proletarização ou emigração para as cidades maiores, sobretudo Chapecó, na região, para desenvolver trabalhos no setor de comércio e de serviços (OLIVEIRA FILHO; GUILARDI; SCHLICKMANN, 2006, p. 17).

Figura 40 – Chegada dos colonos à Chapecó na década de 1920



Fonte: Zolet Fotografia (Chapecó).

As relações de interdependência entre o campo e a cidade giravam em torno das casas de comércio (BAVARESCO, 2005). Campo e cidade mantinham relações de troca: a cidade comprava os excedentes agrícolas do campo, e o campo dependia do comércio da cidade para o suprimento de gêneros de primeira necessidade (ervamate, açúcar, linhas para costura, tecido, querosene, sal, despesas médicas etc.) (ALBA, 2002; VIEBRANTZ, 2009).

Ainda nesta década (1940) e ao longo da seguinte, com o adensamento demográfico promovido pela colonização e a expansão do setor agroindustrial – integração ao mercado nacional – as relações mercantis entre a agricultura e o comércio, agora estruturado em bases industriais (frigoríficos – Figura 41), possibilitam a industrialização da produção na própria região. Como afirma Pertile (2008), o abate dos animais na própria região passou a ser mais lucrativo do que realizar a venda dos animais vivos para São Paulo. “É neste sentido que a relação *agricultor-agroindústria* era muito mais uma continuidade da relação *agricultor-comerciante* do que algo totalmente novo” (FERRARI, 2003, p. 30).

A grande produção obtida pelo somatório da produção, em pequena escala, praticada em cada uma das propriedades coloniais, incentivou a instalação de frigoríficos nos principais centros urbanos. [...] A presença desses frigoríficos estimulou a melhoria na produção, evoluindo os processos de criação com fins de atender à demanda dos estabelecimentos industriais (IBGE, 1968, p. 141).

Figura 41 – Frigorífico de suínos em Chapecó no ano de 1957



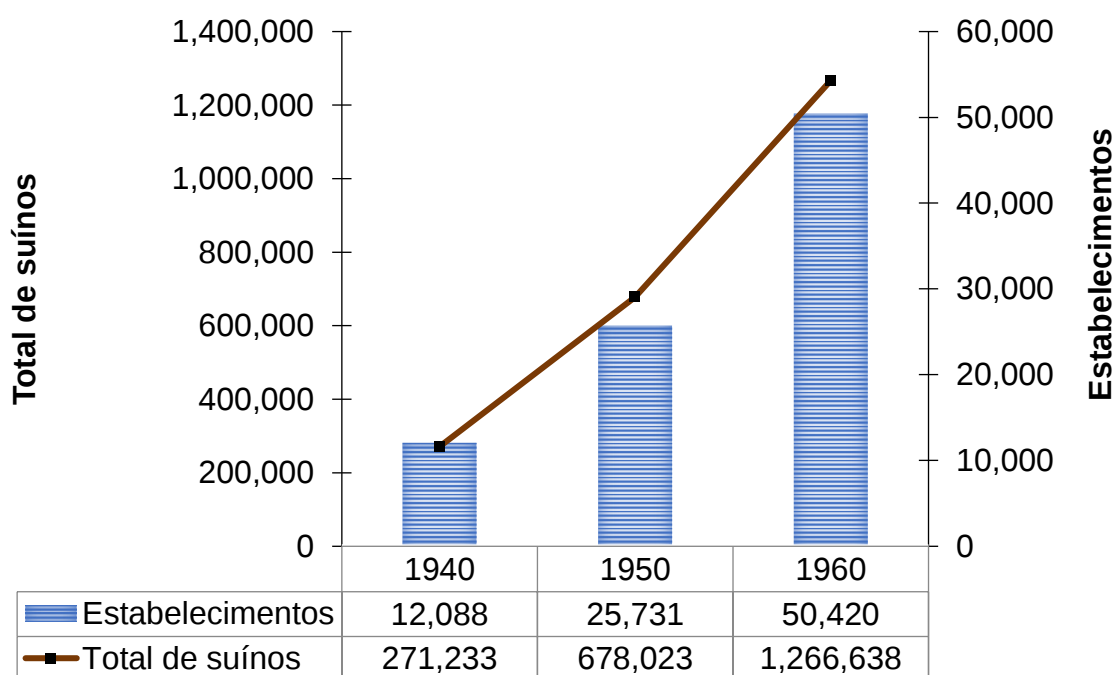
Fonte: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449087>. Acesso em: 25 de abr. de 2020.

A partir da década de 1950, com o aprimoramento da produção, a suinocultura consolida-se como principal atividade econômica entre os agricultores (Figura 42), fator elementar para solidificar os grandes grupos agroindustriais na atualidade localizados no Oeste catarinense. Em três décadas, a produção de suínos apresentou um crescimento de 78,59%, e o número de estabelecimentos agropecuários com

rebanho suíno teve um aumento de 76,10%. E, tal como Coletti e Lins (2010, p. 4) salientam:

O suíno tornou-se o principal produto comercializado pelas unidades familiares, adquirindo o status de base da reprodução destas. Assim, um sistema em que toda a produção familiar passou a estar organizada em torno da criação de suínos ganhou vigor e preponderância no curso desse processo. Tal “modelo” se generalizou na maioria das propriedades, e mesmo as que não tinham a suinocultura como fonte de renda passaram a depender do mercado dessa atividade para a sua reprodução social e econômica [...].

Figura 42 – Número de estabelecimentos e total de suínos criados na região Oeste de Santa Catarina (1940-1960)

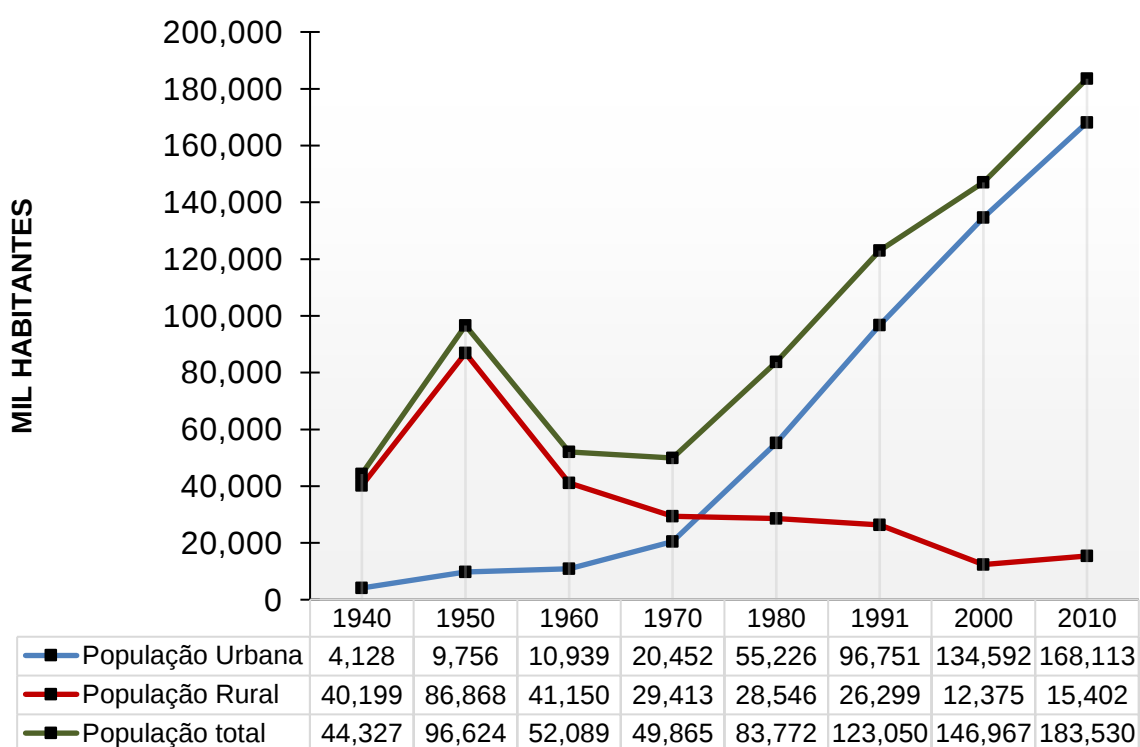


Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960. Elaboração: HENTZ, C.

A fase agroindustrial da suinocultura ganha impulso sobretudo a partir da década de 1950, “por conta de resultados comerciais, que, escorados no forte crescimento da demanda por alimentos, em termos gerais, asseguravam o escoamento do excedente da produção das propriedades” (COLETTI; LINS, 2011, p. 347). Porém, a criação de suínos já era praticada pelos caboclos muito antes da vinda dos primeiros imigrantes. Os animais abatidos serviam para o consumo próprio da família (carne e banha) e o excedente utilizado como forma de troca por outros produtos. Como consta em Alba (2002), nos anos de 1960, Chapecó já apresentava grande importância comercial no estado e, principalmente, no extremo-oeste. A produção de suínos, com um número de 63.364 cabeças, contribuía com expressivos

48,4% do valor arrecadado, e sua população, que em 1940 era de 44.327 habitantes, passou para 96.624 em 1950. No entanto, apesar de expressivo o crescimento da população urbana, manteve sua característica rural, com mais de 90% da população residindo no campo até a década de 1960 (Figura 43).

Figura 43 – Chapecó: evolução da população (1940-2010)⁵⁷

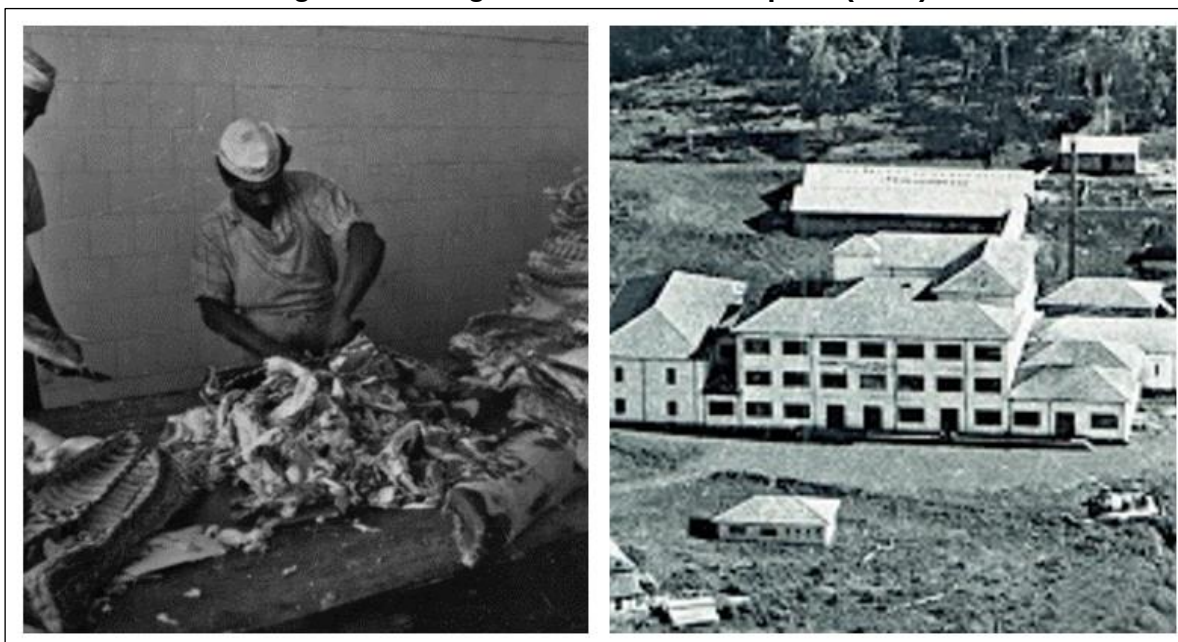


Fonte: IPEA – (Séries Históricas 1940-2010). Elaboração: HENTZ, C.

Anteriormente à década de 1940, o incremento populacional da região foi fortemente impulsionado pela atuação das companhias colonizadoras e a vinda dos migrantes. Em um momento posterior (1940-1950), o contingente populacional se ampliou com o desenvolvimento do setor empresarial e a instalação das primeiras agroindústrias na região, ampliando a demanda por produtos oriundos do espaço rural. A Indústria e Comércio de Chapecó – a SAIC como era conhecida – por exemplo, fundada no ano de 1952, logo tornou-se uma das maiores da região. No ano de 1960 empregava em sua produção industrial 144 funcionários e, em menos de duas décadas, 1.009 trabalhadores (Figura 44 e 45).

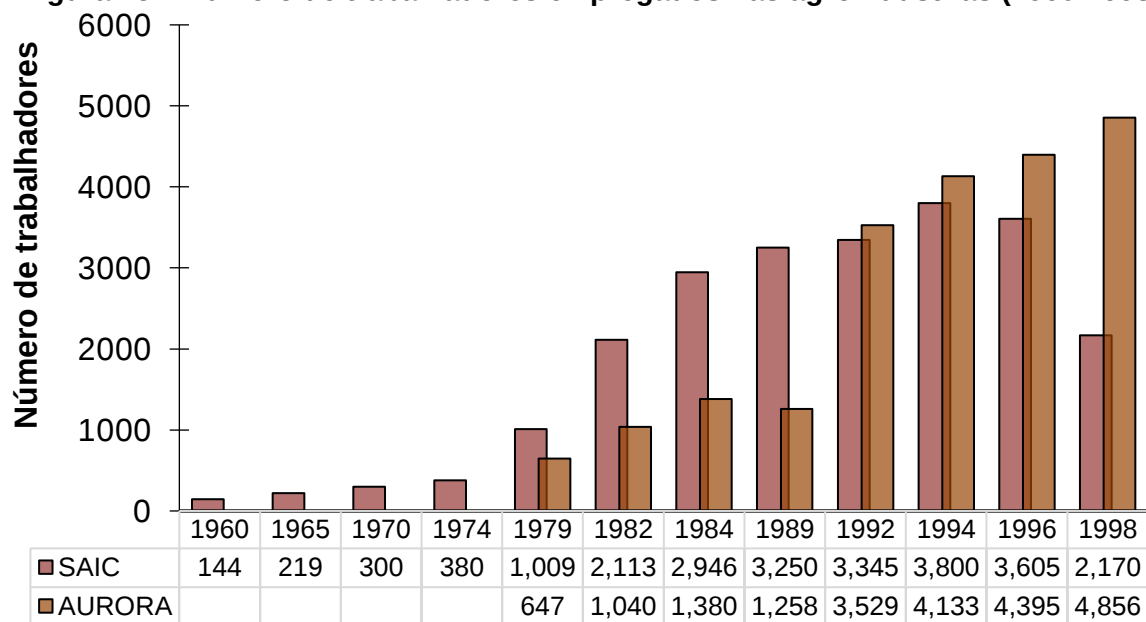
⁵⁷ Cabe ressaltarmos, que a diminuição que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 na população total está associada aos processos de desmembramentos e criação de novos municípios que originalmente compunham o município de Chapecó.

Figura 44 – Frigorífico SAIC em Chapecó (1957)



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/historico>. Acesso em: 22 de fev. de 2021.

Figura 45 – Número de trabalhadores empregados nas agroindústrias (1960-1998)



Fonte: Goularti Filho (2001). Elaboração: HENTZ, C.

A primazia do setor agroindustrial, fortalecido pelo gradativo incremento de atividades industriais e pela diversificação do comércio, tornava-se o principal agente produtor do espaço urbano, em especial de Chapecó, e também do espaço agrário em seu entorno. Para Batella (2016, p. 180), as relações cidade-campo são importantes de serem consideradas nesta análise, pois, em grande medida, as dinâmicas que garantem papéis de destaque para as cidades médias no contexto de

sua região estão diretamente associadas ao desenvolvimento de atividades agropecuárias em suas áreas rurais.

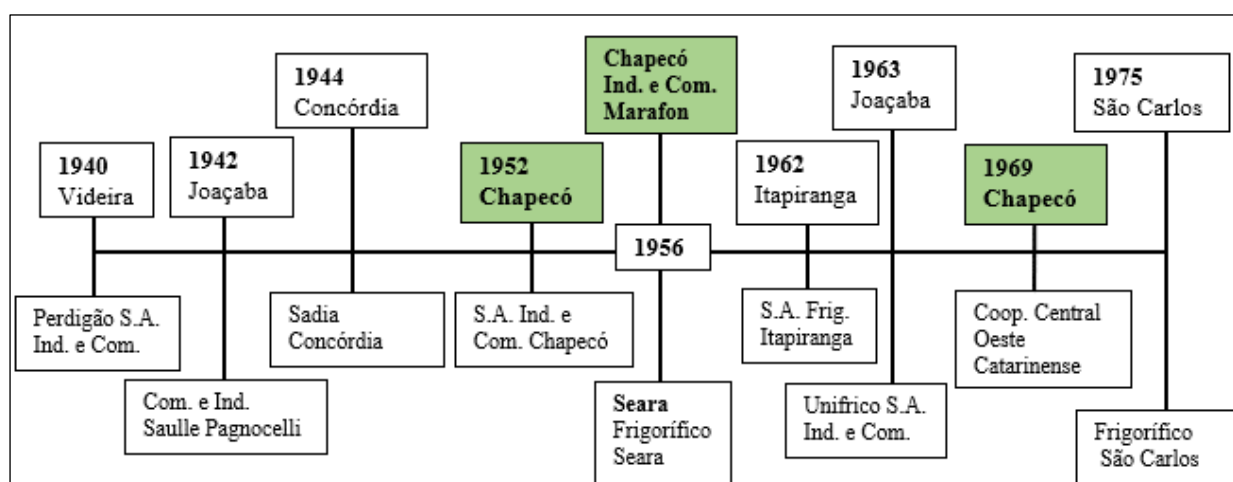
Ao final dos anos de 1960 e início de 1970, acompanhando a trajetória modernizante do setor agropecuário brasileiro – “modernização conservadora” (DELGADO, 2012) – estes capitais comerciais, fortemente beneficiados pela política estatal de incentivo à industrialização e a descentralização econômica (ECHE; SUGAI, 2008), impõem novas relações de produção com os agricultores (FERRARI, 2003), e em torno dela, mudanças significativas se processam na dinâmica econômica e urbana da cidade, como também na organização e na divisão do trabalho no campo, tornando as relações entre o campo e a cidade mais intensas “tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas” (ROSA; FERREIRA, 2010, p. 188).

Pontua-se que, nessa mesma década, o setor avícola, até então sem expressividade econômica, passou a despontar regionalmente, tornando-se rapidamente um setor moderno e altamente lucrativo no ramo agroindustrial. O desenvolvimento da atividade se efetiva com a entrada de empresas no mercado processador de carnes, com a difusão de técnicas de produção intensiva e o melhoramento genético. As primeiras iniciativas de integração foram realizadas pela empresa Sadia na década de 1970, seguindo um modelo de produção já adotado nos Estados Unidos da América.

Neste mesmo período, o Governo Federal em um esforço nacional para apoiar o desenvolvimento da agricultura que se intensificava no Brasil, passou a discutir questões relacionadas a falta de conhecimentos técnicos e, principalmente, o repasse dos conhecimentos científicos aos agricultores. Neste âmbito, vinculada ao Ministério da Agricultura, no ano de 1972, o então presidente Emílio Garrastazu Médici institui a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o objetivo de difundir a pesquisa agropecuária no país. A expansão da suinocultura e avicultura nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina justificou, desta forma, a criação, em 13 de julho de 1975, do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos, no município de Concórdia/SC. Três anos mais tarde, o Centro recebeu a incumbência de contribuir também, com a pesquisa em aves, passando a se chamar Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves – Embrapa suínos e aves. Desde sua fundação no ano de 1975, a Embrapa já desenvolveu 400 tecnologias, sendo responsável por 40,3% do progresso tecnológico da suinocultura e 20,8% da avicultura (EMBRAPA, 2019).

A partir dessa década (1970), com a concentração de grandes empresas no município, a economia e também os vínculos entre campo e cidade passaram a sofrer grandes mudanças, uma vez que, com o crescimento e diversificação das atividades econômicas, sobretudo as de apoio à produção do setor, as atividades agrícolas acabaram sendo complementadas e consolidadas no espaço urbano, reforçando o papel de polo que Chapecó já vinha exercendo. Até meados da década de 1970, dez empresas atuavam no processamento industrial de suínos e cereais no Oeste catarinense, sendo três no município de Chapecó (Figura 46).

Figura 46 – Frigoríficos instalados na região Oeste do estado de Santa Catarina.



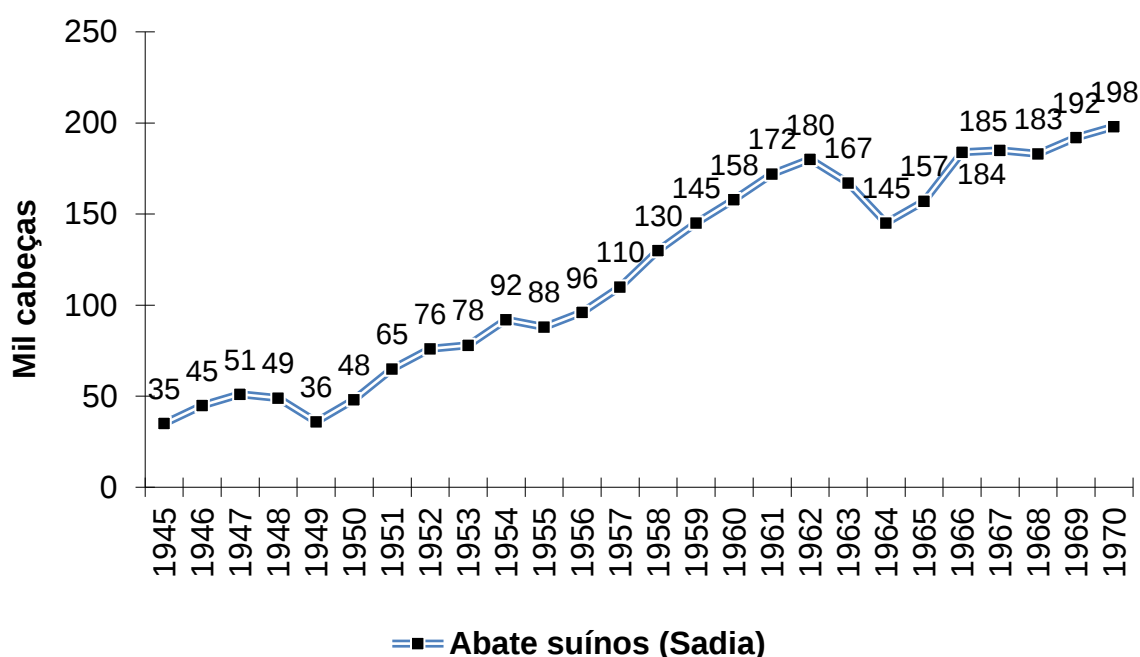
Fonte: Dalla Costa (1993). Adaptado por HENTZ, C.

Com o contínuo desenvolvimento do setor agroindustrial, um grande contingente populacional se deslocou para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, período no qual o município tem ampliada suas maiores taxas de urbanização expressas na inversão da população a partir dos anos de 1970, conforme apresentado na figura 43. Em parte, o crescimento populacional do município associa-se também, a um processo geral, no qual significativa parcela da população rural – em virtude da instabilidade das condições de vida no campo (políticas de modernização), e no caso do Oeste, por conta da adoção do Sistema de Integração – dirigia-se para as cidades.

Com o aumento da população urbana, a demanda por alimentos processados cresce consideravelmente, gerando excelentes oportunidades de mercado para o setor agropecuário. Frente ao panorama econômico favorável, as agroindústrias passam a investir na qualidade dos produtos e, principalmente, no aumento da

produtividade. A empresa Sadia S/A, por exemplo, ampliou o abate de suínos de 48 mil cabeças em 1950, para 158 mil em 1960, e 198 mil em 1970, um expressivo aumento de 95,87%, como podemos visualizar na figura 47. Neste período, o processo produtivo e a industrialização da carne em plena expansão tinham como objetivo fornecer alimentos às cidades já densamente povoadas, sobretudo na região sudeste do país.

Figura 47 – Suínos: Evolução do número de cabeças abatidas anualmente (1945-1970)



Fonte: Goularti Filho (2001). Elaboração: HENTZ, C.

A produção integrada passou a representar, desta forma, o ideário da modernização, no qual o campo passa a se integrar às agroindústrias por meio de um sistema de parceria, denominado de Sistema de Integração, conforme já discutimos no **capítulo 2**. Para Ferrari (2003), os alicerces do crescimento econômico do setor se constituem a partir da pequena propriedade rural e em função da integração da produção agrícola ao setor privado agroindustrial. A gradativa integração formal dos produtores passou a exigir mudanças no tradicional sistema de produção e comercialização – padrões condizentes com o mercado consumidor mais exigente, com maior agressividade no mercado externo e, principalmente, para ampliar o controle do setor agroindustrial sobre o processo produtivo – estabelecendo uma relação de dependência agricultor/empresa.

Anteriormente à década de 1980, as pequenas propriedades rurais apenas forneciam os suínos para o abate. Neste sistema, hoje denominado de *ciclo completo*, o processo produtivo era integralmente controlado pelo agricultor, não havia uma relação de dependência⁵⁸ em relação aos frigoríficos. Segundo Coletti e Lins (2011, p. 347), as relações agricultor/agroindústria eram de natureza comercial, abrangiam a compra de medicamentos, de insumos e a venda dos suínos para o abate. “Produzir milho e outros insumos na propriedade era a principal estratégia para diminuir custos e aumentar a margem de ganho do produtor”. Com o surgimento dos primeiros sistemas integrados de produção, o grau de autonomia dos produtores passa a ser subordinado à dominação do grande capital.

Tal processo pode ser evidenciado a partir dos trabalhos de campo realizados na Microrregião Geográfica de Chapecó, no qual 100% dos produtores entrevistados afirmaram não possuir autonomia frente ao processo produtivo, ficando o produtor integrado limitado a atender às rígidas etapas impostas por um sistema de produção altamente regulatório, do qual possuem pouca ou nenhuma representatividade frente à dependência técnica e econômica ao qual estão sujeitos. Vê-se assim que,

O nível de autonomia contratual do produtor agrícola é tão baixo que se chega a uma situação de verdadeira subordinação, semelhante àquela encontrada nos vínculos trabalhistas. Daí, a utilização dos contratos de integração vertical agroindustriais, em muitos casos, como instrumentos de simulação de uma verdadeira relação trabalhista, objetivando-se assim fugir aos encargos trabalhistas dispostos pelas leis do trabalho (PAIVA, 2009, p. 187).

À articulação ao complexo agroindustrial por intermédio dos contratos de integração representa a renúncia, por parte dos produtores integrados, “de parcela dos seus poderes de autodeterminação em favor do integrador através da assunção de obrigações, dentre as quais a mais comum é a de submeter-se às regras técnicas, ao controle, à produção exclusiva de certos bens condicionada pela indústria” (PAIVA, 2009, p. 187).

Conforme nos relata o produtor⁵⁹ A de Cunha Porã,

⁵⁸ Comparado aos moldes de produção hoje impostos pelo Sistema de Integração, a dependência do produtor era mínima, apenas em relação a comercialização da produção e não em relação a autonomia e o controle do processo produtivo.

⁵⁹ Cabe destacar que os depoimentos e entrevistas realizados estão dentro da amostra dos 20 produtores rurais integrados entrevistados. Para preservar a identidade dos produtores rurais integrados, optamos por denominá-los por meio de letras (A, B, C etc.).

Depois que você vira um integrado, você não manda mais na produção. Tem que ser tudo como eles pedem. Se eles querem um frango com menos gordura ou mais leve, temos que seguir bem certinho o que o técnico fala. Quando muda a ração são eles que mandam. Se precisa medicamento, já vem da fábrica assim, ou então eles trazem pra gente colocar. Nós não podemos fazer nada sem o técnico ou o veterinário autorizar. Tudo, tudo eles têm que vim ver primeiro e depois dizem o que usar ou fazer. Na maioria das vezes a gente já sabe o que é ou o que precisa fazer, mas, mesmo assim, temos que informar o técnico e esperar a visita dele. (Depoimento do Produtor A, Cunha Porã, 07/08/2018).

Esta dependência transmite às empresas integradoras o poder de controle sobre todo o processo produtivo. Segundo a análise de Hartwig (2007, p. 34),

O integrado é submetido à homogeneização das condições técnicas, ou seja, as empresas transferem para as mãos de pequenos agricultores parte das atividades necessárias à produção de matérias-primas industriais, mas não transfere a autonomia com relação à maneira de produzir, pois esta é uma cláusula necessária para se atingir o padrão e o nível de acumulação a que as empresas se propõem.

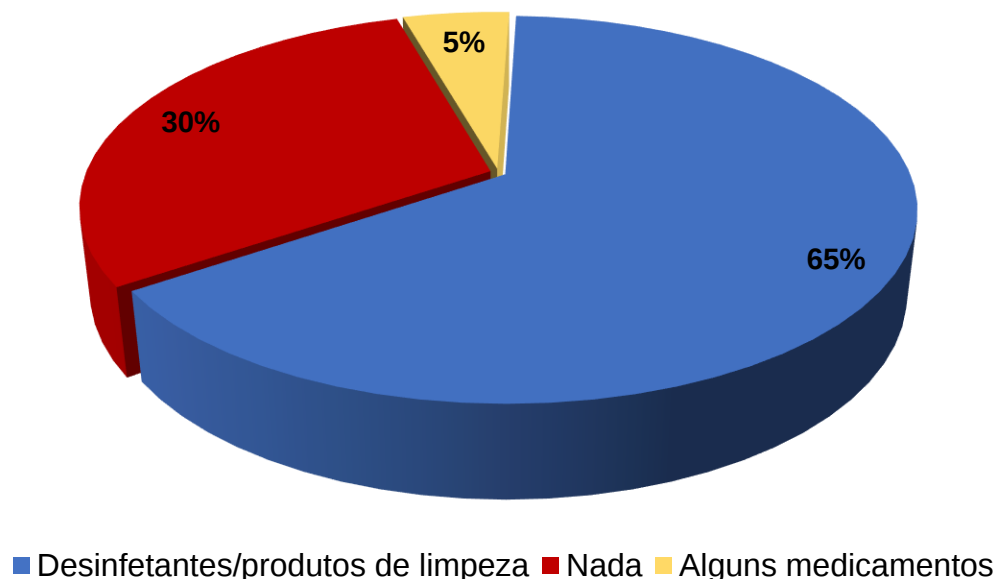
Vê-se, assim, que a agricultura, antes mera produtora e fornecedora de alimentos, transforma-se na atualidade, em um ramo da indústria, completamente subordinada ao domínio do capital. Para Sorj (2008), a modernização da agricultura através de apoio técnico e financeiro transforma-se num mecanismo de dependência do produtor em face da indústria. Os produtores integrados, diante da continua necessidade de assegurar uma oferta estável e crescente de matéria-prima com qualidade e características específicas – especificidades do mercado consumidor altamente diversificado e exigente – acabam condicionados a uma modernização que deriva dos interesses da expansão capitalista.

Tal subordinação às empresas se dá a partir da apropriação do excedente, por meio do financiamento dos insumos e da “assistência técnica”, que cria uma dependência da agricultura com a indústria. A propriedade de terra mantida pelo pequeno produtor, e mesmo o caráter “independente” da sua produção, ficam bastante descaracterizados, pois estão associados à produção de matérias-primas que exigem intensificação da força de trabalho (HARTWIG, 2007, p. 14).

Condicionados à lógica industrial, os produtores integrados destacam apenas a liberdade de compra no que se refere a aquisição de produtos para a

desinfecção/higienização dos aviários e/ou pocilgas após a entrega dos lotes para a agroindústria (vazio sanitário⁶⁰), e apenas um produtor informou que efetuava a compra de alguns medicamentos. Porém, quando indagado sobre sua autonomia sobre o processo produtivo, este afirma não possuir (Figura 48).

Figura 48 – Autonomia na aquisição de produtos fora do Sistema de Integração



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

A nosso ver, embora afirmem possuir autonomia para a compra dos produtos de desinfecção/higienização, está configura-se em uma pseudoliberdade, pois, conforme depoimento do produtor **B**:

Os produtos de limpeza como o cal e os desinfetantes nós mesmos podemos comprar em qualquer lugar. Mas como o técnico sugere pra gente comprar esses produtos lá na cooperativa, a gente acaba pegando lá, porque já tem às marcas que eles trabalham. E também, se der algum problema, eles vão dizer que é porque não usamos o produto que eles têm. De qualquer forma eles acabam meio que direcionando a compra da gente. (Depoimento do Produtor B, Saudades, 09/08/2018).

⁶⁰ Durante o vazio sanitário (Figura 49), a instalação permanece sem animais – entre a saída de um lote e a entrada do próximo – para que as instalações possam ser lavadas e desinfetadas. Esta prática de alojamento “todos dentro todos fora” (*all-in all-out*), permite a higienização e também a manutenção das instalações e equipamentos (EMBRAPA, 2020). Informações obtidas no site: www.embrapa.br.

Figura 49 – Aviário em período de vazio sanitário



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Este modelo de coordenação integrada agricultor/agroindústria marcaria o início do processo de reestruturação das agroindústrias com vistas à expansão do mercado. Tal processo de desenvolvimento – necessário à nova fase de expansão do capital – foi a forma encontrada para a manutenção da fragmentação dos agricultores em suas unidades produtivas, pois, “através dele, padrões de produção puderam ser pré-estabelecidos pela empresa, com a vantagem de manter o produtor sob o seu controle econômico e também ideológico, criando uma relação de dependência” (FUJITA, 2013, p. 7).

Nessa relação, ainda que o agricultor familiar mantenha-se como proprietário dos meios de produção, a partir do momento que ele se integra com a agroindústria, perde totalmente a autonomia e é subjugado às relações de mercado. Em outras palavras, da mesma forma que no espaço urbano, estão dadas e instituídas as condições de apropriação pelo sistema capitalista de produção no campo, pois ao integrar-se com a agroindústria, o agricultor não produz mais individualmente, mas de forma coletiva, e não produz um produto

apenas, mas um determinado produto estabelecido por uma determinada relação social capitalista (HARTWIG, 2007, p. 32).

Diante desse contexto, a organização cooperativa dos produtores poderia limitar, de certa forma, a extração de excedentes pelas agroindústrias. No entanto, pequenas são as possibilidades de os próprios produtores virem a se organizar em cooperativas com autonomia e capacidade financeira, visto que, “as formas de solidariedade horizontal são minadas pela forte dependência vertical do produtor com a agroindústria” (SORJ, 2008, p. 39). Desse modo, a organização cooperativa, do qual 100% dos produtores rurais integrados afirmam participar, acaba sendo controlada, em sua grande maioria, de forma direta pelo capital agroindustrial. Três das principais cooperativas citadas pelos produtores rurais integrados pertencem ao mesmo grupo agroindustrial. As cooperativas, neste sentido, desempenham o papel de mediadoras da integração entre a produção da matéria-prima e a agroindústria, porém, com sua dinâmica orientada pelos mesmos critérios de maximização de lucros da empresa privada.

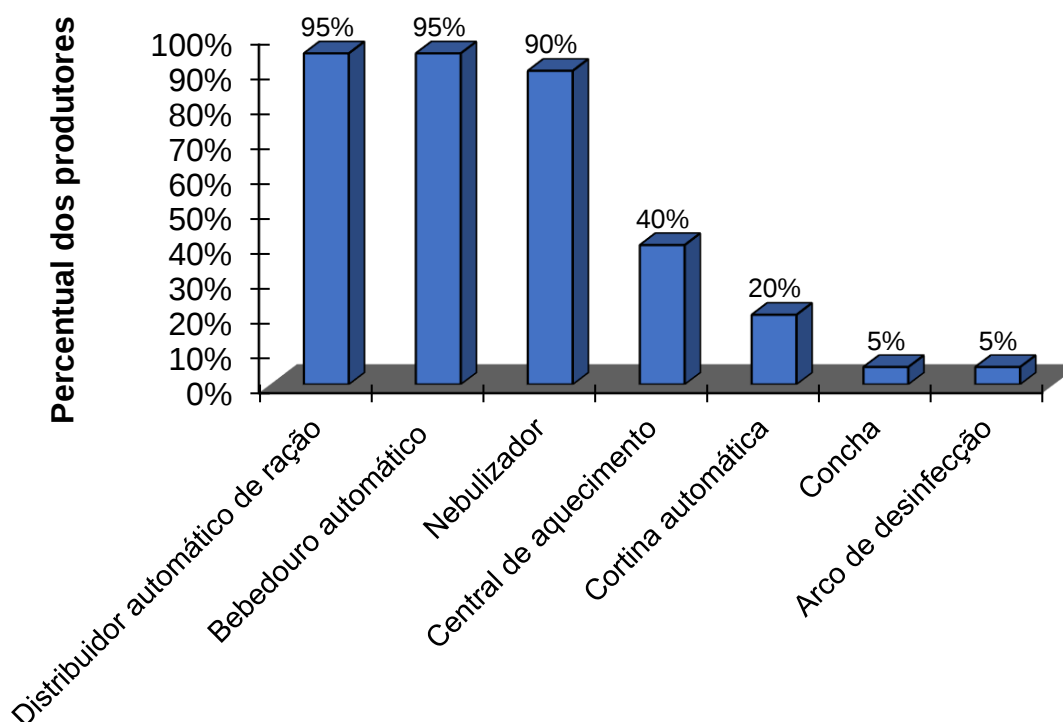
A organização do processo produtivo por meio dos contratos de integração alcançou no decorrer dos anos, elevado patamar de eficiência, graças às especificidades tecnológicas e organizacionais incorporadas ao segmento. O constante aprimoramento tecnológico constitui-se no elemento central do vigor econômico do setor cárneo, sendo seu emprego citado em 95% das propriedades rurais visitadas. A incorporação de tecnologias ao processo produtivo (aves e suínos) tornou-se condição *sine qua non* para a manutenção dos produtores na atividade. Na maioria dos casos, a tecnificação do processo produtivo exige dos produtores rurais integrados constantes adaptações, fator este que contribui sumariamente para o aumento dos coeficientes de produção, melhorando a competitividade da atividade – seja pelo volume, pela qualidade ou eficiência na produção – porém, demanda, por outro lado, periódicas melhorias na estrutura produtiva, o que implica em investimentos financeiros muitas vezes não suportados pelos produtores.

Frequentemente, a subordinação do produtor integrado ocorre através da dependência financeira, pois, para manter os níveis de exigência tecnológica da cadeia produtiva, os produtores acabam contraindo elevados montantes financeiros via empréstimos. Conforme nos relatou o produtor **C** do município de Saudades,

O que me abrigou a permanecer integrados por muitos anos foram as parcelas do financiamento no banco. Nossa capacidade de alojamento era pequena, o que gerava um retorno pequeno. Levamos muitos anos pra pagar e muitas vezes precisamos tirar do leite pra juntar o valor da parcela. Este vai ser o último lote de porcos que eu vou engordar, depois, ou eu modernizo a minha estrutura, ou estou fora. Não vão mais trazer leitões se eu não me adaptar as exigências deles. Faz poucos anos que terminei de pagar o financiamento e não vou me endividar novamente para me adaptar aos padrões tecnológicos da empresa integradora. Por isso vou abandonar a atividade. (Depoimento do produtor C, Saudades, 10/08/2018).

A capacidade econômica de cada produtor integrado para responder às pressões das empresas torna-se fator crucial para a manutenção e/ou permanência destes no processo produtivo. Em alguns casos, a adoção de novas tecnologias associa-se, também, ao atendimento das necessidades particulares de cada produtor. Embora nossa amostragem de pesquisa tenha englobado produtores de diferentes agroindústrias (Aurora, BRF e JBS), os resultados obtidos quanto ao nível tecnológico foram próximos, pois, os padrões de produção exigidos por ambas as empresas integradoras assemelham-se significativamente, apresentando pequenas variações de sistema, níveis de integração e escala de produção (Figura 50).

Figura 50 – Emprego de tecnologia na produção, segundo o tipo de equipamento utilizado pelos produtores integrados pesquisados



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Entre as unidades integradas de produção, o emprego de tecnologias foi citado por 95% dos produtores, diferenciando-se segundo o tipo de equipamento utilizado. O percentual elevado de propriedades rurais com o uso de distribuidores automáticos de ração, bebedouros automáticos e nebulizadores relaciona-se diretamente com o custo de produção *versus* melhor conversão. Com base nos dados de campo, as vantagens do uso dos equipamentos representam maiores taxas de ganho de peso, reduções no gasto de água e, conseqüentemente, na geração de efluentes, maior controle sobre a produção e um aumento da qualidade e do controle sanitário.

Figura 51 – Automatização do sistema alimentar de suínos e aves em propriedades integradas pesquisadas



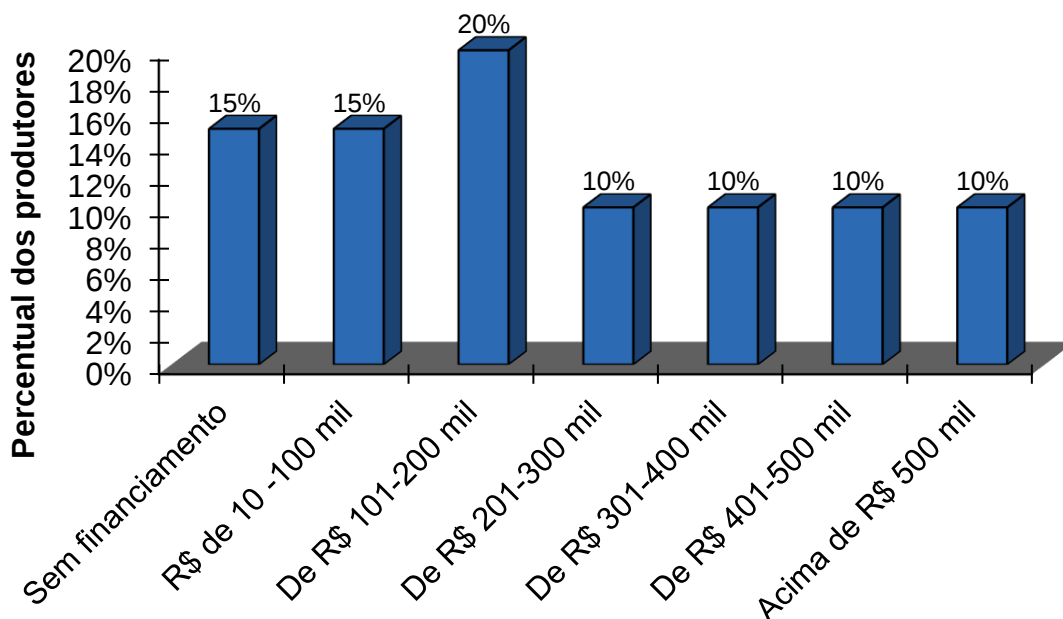
Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Acrescente-se a isso, o fato de os equipamentos e sistemas monitorados tornarem o manejo diário das atividades menos influenciável à qualidade da mão de obra, minimizando, assim, a atuação humana. A automatização do sistema alimentar, por exemplo, permite que os animais sejam alimentados com um menor uso de mão de obra, aspecto imprescindível para a manutenção da atividade nas propriedades rurais integradas, visto que a disponibilidade de mão de obra tem se tornado um limitante a expansão da atividade. O campo e a produção integrada, na atualidade, não são mais atrativos para os filhos dos produtores como foram no passado. O modelo de integração, tal qual ele se apresenta na atualidade, com a precarização das condições de vida e de trabalho dos produtores rurais integrados, compromete a sucessão familiar das propriedades rurais.

Vê-se, assim, que a capacidade financeira de alavancar financiamentos configura-se em um critério de seleção entre os produtores rurais integrados. Só se insere ou permanece no Sistema de Integração, quem se associa à indústria, ou, tiver a capacidade de manter os níveis de exigência ditados por ela. Aqueles que não conseguem, obviamente, são descartados da integração. Para que possam se inserir ou realizar a atividade, o produtor integrado deve contar, em sua propriedade, com as instalações necessárias (aviários ou pocilgas), deve arcar com a compra dos equipamentos e sua manutenção, os custos de mão de obra, cama (maravalha ou serragem), lenha, gás, energia elétrica, o carregamento dos animais, manejo dos dejetos e eventuais despesas com telefone, gasolina, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), etc.

Todos estes custos de produção são de responsabilidade do produtor, e geralmente estão vinculados aos financiamentos bancários. Em relação a isto, verificou-se que 75% dos produtores rurais integrados entrevistados contrataram financiamentos para aderir ao sistema integrado de produção (Figura 52). Em função dos elevados custos de instalação dos aviários ou pocilgas – seja pela automação ou pela ampliação da capacidade produtiva – a necessidade de alavancagem de financiamentos torna-se uma barreira para a adesão e/ou manutenção dos produtores na atividade. Se, de um lado, o uso de modernos equipamentos auxilia no processo de produção, por outro, causam o aumento da dependência e do endividamento dos produtores rurais integrados.

Figura 52 – Valores de empréstimos dos produtores integrados amostrados pela pesquisa



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Nos últimos anos, conforme já destacamos, o formato pelo qual o Sistema de Integração foi implementado – *pequeno produtor-empresa* – tem sido orientado para a contratação de produtores de tipo médio – *capitalizados e eficientes* – capazes de se adaptar ao elevado nível de investimento que a atividade exige, visando torná-la mais competitiva e rentável. Este novo modelo de integração, influenciado pela proximidade geográfica dos principais insumos (milho e soja), deve alterar a médio e longo prazo, o perfil produtivo da região. Os impactos decorrentes desse novo arranjo produtivo devem ser melhor estudados para poder mensurar, de forma mais precisa, as possíveis implicações dessa tendência no sistema produtivo local e regional.

Observa-se, a partir dos dados amostrados pela pesquisa, que 35% ou sete dos produtores rurais integrados possuem financiamentos de valores nominais entre R\$ 10.000,00 e R\$ 200.000,00, percentual este que reflete a baixa capacidade de alavancagem de crédito destes. Este perfil de produtores, segundo Zilli, Souza e Barros (2005), poderá eliminar da atividade integrada, parcela significativa dos produtores do estado, caso não sejam criadas políticas de crédito que ampliem os valores financiados. Apenas 10% (i.e., dois produtores dos pesquisados) possuem empréstimos com valores acima de R\$ 500.000,00.

Figura 53 – Galpão para terminação de suínos em construção



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Verifica-se, também, que os contratos firmados, sobretudo a partir do ano de 2010, possuem valores mais elevados de financiamento, característica condizente com o novo perfil produtivo almejado pela agroindústria (Tabela 12). Desse modo, é possível afirmar que os contratos de integração recentemente estabelecidos exigem do produtor grande capacidade de injeção de capital na atividade, para que possa responder de maneira eficiente às demandas do mercado altamente globalizado. Em contrapartida, acentuam as dificuldades de manutenção da propriedade, devido principalmente, ao endividamento dos produtores rurais integrados e à sua maior dependência das exigências do capital, e tal como Melazzo (2012, p. 270), salienta “não se trata, portanto, de alterações ou mudanças de rumo ou processos abruptos de reestruturação econômica e urbana, mas sim, de formação e aprofundamento de um perfil produtivo”. A acumulação dos capitais locais encontra, assim, seu lugar na divisão territorial do trabalho.

Tabela 12 – Produtores Integrados: Empresa integradora, espécie animal, ano e valor financiado

<i>Empresa</i> ⁶¹	<i>Espécie</i>	<i>Ano</i>	<i>Valor (R\$)</i> ⁶²
Aurora	Aves	1992	80.000,00
Aurora	Aves	2014	270.000,00
Aurora	Aves	1986	00,00
Aurora	Aves	2015	178.000,00
Aurora	Aves	1994	15.000,00
Aurora	Aves	2012	204.000,00
Aurora	Aves	2007	175.000,00
Aurora	Suíños	2017	400.00,00
Aurora	Suíños	2002	320.000,00
Aurora	Suíños	2010	500.000,00
Aurora	Suíños	2015	700.000,00
Aurora	Suíños	1988	120.000,00
BRF	Aves	1985	90.000,00
BRF	Aves	2011	600.000,00
BRF	Aves	2005	160.000,00
BRF	Aves	1999	150.000,00
BRF	Suíños	1994	00,00
BRF	Suíños	1998	250.000,00
BRF	Suíños	2013	450.000,00
JBS	Suíños	2005	00,00

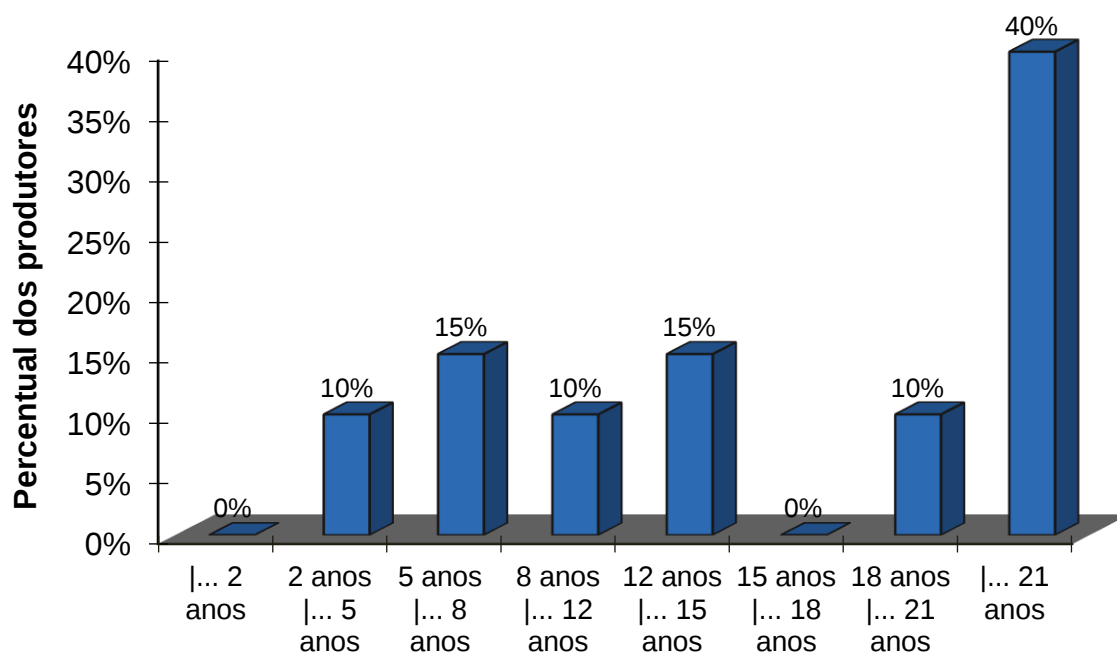
Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Este tem sido o padrão característico de desenvolvimento e expansão do capital agroindustrial, o qual possui enorme capacidade de acumulação e eficiência frente à concorrência dos mercados. O vigoroso crescimento da cadeia produtiva de carnes – aves e suínos – está ancorado na utilização de modernos sistemas de planejamento e organização dos elos produtivos, capazes de se adaptar continuamente em face das constantes transformações do próprio setor. Observa-se, dentre os produtores amostrados, que os integrados com mais de 21 anos de trajetória nesse sistema compõem 40% dos entrevistados (oito produtores). Os mais recentes estão no Sistema de Integração de 12 a 15 anos (15% ou três produtores) e os mais novos de 5 a 8 anos (15%, i.e., três produtores) (Figura 54).

⁶¹ Ressalta-se que o processo de fusão entre a Sadia e a Perdição se iniciou no ano de 2009, sendo integralizado no ano de 2012. Os contratos de integração formalizados anteriormente ao ano de 2009, pertenciam, portanto, as empresas Perdição e/ou Sadia.

⁶² Destaca-se que, anteriormente ao ano de 1994, a moeda vigente era o Cruzeiro. Deste modo, para facilitar a análise dos dados, os valores financiados pelo produtores integrados foram convertidos em reais.

Figura 54 – Tempo de integração dos produtores amostrados (anos)



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

As relações comerciais – agricultor/indústria – em 100% dos casos são formalizadas por meio de contratos escritos, regidos, particularmente, por critérios de reciprocidade de obrigações e dependência econômica. A predominância da política contratual de integração assegurou as empresas integradoras do Oeste catarinense, o fornecimento constante de matéria-prima para a transformação industrial, estabelecendo um vínculo de cooperação entre o setor produtivo (produtores integrados) e as agroindústrias. Neste modelo de governança de formas contratuais, “as empresas líderes de mercado geralmente coordenam toda a cadeia produtiva, desde a criação de aves e matrizes, fabricação de ração, criação de frangos, abate, até a distribuição para o consumo” (PINOTTI, 2005, p. 78).

Nesse contexto, o capital, na constante e incessante busca de valorização sem limites, recria formas de exploração de trabalho nos meios de produção das pequenas unidades de produção em domicílio, com algumas características da fase inicial do capitalismo, sendo os trabalhadores providos com o financiamento de matérias-primas e assistência técnica, na condição de produzirem sob interesses do capital industrial, a preços por ele pré-fixados (HARTWIG, 2007, p. 14).

Através da produção integrada, todos os processos produtivos ou operações passaram a ter uma única coordenação administrativa, sendo possível estabelecer um acirrado controle sobre o produtor e, tal como Alba (2013) salienta, ditando regras de acordo com a necessidade de obtenção de matéria-prima no ritmo e tempo que a empresa determina. O grau de articulação entre os diferentes elos do processo produtivo redundou em expressiva competitividade ao setor, contrapondo-se ao insignificante poder de negociação que o produtor detém sobre sua produção, “ou seja, dada a especificidade e profissionalidade da atividade a integração deixa de ser alternativa para se tornar exigência do mercado sobre o produtor e o industrial” (PAIVA, 2009, p. 188).

A partir dos anos de 1980, a estrutura de governança contratual passou a ser majoritária, confirmando a tendência de seleção/exclusão/concentração de produtores. As mudanças na base técnica produtiva lograram competitividade ao setor, o que, por sua vez, não significou a superação dos problemas associados às desigualdades ou heterogeneidades que caracterizam o processo de desenvolvimento (FERRARI, 2003).

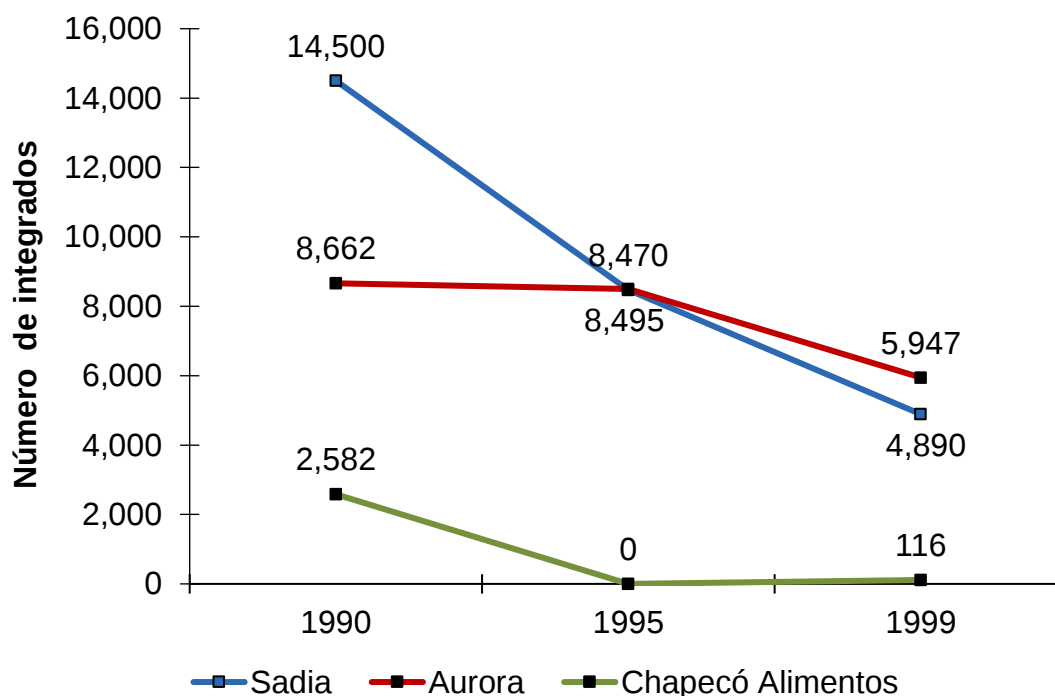
Neste período, está definitivamente consolidado no Oeste do Estado um modelo de produção e um modo de vida alicerçado no trabalho da família em pequenas propriedades rurais, na diversificação das atividades combinando culturas e criações, na integração aos capitais agroindustriais e ao mercado, nas relações de solidariedade e de vida comunitária. Este conjunto peculiar de características de fato potencializou a modernização da agricultura ocorrida naquela década. Por outro lado, este ambiente externo modificado passa a influir mais intensamente na dinâmica interna de funcionamento das unidades familiares de produção, notadamente as políticas públicas através do crédito agrícola subsidiado e os complexos agroindustriais através do estreitamento das relações produtivas, determinando diferentes trajetórias e oportunidades, num processo de seleção/exclusão peculiar ao processo de desenvolvimento, culminando em uma trajetória de diferenciação social para os agricultores familiares da região (FERRARI, 2003, p. 31).

Com o avanço da agroindustrialização, as transformações tanto no campo quanto nas cidades passam a tomar maior vulto, reforçando, sobretudo, o papel regional que Chapecó exercia em sua rede de cidades imediatas, o qual se expressa, segundo Correa (2002), na conformação de um espaço particular e integrado ao modo de produção predominante. O processo produtivo – agora controlado pela dinâmica

do capital agroindustrial – altera profundamente as condições de reprodução social da agricultura familiar.

Como reflexo desse processo tem-se uma apurada seleção dos suinocultores, resultando, conseqüentemente, no agravamento da problemática social no campo e na cidade. A estrutura fundiária, segundo Miranda (2005), manteve-se sem alterações significativas, porém, o número de produtores integrados reduz consideravelmente. Entre 1990-1999, o número de produtores integrados diminuiu 57,46%, conforme consta na figura 55. A empresa Sadia, por exemplo, reduz seus integrados de 14.500 em 1990, para 4.890 em 1999, o que representa 66,28% a menos no número de integrados.

Figura 55 – Redução do número de produtores integrados na suinocultura (1990-1999)



Fonte: Goularti Filho (2007). Elaboração: HENTZ, C.

Embora expressiva a redução no número de produtores integrados, a produção apresentou um incremento significativo devido, sobretudo, à concentração e ao aumento substancial dos índices de produtividade nas propriedades rurais que

puderam se manter integradas. Como caso típico, podemos apontar a elevada redução da taxa de conversão alimentar⁶³ na produção avícola (Quadro 3).

Quadro 3 – Aves e suínos: Valores relativos à taxa de conversão alimentar

<i>Espécie</i>	<i>Ano</i>	<i>Número de dias</i>	<i>Peso (kg)</i>	<i>Conversão alimentar (ração/kg de carne)</i>
AVES*	1930	105	1,5 kg	3,5 kg
	2004	38	2,13 kg	1,64 kg
	2009	35,12	2,6 kg	1,83 kg
SUÍNOS**	1970	200	100 kg	3,5 kg
	1998	150-160	100 kg	2,50-2,60 kg
	2016	150	120-130 kg	2,5 kg

* Fonte: PATRICIO; MENDES; RAMOS, 2012.

** Fonte: ITO; GUIMARÃES; AMARAL, 2016.

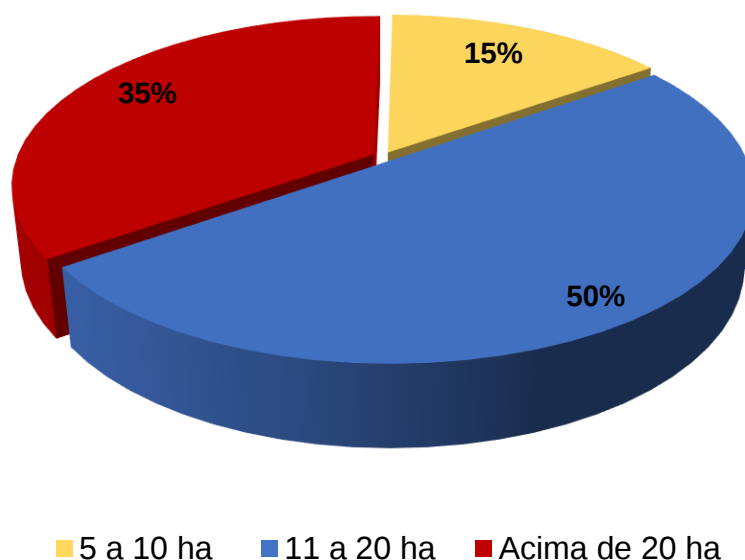
A criação de frangos no ano de 1930 necessitava de 105 dias para obtenção de um animal com 1,5 kg e conversão alimentar de 3,5 kg de ração por quilograma de carne. Já em 2004, este tempo é reduzido para 38 dias, com peso de 2,13 kg e taxa de conversão de 1,64 kg de ração por quilograma de carne. Em 2009, a evolução do peso médio do frango é de 2,6 kg, com idade de abate de 35,12 dias e taxa de conversão de 1,83 kg (PATRICIO; MENDES; RAMOS, 2012). Para os suínos, eram necessários 200 dias e conversão de 3,5 kg de ração para alcançar 100 kg em 1970. No ano de 1998, os suínos atingiam 100 kg de peso com 150 a 160 dias e taxa de conversão de 2,50 a 2,60 kg de ração. Já em 2016, os animais atingem 120 a 130 kg com 150 dias, e taxa de conversão alimentar abaixo de 2,5 kg de ração (ITO; GUIMARÃES; AMARAL, 2016).

Assim como em todo o período agroindustrial da região, o Sistema de Integração é o responsável, na atualidade, pelo grande êxito logrado pelas agroindústrias, sustentando sua organização produtiva com base na força de trabalho familiar realizado em pequenas propriedades rurais. De acordo com os dados produzidos em campo, em 100% das propriedades entrevistadas, a força de trabalho empregada envolve, exclusivamente, a mão de obra familiar. Quanto à extensão das

⁶³ A taxa de conversão alimentar é a relação entre a quantidade de alimento necessário para a produção de 1 kg de peso no animal vivo. Quanto menor a taxa, mais eficiente é o animal (ITO; GUIMARÃES; AMARAL, 2016, p. 127).

propriedades rurais, 50,00% possuem de 11 a 20 hectares, 35,00% área acima de 20 hectares e 15,00% extensão entre 5 e 10 hectares (Figura 56).

Figura 56 – Tamanho médio das propriedades amostradas



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Por se tratarem, majoritariamente, de pequenas propriedades rurais, localizadas em área com um relevo de planalto bastante acidentado – o planalto ocupa 64% do território catarinense – apenas 31,3% das áreas do Oeste podem ser usadas sem restrições para as atividades agrícolas (MIOR, 2005), característica essa que dificulta a mecanização das lavouras e, por conseguinte, impõem restrições ao desenvolvimento de determinadas culturas, sobretudo, para a produção de grãos⁶⁴ em grande escala. Em face disso, adaptações foram inseridas ao processo produtivo de modo a desonerar o produtor integrado do fornecimento de insumos para a produção. O suprimento destes por parte das empresas integradoras tornou possível o desenvolvimento da produção (aves e suínos) em escala industrial.

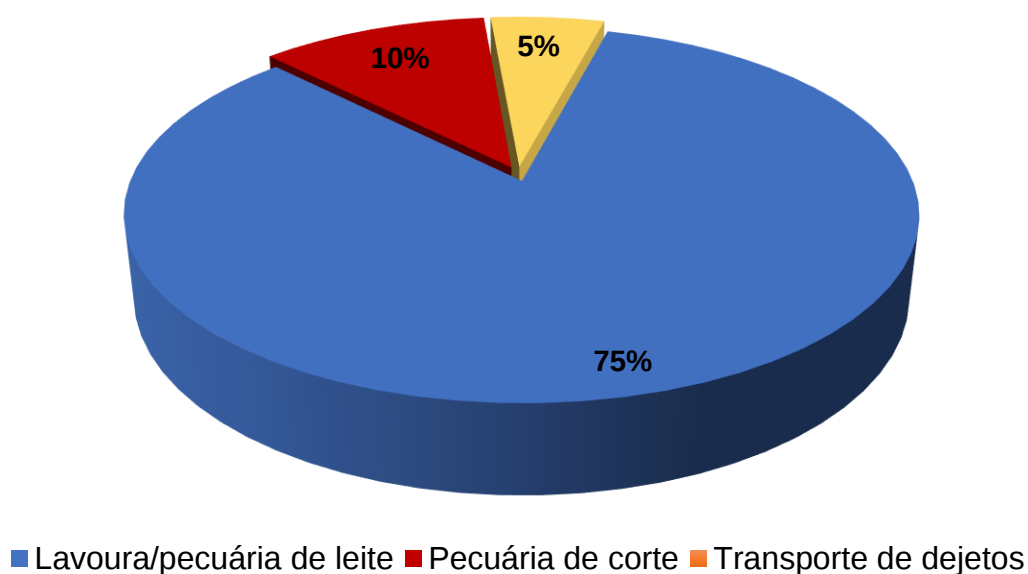
Embora tenham sido logrados significativos avanços na matriz técnica-produtiva, notadamente no que concerne ao aprimoramento genético e tecnológico, a atividade continua sendo baseada na utilização de força de trabalho familiar em pequenas extensões de terra. Esta peculiaridade do Sistema de Integração, adaptada

⁶⁴ Contudo, cabe ressaltar que, apesar das limitações quanto ao uso do solo, a região destaca-se na produção de milho, soja, feijão e fumo.

à estrutura fundiária da região, proporciona inegáveis vantagens às indústrias, pois, além de manter o monopólio sobre a produção, não precisam gerar áreas de criação e produção da matéria-prima, ficando as empresas desoneradas de encargos sociais e possíveis problemas trabalhistas.

O tamanho das propriedades rurais, embora já tenha sido fator elementar na escolha dos produtores integrados, hoje não impõe mais restrições a sua adesão, todavia, torna-se um limitante à manutenção e reprodução socioeconômica das propriedades rurais. A manutenção de um diversificado número de atividades faz-se extremamente necessário e primordial diante das limitações de terra e capital de alguns produtores, cujo desempenho da produção não é suficiente para remunerar adequadamente o produtor rural e propiciar o crescimento do seu capital. A combinação do cultivo agrícola a outras atividades – como estratégia de permanência no campo e melhoria das condições de vida – pode ser verificada em 17 das 20 propriedades rurais visitadas (Figura 57).

Figura 57 – Atividades desenvolvidas em paralelo ao Sistema de Integração



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Na sua maioria, desenvolve-se a pecuária de leite e a lavoura representando 75% das propriedades pesquisadas, e a pecuária de corte em 10,00% (i.e., 15 e dois

produtores, respectivamente). Apenas um produtor citou o uso dos dejetos líquidos⁶⁵ oriundos da suinocultura – usado como fertilizante – como fonte de renda na propriedade. A interação entre a criação de animais e a manutenção de outros sistemas produtivos na propriedade integrada (Figura 58), correlaciona-se, segundo Schneider (2003), a pluriatividade da agricultura familiar, capaz de conjugar atividades agrícolas e não agrícolas às relações familiares, adaptando-se as diferentes situações regionais.

A incorporação de potencialidades locais à dinâmica de produção, como a diversificação produtiva, o trabalho fora da propriedade ou mesmo a aposentadoria, garantem a reprodução social da unidade familiar, sendo verificada em 11 das 20 propriedades rurais entrevistadas (Figura 59). Os benefícios com o recebimento da aposentadoria estavam presentes em 30% (seis) dos produtores rurais integrados pesquisados. Diante do limitado conjunto de fontes de renda, a receita com a aposentadoria se torna um componente de bastante relevância na renda total das famílias. Como indica o estudo de Biolchi e Schneider (2003, p. 14), o acesso aos recursos previdenciários vem se apresentando como uma contribuição significativa para a manutenção e ampliação da renda dos agricultores familiares. Para Caldas e Anjos (2007, p. 132), os benefícios pagos representam “não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou subempregados”.

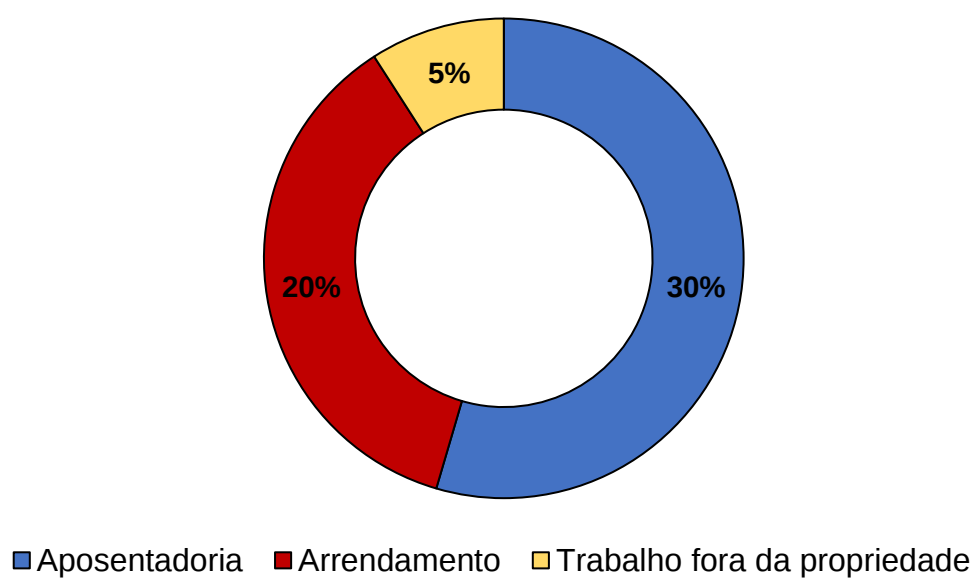
⁶⁵ A atual expansão da suinocultura resultou, por conseguinte, em um aumento considerável na produção de dejetos suínos que, pelo manejo inadequado podem causar severos danos ao meio ambiente. O uso dos dejetos líquidos como biofertilizantes tem ocasionado a saturação do solo na região Oeste em decorrência de seu uso em excesso. Este aspecto é considerado pelos pesquisadores “como sendo um dos itens de maior peso, no custo de produção, que o produtor deverá incorporar no futuro. [...] Assim, se o custo de tratar os dejetos passar a ser internalizado pelo produtor, ele poderá ter um razoável incremento dos custos de produção” (TELES, 2001, p. 9). A legislação imposta ao produtor - Lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais -, prevê a fixação de parâmetros de emissão cada vez mais rigorosos pelos órgãos de fiscalização, podendo o produtor ser criminalmente responsabilizado por eventuais danos causados ao meio ambiente e a saúde dos homens. Para minimizar os impactos ambientais, algumas tecnologias vêm sendo desenvolvidas visando promover oportunidades ao setor, como a produção de biofertilizantes e biogás (ITO; GUIMARÃES; AMARAL, 2016).

Figura 58 – Pecuária de leite como atividade complementar ao Sistema de Integração de aves e suínos



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Figura 59 – Outras fontes complementares de renda

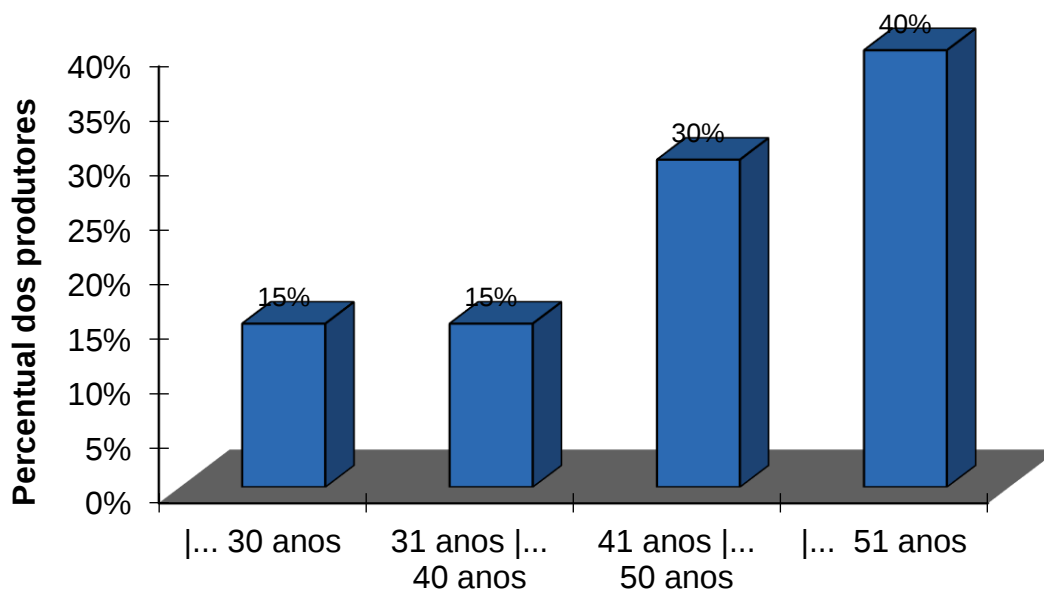


Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Ainda que o sistema integrado de produção configure-se em uma excelente alternativa produtiva para a região, os baixos preços fixados pela agroindústria – pagamentos com base na produtividade – impõem limites à viabilidade socioeconômica das propriedades rurais, condição esta que tem ensejado a migração para outras atividades. O perfil produtivo da região, fortemente concentrado na atividade agrícola – transformações de seus produtos (aves, suínos e leite) – confere-lhe alto grau de dependência econômica, aspecto este que tem provocado um desenvolvimento desigual da agricultura na região. Apesar de preponderantes essas atividades, as pequenas unidades produtivas “diferenciam-se em vários aspectos, sejam ligados às formas de produção, ao uso do solo, aos graus de capitalização, às relações estabelecidas com o mercado regional, e principalmente, aos aspectos que caracterizam as especificidades de cada unidade familiar” (BADALOTTI, 2003, p. 20).

O perfil⁶⁶ dos produtores rurais integrados entrevistados em pesquisa de campo é, razoavelmente, semelhante entre os municípios visitados. A maior recorrência etária está acima de 51 anos (40%, i.e., oito produtores), seguida de 41 a 50 anos (30%, i.e., seis produtores). Estas duas faixas etárias totalizam a maior parte dos entrevistados (Figura 60).

Figura 60 – Faixa etária dos produtores rurais integrados pesquisados

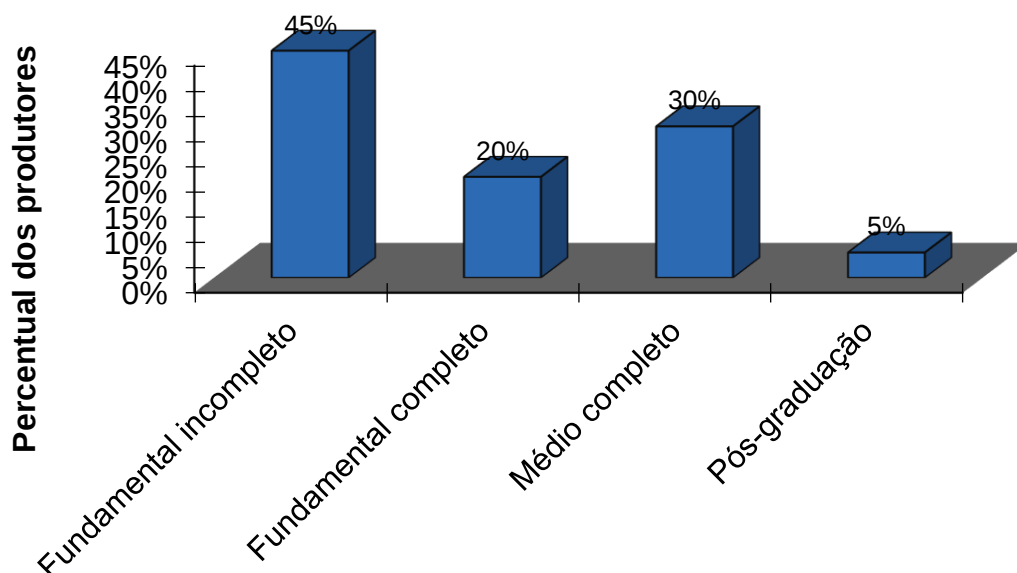


Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

⁶⁶ É importante ressaltar que as informações sobre o perfil se referem, apenas, à amostra entrevistada – 20 produtores – e não ao universo dos produtores rurais integrados nos municípios selecionados.

O grau de instrução dos produtores rurais integrados na educação formal é baixo, correspondendo a 45% ou nove produtores, visto que a maioria não completou o ensino fundamental, como se pode observar na figura 61. A maior parte dos produtores, após o término das primeiras séries deixou de estudar, sobretudo pela oferta limitada de escolas no entorno. Esse perfil apontado pelos dados reforça as dificuldades enfrentadas pelos produtores para terem acesso aos estudos, devido às condições econômicas insuficientes, a falta de escolas nas áreas rurais e a inexistência de transporte público escolar. Como podemos observar apenas 30% ou seis dos produtores possuem o ensino médio completo.

Figura 61 – Escolaridade dos produtores amostrados



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

A baixa escolarização dos produtores, no entanto, não é uma realidade unicamente local. No ano de 1970, Szmrecsánvi e Queda (1979), observavam que mais de 45% da população brasileira vivia no campo e sofria grande defasagem em termos de educação formal se comparada à população urbana. Passadas algumas décadas, a relação entre a população rural e urbana alterou-se de modo significativo, ao mesmo tempo em que o rural brasileiro passou por profundas mudanças. Sem ignorar estes condicionantes estruturais verifica-se, no plano educacional, que a expansão do ensino formal (básico e superior), e as exigências profissionais cada vez maiores têm sinalizado novas configurações em relação à escolarização dos filhos dos produtores rurais integrados.

As mudanças no contexto atual condizem com uma nova realidade no campo, verificada pelo alongamento da escolarização dos filhos dos agricultores, “ou seja, o espaço rural, assim como ocorre nos centros urbanos, se constitui sob ‘novas tendências’ de um viés ideológico onde se cria também a necessidade de qualificação para atender ao mercado do sistema capitalista, seja para continuar no campo seja para a saída dele” (HARTWIG, 2007. p. 21). A busca por um maior nível de instrução e/ou o trabalho não agrícola tem fomentado a migração dos jovens, contudo, cabe ressaltar que, para além da escolarização,

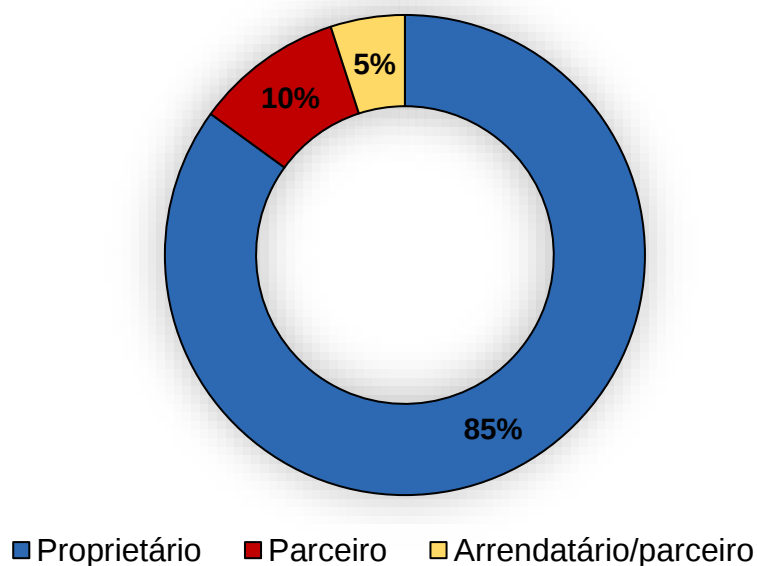
[...] a migração da juventude do campo para a cidade está apoiada na reduzida extensão de terra para os filhos que desejam permanecer na agricultura, no baixo rendimento financeiro que dificulta a modernização da propriedade e, de forma muito enfática, na falta de incentivo à agricultura familiar e nas condições adversas do trabalho. Se essas condições estão na base de suas insatisfações e colocam em xeque a própria crença do agricultor no futuro da profissão, elas não explicam isoladamente o êxodo dos jovens. Outras dimensões sociais e culturais, como as práticas familiares da divisão do trabalho e da renda entre seus membros, as relações desiguais de gênero na distribuição da herança e ainda as restritas possibilidades de lazer, não estão ausentes e ocupam até mesmo um lugar importante nas avaliações dos jovens sobre a vida no campo e o que projetam para seu futuro (ZAGO, 2016. p. 1).

Estas adversidades que vêm sendo processadas no meio rural, resultantes de processos globais – modernização capitalista – “cujas repercussões na concentração da terra, da renda e no agravamento das condições de trabalho e da manutenção da propriedade agrícola” (ZAGO, 2016, p. 1), tem gerado incertezas quanto à permanência dos jovens no campo. Quanto à propriedade da terra, 85% dos entrevistados declararam ser proprietários da terra que produzem, 10% trabalham a terra no sistema de parceria e 5% são arrendatários/parceiros (i.e., 17, dois e um produtores, respectivamente) (Figura 62).

Quanto à forma pela qual cada agricultor teve acesso à terra, a herança - sua própria ou do cônjuge - apresentou os valores mais expressivos (35% ou sete produtores). A compra e a compra e herança representam cada uma 30% ou seis produtores em cada categoria, e se destaca apenas o pequeno número de doações (5%, i.e., um produtor) (Figura 63). Sendo a terra o principal meio de produção e patrimônio dos agricultores, a herança constitui-se aspecto fundamental para a permanência e reprodução social das famílias de agricultores rurais. Segundo Wolf (1976), a sucessão e a herança envolvem processos de permanência e substituição

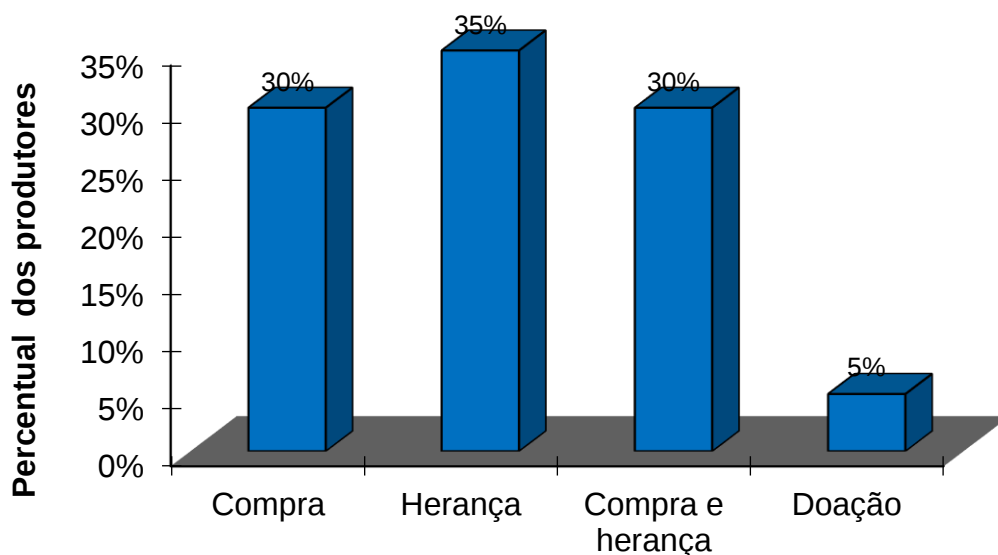
ao longo do tempo, os quais incluem a passagem de recursos pelo trabalho das gerações mais velhas e a forma como eles serão distribuídos para as gerações mais novas.

Figura 62 – Condição dos produtores rurais pesquisados



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Figura 63 – Forma de aquisição da propriedade pelos produtores rurais pesquisados



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Para Carneiro (2001, p. 22),

As formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional etc. Diferentes práticas sustentam-se em lógicas reprodutivas próprias e, portanto, não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência. A diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições, mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica.

A forma de aquisição das propriedades associa-se diretamente à escolaridade dos produtores rurais integrados, pois, muitos destes, sem oportunidades pela falta e/ou reduzido grau de instrução na educação formal, herdaram ou compraram as propriedades e continuaram na mesma profissão, reproduzindo o modelo aprendido com os pais. Este quadro, no entanto, pode sofrer rupturas em suas formas de sobrevivência e reprodução social, visto que a maioria dos produtores rurais integrados está em uma faixa etária mais avançada, e os filhos, ao almejavem projetos individuais em relação ao trabalho, não darão continuidade à atividade dos pais, comprometendo a expectativa de sucessão familiar.

Vê-se assim, que a colonização que se deu nesta região no início do século XX, trouxe para o Oeste catarinense um conjunto de novos usos do espaço e técnicas, materializadas na paisagem como “o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza” (SANTOS, 2006, p. 103). As práticas sociais acumuladas na paisagem se expressam nas complexas relações estabelecidas entre o campo e a cidade, tendo como nexos mediadores, as agroindústrias da carne (aves e suínos).

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, baseadas não mais na contradição, mas na complementariedade e na dependência entre campo e cidade. A dinâmica econômica regional fortemente imbricada com o processo de produção da matéria-prima e sua industrialização e comercialização se expressam, de forma marcante na paisagem rural e nas variadas escalas temporais. As relações projetadas entre o campo e a cidade passam a ser delineadas a partir da dinamicidade do setor agroindustrial, capaz de articular os diferentes agentes envolvidos no circuito produtivo da carne, não somente em nível local, mas também com a econômica do mercado nacional e internacional.

Com o aprofundamento da modernização agrícola e a progressiva incorporação de ciência, tecnologia e informação ao processo produtivo, as interrelações entre o campo e a cidade se intensificam. Como reflexo condicionante

desse processo, tanto o campo se moderniza através da inclusão de novos elementos técnicos, passando a utilizar e/ou sendo condicionado a incorporar intensamente as inovações tecnológicas – em prol do aumento da produtividade e da rentabilidade – como também a cidade se adapta às novas imposições do campo, tornando-se, desta forma, dependente da produção agropecuária regional, fortemente relacionada com os circuitos produtivos da carne.

Observa-se, assim, que as relações entre o campo e a cidade se aprofundam, à medida que o campo, ao incorporar mais intensamente as tecnologias de produção, passa a imprimir no urbano, novas lógicas econômicas, tornando a troca de fluxos de mercadorias, pessoas, capital e informações muito mais intensas. A agroindústria processadora de carnes (aves e suínos) configura-se, desta forma, em elemento central na interrelação entre o campo e a cidade.

O campo, embora não em sua totalidade transforma-se em um ramo de produção industrial e, ao mesmo tempo, grande consumidor dos produtos industriais. As práticas do mercado, cada vez mais concorrido, competitivo e globalizado, passam a impor gradativa dependência do campo em relação aos outros setores da economia, promovendo, assim, a interdependência entre o campo e a cidade. Nessa dinâmica de relações, vínculos e usos entre campo e cidade, as atividades agropecuárias passam a estar cada vez mais associadas ao urbano-industrial, fortemente consolidadas por meio da estreita relação entre a cidade e as atividades produtivas regionais. Vê-se, assim, que, tanto a produção da matéria-prima, quanto sua comercialização tornam-se, majoritariamente, dependentes dos aspectos materiais e imateriais pertencentes ao urbano.

A complexidade das relações entre o campo e cidade envolve desde a jusante até a montante da agricultura, englobando todas as etapas do processo produtivo, desde a matéria-prima, os insumos e medicamentos, máquinas e equipamentos, o uso de tecnologias, assistência técnico-produtiva, melhoramento genético, mão de obra familiar, os recursos naturais locais etc., até o produto final – processamento, industrialização, armazenamento, transporte e distribuição. Todos esses aspectos correlacionados à cadeia produtiva têm contribuído, sobremaneira, para a reestruturação do espaço agrícola local e regional e, por conseguinte, para a geração de novas relações campo-cidade.

Figura 64 – A agroindústria e sua presença na paisagem rural



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

A forte ligação da economia agropecuária local à dinâmica econômica do capital agroindustrial – mercado nacional e internacional – tem transformado o Oeste catarinense em um espaço em que as tendências globais se manifestam em nível local, refletidas na (re)produção do espaço, por meio de movimentos simultâneos de imposição, consentimento e resistência.

A modernização do setor agroindustrial produziu, igualmente, profundas contradições espaciais, expressas por meio da seletividade em que a atividade se desenvolve. O modelo produtivo (integração) tem se revelado altamente seletivo e excludente, à medida que exclui parcela significativa dos produtores do processo produtivo. A reestruturação produtiva do setor tem promovido nos últimos anos, a subsunção⁶⁷ do trabalho familiar, o endividamento dos produtores e a inviabilidade produtiva dos estabelecimentos vinculados ao capital agroindustrial.

É com base nessa realidade que as relações entre o campo e a cidade podem ser compreendidas no Oeste catarinense, tendo como pano de fundo, a dinâmica produtiva do capital agroindustrial. Campo e cidade em constante processo de transformação, por meio de relações que se complementam e inter-relacionam na produção do espaço, permitindo a circulação de pessoas, de mercadorias, de informações e de ideias.

⁶⁷ Segundo a análise de Moreira (1985), a subsunção formal é o momento histórico da hegemonização *indireta* do capital sobre a sociedade, dado a forma principal de capital ser a do capital mercantil e este realizar suas ações através da esfera da circulação. O capital mercantil subordina (subsume) ao circuito do mercado as formas sociais pré-capitalistas existentes, sem alterá-las em sua natureza. A subsunção real é o movimento consecutivo, em que a hegemonização se faz pela via direta da absorção da esfera da produção pela forma principal de capital emergente, o capital industrial, por meio da qual subverte as formas sociais até então não incorporadas ao circuito mercantil capitalista, tornando-as capitalistas no ato da incorporação. Antes, o capital controla a esfera da produção através da esfera da circulação. A seguir, o capital mercantil se transforma em capital produtivo e estabelece o controle da esfera da circulação a partir do controle da esfera da produção [...] Mesmo que se expressem sob normas próprias de construção (produção-organização) social, estas duas formas que o capitalismo assume em seu processo de formação histórica podem se imbricar têmporo-espacialmente (MOREIRA, 1985, p. 28-29).

5 DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO PROCESSADOR DE CARNES E A DINÂMICA DO CONSUMO PRODUTIVO NA CIDADE DE CHAPECÓ

Com o aprofundamento da modernização e a crescente interdependência entre ciência, tecnologia e informação, a atividade agropecuária brasileira passou por profundas transformações, resultando em novos (re)arranjos produtivos e espaciais, tanto no campo quanto na cidade. O novo modelo de agricultura – resultado da difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizado – passa a ser regulado pela economia de mercado e, sobretudo, pelas demandas urbanas e industriais. Em razão disso, surgem cidades funcionais ao campo moderno, as quais passam a ter novas funções, impondo a partir da difusão de padrões globalizados de produção e consumo, novas relações campo-cidade, conforme apontamos a seguir.

5.1 A expansão do agronegócio e a difusão do consumo produtivo

Nas últimas décadas, o acelerado processo de globalização tem promovido profundas mudanças no plano da economia mundial, no centro da qual desponta um incessante movimento de reestruturação, cujas transformações afetam, mesmo que indiretamente, todos os setores da ordem econômica mundial, caracterizando o que Chesnais (1996) descreve como “mundialização do capital”. A ambiência de tais transformações na escala mundial, sobretudo no contexto pós-1970, e seus rebatimentos na organização espacial do Brasil, promovem condições de ordem econômico-tecnológica e político-cultural para uma reestruturação produtiva também do setor agropecuário brasileiro, cujas mudanças já vinham ocorrendo desde a década de 1950, sendo aprofundadas nas décadas de 1970 e 1980 (SANTOS, 2016).

A globalização da economia propicia, deste modo, a chegada de uma nova ordem econômica, e o espaço, meio e produto da reestruturação produtiva (MOREIRA, 2006), reflete tais modificações, motivo pelo qual Gottdiener (1993) a considera como um “fenômeno socioespacial” – resultado de mudanças sociais e espaciais. Para Soja (1993, p. 193), a reestruturação enquanto movimento “[...] transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção à uma nova ordem e uma configuração significativamente diferente da vida social, econômica e política [...]”. Afirma o autor que esse processo de renovação das forças do capital representa não somente uma

nova maneira de organização das formas, mas também os novos conteúdos que compreendem essa (des)organização do espaço geográfico.

Esse autor, complementa que “a reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados” (p. 194). A reestruturação implica, deste modo, “[...] fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança” (SOJA, 1993, p. 194). Lencioni (1998), ao analisar a reestruturação como um movimento, destaca que as formas anteriores não se dissolvem neste processo, pelo contrário, elas se modificam e são modificadas, estando subordinadas ao desenvolvimento de novas formas que reestruturam tanto a sociedade como o espaço. Vê-se assim, que a ruptura e a conformação de uma nova ordem coexistem com os sistemas de acumulação preexistentes, não implicando a reestruturação, necessariamente, na supressão do passado.

Neste contexto, as novas formas engendradas pelo capitalismo em âmbito mundial trazem consigo grandes transformações e a transição para um novo padrão de acumulação, denominado por Harvey (1992) de “acumulação flexível”, cujo confronto direto ocorre com a rigidez do Fordismo. Tal como definida por Harvey, a “flexibilidade” tem como um de seus principais eixos as práticas de organização e gestão dos processos industriais, de comercialização e de trabalho. Esta nova etapa de acumulação de capital “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 140).

A “flexibilidade” torna-se, então, a expressão desse processo, onde a produção e o consumo tornam-se globalizados. Esse período, nitidamente marcado por uma profunda integração entre ciência, tecnologia e principalmente informação (SANTOS, 1996), produz mudanças que não se limitam apenas ao espaço rural, mas associam-se também a inúmeros outros processos, a exemplo da urbanização, da intensificação das relações campo-cidade, da produção do espaço urbano, da reestruturação da cidade, do aumento das desigualdades socioespaciais, bem como novas regionalizações (ELIAS; PEQUENO, 2016).

Esse período, denominado por Santos (2006) de meio técnico-científico-informacional possibilitou

[...] aos agentes hegemônicos da economia mundial uma reestruturação organizacional de suas ações marcada pela: automação, terceirização dos serviços, dispersão geográfica das unidades produtivas (principalmente em direção aos países emergentes), inovação e diferenciação constante das mercadorias e dos mercados (investimento em P&D e criação de novos nichos de mercado). As mudanças promovem uma crescente especialização produtiva dos lugares, ampliando e modificando a divisão internacional do trabalho, o que gerou um aumento dos fluxos materiais e imateriais em todo o mundo (FREDERICO, 2008, p. 162).

Em razão das transformações propiciadas fundamentalmente pelo processo de tecnificação e cientificação do território (SANTOS, 2001), “o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições, onde todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas” (SANTOS, 2000, p. 79). Esse vigoroso conjunto de transformações na composição técnica do território se manifesta de modo desigual, “sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente” (CORREIA, 1999, p. 44). Este desenvolvimento geograficamente desigual (SOJA, 1993), torna-se essencial à espacialidade capitalista, cuja fonte de lucros reforça a produção de diferenciações espaciais.

Em resposta a essas transformações, conjugam-se em território brasileiro profundas mudanças em sua composição técnica, com investimentos em infraestrutura, integração dos transportes e das comunicações, possibilitando desta forma, uma maior conectividade e fluidez territorial (SANTOS, 1993), mudanças estas que vão possibilitar a generalização desse meio.

O território brasileiro, até então desconexo e pouco articulado, passa a oferecer condições materiais para a difusão de atividades industriais e agrícolas altamente capitalistas, cujas transformações na estrutura produtiva se refletem na modernização dos processos de trabalho e produção, condicionando a especialização produtiva dos lugares e “acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando em diferentes arranjos produtivos em todo o país, tanto no campo como nas cidades” (ELIAS, 2005, p. 4475). Neste contexto, o circuito do capital se refaz, e “a reestruturação espacial da sociedade dá especificidades aos lugares e desenrijece as divisões do trabalho há muito tempo estabelecidas” (SANTOS, 2010, p. 39).

De acordo com Sposito (2009), as perturbações que caracterizam essa fase da história se refletem na ampliação das relações econômicas, na alteração dos papéis de cidades de diferentes portes e níveis, em uma maior participação das cidades

caracterizadas como médias na complexa divisão do trabalho e na redefinição das relações entre essas cidades na escala regional e nacional. Sendo assim, “cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais círculos espaciais de produção” (CORRÊA, 1999, P. 2), produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informação.

O período técnico-científico-informacional testemunha, assim, a emergência de novas formas de organização e usos do território, cuja ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento se tornam os grandes instrumentos políticos que remodelam os espaços. O mercado torna-se global, impondo novos conteúdos e comportamentos ao território, “graças as enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informação, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 53).

Em meio às sucessivas mudanças – sociais, políticas e econômicas no campo e na cidade – a agricultura vai sendo remodelada, tornando-se uma atividade intensa em capital, ciência, tecnologia e informação, denominada por Santos (2005) de “agricultura científica”. Diante das novas conjunturas, as formas de produzir e viver no campo modificam-se profundamente, e a agricultura passa a incorporar ao seu processo produtivo os principais padrões da produção e do consumo globalizado, adquirindo novas funções e, principalmente, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital.

O novo modelo de agricultura, exigente e competitivo, substitui suas bases técnicas e econômicas por inúmeras novas possibilidades de realização da mais-valia mundializada, através da fusão de capitais entre setores econômicos (ELIAS, 2003). Este processo imprimiu complexas inovações às forças produtivas e

[...] a agricultura passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período, apresentando as mesmas possibilidades das demais atividades para a aplicação de capital e para auferir alta lucratividade, e tornou-se mais competitiva, permitindo maior valorização dos capitais nela investidos, o que a aproximou dos demais setores econômicos. Nesse sentido, no período Técnico-Científico-Informacional um dos principais signos da modernização da agricultura é o fim do isolamento mantido pela atividade em relação aos demais setores econômicos, graças a uma crescente interdependência com o crescimento geral da economia, ocorrendo processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores (ELIAS, 2003, p. 62).

A agricultura, paulatinamente industrializada, torna-se um ramo de aplicação de capital e, conseqüentemente, subordina-se a este. O novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola (ELIAS, 2003), crescentemente dependente de métodos científicos e técnicos, “deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 44), tornando possível ao homem subordinar, em parte, a própria natureza (ELIAS, 2003). Esse movimento de renovação do setor agrícola se intensifica, sobretudo a partir da década de 1960, com a modernização da agricultura, no qual o Estado⁶⁸ assume claramente o papel de indutor deste processo. Coube a este, intensa participação mediante o incremento de políticas públicas direcionadas principalmente aos setores produtivos e de infraestrutura.

O processo modernizante, altamente seletivo e excludente, se intensifica nas décadas seguintes alterando as relações econômicas e sociais até então vigentes, cujas transformações culminam “na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e na urbanização do campo” (ELIAS, 2005, p. 4476). Nos dias de hoje, este processo atinge de forma direta ou indiretamente todo o país, contudo, processou-se de modo extremamente conservador e doloroso (GRAZIANO DA SILVA, 1982), privilegiando, de maneira diferenciada, os diferentes recortes do território, “as culturas e os segmentos socioeconômicos mais rapidamente suscetíveis à organização de uma atividade agrícola sustentada pelas inovações científico-técnicas” (ELIAS, 2003, p. 67). Segundo Santos (2016, p. 50),

[...] Nenhum outro modelo agrícola promoveu tanta pobreza, desigualdade regional e degradação ambiental em tão pouco tempo no campo e nas cidades, quanto este que vivenciamos. O reconhecimento desses problemas vem despertando questionamentos sobre a viabilidade do modelo de produção adotado no campo brasileiro com o advento da globalização, e disseminando discussões acerca de modelos alternativos ao agronegócio.

Com o advento de um novo paradigma tecnológico e produtivo, a agricultura científica passa a ser regulada pela economia de mercado e, sobretudo, pelas

⁶⁸ A participação do Estado neste processo ocorre sobretudo por meio da estratégia financeira, tendo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como principal agente propulsor.

demandas urbanas e industriais. A agricultura, agora racionalizada sob o comando do capital, transforma-se em uma atividade associada ao circuito superior da economia (SANTOS, 1979), e seu desenvolvimento depende obrigatoriamente dos espaços urbanos. A rápida difusão da agricultura moderna ocasiona, assim, inúmeras metamorfoses na base produtiva do setor, expandindo significativamente a produção e a produtividade. As transformações nos aspectos da produção e do consumo foram tão substanciais que aportes técnicos de todas as espécies são criados para a sua realização. Multiplicam-se, assim, os espaços da produção e das trocas globalizadas, e as cidades antes localizadas no campo, tornaram-se agora, cidades do campo (SANTOS, 1993).

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova difusão do trabalho agrícola, porque obrigada a afeiçoar-se às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. O campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de esses objetos geográficos terem um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência) (SANTOS, 2013, p. 140).

Estas cidades, denominadas por Elias (2007) de “cidades do agronegócio”, se especializaram em atender as demandas dos setores agrícola e agroindustrial, de tal modo que a cidade se transformou

[...] no local da regulação da produção agropecuária moderna, seja pelo fato de seus produtos serem cada vez mais entregues aos mercados urbanos para serem processados e consumidos, seja porque a agropecuária moderna tem o poder de impor especializações territoriais (ELIAS, 2003, p. 191).

A cidade tornou-se, deste modo, o centro de realização da produção agropecuária moderna. Para responder à continua renovação das forças do capital e a velocidade na qual se processam, novas formas-conteúdo (SANTOS, 1978) são criadas em resposta às demandas da produção, possibilitando uma rápida e intensa proliferação de serviços com múltiplas especializações. Segundo Frederico (2008, p. 59), “este fato é o principal responsável pelo fenômeno da urbanização nessas áreas,

pois é nas cidades que o consumo dos serviços acontece e é nelas também que a informação oriunda das diversas partes do globo é tratada e retransmitida”.

A intensa relação entre os setores agrícola e agroindustrial promove, desta forma, um incremento no processo de urbanização, devido sobretudo ao desenvolvimento de atividades agrícolas e agroindustriais, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada (ELIAS, 2009). Isso explica, em partes, “a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo, resultado da difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizados, que têm poder de impor especializações produtivas ao território” (ELIAS, 2009, p. 89).

A partir da expansão e da reestruturação da agricultura moderna, cidades vão surgindo com o objetivo específico de atender às necessidades e exigências do campo moderno. Nessas cidades, segundo Elias (2003a), as relações entre o campo e a cidade propiciam o desenvolvimento de inúmeras novas classes e gêneros de indústrias, notadamente as que fornecem insumos e bens de capital para a agricultura, como também das indústrias que processam os produtos agropecuários. Para Santos e Silveira (2001), essas cidades congregam pontos de interseção entre as horizontalidades e as verticalidades, pois oferecem meios para o consumo final das famílias e o consumo intermediário de empresas, tornando-se depositárias e produtoras de bens e de serviços por elas exigidos e por seu entorno. Assim, ao passo em que o campo se moderniza cada vez mais a dinâmica econômica das cidades se associa ao consumo, seja consumptivo ou produtivo (SANTOS, 1993).

Entre as formas de consumo consumptivo, isto é, de consumo das famílias, podemos incluir o consumo de educação, de saúde, de lazer, de religião, de informação geral ou especializada e o consumo político, na forma de exercício da cidadania. Entre as formas de consumo produtivo encontram-se, entre outras, o consumo de ciência embutidas nas sementes, nos clones, nos fertilizantes etc., o consumo de consultorias e o consumo de dinheiro adiantado como crédito. As atividades urbanas estão ligadas a esses tipos de consumo, e é assim que as cidades cumprem o papel de responder às necessidades da vida de relações, que recentemente aumentaram quantitativamente e se diversificam qualitativamente (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 280).

Tais demandas de consumo geradas a partir do campo modernizado passam a demandar dos espaços urbanos um conjunto de atividades especializadas, associadas, principalmente, ao crescimento do consumo produtivo. Para Gomes (2007, p. 45), “tal crescimento justifica-se pois são exatamente os espaços urbanos

que promovem a gestão dos espaços agrícolas e se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de novos produtos e serviços, das mais diversas naturezas”. A cidade converte-se, assim,

[...] no espaço donde as relações entre novas profissões, novas demandas de produtos e insumos, novos requerimentos de logística de processamento, armazenagem e distribuição, novas demandas por capitais, vão se manifestar e vão significar uma interdependência de diversos setores econômicos (SOBARZO, 2010, p. 48).

Nessas cidades, articulam-se agentes de diferentes circuitos da economia urbana, que passam a responder às exigências do campo modernizado com novos produtos, serviços, equipamentos e profissionais, revelando um complexo sistema de interações espaciais (CORRÊA, 1997), capaz de estender a sociabilidade urbana ao campo modernizado. Forma-se, desta maneira, uma rede intersetorial de serviços e atividades industriais e comerciais especializados vinculados à produção agrícola e agroindustrial, responsáveis pela (re)organização do espaço agrícola e urbano. Essa proliferação de serviços se materializa, segundo Elias (2003a), em indústrias do gênero químico, no setor de farmacêuticos e veterinários, no desenvolvimento de indústrias metalúrgicas e mecânicas, produzindo e/ou fornecendo os mais diversos tipos de equipamentos e máquinas para o setor.

Da mesma forma, expandem-se os polos de pesquisa e produção de alta tecnologia, as instituições públicas e privadas de pesquisa, as empresas ligadas à agricultura de precisão, empresas de consultorias, de assistência técnica, de transportes, empresas de *marketing*, escritórios de consultoria contábil e jurídica, os sistemas bancários para financiamento, custeio e comercialização da produção, empresas de informatização, bem como inúmeras empresas/indústrias ligadas ao processamento e industrialização das matérias-primas. Verifica-se, assim, que “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta” (SANTOS, 2013, p. 139). A configuração territorial urbana (SANTOS, 2001) tornou-se, deste modo, funcional ao campo moderno, evidenciando “que é na cidade que se realizam a regulação, a gestão e a normatização das transformações verificadas nos pontos luminosos do espaço agrícola” (ELIAS, 2007, p. 116).

Concomitantemente a ampliação do consumo produtivo – ocasionada pelas demandas do campo moderno – ocorre nessas cidades uma expansão do trabalho agropecuário, que promove o êxodo rural – migração ascendente e descendente – de

profissionais especializados no agronegócio (ELIAS, 2007). O crescimento da produção não material e a consequente adaptação dos núcleos urbanos ao seu entorno agrícola tem refletido diretamente, na expansão e no crescimento das cidades, fortalecendo-as econômica e demograficamente. Ressalta a autora que,

[...] a reestruturação da agropecuária não apenas ampliou e reorganizou a produção material, agrícola e industrial, como foi determinante para a expansão quantitativa e qualitativa da produção não material, aumentando a terceirização, especialmente considerando os ramos associados ao circuito superior da economia (SANTOS, 1979) nas áreas de realização do agronegócio globalizado (ELIAS, 2007, p. 140).

Por esta razão, verifica-se:

[...] uma larga metamorfose e o crescimento da economia urbana das cidades próximas às produções agrícolas modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre a cidade e o campo que podem ser vislumbradas mediante os diferentes circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação estabelecidos entre os dois subespaços (ELIAS, 2003a, p. 189).

Nesses territórios especializados – cujas funções e vínculos hegemônicos se associam às demandas do agronegócio globalizado – verifica-se uma superposição dos efeitos do consumo consumptivo e produtivo, devido, principalmente, ao incremento dessas atividades ao circuito da economia urbana. As cidades, ao apresentarem formas com conteúdos cada vez mais específicos (FREDERICO, 2008), contribuem para ampliar a escala de urbanização e a importância dos centros urbanos, tornando a divisão do trabalho entre as cidades muito mais complexa (SANTOS, 2013).

Tal situação se dá, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, convertendo-as no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização (ELIAS, 2009, p. 91).

A remodelação do território ocorre, pois, ocasionada pelas forças produtivas que substituem intensamente o meio natural pelo técnico-científico-informacional,

repercutindo não apenas na estrutura técnica das atividades econômicas, mas também nas relações de trabalho, transformando o conjunto de normas e padrões que as regulavam. Em decorrência disso, aprofunda-se a divisão social e territorial do trabalho, refletindo na estrutura demográfica e do emprego e, conseqüentemente, na aceleração do processo de urbanização – estruturado, agora, sobre novas bases e práticas socioespaciais (ELIAS, 2007).

Tudo isso fez da urbanização um fenômeno bastante complexo, dada a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como, por exemplo: a modernização agropecuária associada ao setor industrial, com a conseqüente especialização dessas produções; o crescimento da produção não-material, seja associada ao consumo produtivo agrícola ou ao consumo consumptivo; o aumento da quantidade e da qualidade de trabalho intelectual; o intenso processo de êxodo rural; a existência do agrícola não-rural; a migração descendente, etc. é inviável, assim, considerar apenas as antigas relações campo-cidade, pois até mesmo o urbano é diferente do que era há trinta anos atrás. Quanto mais se aprofunda a divisão do trabalho agrícola, mais intenso e complexo se torna o processo de urbanização (ELIAS, 2007, p. 120).

Verifica-se, desta maneira, que a organização territorial urbana se tornou funcional ao campo moderno, desenvolvendo-se uma ampla gama de novas relações, de diferentes tipos e complexidades, entre o espaço agrícola racionalizado e o urbano próximo. As transformações quantitativas e qualitativas nos fluxos entre o campo e a cidade se desenvolvem, segundo Elias e Pequeno (2010, p. 146), “atreladas às demandas produtivas de serviços e produtos especializados por parte das empresas relacionadas às redes agroindustriais”. Deste modo, “quanto maior a especialização produtiva do campo e seu respectivo conteúdo em ciência e informação, maior será a urbanização e a inter-relação entre o campo e a cidade” (FREDERICO, 2011, p. 8).

Como decorrência da modernização do campo e da conseqüente transformação das funções urbanas, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza, tornando o território mais rígido e rugoso (SANTOS, 1993). Nessas áreas de realização do agronegócio globalizado, “a modernização da atividade agrícola e agroindustrial, em especial, redefine o consumo do campo, que deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais *produtivo*, e criou demandas até então inexistentes” (ELIAS, 2007, p. 120, grifo da autora).

Nesse novo paradigma das relações estabelecidas entre o campo e a cidade, profundas mudanças ocorreram não somente no âmbito da produção, mas também

no consumo. A difusão de um novo modelo globalizado de produção no território exigiu que as formas-conteúdo das cidades fossem refuncionalizadas para atender às demandas dos agentes do capital, passando essas “a exercer novas funções e a compor importantes nós das redes agroindustriais [...] dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 147).

Sob esta égide, multiplicam-se no país inúmeras cidades cujo dinamismo associa-se a hegemonia desempenhada pelas redes agrícolas e agroindustriais. Inserida neste contexto, podemos exemplificar a cidade de Chapecó, a qual apresenta grande parte de suas atividades intrinsecamente associadas aos circuitos espaciais da produção de aves e suínos, dinamicidade esta capaz de impor e criar novos ajustes à estrutura espacial e produtiva da cidade, particularmente por meio do consumo produtivo para o campo – cuja intensificação da urbanização e a constituição de novas regionalizações se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio processador de carnes (aves e suínos)⁶⁹, fornecendo as condições necessárias para sua reprodução ampliada. Deste modo, nossa análise pauta-se nas particularidades da trama produtiva adotada pela agroindústria – Sistema de Integração – a qual parte-se do princípio de que na cidade de Chapecó, o consumo produtivo para o campo encontra limitações em virtude das especificidades produtivas adotadas pelo setor agroindustrial.

5.2 O agronegócio de carnes de aves e suínos: dinâmicas do consumo produtivo

Como evidenciado, as cidades do agronegócio (ELIAS, 2007) se caracterizam pela forte integração do agronegócio globalizado à economia urbana, onde rural e urbano se complementam dialeticamente, sendo responsáveis por significativas mudanças não somente no âmbito da produção, mas também do consumo. Em razão da especialização produtiva – imposta pelo campo moderno – cria-se nessas cidades condições favoráveis para a dinamização do consumo produtivo, capaz de se impor hegemonicamente sobre as demais atividades e dinâmicas da produção. Como

⁶⁹ A discussão que dá suporte ao consumo produtivo do campo faz referência, sobretudo, a ideia de “agricultura científica”; de “agricultura científica globalizada”; e/ou mesmo de “agronegócio globalizado” pois são pensados a partir da agricultura. Neste sentido, poderíamos propor para o caso do Oeste Catarinense, o uso da nomenclatura “pecuária científica de aves e suínos” – absolutamente competitiva e tecnológica e que se insere em uma lógica de produção e consumo globalizado.

consequência surgem novos (re) arranjos produtivos e espaciais (ARRUDA, 2012), cujos nexos da produção se devem à funcionalidade de determinados setores econômicos.

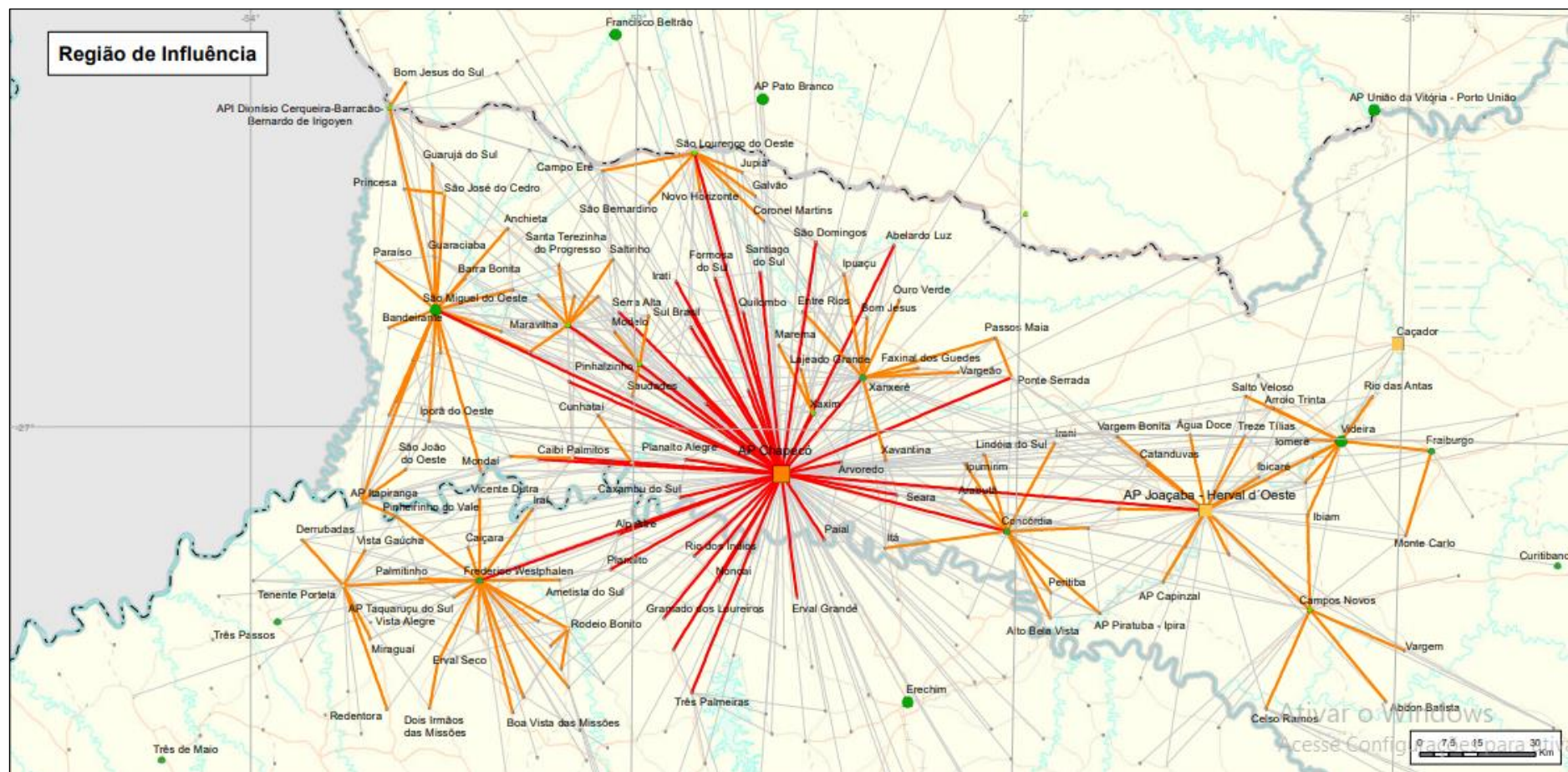
Entre as inúmeras cidades do Brasil cuja dinâmica econômica se realiza consubstanciada aos circuitos produtivos globalizados de grandes empresas podemos destacar Chapecó, quinta maior cidade do estado de Santa Catarina – equidistante cerca de 550 quilômetros da capital e aproximadamente 480 e 450 quilômetros das capitais Curitiba/PR e Porto Alegre/RS, respectivamente. Articulando cidades de diferentes dimensões na escala regional, nacional e internacional, Chapecó apresenta-se como uma Capital Regional B, considerando-se as hierarquias urbanas dos estudos do IBGE (2018), exercendo papel relevante na economia catarinense, tornando-se o nó principal da rede de cidades regionais (Figura 65).

Chapecó, conforme já mencionado, apresenta importância regional por meio da concentração e centralização econômica de serviços e comércio, especialmente os relacionados com a saúde especializada⁷⁰, a educação superior e a oferta de bens e serviços voltados para o atendimento do setor agroindustrial de carnes (aves e suínos), não apenas de seu espaço imediato, mas também de sua hinterlândia regional. Interessa-nos neste item, analisar a dinâmica do consumo produtivo – *agrícola e industrial* – a partir da agroindústria processadora de carnes (aves e suínos), a qual encontra na localidade enorme potencial para dinamizar e expandir o consumo produtivo voltado para a base econômica agroindustrial.

Nesta perspectiva, analisaremos as influências do agronegócio em Chapecó, a partir do consumo produtivo, tanto do ponto de vista dos serviços e bens que a cidade oferece para a produção agropecuária da região (consumo produtivo agrícola); como também do setor industrial (consumo produtivo industrial), altamente relacionado com a atividade produtiva. A análise dos consumos produtivos – *agrícola e industrial* – faz-se necessária para que possamos compreender as especificidades que envolvem o processo de produção – fortemente instaurado por meio do Sistema de Integração – e, assim, poder mensurar os desdobramentos desta relação no que concerne ao desenvolvimento do nexo produtivo associado à agroindústria.

⁷⁰ De acordo com os dados do DATASUS (2020), publicados no documento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Chapecó em Números (2020), a cidade possui entre os diferentes tipos de atendimento, 785 estabelecimentos de saúde, em maior número aparecem os consultórios com 581 unidades.

Figura 65 – Arranjo populacional de Chapecó: Capital regional B (2B)



Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2020.

5.2.1 Consumo produtivo agrícola e industrial em Chapecó

O setor agroindustrial de carnes constitui-se hoje na principal atividade econômica de Chapecó. A modernização de seu processo produtivo demanda novos insumos e serviços, refletindo diretamente na cidade que passa a responder com novos produtos, equipamentos, serviços e profissionais, criando formas de consumo geradas pela expansão do agronegócio da carne. À medida em que se integram os processos produtivos à montante e à jusante⁷¹ da produção de aves e suínos, criam-se novos setores produtivos responsáveis por atender as demandas da lógica produtiva prevalecente, promovendo maior interação espacial entre campo e cidade. Para analisar a correlação entre o agronegócio e a difusão do consumo produtivo em Chapecó, algumas variáveis foram consideradas, conforme podemos visualizar no quadro 4.

Quadro 4 – Tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços atrelados ao consumo produtivo agrícola e industrial em Chapecó

<i>Tipo de estabelecimento</i>	<i>Número</i>
<u><i>Consumo produtivo agrícola:</i></u>	
Estabelecimentos que revendem produtos para à agropecuária	53
Comércio de insumos e implementos agrícolas	67
Comércio de medicamentos veterinários	16
Unidades de armazenamento e estocagem	10
Empresas de consultoria/assessoria/assistência técnica	62
<u><i>Consumo produtivo industrial:</i></u>	
Empresas do ramo metalmeccânico, entre outras	135
Empresas de embalagens	27
Empresas de transporte rodoviário de carga	772
Instituições de ensino técnico	12
Instituições de ensino superior	10

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó. Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2017; 2019).

⁷¹ No decorrer do trabalho, os termos à montante e à jusante serão usados para analisar exclusivamente, a produção de aves e suínos. Neste sentido, o termo a “montante” é empregado para abranger todas as fases produtivas concernentes a produção da matéria-prima (aves e suínos), desde a criação dos animais até a entrega para a agroindústria; e o termo a “jusante” para designar todas as etapas que envolvem, desde o processamento e industrialização da matéria-prima até o cliente final.

Verifica-se que as atividades vinculadas ao agronegócio são bastante significativas na cidade e representam parte importante da dinâmica urbana e das trocas realizadas entre a cidade e seu entorno agrícola. No que se refere aos *estabelecimentos que revendem produtos para à agropecuária*, foram contabilizadas 53 empresas. Esses estabelecimentos (Figura 66) combinam a venda de ferragens e ferramentas; de insumos agropecuários; de medicamentos para uso veterinário; de alimentos e acessórios para animais; o comércio de produtos agrícolas (arroz, feijão, aveia, trigo, soja, milho etc.); o comércio de matérias-primas (látex, juta, xaxim, vime, rami etc.); o comércio de animais; de mudas (frutíferas, flores e horticultura); de artigos para pesca, caça, *camping* e jardinagem; serviços de *pet shop* entre outras mercadorias, equipamentos e acessórios.

Figura 66 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

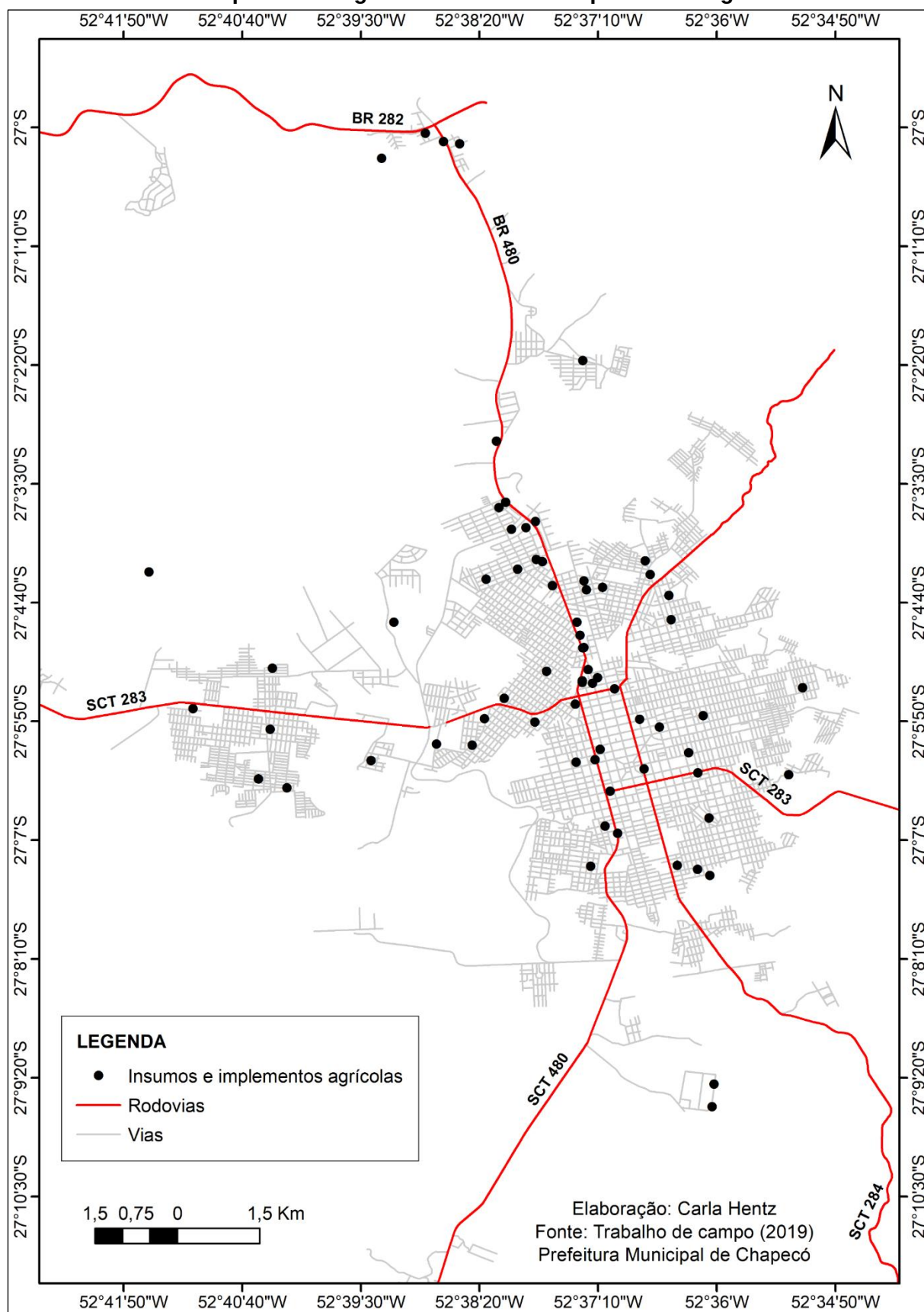
Verificou-se, que embora em um número quantitativo maior, os principais produtos comercializados atendem sobretudo a produção agropecuária e/ou consumo familiar em geral, excluindo-se a criação de aves e suínos, não se inserindo na lógica produtiva do agronegócio. Percebe-se, assim, quão hegemônico se impõe o Sistema de Integração. O papel de comando desempenhado pelas agroindústrias acaba por limitar a autonomia do produtor frente ao processo produtivo vinculado à criação de aves e suínos. As regras e normatizações estabelecidas entre produtor e empresa por meio dos contratos de integração vetam a compra de insumos e medicamentos para a produção, sendo estes integralmente fornecidos pela própria agroindústria integradora. Em raras exceções, quando autorizado o uso de medicamentos pelo técnico responsável, a compra é direcionada para as cooperativas pertencentes aos grupos agroindustriais.

Embora não configure uma variável representativa do consumo produtivo agrícola, a análise dos estabelecimentos que revendem produtos para à agropecuária foi considerada não somente pela expressividade do setor, mas também por representar o consumo de uma ampla variedade de produtos e equipamentos cujas demandas são oriundas de outras atividades agropecuárias que se desenvolvem em paralelo e/ou de modo independente ao Sistema de Integração. Ou seja, representam uma parcela significativa do consumo – de produtos agropecuários – sem impor, no entanto, laços de dependência.

Outra variável analisada refere-se ao *comércio de insumos e implementos agrícolas*. Foram identificados 67 estabelecimentos, conforme podemos observar na figura 67, os quais conjugam a venda de equipamentos para avicultura e suinocultura; máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário (peças e acessórios); máquinas e equipamentos para irrigação (peças e acessórios); serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos agrícolas; Adubos, insumos, fertilizantes, defensivos agrícolas e corretivos do solo; Herbicidas e fungicidas biológicos; comércio de ferragens e ferramentas, telas e arrames; estruturas metálicas para silos; Inseminação artificial e *in vitro*; Linha de nutrição animal, Premix⁷², núcleos, entre outras atividades, serviços e produtos.

⁷² O Premix é uma pré-mistura por meio da qual são adicionados micro ingredientes (minerais e vitaminas) às rações (EMBRAPA, 2003.)

Figura 67 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - insumos e implementos agrícolas



Observa-se, a partir dessa variável, o potencial que o consumo produtivo tem em dinamizar suas atividades quando não há interferência e/ou limitação por parte do Sistema de Integração. Dentre as inúmeras etapas que envolvem o processo produtivo da matéria-prima, a autonomia do produtor integrado se resume a um ponto, a compra dos equipamentos e implementos – para os aviários e pocilgas – necessários à produção. Podemos mensurar o quanto estas atividades e, mais precisamente, os estabelecimentos que revendem equipamentos e implementos para a produção de aves e suínos se especializaram em função das lógicas locais dos agentes econômicos industriais do setor agroindustrial, concentrando suas forças produtivas em detrimento da racionalidade prevalecente no campo modernizado.

Destacam-se, dentre as empresas que fornecem equipamentos para o segmento produtivo da matéria-prima (aves e suínos), a Edege produzindo equipamentos de alta tecnologia para as linhas de produção de aves, suínos e perus; e a Globoaves, uma das maiores produtoras de ovos férteis do Brasil, pintos de um dia de corte, caipira e postura, sendo referência em genética, sanidade e biotecnologia (Figura 68).

Figura 68 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola



Fonte: <https://www.edege.com.br/a-edege>; <https://globoaves.com.br/institucional/>.

No segmento de nutrição animal (Figura 69) destaca-se a DSM (representante da marca Tortuga), a Nutract (empresa do Rio Grande do Sul que transferiu sua sede para Chapecó no ano de 2000), da Brasfeed Nutrição Animal (empresa brasileira), os representantes das marcas Connan (empresa brasileira), Supra (empresa brasileira) e Btech (administrada pela ADM, empresa Norte Americana). Com a exceção do setor leiteiro e/ou dos produtores independentes, o perfil de venda destas empresas se caracteriza não pela venda direta ao produtor integrado, mas sim, associado as demandas de produção do setor agroindustrial – fabricação de rações – cujos desafios

sanitários e pressão *custo x benefício* têm exigido constantes adaptações e, sobretudo, a modernização das etapas do processo produtivo.

Figura 69 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

De acordo com o relatório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos (MAPA), 23 empresas do município de Chapecó possuem registro junto ao órgão para fabricação, fracionamento e importação de produtos para alimentação animal (Quadro 5). O uso cada vez mais expressivo de tecnologias na nutrição animal tem impulsionado o desenvolvimento de um mercado especializado de produtos, que são, em parte, supridos localmente por estas empresas.

Quadro 5 – Chapecó: Estabelecimentos fabricantes, importadores e/ou fracionadores de produtos para alimentação animal (2018)

Empresa	Atividade			Categoria						
	Fabricante	Fracionador	Importador	Aditivo	Concentrado	Ingrediente	Ração	Suplemento	Premix	Núcleo
COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS	X		X	X	X	X	X	X	X	X
BRF S/A	X		X	X	X	X	X	X	X	
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	X		X			X				
RAUPP COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	X		X	X	X			X		
CARGILL ALIMENTOS LTDA	X		X	X	X	X	X	X	X	X
NUTRACT AGROINDUSTRIAL LTDA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
VETANCO DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA			X	X			X	X		
SANITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	X				X			X		
APC DO BRASIL LTDA	X		X			X				
BIOAROMAS DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA			X	X		X	X	X		
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	X					X				
BELAS AVES COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA	X									
NUTECH ALIMENTAÇÃO ANIMAL LTDA	X				X		X	X	X	X
ÂNCORA BRASIL TRADING LTDA ME			X	X	X	X	X	X	X	X
BRASFEED PARTICIPAÇÕES LTDA			X	X	X	X		X	X	X
INOVA VET PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA			X	X	X	X		X		
GLOBOAVES SÃO PAULO AGROAVÍCOLA LTDA	X						X			
OLMIX DO BRASIL SC COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA			X	X	X	X		X	X	X
BIASOLI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	X	X	X	X	X	X		X		
PORFENC DO BRASIL LTDA			X	X	X	X	X	X	X	X
VR GOLD LTDA			X	X						
BIGGVET PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA			X	X		X		X		
MASTER COOK ALIMENTOS LTDA	X	X								
TOTAL	14	3	17	15	13	15	10	16	9	8

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Elaboração: HENTZ, C. (2021).

Conforme podemos visualizar no quadro 5, o crescimento do setor ocorre atrelado as demandas do complexo agroindustrial. O processamento próprio dos grãos constitui-se em uma das mais importantes etapas do processo de produção e garante ao setor agroindustrial o controle dos diversos elos da cadeia produtiva. Para maximizar os efeitos do *custo x benefício* na produção, inúmeros produtos são utilizados na formulação das rações durante as diferentes fases de crescimento dos animais (aves e suínos). Dentre os principais produtos utilizados nas dietas estão os núcleos e suplementos minerais, os aditivos como enzimas, eubióticos, antimicrobianos, vitaminas, carotenoides e aminoácidos, a linha de Premixes, os produtos para o controle biológico, sanitário, entre outros (Figura 70).

Figura 70 – Aditivos utilizados em formulações de rações (aves e suínos)



Fonte: Google imagens. Acesso em: 23 de fev. de 2021.

A Aurora Alimentos conta com cinco fábricas de ração somente em Santa Catarina, com capacidade mensal de produção de 175.000 toneladas. No município de Chapecó encontra-se a unidade fabril do segmento de suínos (Figura 71, letra A); e no município de Cunha Porã/SC, a fábrica de rações para aves (71, letra B). A BRF possui cinco fábricas no estado, sendo uma unidade em Chapecó. As unidades de nutrição são responsáveis por abastecer todos os produtores do sistema integrado

(aves, suínos e perus), exigindo um rigoroso controle dos processos ao longo de todo o ciclo produtivo.

Figura 71 – Unidade fabril da Aurora Alimentos em Chapecó e Cunha Porã



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019); Google imagens (2021).

Estão inseridos nesta categoria também, as empresas especializadas na venda, manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, em que as principais marcas do país possuem representação a exemplo da John Deere, New Holland (Figura 72), Massey Ferguson, Case IH e a LS Tractor; e os estabelecimentos comerciais especializados na revenda de adubos,

fertilizantes, sementes, herbicidas e pesticidas, entre outros insumos para a produção agrícola. Tal qual foi anteriormente discutido, a combinação de atividades agrícolas (lavouras) à integração (aves e suínos) é expressiva na região. O cultivo de milho e soja⁷³ – atrelado ao circuito produtivo agroindustrial⁷⁴ – acaba gerando demandas em função dos níveis de especialização que a atividade atinge, fazendo com que a economia urbana seja incrementada a partir do consumo produtivo a ela associado. Segundo Motter (2020), a área de abrangência destas empresas de vendas de tratores e colheitadeiras ultrapassa o espaço rural imediato do município, gerando uma centralidade no nível regional.

Figura 72 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola



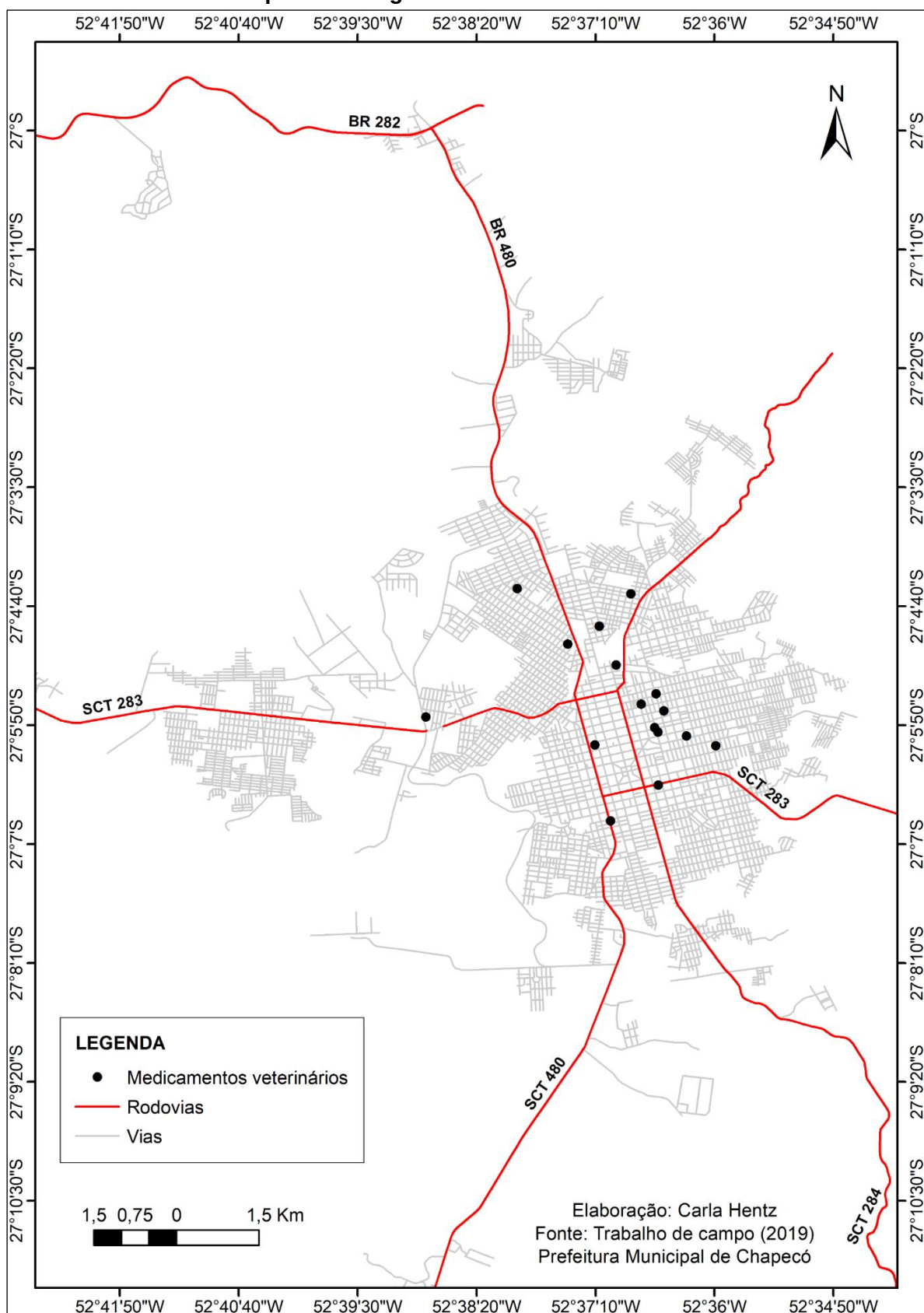
Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

Outro exemplo de atividade que cresce em função do incremento do agronegócio é o *comércio de medicamentos veterinários*, sendo 16 empresas contabilizadas (Figura 73).

⁷³ Segundo os dados do IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), a Mesorregião Oeste produziu no ano de 2019, 1.575.063 e 1.074.396 toneladas de milho e soja, respectivamente. O município de Chapecó respondeu por 30.450 e 36.300 toneladas, respectivamente.

⁷⁴ A alta demanda por estes cereais – amplamente utilizados na fabricação de rações – acaba gerando um *déficit* no abastecimento, sendo supridos, sobretudo, pela região Centro-Oeste do país ou importados do Paraguai e Estados Unidos.

Figura 73 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - medicamentos veterinários



Encontram-se instaladas em Chapecó, distribuidoras das marcas Vallée (empresa brasileira recentemente adquirida pela MSD), da Zoetis (empresa Norte Americana), da MSD (empresa Norte Americana), da Ouro Fino (empresa brasileira), da Bayer (empresa global com sede na Alemanha), da Bio-vet (empresa brasileira adquirida pela holandesa Vaxxinova), da Nutron (empresa pertencente ao Grupo Cargill), da Agener União (empresa brasileira), entre outras (Figura 74).

Figura 74 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

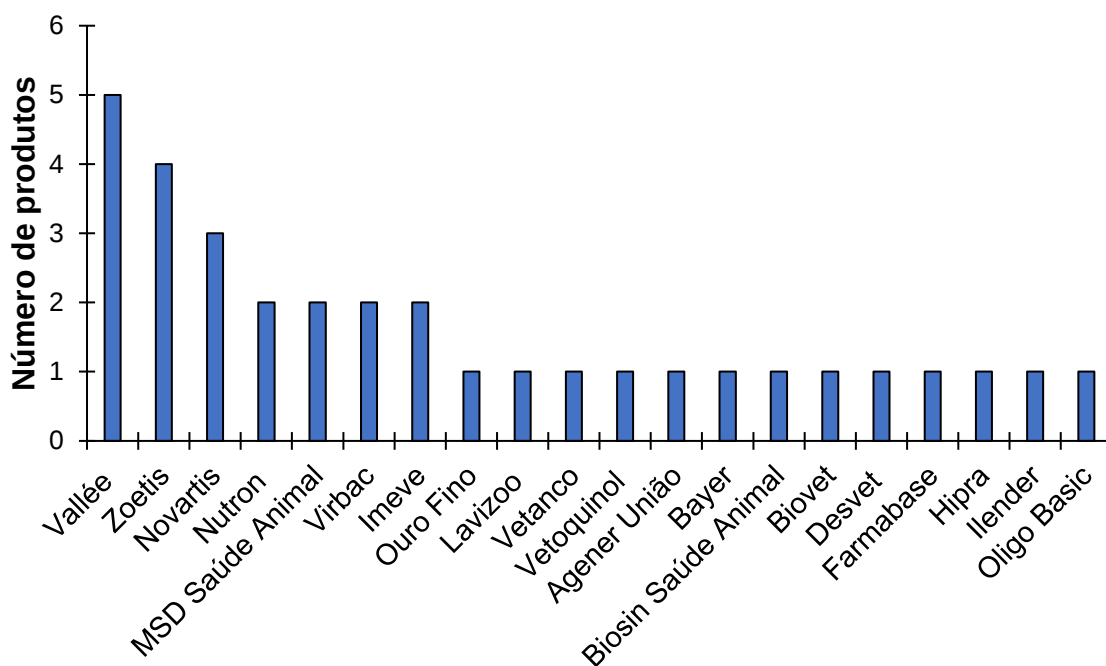
A produção em escala industrial de animais para abate (aves e suínos) tornou o uso de medicamentos veterinários recorrente na produção animal⁷⁵. A elevada densidade de animais nos aviários e pocilgas gera condições propícias para o

⁷⁵ Assim como o segmento de nutrição animal, o comércio de medicamentos veterinários tem parte de suas vendas atreladas ao setor leiteiro.

surgimento de doenças, cujo tratamento e/ou prevenção são ministrados aos animais, em sua grande maioria, por meio das rações ou adicionados a água. A expansão deste setor guarda estreita correlação com o agronegócio, visto ser este o principal agente responsável pelo fornecimento dos insumos necessários a produção via Sistema de Integração. Ou seja, embora a compra de medicamentos não seja permitida diretamente ao produtor integrado, sua inserção na cadeia produtiva ocorre por meio do setor agroindustrial ou em alguns casos, a partir das cooperativas filiadas ao complexo agroindustrial.

De acordo com os dados coletados em campo, uma variedade ampla de medicamentos⁷⁶ é utilizada durante todas as fases da produção, sendo contabilizados 33 produtos. Dentre os principais medicamentos usados na suinocultura, destaques para os laboratórios da Vallée, Zoetis e Novartis (Figura 75).

Figura 75 – Suínos: principais laboratórios e número de produtos utilizados

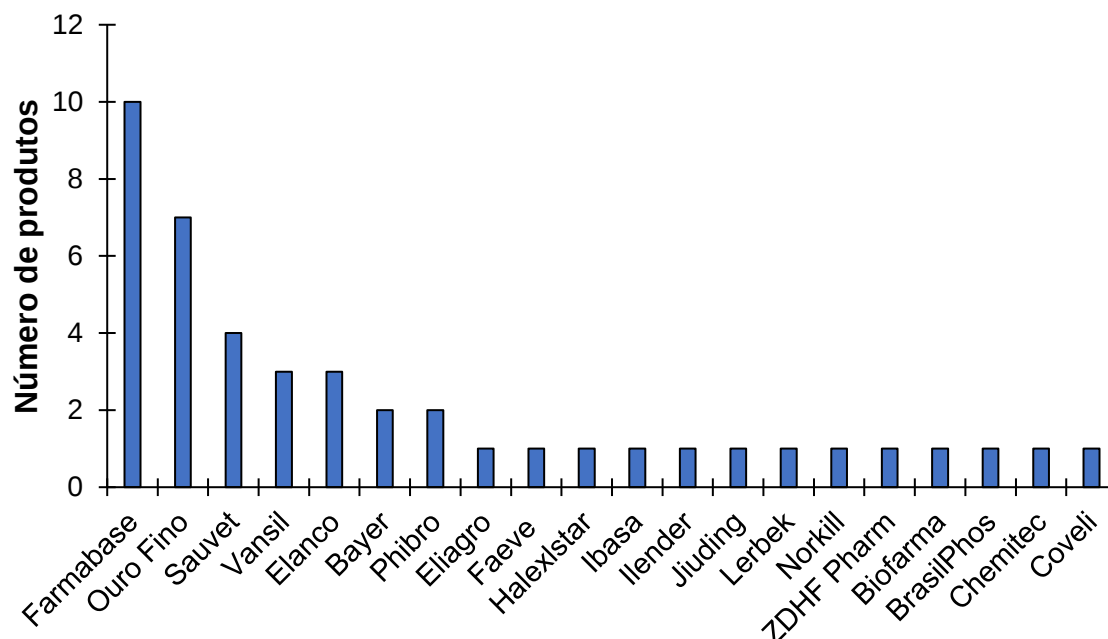


Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

⁷⁶ Salienta-se que os dados se referem, apenas, à amostra dos entrevistados – 20 produtores – e não ao universo dos produtores rurais integrados nos municípios selecionados. Da mesma forma, o número de medicamentos contabilizados corresponde somente aos produtos citados pelos produtores, não contemplando a totalidade dos fármacos utilizados na cadeia produtiva de aves e suínos.

No segmento de aves foram contabilizados 48 medicamentos, sendo as marcas Farmabase, Ouro Fino e Sauvet as mais empregadas (Figura 76).

Figura 76 – Aves: principais laboratórios e número de produtos utilizados



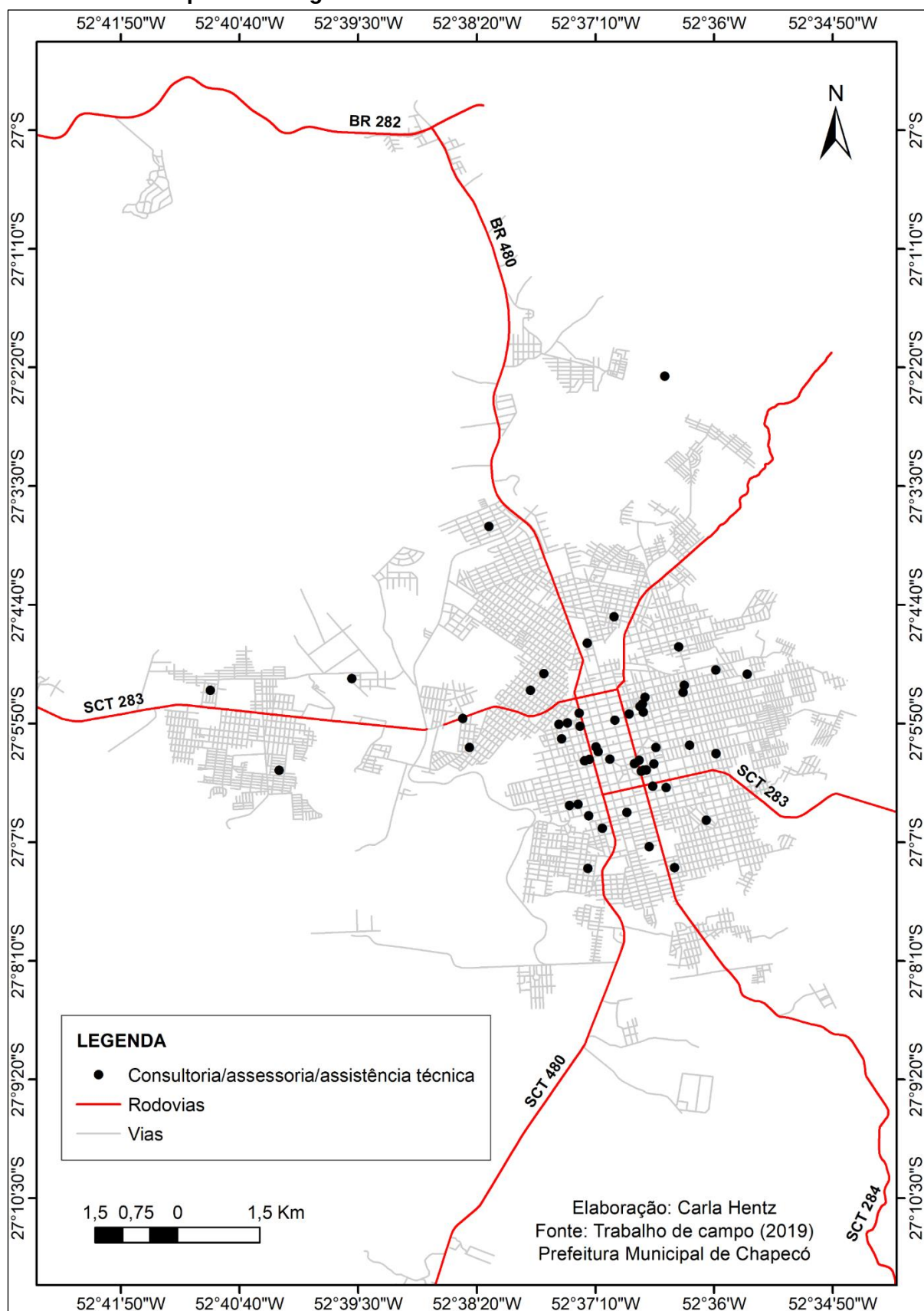
Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2018).

Também associadas à expansão do consumo produtivo inerente ao agronegócio, podemos encontrar em Chapecó, 62 empresas de *consultoria/assessoria/assistência técnica* (Figura 77). O conjunto de atividades prestadas por estas empresas é bastante diversificado e engloba os serviços de topografia, cartografia e geodesia; de agrimensura, levantamento de limites e georreferenciamento; agricultura de precisão; serviços de agronomia e veterinária; de extensão e assistência técnica e agropecuária; análises de solo; assessoria em projetos agrícolas e agropecuários; Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e licenciamento ambiental⁷⁷; elaboração de projetos de tratamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos⁷⁸.

⁷⁷ Os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental são documentos exigidos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e/ou atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que possam causar degradação ambiental. Ambos são regulamentados pela Resolução CONAMA 001/1986 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2021). Disponível em: <https://pnla.mma.gov.br/>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

⁷⁸ A produção de animais em escala industrial gera enormes quantidades de dejetos e rejeitos que devem ser adequadamente coletados, armazenados e tratados.

Figura 77 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - consultoria/assessoria/assistência técnica



A oferta de consultorias especializadas é um importante vetor da produção moderna, haja visto que expressam o conhecimento que é produzido – na cidade e no campo – e difundido no campo. Essas atividades, de um modo geral, se processam em consecução ao agronegócio, sendo parte representante do consumo produtivo. Ressalta-se, no entanto, que embora expressivo o número de empresas, os serviços de consultoria/assessoria/assistência técnica não são apenas relativos ao agronegócio de carnes, mas atendem também a variadas atividades econômicas. As atividades de extensão, assistência técnica e agropecuária e os serviços de agronomia e veterinária direcionam-se, principalmente, para a produção de grãos e em atenção as demandas do setor leiteiro, visto que a assistência técnica aos produtores integrados é integralmente fornecida por meio do Sistema de Integração.

Uma das maiores demandas do agronegócio atendidas pelas empresas deste setor envolve os procedimentos burocráticos exigidos para o licenciamento das atividades produtivas (aves e suínos); a elaboração de projetos para implantação das estruturas de produção (aviários e pocilgas); projetos de tratamento e manejo de dejetos e subprodutos animais; projetos de supressão e reposição florestal; projetos de assessoria/consultoria em projetos agrícolas e agropecuários; e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) (Figura 78).

Figura 78 – Estabelecimentos voltados ao consumo produtivo agrícola



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

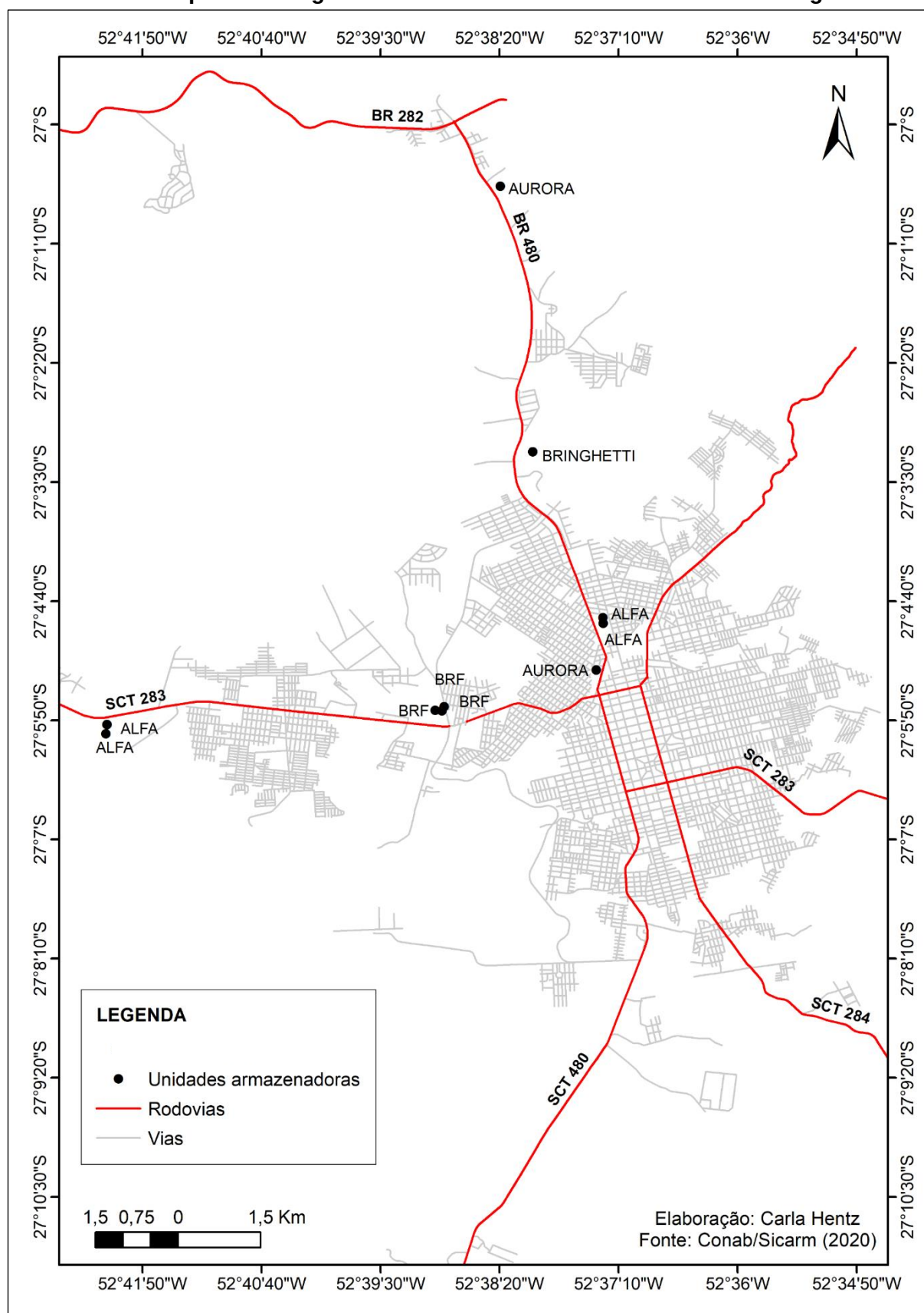
Outra variável que reafirma a importância do setor agroindustrial para o município correlaciona-se as *unidades de armazenamento e estocagem* (Figura 80). De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o município de Chapecó possui 10 unidades de armazenagem (8 graneleiros e 2 unidades convencionais). Embora em um número quantitativo menor de unidades se comparado a outros municípios da Mesorregião Oeste, Chapecó possui a maior capacidade estática de estocagem de grãos com 242.880 toneladas. Desse total, a Cooper Alfa – que atua como filiada à Aurora – possui a maior capacidade com 130.320 toneladas (Figura 79), seguidas da BRF e da Aurora (62.670 e 47.160 toneladas, respectivamente). Apenas uma unidade com capacidade de 2.730 toneladas não pertence aos grupos agroindustriais citados.

Figura 79 – Unidade de armazenamento da Cooper Alfa e da Aurora em Chapecó



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

Figura 80 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo agrícola - unidades de armazenamento e estocagem



Segundo Frederico (2008), a capacidade de desenvolvimento dos sistemas técnicos de estocagem de grãos reafirma o papel dessas empresas como grandes agentes hegemônicos dos diversos circuitos produtivos. No caso da região em estudo, a capacidade de estocagem de grãos do setor agroindustrial é reforçada por meio das unidades coletoras instaladas junto às cooperativas filiadas ao agronegócio (Figura 81). Estas unidades coletoras possuem capacidade suficiente para coletar e beneficiar parcela significativa da produção regional, limitando a capacidade de estocagem a poucas empresas, assegurando a estas, a compra em grande quantidade dos grãos, em muitos casos, a baixos preços. Esse sistema garante às agroindústrias o cadenciamento da circulação dos grãos e “seu controle restrito impõe ao processo produtivo um ordenamento funcional ao interesse dos agentes hegemônicos” (FREDERICO, 2008, p. 207).

Figura 81 – Unidade coletora de cereais (milho e soja) pertencente à Aurora Alimentos



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

O *ramo da metalmecânica e as atividades industriais* atreladas, direta ou indiretamente, ao complexo agroindustrial são também relevantes para observar a importância do consumo produtivo associado ao agronegócio. O estreitamento das relações entre a agropecuária e o setor industrial, segundo Elias (2013), é um reflexo condicionante da difusão do agronegócio, que impõe seus padrões de consumo,

dinamizando o setor terciário e, conseqüentemente, a economia urbana. A expansão e modernização dos processos produtivos do setor cárneo de aves e suínos fez com que uma miríade de novas atividades se desenvolvesse, formando uma rede composta por diferentes setores, serviços e atividades que atendem as indústrias do ramo alimentar de modo geral e, particularmente, o setor agroindustrial de aves e suínos. Entre as empresas direta ou indiretamente associadas ao setor se estabelecem diferentes tipos de relações, a exemplo da subcontratação e/ou encomenda de peças específicas.

Os estabelecimentos comerciais e de serviços relacionados à agroindústria evidenciam a importância do setor em Chapecó, não apenas em função do número de empresas e empregos gerados, mas também em função da linha de produtos e da tecnologia desenvolvida, exportando para diversos estados do Brasil e também outros países.

Por meio da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), 139 estabelecimentos foram contabilizados e organizados segundo os diferentes ramos de atividades (Figura 82). Em maior número (53) aparecem as empresas de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo (CNAE 33.14-7-19); seguido das empresas de fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo com 51 estabelecimentos (CNAE 28.62-3-00); os estabelecimentos que fornecem manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial totalizaram 18 empresas (CNAE 33.14-7-07); e o comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial contabilizou cinco empresas (CNAE 46.63-0-00).

A rede de atividades ligadas às agroindústrias compreende uma numerosa quantidade de estabelecimentos que abrange empresas de fabricação de máquinas, equipamentos e utensílios; de instalação, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos; de peças e acessórios para reposição; fabricação, instalação e manutenção de aparelhos de refrigeração e ventilação industrial; instalação e manutenção eletrônica, mecânica e industrial; montagem de estruturas industriais; fabricação de containers; máquinas de embalar, classificar, seladoras, rotuladoras e etiquetadoras; elevadores de carga, esteiras, empilhadeiras e pallets; plataformas de pesagem e balanças; serviços de automação industrial e solda; equipamentos para controle de produção; rótulos, etiquetas e tintas para impressão; serviços de perícia

técnica em segurança do trabalho; e utensílios, equipamentos e produtos químicos para a higienização do setor de produção. Destaque para as empresas Semil, especializada em serviços de montagem industrial, e a High Tech na produção de máquinas de alta performance para às agroindústrias (Figura 81).

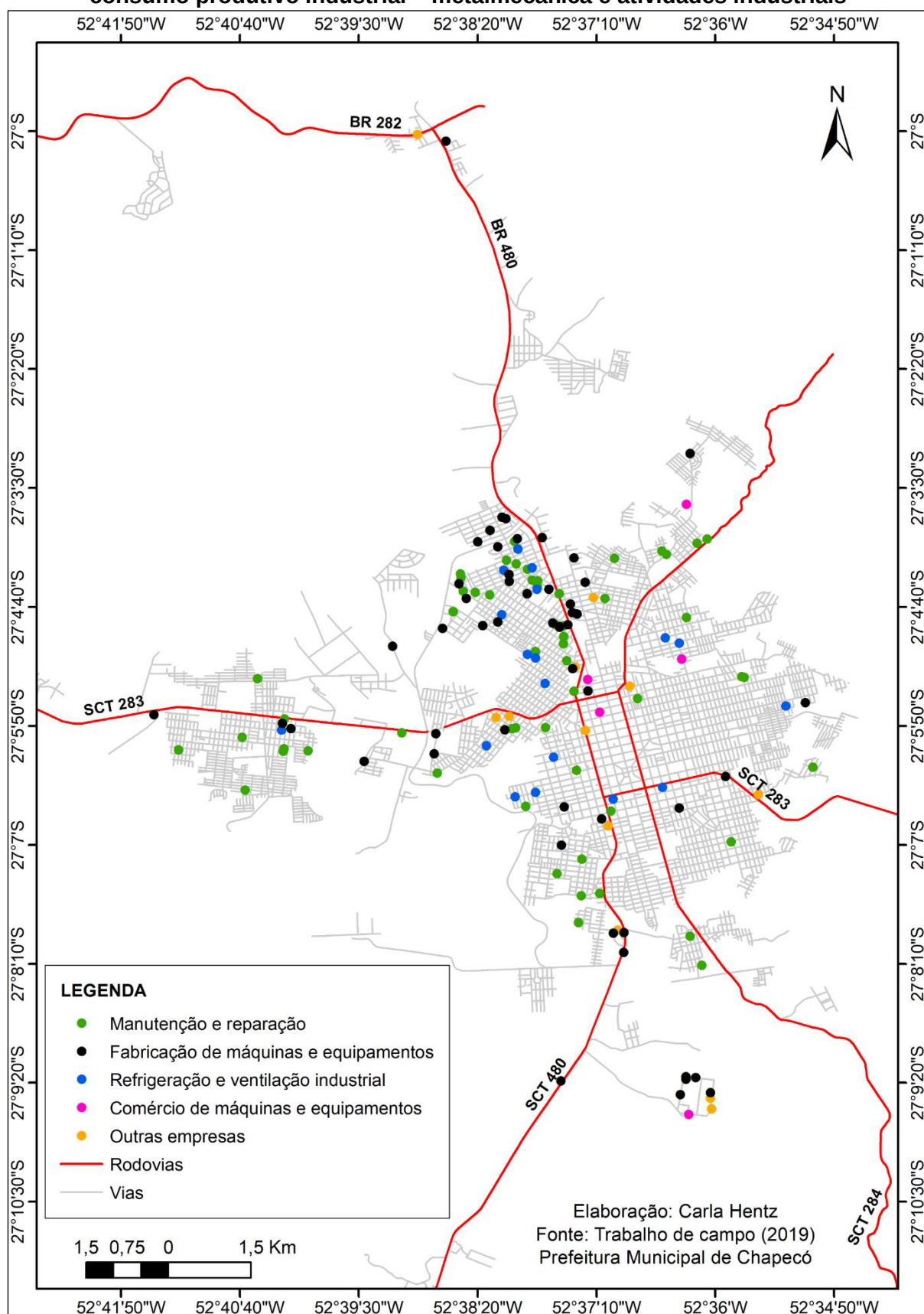
Figura 81 – Empresas do setor de metalmecânica e atividades industriais



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019); Google imagens (2021).

Ainda foram identificadas 12 empresas que atendem a agroindústria processadora de carnes (aves e suínos) fornecendo produtos para higienização de granjas, incubatórios e desinfecção industrial; Equipamentos de Proteção Individual (luvas, máscaras, toucas, propés, jalecos, protetores auditivos, protetores para cabeça, protetor visual, botas, calçados de proteção, roupas descartáveis, roupas de proteção térmica, uniformes, acessórios entre outros); equipamentos contra incêndio; execução de projetos e alteração de *layout*; conserto, desenvolvimento e adaptação de peças, máquinas e equipamentos; sistemas de gerenciamento remoto de máquinas; desenvolvimento de softwares; montagem de fábricas de ração, moagem, pesagem e misturador; fabricação e instalação de equipamentos para dosagem de precisão; projetos para instalação de estações de tratamento de efluentes industriais e água; sistemas de reuso industrial; fornecedores de maravalha para cama de aviário, entre outros produtos e serviços.

Figura 82 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo industrial – metalmecânica e atividades industriais



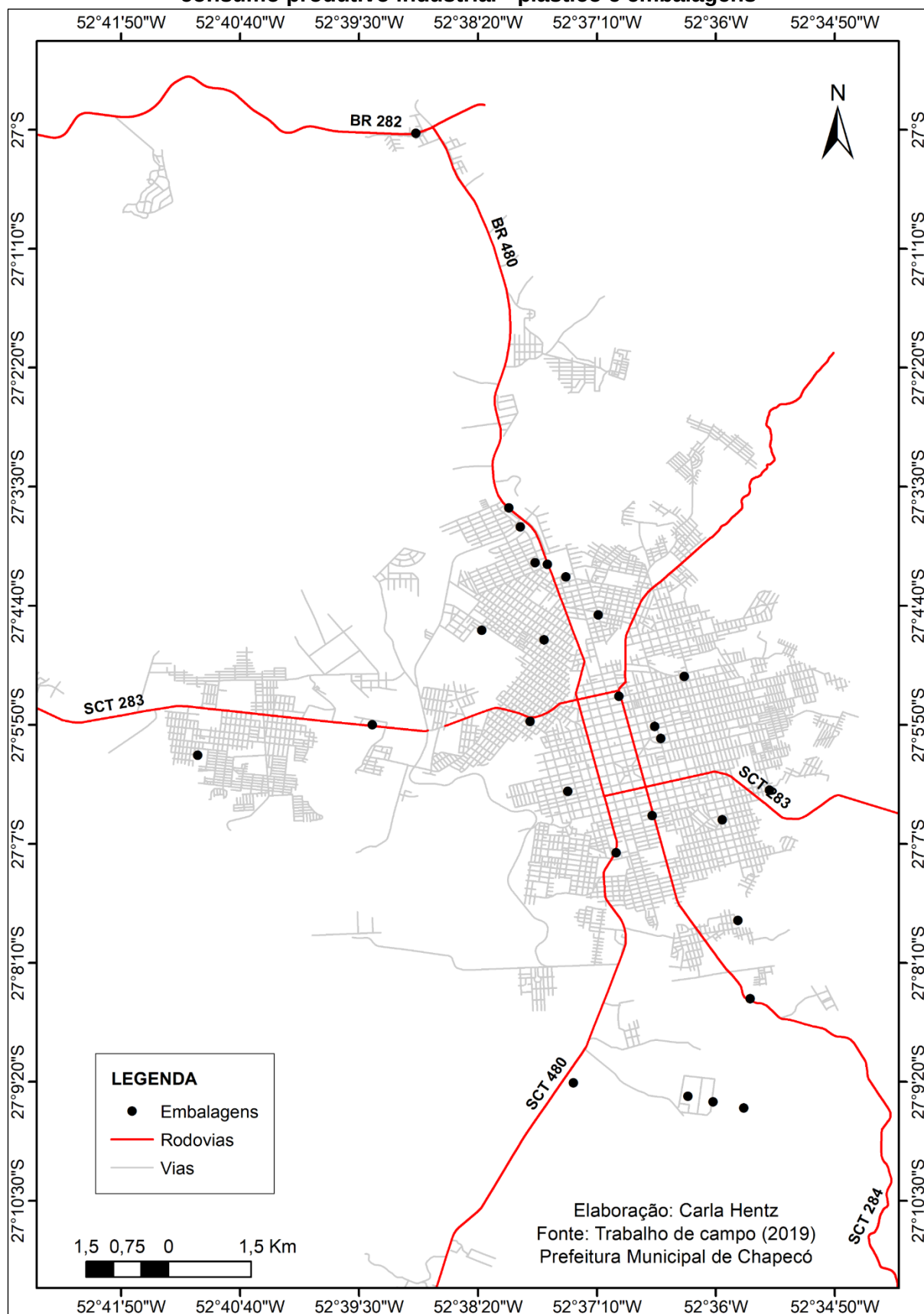
Há ainda, o desenvolvimento do setor de *plásticos e embalagens* que compreende 27 empresas em Chapecó (Figura 84), especializadas no fornecimento de uma linha completa de embalagens de papel, plástico, alumínio e vidro (de diferentes tamanhos e formas); embalagens impressas e personalizadas; etiquetas e rótulos autoadesivos; redes envoltórias; laços para amarração; lacres e selos; caixas de papelão, plástico e madeira; caixas para incubação; filmes plásticos para transporte entre outros materiais (Figura 83).

Figura 83 – Empresas do setor de plásticos e embalagens



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

Figura 84 – Chapecó: distribuição espacial dos estabelecimentos associados ao consumo produtivo industrial - plástico e embalagens



As embalagens tornaram-se indispensáveis na industrialização da produção, embora não exclusivamente, a partir do momento que se incorporam novos hábitos alimentares. O consumo crescente de alimentos industrializados, enlatados, embutidos e congelados passou a exigir padrões diferenciados de acondicionamento e, principalmente, maior praticidade dos produtos consumidos. Os novos comportamentos no consumo das mercadorias passam a demandar o uso em grande escala de embalagens, fator elementar para promover o desenvolvimento do consumo produtivo atrelado as demandas das agroindústrias. As embalagens tornaram-se indispensáveis na cadeia de consumo contemporâneo, pois, além da função de proteger e/ou identificar um produto, tornou-se um elo de comunicação entre produtor e consumidor.

Outro setor importantíssimo e bastante numeroso em Chapecó é o de transporte, armazenagem e correio sendo contabilizadas 965 empresas de acordo com as seções de atividades econômicas do CNAE. Deste total, 772 empresas correspondem ao *transporte rodoviário de carga*⁷⁹. A movimentação dos insumos e das matérias-primas entre os diferentes estágios na cadeia de produção representa uma parcela significativa dos custos e exige uma coordenação eficiente das etapas dentro da rede logística das empresas, conforme podemos visualizar na figura 85. No caso das agroindústrias em destaque, o gerenciamento logístico é realizado a partir de contratos com empresas terceirizadas (Figura 86) e compreende/envolve inúmeras etapas à montante e à jusante da produção de aves e suínos, na qual diferentes tipos de operação de transporte são efetuados:

Montante da produção de aves e suínos:

- Transporte dos insumos: insumos para a produção de rações;
- Transporte agropecuário: rações a granel, ovos, pintinhos, leitões, reprodutores, matrizes e animais para abate;
- Transporte de ovos: ovos das granjas para incubatórios (próprios ou terceirizados);

⁷⁹ Faz-se importante mencionar, que o setor de transporte engloba, ainda, uma diversidade ampla de outras atividades (oficinas mecânicas, postos de combustível, borracharias, manutenção, reparação e venda de peças e acessórios, reparação e manutenção de containers refrigerados, concessionárias de caminhões, entre outras) que se associam, direta e indiretamente à logística do transporte. Por uma questão de escopo, o objetivo deste trabalho não abarcou estas atividades.

- Transporte de pintinhos: dos incubatórios para os integrados/produtores;
- Transporte de Leitões: entre os integrados/produtores: do Sistema Produtor de Leitão (SPL), Unidade Produtor Desmamado (UPD), Sistema Vertical de Creche (SVC) e Sistema Vertical Terminador (SVT);
- Transporte de reprodutores: das granjas para os integrados/produtores;
- Transporte de matrizes: das granjas para os integrados/produtores do Sistema Produtor de Ovos (SPO).

Jusante da produção de aves e suínos:

- Transporte primário: matérias-primas, produtos congelados, resfriados e carga seca;
- Transporte container: produtos congelados, resfriados ou carga seca;
- Transferência-frigorificado: produtos congelados e resfriados;
- Transferência secos: produtos secos;
- Distribuição: produtos congelados, resfriados e carga seca dos Centros de Distribuição (CDs) para os clientes.

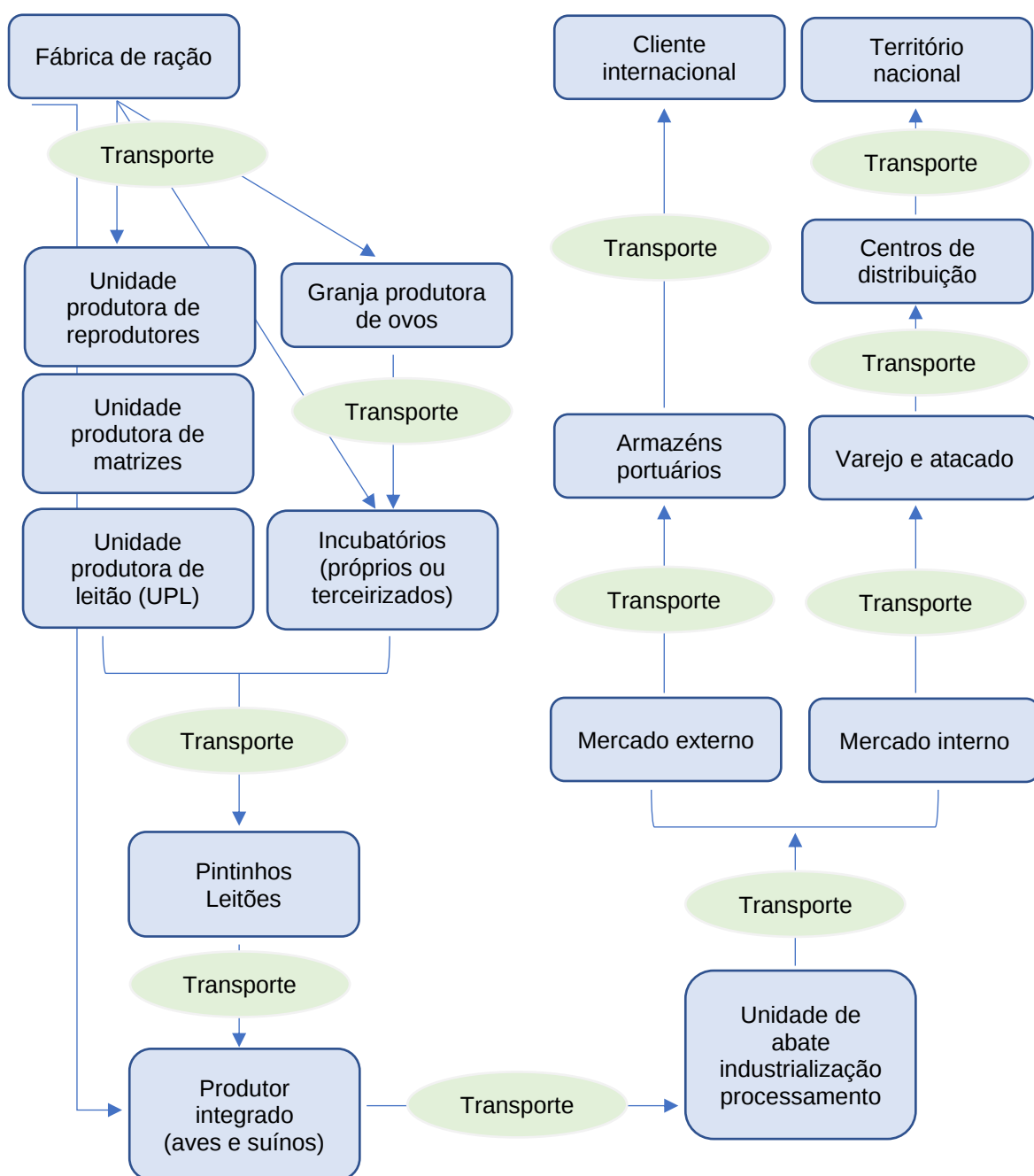
A terceirização dos transportes desonera as empresas – Aurora e BRF – dos elevados custos de aquisição de frota própria, repassando para o provedor além dos custos fixos (IPVA, licenciamento, seguros), as tarefas de manutenção, limpeza, segurança do trabalho e os encargos trabalhistas, gerando, ao menor custo, maior rentabilidade para as agroindústrias. Ballou (2006) destaca que a eficiência dos sistemas de transporte contribui para intensificar a competitividade no mercado, gera um aumento nas economias de escala na produção e, principalmente, reduz os preços dos produtos em geral. E é neste sentido que as empresas têm tomado decisões estratégicas, principalmente, em relação a localização das unidades de produção, das plantas industriais, das fabricas de ração e armazéns, pois estão inteiramente associados aos custos logísticos e, conseqüentemente, ao valor final do produto.

Embora terceirizada a logística de transporte, aspectos importantes como a identificação/divulgação da marca da empresa são obrigatórios ao contratado. Conforme destaca o sócio⁸⁰ proprietário de uma empresa de transportes, após a contratação, todos os veículos devem ser identificados com a logomarca da empresa. Outra questão interessante relatada pelo proprietário refere-se ao número de caminhões por contrato. Segundo este, cada empresa pode dispor de até 14

⁸⁰ Roteiro de entrevista aplicado junto a empresa do setor de transportes.

caminhões por contrato, evitando assim que a empresa contratante se torne dependente dos parceiros terceirizados. Estas imposições reforçam o papel de comando exercido pelo setor agroindustrial, sendo o controle desses processos estratégicos para o agronegócio da carne de aves e suínos.

Figura 85 – Logística de transportes do setor agroindustrial



Fonte: HENTZ, C. Trabalhos de campo (2018; 2019).

Figura 86 – Empresas terceirizadas do setor de transportes



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

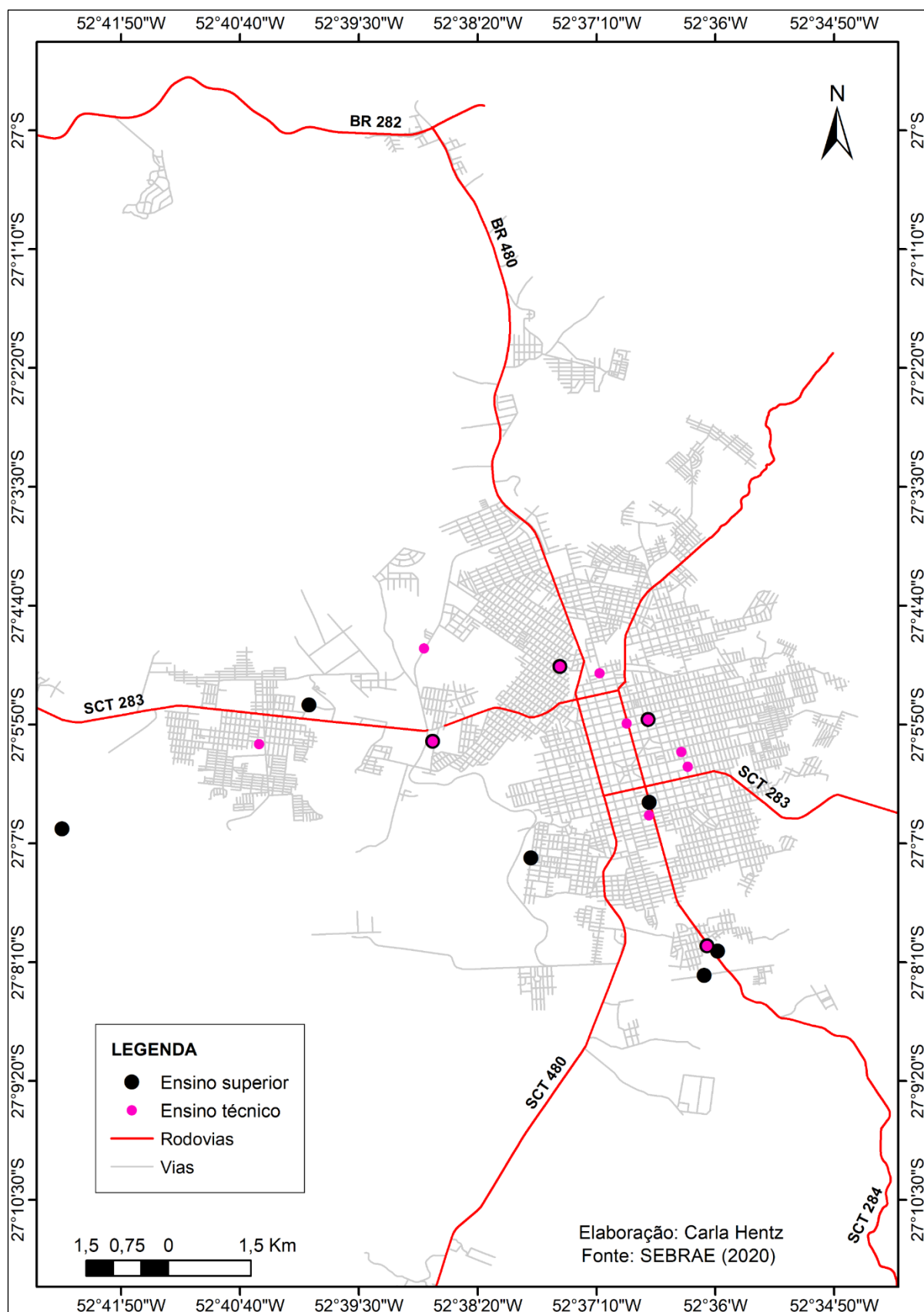
A coordenação dos fluxos de insumos e matérias-primas entre as etapas da produção e distribuição dos produtos promove, desse modo, maior interação entre os segmentos industriais e o agronegócio. O setor de transportes configura-se, assim, em um vetor importante que reflete a capacidade que o agronegócio tem em potencializar e dinamizar a entrada de novos agentes econômicos.

Outra variável importante de ser analisada refere-se à oferta de *ensino superior e técnico* (público e privado), voltados às necessidades apresentadas pela produção agropecuária moderna. Conforme destacam Elias e Pequeno (2010), em

contraposição ao trabalho braçal, o trabalho intelectual ganha destaque na nova ordem econômica mundial, transformando a estrutura de emprego e profissões em uma parte integrante do consumo produtivo associado ao agronegócio. A crescente necessidade de informação e qualificação da mão de obra torna-se, desse modo, um importante vetor de proliferação dos serviços de ensino voltados à capacitação para as cadeias produtivas da agroindústria em Chapecó e de toda sua região. De acordo com os dados do Sebrae – Chapecó: município em números (2020), são dez as instituições de ensino superior na cidade, sendo ofertados 95 cursos de graduação. A figura 87 apresenta a localização das unidades listadas nos quadros 6 e 7.

Para Frederico (2008), os cursos relacionados ao agronegócio podem estar diretamente voltados a operacionalização da “parcela técnica” da produção ou direcionados para a sua administração. No caso de Chapecó, estão incluídos na primeira categoria, os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Ambiental e Sanitária e Agrimensura. Na segunda categoria estão incluídos os cursos responsáveis pela gestão da produção, sendo: Administração, Alimentos e Manutenção Industrial, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia de Alimentos e Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais (Quadro 6).

Figura 87 – Chapecó: distribuição espacial das instituições de ensino superior e técnico*



* A sobreposição de pontos ocorre quando as instituições atuam em ambas as modalidades de ensino (superior e técnico).

Quadro 6 – Chapecó: Instituições de ensino superior

<i>Instituição</i>	<i>Cursos de graduação</i>
Faculdade de Educação Superior de Chapecó	Gestão Hospitalar
Faculdade de Tecnologia SENAI Chapecó	Alimentos e Manutenção Industrial
Faculdade Empresarial de Chapecó	Administração Agronomia Arquitetura e Urbanismo Ciências Contábeis Engenharia Ambiental e Sanitária Engenharia Civil Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Engenharia Química Medicina Veterinária Odontologia Redes de Computadores
Faculdade Santa Rita de Chapecó	Administração Análise e Desenvolvimento de Sistemas Ciências Contábeis Engenharia Civil Engenharia de Produção Gestão de Recursos Humanos Pedagogia Relações Internacionais Sistemas para Internet
Faculdade SENAC Chapecó	Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Enfermagem Zootecnia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Engenharia de Controle e Automação
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Administração Agronomia Arquitetura e Urbanismo Artes visuais Ciência da Computação Ciências Biológicas Ciências Contábeis Ciências da Religião Ciências Econômicas Design Direito Educação Física

	Enfermagem Engenharia Civil Engenharia de Alimentos Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Engenharia Química Farmácia Fisioterapia Gastronomia Intercultural Indígena em Ciências Sociais Intercultural Indígena em Línguas Intercultural Indígena em Matemática e Ciências Naturais Intercultural Indígena em Pedagogia Artes e Literatura Jogos Digitais Jornalismo Letras - Português e Inglês Matemática Medicina Medicina Veterinária Nutrição Odontologia Pedagogia Produção Audiovisual Psicologia Publicidade e Propaganda Serviço Social Sistemas de Informação
Universidade do Oeste de Santa Catarina	Administração Arquitetura e Urbanismo Ciências Contábeis Direito Educação Física Engenharia Civil Engenharia de Computação Psicologia Sistema de Informação
Universidade Federal da Fronteira Sul	Administração Agronomia Ciência da Computação Ciências Sociais Enfermagem Engenharia Ambiental e Sanitária Filosofia Geografia História

	Letras - Português e Espanhol Matemática Medicina Pedagogia
Total:	95 cursos

Fonte: SEBRAE – Chapecó: município em números (2020). Elaboração: HENTZ, C.

Somado aos cursos de graduação verifica-se também a proliferação de cursos técnicos voltados para as demandas das empresas agroindustriais de Chapecó, totalizando 12 instituições e 112 cursos, dentre os quais destacamos: Técnico em Logística, Técnico em transporte rodoviário, Técnico em comércio, Técnico em administração, Técnico em eletromecânica, Técnico em automação industrial, Técnico em desenvolvimento de sistemas, Técnico em controle ambiental, Técnico em meio ambiente, Técnico em alimentos e Técnico em Segurança do Trabalho (Quadro 7).

Quadro 7 – Chapecó: Instituições de ensino técnico

<i>Instituição</i>	<i>Cursos técnicos</i>
Cedup - Chapecó	Técnico em Cozinha Técnico em Enfermagem Técnico em Estética Técnico em Hospedagem Técnico em Informática Técnico em Logística Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Técnico em Massoterapia Técnico em Secretariado Técnico em Transações Imobiliárias Técnico em Vestuário
Centro Catarinense de Educação Superior	Técnico em Prótese Dentária Técnico em Radiologia Técnico em Saúde Bucal
Centro Catarinense de Formação Técnica	Técnico em Segurança do Trabalho
Centro de Ensino Odontológico Smile Preve	Técnico em Prótese Dentária
EEB Pedro Maciel	Técnico em Comércio
EEB Tancredo de Almeida Neves	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
Escola Técnica de Educação Profissional Dan Oliper	Técnico em Enfermagem Técnico em Estética Técnico em Farmácia Técnico em Podologia Técnico em Prótese dentária

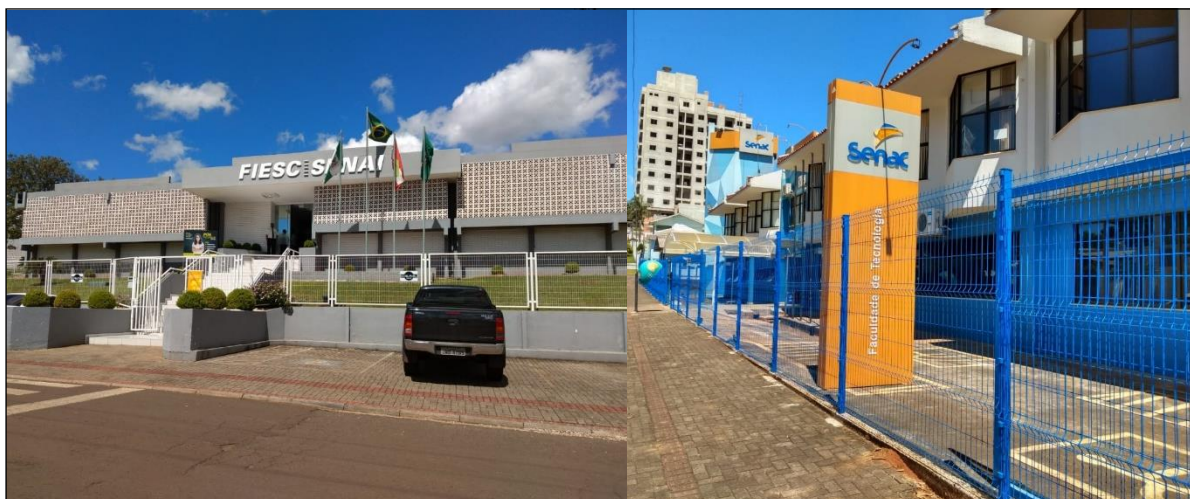
	Técnico em Radiologia Técnico em Saúde Bucal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Técnico em Eletroeletrônica Técnico em Eletromecânica Técnico em Informática Técnico em Mecânica Técnico em Segurança do Trabalho
Faculdade SENAC Chapecó	Técnico em Administração Técnico em Análises Clínicas Técnico em Comércio Técnico em Contabilidade Técnico em Controle Ambiental Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Técnico em Design de Interiores Técnico em Enfermagem Técnico em Estética Técnico em Eventos Técnico em Guia de Turismo Técnico em Hospedagem Técnico em Informática para Internet Técnico em Logística Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Técnico em Marketing Técnico em Massoterapia Técnico em Meio Ambiente Técnico em Óptica Técnico em Programação de Jogos Digitais Técnico em Publicidade Técnico em Radiologia Técnico em Redes de Computadores Técnico em Saúde Bucal Técnico em Secretariado Técnico em Segurança do Trabalho Técnico em Transações Imobiliárias Técnico em Vendas Especialização técnica de nível médio em Enfermagem do Trabalho Especialização técnica em Instrumentação Cirúrgica Qualificação profissional técnica em Auxiliar de Enfermagem
Faculdade de Tecnologia SENAI Chapecó	Técnico em Alimentos Técnico em Automação industrial Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Técnico em Edificações Técnico em Eletroeletrônica Técnico em Eletromecânica Técnico em Eletrotécnica

	Técnico em Informática Técnico em Manutenção Automotiva Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Técnico em Mecânica Técnico em Mecatrônica Técnico em Meio Ambiente Técnico em Redes de Computadores Técnico em Segurança do Trabalho
SENAT - Chapecó	Técnico em Logística Técnico em Transporte Rodoviário
Total:	112 cursos

Fonte: SEBRAE – Chapecó: município em números (2020). Elaboração: HENTZ, C.

Os serviços associados a educação, segundo Alba (2013), tiveram um peso importante na efetivação do saber, sendo incorporado pelas agroindústrias posteriormente. Merecem destaque neste contexto, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instalado desde o ano de 1974 no município e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (1978), oferecendo cursos técnicos para os diversos setores da indústria, do comércio e dos serviços (Figura 88).

Figura 88 – Chapecó: Instituições de ensino técnico



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

Dentre as instituições privadas de ensino superior, a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ⁸¹) é a mais antiga e consolidada, fundada no ano de 1971, oferece 40 cursos de graduação presencial, 11 cursos de Ensino a

⁸¹ Informações obtidas em: <https://www.unochapeco.edu.br/>.

Distância (EaD), sete programas de pós-graduação *Stricto sensu* e 139 cursos *Lato sensu*. Em relação as instituições públicas de ensino, destacamos a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS⁸²), cujo *campus* sede está instalado em Chapecó desde o ano de 2010 (Figura 89).

Figura 89 – Chapecó: *Campus* sede da Universidade Federal da Fronteira Sul



Fonte: <https://www.uffs.edu.br/>.

Apesar de recente sua instalação, já conta com 9 cursos de pós-graduação *Stricto sensu*, 8 cursos de especialização e 13 cursos de graduação. Convém lembrar também que é significativa a participação de instituições que atuam exclusivamente na modalidade de Ensino a Distância. Ainda neste contexto, destacamos o trabalho desenvolvido pela Unidade Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) – vinculada ao governo do estado. Fundada no ano de 1991, a unidade regional desenvolve inúmeras pesquisas, especialmente nas áreas de produção animal, melhoramento genético de milho e feijão, piscicultura e fruticultura, prestando, também, importante serviço de assessoria tecnológica à agropecuária.

Por fim, outro indicador escolhido para demonstrar a funcionalidade da cidade à dinâmica econômica das agroindústrias é a realização de *eventos e feiras* vinculados à agroindústria e à agropecuária. A cidade conta com duas estruturas para a realização de eventos nesse ramo: o Parque Tancredo de Almeida Neves e o Centro

⁸² Informações obtidas em: <https://www.uffs.edu.br/>.

de Eventos Plínio Arlindo de Nes (Figura 90). O primeiro, construído no ano de 1967, conta com uma estrutura ampla de ambientes cobertos e ao ar livre, bem como arenas para shows, rodeios e praças de alimentação. Quanto ao segundo, sua inauguração ocorreu no ano de 2008 e complementa as atividades do Parque, principalmente, no que se refere a eventos fechados (espetáculos, palestras e cursos). A estrutura do centro tem capacidade para 6.000 pessoas. Ambos são administrados pela Prefeitura Municipal de Chapecó.

Figura 90 – Chapecó: Centro de Eventos Plínio Arlindo de Nes



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2019).

Dentre os principais eventos realizados na cidade, destaca-se a Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI⁸³). Realizada a cada dois anos, a feira se destaca pela difusão de tecnologias e conhecimento, bem como pelo lançamento e comercialização de uma grande quantidade de produtos, além da realização de palestras, leilões de animais, rodeio e shows musicais. Com duração de dez dias é considerada uma das maiores feiras multissetoriais do país. Em sua última edição (2017), passaram pelo parque de exposições mais de 423 mil visitantes que fecharam ou agendaram negócios no valor de R\$ 152 milhões.

⁸³ Informações obtidas em: <http://www.efapi.com.br/afeira>.

A Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização da Carne (MERCOAGRO⁸⁴), por sua vez, é direcionada para o setor agroindustrial de carnes (aves, suínos e bovinos), sendo realizada na cidade desde 1996. Para a sua 13ª Edição, agendada para o ano de 2022, a comissão prevê que sejam fechados U\$ 200 milhões em negócios. Durante os quatro dias de feiras, o público visitante deve ultrapassar 22 mil pessoas. Entre as inovações, tecnologias, tendências e novidades, o evento contará com a presença de 231 expositores, 400 marcas e o lançamento de 200 produtos e serviços. Entre os países presentes na condição de expositores, a feira contará com representantes da Alemanha, Argentina, Áustria, Austrália, Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Itália, Equador, Bélgica, Holanda, Paraguai, Uruguai, Rússia, Canadá, China, França, Islândia, entre outros. Considerada a maior feira do setor da América Latina, o evento atrai o público em geral, mas especificamente, empresários e dirigentes ligados ao processamento industrial de proteína animal, que tem em Chapecó um de seus polos mais representativos do país.

A Feira e Congresso de Tecnologia para a Indústria Eletrometalmecânica (ELETROMETALMECÂNICA⁸⁵), embora não ligada diretamente ao setor agroindustrial, promove a divulgação das inovações para os diversos setores, apresentando para o público os avanços na automação, na robótica, na indústria 4.0, e o lançamento em máquinas e equipamentos. A feira recebeu em sua última edição no ano de 2018, de acordo com o site oficial do evento, visitantes de 204 cidades e contou com 120 expositores e 140 marcas, movimentando R\$ 35 milhões em negócios.

Ainda associado ao turismo de eventos e negócios em Chapecó, o Simpósio Brasil Sul de Avicultura⁸⁶ tem por objetivo promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável da avicultura no Brasil por meio da divulgação da informação, produção e difusão do conhecimento. Além das palestras por tema de discussão, o evento conta ainda com uma programação científica organizada em módulos: bloco mercado, bloco abatedouro, bloco sanidade e o bloco manejo – principais pilares presentes na cadeia de produção de aves. A 21ª Edição do evento que estava agendada para o ano de 2020, teve sua programação cancelada em

⁸⁴ Informações obtidas em: <https://mercoagro.com.br/>.

⁸⁵ Informações obtidas em: <https://www.eletrometalmecanica.com.br/>.

⁸⁶ Informações obtidas em: <http://gg.gg/oy7dk>.

virtude da pandemia (COVID-19), e nova data de realização está prevista para abril de 2021, de acordo com o *site* oficial do evento.

Fundamentais para promover o intercâmbio tecnológico entre o campo e a cidade, o turismo de eventos e negócios reforça, desse modo, a funcionalidade da cidade que se articula, embora não exclusivamente, em detrimento das especificidades do setor agroindustrial. Motter (2020, p. 213) reforça que

[...] a realização destes eventos na cidade, atraem um grande fluxo de pessoas, tanto da própria região, como de diferentes estados ou mesmo países, o que impacta também na oferta de bens e serviços, incrementando atividades como os serviços hoteleiros, de alimentação, de recreação e mesmo as atividades comerciais. Com efeito, o turismo de eventos também reforça a centralidade que a cidade ocupa dentro da região especializada no agronegócio de carnes de aves e suínos.

A diversificação dos serviços e dos bens de consumo ofertados pela cidade denota a articulação dos agentes econômicos em função de demandas específicas, promovendo o desenvolvimento de toda uma série de atividades complementares e de apoio ao tecido produtivo local. A especialização das funções urbanas fez com que Chapecó polarizasse diretamente as demais cidades de sua região, principalmente, em função da modernização do setor agroindustrial.

A conjunção dessas variáveis configura a existência de uma área industrial estreitamente ligada a base agropecuária da região e refuta, desse modo, a tese inicial levantada na pesquisa, a de que o consumo produtivo inerente à agroindústria de carnes (aves e suínos) não encontra na localidade potencial para dinamizar as atividades, demonstrando que a funcionalidade da agroindústria é frágil diante das imposições do Sistema de Integração. Verifica-se, no entanto, que as restrições impostas por meio do Sistema de Integração não são capazes de limitar a expansão das atividades associadas ao nexo de produção do setor agroindustrial, tornando-se este apenas um elo do consumo produtivo entre produtor integrado e agroindústria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos expor, ao longo desta tese, de que modo a agroindústria processadora de carnes (aves e suínos), configura-se um elemento central para a compreensão das relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, particularizando a análise a partir do Sistema de Integração.

A centralidade econômica da região Oeste e, principalmente, da cidade de Chapecó, se deve à conformação daquele que é considerado um dos maiores circuitos espaciais da produção de carnes, formando na localidade um sistema hegemônico de produção, industrialização e comercialização. Com base neste contexto, procuramos compreender as especificidades que envolvem o processo de produção e os desdobramentos deste na dinâmica do consumo produtivo. Reiteramos, no entanto, que embora as análises realizadas proporcionem uma melhor leitura dos fenômenos investigados, não esgotam as possibilidades de interpretação do tema, pois visam, pelo contrário, abrir novos horizontes para pesquisas e debates sobre a temática.

Para verificar a hipótese levantada pelo trabalho – de que a dinamicidade do complexo agroindustrial, capaz de criar múltiplas especializações a partir da dinamização do consumo produtivo, enfrenta limitações a sua expansão diante das especificidades do Sistema de Integração – o objetivo geral delineado foi compreender as particularidades da agroindústria processadora de carnes (aves e suínos) e sua relação com os componentes do consumo produtivo na Microrregião Geográfica de Chapecó, particularmente, na cidade de Chapecó. A premissa que inicialmente permeava a construção dessa hipótese era a de que o consumo produtivo voltado para o nexo agroindustrial enfrentava, na localidade, limitações diante dos interesses dos agentes hegemônicos do setor agroindustrial, tendo em vista que praticamente todas as etapas da produção de aves e suínos pelos agricultores integrados são supridas pela agroindústria por meio do Sistema de Integração.

Ao longo da realização da pesquisa e, principalmente, da análise dos dados foi possível perceber, entretanto, que as limitações impostas pelo Sistema de Integração devem ser hoje relativizadas, pois, embora a agroindústria concentre e coordene todas as etapas da produção de aves e suínos em termos dos agricultores, o modelo integrado não configura uma barreira à expansão das atividades associadas ao consumo produtivo. Verificou-se, deste modo, que a condição do Sistema de

Integração como fator limitante de um circuito de produção não se efetiva, pois, a organização dos agentes econômicos se processa em conformidade com os interesses do capital agroindustrial de carnes (aves e suínos) que extrapolam o fornecimento de matéria-prima pelos agricultores

O Oeste catarinense se insere na economia nacional como um dos maiores fornecedores de processados de carnes de aves e suínos do país, condição esta que leva o Brasil a ocupar o segundo e o quarto lugar, respectivamente, no cenário mundial de produção. O setor se consolidou como um segmento moderno da produção de carnes, principalmente, a partir dos anos de 1970, quando se iniciaram as exportações brasileiras, bem como da inserção destas atividades à dinâmica econômica da produção e do consumo globalizado.

O desenvolvimento do setor se efetiva, em um primeiro momento, a partir dos investimentos de capitais locais e com forte apoio estatal, se transformando em grandes agroindústrias. Em um momento seguinte, a consolidação das agroindústrias se processa a partir da exploração do trabalho de base familiar e da implantação do denominado Sistema de Integração. A implementação do “modelo de integração” marcaria, assim, o início de um intenso processo de reestruturação produtiva da agroindústria, provocando profundos impactos na dinâmica econômica da região e, conseqüentemente, na autonomia do produtor integrado em relação à indústria.

A organização da produção avícola e suína a partir dos contratos de integração assegurou às agroindústrias qualidade, quantidade e regularidade no fornecimento da matéria-prima, condições essenciais para a nova fase de desenvolvimento do capital. As novas relações de produção instauradas pelo Sistema de Integração repercutem substancialmente no modo de produção familiar, sendo este reorganizado a partir do uso intensivo de novos métodos, técnicas e insumos modernos, capazes de ampliar, simultaneamente, a produção e a produtividade e, conseqüentemente, a capacidade concorrencial das agroindústrias. Rompe-se, assim, com a estrutura produtiva rural autossuficiente, transformando uma atividade de subsistência – criação de animais (aves e suínos) – na principal atividade produtiva do Oeste catarinense e, por conseguinte, na conformação do maior complexo agroindustrial do país.

O crescimento exponencial do setor cárneo (aves e suínos) tem sido sustentado através da produção integrada e a partir da incorporação dos avanços da pesquisa no desenvolvimento de novas tecnologias (genética, nutrição, sanidade e produção), capazes de proporcionar competitividade suficiente para concorrer nos

mercados mundiais de proteína animal, seja pelo volume, pela qualidade ou pela eficiência na produção. Isto condicionou as agroindústrias à alcançarem níveis de produtividade comparáveis aos obtidos nos principais países e blocos econômicos concorrentes (EUA, China, UE), reforçando, assim, a hegemonia dos grupos agroindustriais locais.

Os contratos de integração asseguram ao produtor integrado mercado para a produção, bem como toda a assistência técnica, o fornecimento de insumos e de medicamentos, os animais para engorda, o transporte, entre outros. Esse sistema, no entanto, impõe inúmeras restrições ao processo produtivo, tornando o produtor tecnicamente dependente em relação à indústria. Ao se associarem ao capital industrial por meio do Sistema de Integração, os produtores rurais acabam subordinados à lógica produtiva do capital, em que possuem pouca ou nenhuma autonomia frente a produção.

Deste modo, as agroindústrias tendem a manter o domínio sobre a atividade agropecuária – aves e suínos – e garantem, por meio da integração, a coordenação técnica, o gerenciamento estratégico e a estrutura logística de produção. O modelo produtivo – integração – tem se revelado altamente seletivo à medida que exclui do processo produtivo parcela significativa dos produtores rurais. A seletividade na qual a atividade se desenvolve tem promovido, a longo prazo, o endividamento dos produtores e a inviabilidade produtiva dos estabelecimentos rurais vinculados ao capital agroindustrial, principalmente diante da dificuldade em manter a produção agropecuária sob os moldes exigidos pelo setor agroindustrial.

A cidade de Chapecó, dentro desse contexto, tem seu dinamismo econômico fortemente atrelado ao setor agroindustrial processador de carnes (aves e suínos), condição esta que a consolida como o maior polo econômico e demográfico da Mesorregião Oeste. Seu desenvolvimento econômico – historicamente concentrado a partir do setor primário – tem sido orientado a partir da ação dos principais agentes das redes agroindustriais, especialmente, a partir da cidade de Chapecó, que assume importante papel na rede urbana das cidades regionais, centralizando inúmeras funções e, por conseguinte, imprimindo sua centralidade perante os demais municípios da região.

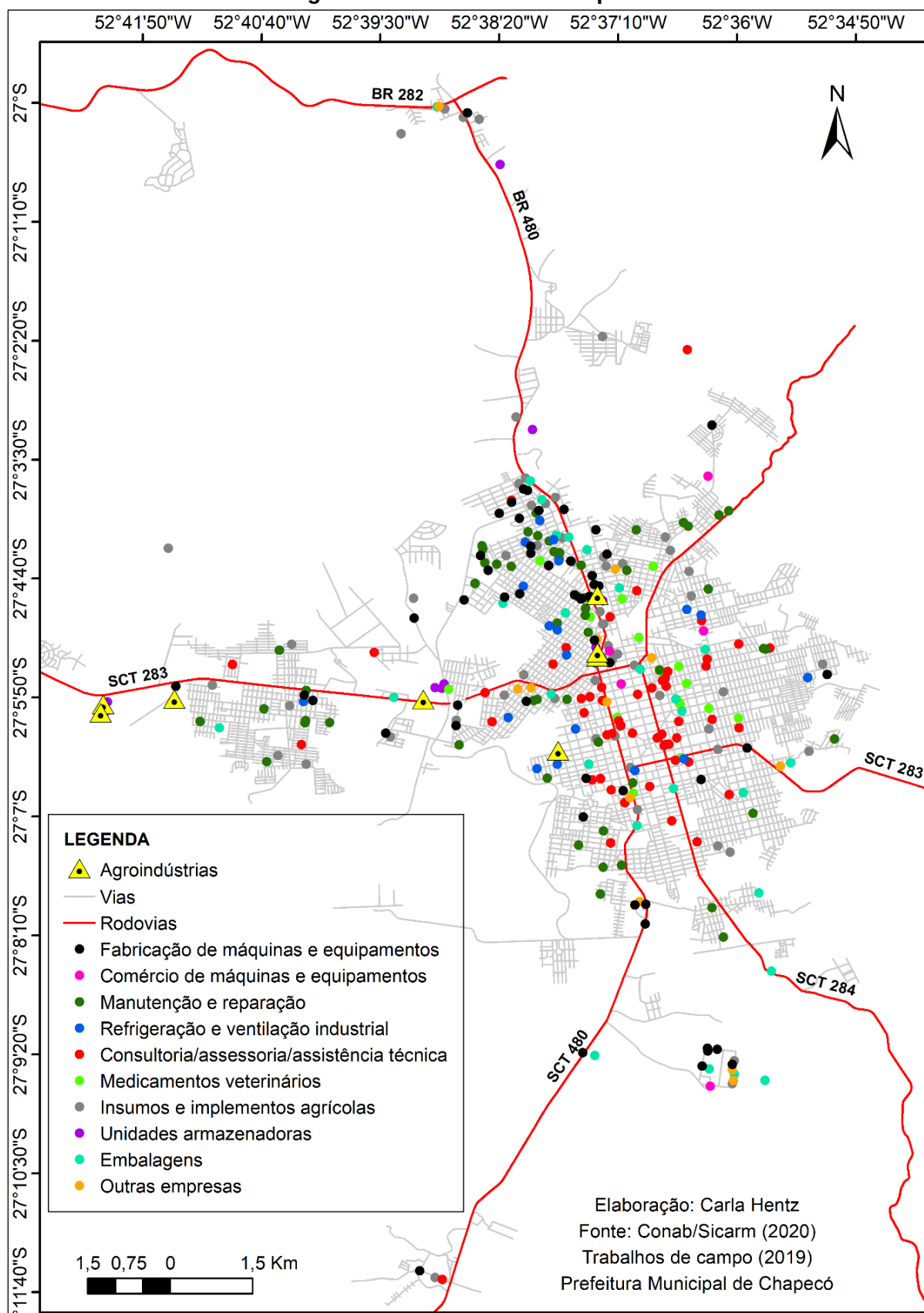
Devido as características de seu desenvolvimento – intrinsecamente atrelado ao setor agroindustrial de carnes e, conseqüentemente, com o espaço rural de seu entorno, Chapecó, assim como propõe Elias (2007), pode ser considerada uma cidade

do agronegócio, capaz de articular – desde a escala local até a global – os diferentes agentes envolvidos no circuito produtivo, de modo a conformar uma região que se enquadra na lógica do agronegócio globalizado. O desenvolvimento do capital agroindustrial se processa, desse modo, condizente com os interesses capitalistas e o atendimento às demandas do agronegócio passa a ser hegemônico sobre as demais funções da cidade.

A dinamicidade do complexo agroindustrial torna-se, assim, um elemento central na interrelação entre o campo e a cidade, onde se estabelecem inúmeras relações de forças, de interesses políticos e econômicos, que combinados a outros fatores, reforçam, sobremaneira, a hegemonia das redes agroindustriais. Essas relações se aprofundam, a medida em que o campo, ao incorporar mais intensamente as tecnologias da produção, passa a demandar do urbano, novas funções e, principalmente, a imprimir novas lógicas econômicas que se associam a funcionalidade dos setores agrícolas e agroindustriais, tornando muito mais intensas as relações que se estabelecem entre campo e cidade.

Essas relações se desdobram sobre o espaço urbano da cidade de Chapecó, tornando a perspectiva do consumo produtivo evidente, e o Sistema de Integração, tomado inicialmente nesta tese, como premissa limitante da expansão dessas atividades, não possui na localidade capacidade para impor restrições ao desenvolvimento do comércio e dos serviços especializados. A representatividade do consumo produtivo se materializa na cidade a partir da ramificação de uma rede intersetorial de serviços e estabelecimentos comerciais que se voltam para atender às demandas do setor agroindustrial, como podemos visualizar na figura 91, que apresenta uma síntese do consumo produtivo em Chapecó. A reorganização dos agentes do capital ocorre, desse modo, intimamente associada à lógica produtiva do capital agroindustrial que, ao aperfeiçoar seus processos produtivos – a montante e a jusante – impõe novas demandas que se sobrepõem as demais atividades produtivas.

Figura 91 – Mapa síntese: estrutura de oferta dos agentes do consumo produtivo – agrícola e industrial em Chapecó



O agronegócio da carne de aves e suínos, em Chapecó, tem mobilizado não somente o setor de comércio e serviços, mas também transformou a cidade no *locus* da produção agropecuária moderna, visto que comanda parte dos fluxos financeiros, informacionais, de pessoas e mercadorias e a industrialização da matéria-prima. Com isso, houve uma reestruturação do seu conteúdo urbano e uma intensificação da centralidade exercida pela cidade, que passa a polarizar as demais cidades de sua região, pois, o grau de infraestrutura urbana presente em Chapecó, quase sempre está ausente nos municípios de sua influência. Chapecó, ao concentrar parte considerável da atividade comercial e de serviços associados ao setor agroindustrial, se beneficia do efeito multiplicador dos investimentos dos municípios que por ela são polarizados.

A constituição de uma área industrial – que apesar de dispersa pela cidade se apresenta fortemente concentrada em torno das agroindústrias como podemos observar na figura 91 – ligada a base agropecuária da região torna evidente a capacidade que o consumo produtivo tem em dinamizar suas atividades a partir da agroindústria processadora de carnes (aves e suínos). O Sistema de Integração, neste contexto, embora regido por normas e imposições que limitam a autonomia relativa do produtor integrado frente ao processo produtivo, não congrega elementos suficientes para limitar o desenvolvimento do consumo produtivo na cidade. Verifica-se, entretanto, uma concentração dos serviços e atividades a partir do modelo produtivo – integração – o que gera uma sensação de invisibilidade e conduz à premissa de que a perspectiva do consumo produtivo é frágil diante do sistema imposto.

O sistema de criação integrado, neste sentido, assume a particularidade de se tornar um elo – de consumo – por meio do qual uma ampla variedade de produtos e serviços são fornecidos ao produtor integrado, sem interferir, contudo, na expansão destes setores. A “invisibilidade” destes agentes econômicos associados diretamente as etapas produtivas – matéria-prima – acaba sendo reforçada diante da hegemonia dos grupos agroindustriais, que detém sob seu controle o comando dos processos de produção agropecuária. A expressividade dos setores – representativos do consumo produtivo agrícola – acaba sendo incorporada pelas agroindústrias e transparece por meio do Sistema de Integração. Ou seja, a dinamicidade do consumo produtivo acaba sendo “ofuscada”, dadas às particularidades do próprio agronegócio na localidade.

Estas peculiaridades, no entanto, não se aplicam ao consumo produtivo industrial, capaz de ramificar na cidade uma gama de atividades que representam a especialização funcional de Chapecó ao agronegócio da carne de aves e suínos. Vê-se, assim, que a forte complementaridade entre a agricultura e o espaço urbano, características primordiais de cidades funcionais ao campo moderno, de fato se efetiva e encontra na localidade enorme potencialidade para dinamizar as atividades que respondem pelo consumo produtivo. As interrelações entre o campo e a cidade, embora permeadas por diferentes fatores que levam em conta contratos, normas e parcerias que convergem do próprio sistema produzido pelo agronegócio, não influenciam na difusão do consumo produtivo.

Essas interrelações entre os diferentes agentes econômicos envolvidos no processo representam parte importante da dinâmica urbana e das trocas realizadas entre a cidade e seu entorno agrícola. Chapecó, devido à presença de atividades cada vez mais funcionais à agropecuária moderna, faculta uma maior interação econômica entre o campo e cidade, compondo, portanto, um exemplo de desenvolvimento urbano associado ao consumo produtivo, conferindo a cidade um caráter de “cidade do campo”. Vê-se, assim, que a reconfiguração da cidade carrega um expressivo componente da especialização produtiva, reflexo de uma economia que se desenvolve por e a partir da hegemonia do capital agroindustrial.

REFERÊNCIAS

ALBA, R. S. A implantação da rede bancária em Chapecó - SC e sua relação com a dinâmica urbana e regional. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 8, n. 16, p. 56-76. 2014.

ALBA, R. S. Espaço Urbano: os agentes da produção em Chapecó. 2 ed. Chapecó: Argos, 2013.

ALBA, R. S. Apontamentos sobre a Geografia do Oeste de Santa Catarina. In: ALBA, R. S. **Estudos de geografia agrária do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008, p. 19-45.

ALBA, R. S. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

ARRUDA, Z. A. de. As cidades na região de expansão do agronegócio e as novas territorialidades. **Revista Territorium Terram**, São João del-Rei, v. 01, n. 01, p. 72-94. 2012/2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Mercados**, 2020. Disponível em: <http://abpa-br.org/mercados/>. Acesso em: 25 de jan. de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório anual 2020**. Disponível em: https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2020/05/abpa_relatorio_anual_2020_portugues_web.pdf. Acesso em: 18 de ago. de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório anual 2018**. Disponível em: <http://abpa-br.org/wp-content/uploads/2018/10/relatorio-anual-2018.pdf>. Acesso em: 26 de jan. de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. **Relatório anual 2019**. Disponível em: <http://abpa-br.org/wp-content/uploads/2019/08/Relat%C3%B3rio-Anual-2019.pdf>. Acesso em: 18 de mai. de 2020.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO – ALADI. **O que é a ALADI**, 2019. Disponível em: http://www.aladi.org/sitioaladi/?page_id=696&lang=pt. Acesso em: 30 de mar. de 2020.

ATLAS DA CARNE 2016: fatos e números sobre os animais que comemos. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. p. 68. Disponível em: http://actbr.org.br/uploads/arquivo/1123_atlasdacarne.pdf. Acesso em: 19 de fev. de 2019.

AURORA ALIMENTOS. **A Aurora**, 2020. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/aurora>. Acesso em: 24 de set. de 2018.

AURORA ALIMENTOS. **Sobre a Aurora: unidades**, 2018. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/unidades-distribuidores>. Acesso em 24 de set. de 2018.

AURORA ALIMENTOS. **Unidades – distribuidores**, 2018. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/unidades-distribuidores>. Acesso em: 10 de out. de 2018.

AVISITE. **O portal da avicultura na internet**. Disponível em: <https://www.avisite.com.br/clipping/imprimir.php?codclipping=22050>. Acesso: 25 de set. de 2018.

BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense**: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. *In*: SPOSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e Contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, p. 81-109.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BATELLA, W. Agronegócio, urbanização e consumo em Chapecó – SC: explorando os novos papéis de uma cidade média. *In*: SOUZA, R. A. de (Org.). **Dinâmicas da natureza e desigualdades socioespaciais**: leituras para debate. Recife: EDUPE, 2016, p. 178-205.

BAVARESCO, P. R. **Ciclos Econômicos Regionais**: Modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.

BAVARESCO, P. R. **Colonización del extremo oeste catarinense**: Contribuciones para la historia campesina de América Latina. *In*: GIRBAL-BLACHA, N. M.; MENDONÇA, S. R. (Org.). Cuestiones agrarias em Argentina y Brasil. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, v.1, p. 313-330. 2007.

BAVARESCO, P. R; FRANZEN, D. O; FRANZEN, T. E. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 3, n. 5, p. 86-104. 2013.

BELATO, D. **Camponeses Integrados**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1985.

BELLANI, E. M. **Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BERNARDELLI, M. L. F. Contribuição ao debate sobre o urbano o rural. *In*: SPOSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Orgs). **Cidade e campo: relações e Contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, p. 33-52.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDT, M; NASCIMENTO, E. **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, Chapecó, UFFS, 2015.

BRASIL ESCOLA. **Introdução do gado**, 2018. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/introducao-do-gado.htm>. Acesso em: 18 de jan. de 2018.

BRASIL FOODS S.A. **Composição acionária**. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/pt-br/governanca-corporativa/composicao-acionaria/>. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

BRASIL FOODS S.A. **Relatório anual e de sustentabilidade 2016**. Disponível em: <https://www.brf-global.com/wp-content/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-anual-2016-PT-BR.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2018.

BRASIL FOODS S.A. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2017**. Itajaí: Report Sustentabilidade, 2017. Disponível em: https://ri.brf-global.com/wp-content/uploads/sites/38/2018/11/BRF_Relatorio2017_PORT.pdf. Acesso em: 05 de fev. 2019.

BRASIL FOODS. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2009**. São Paulo: Revista Brasil Foods, 2010. Disponível em: http://ri.brf-global.com/arquivos/Relatorio_Anual_2009.pdf. Acesso em: 15 de dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio, Exterior e Serviços – SECEX. **Comércio exterior: estatísticas de comércio exterior – municípios**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=4204202>. Acesso em: 8 de fev. de 2019.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio, Exterior e Serviços – SECEX. **Balança comercial brasileira: municípios**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/balanca-comercial>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. **Receita Federal**. Disponível em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – Dados por município**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 28 de fev. de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil dos municípios**. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Perfil do município**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/perfil-do-municipio>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. Tradução Daniel Sanfelici e Karen Heberle. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 33, p. 198-220. 2013.

CALDAS, N. V; ANJOS, F. S. dos. Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 131-158. 2007.

CAMPOS, M. C. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 161-191. 2011.

CAMPOS, M. de C. Expansão da soja no território nacional: o papel da demanda internacional e da demanda interna. **Revista Geografares**, Espírito Santo, v. 8, p. 1-19. 2010.

CANEVER, M. D; TALAMINI, D. J. D; CAMPOS, A. C; SANTOS FILHO, J. I. dos. **A Cadeia produtiva de frango de corte no Brasil e na Argentina**. Concórdia: EMBRAPA-CNPSA, 1997.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**, v. 44, p. 22-55. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602>. Acesso em: 02 de março de 2020.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRRJ, 1998.

CARVALHO, M. M. X. de; PROVIN, B. G; VALENTINI, R. P. Uma leitura da modernização da suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal - Paraná,

Brasil (1960 - 1980). **Expedições - Teoria da História & Historiografia**, ano 7, n. 2, p. 119-140. 2016.

CEAG-SC. **Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em Suínos e Aves em Santa Catarina**. Florianópolis, 1980.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA – CEOM. **Banco de dados e acervo digital**. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/banco-de-dados-e-acervo-digital>. Acesso em: 24 de ago. de 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CIDADE EM FOTOS. **Chapecó**, 2015. Disponível em: <https://cidadesemfotos.blogspot.com/2014/06/fotos-de-chapeco-sc.html>. Acesso em: 18 de mar. de 2018.

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC. **Regional de Chapecó**. Dados aves e suínos por município. Acesso em: 15 de set. de 2017.

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC. **Regional de São Miguel do Oeste**. Dados aves e suínos por município. Acesso em: 15 de set. de 2017.

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC. **Regional de São Lourenço do Oeste**. Dados aves e suínos por município. Acesso em: 17 de jul. de 2020.

COLETTI, T. **Agroindústria suinícola e agricultura familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no Oeste Catarinense**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2009.

COLETTI, T; LINS, H. N. A suinocultura no vértice das relações entre agroindústria e agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 339-360. 2011. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2464/2980>.

COLETTI, T; LINS, H. N. Transformações na suinocultura do Oeste catarinense e busca de alternativas na agricultura familiar: um redesenho das estruturas rurais da região? In: IV ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2010, Criciúma (SC). **Anais [...]**. Criciúma, 2010. v. 1. p. 1-25.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – Sicarm**. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/armazenagem/sistema-de-cadastro-nacional-de-unidades-armazenadoras-sicarm-1>. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

CORAZZA, G. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. *In: VII ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE*, 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2013. p. 1-24.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. (43-53). **Revista Território**, ano IV, nº 06, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. *In: CASTRO, I. E. et al. (Org.) Explorações geográficas: percursos do fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. Sa

COSER, F. J. **Contrato de integração de suínos**: formatos, conteúdos, e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira. 2010. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa (900-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, I. J. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. l69.

DALLA COSTA, A. J. **O grupo Sadia e a produção integrada**: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial. 1993. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

DELGADO, G. da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo – SP: Ícone, 1985.

DELGADO, G. da C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EDEGE. Disponível em: <https://www.edege.com.br/a-edege>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.

EFAPI. Disponível em: <http://www.efapi.com.br/afeira>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

ELETROMETALMECANICA. Disponível em: <https://www.eletrometalmeccanica.com.br/>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica** - Ed. Esp. Geografia Agrária, Boa Vista, p. 13-32, 2013.

ELIAS, D. (Org.); PEQUENO, R. M. O novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. *In*: SPOSITO, M. E. B. (Org.); ELIAS, D. (org.); SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v.1. p. 101-283.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e urbanização dispersa no Brasil. *In*: SANFELIU, C. B; SPOSITO, M. E. B. **Las Ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado** (editoras) – Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009, p. 87-105.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: Notas teórico-metodológicas. *In*: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades Médias: Espaços em transição**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 113-138.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: ELIAS, D; PEQUENO, R. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, p. 25-82.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2005. p. 4475-4487.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: A região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo/Denise Elias. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMBRAPA. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: 12 de fev. de 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Sistema de produção de frangos de corte**, 2020. Disponível em: <http://gg.gg/gpqcb>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Produção frangos de corte**: nutrição e alimentação, 2003. Disponível em: <http://gg.gg/oxnja/1>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Embrapa suínos e aves – mapas e infográficos**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/mapas>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica**, 2020. Disponível em:

https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/frango_de_corte/arvore/CONT000fc67gzc502wx5eo0a2ndxydqb0k14.html. Acesso em: 31 de mar. de 2020.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI. **Estrutura organizacional**, 2020. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/estrutura-organizacional/>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e Contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, p. 11-31.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018**. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 1976.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017**. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 1976.

ESPÍNDOLA, C. J. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. In: VI CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 2014, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2014, p. 1866-1882.

ESPÍNDOLA, C. J. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 53, p. 89-113. 2012.

ESPÍNDOLA, C. J. Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do Sul do Brasil, **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (85), 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-85.htm>.

ESPÍNDOLA, C. J. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

ESPÍNDOLA, C. J. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ESTADÃO. **Notícias**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,avianca-propoe-venda-de-parte-operacional,70002704243>. Acesso em: 10 de fev. de 2019.

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FLACH, L. M. **A reestruturação produtiva do capital e o trabalho**: o sistema de integração da empresa Sadia no município de Francisco Beltrão – Paraná. 2010. Dissertação (Mestrado em Produção do Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

FORNECK, E.; LUBENOW, A. M.; PANSERA, E.; GHIZZO, I. **Entre trilhas e caminhos**: a importância do tropeirismo no desenvolvimento de Chapecó, 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0054163950c3b957f8aa2>.

FRANÇA, L. R. de. **A evolução da base técnica da avicultura de corte no Brasil**: Transformações, determinantes e impactos. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2000.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, p. 5-23. 2011.

FREDERICO, S. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRIEDLAND, W. H. Globalization, the state, and the labor process. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 4, p. 30-46, 1994.

FUJITA, C. CHAPECÓ: estrutura e dinâmica de uma cidade média no Oeste Catarinense. **GeoUERJ**, ano 15, v. 1, n. 24, p.312-338. 2013.

FUJITA, C; MATIELLO, A. M; ALBA, R. S. Rede de pólo e micropolos regionais no oeste catarinense. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n 2, p. 53-79. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/850>.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Geografia do Brasil**: Grande Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, Volume IV, 1968.

GLOBOAVES. Disponível em: <https://globoaves.com.br/institucional/>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.

GOMES, I. R. **Agricultura e urbanização**: novas dinâmicas territoriais no nordeste brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Ra'ega**, Curitiba, v. 21, p. 51-77, jan./jun. 2011.

GOMES, N. F. M. Flexibilizando as fronteiras entre o campo e a cidade: aproximação dos modos de vida rurais e citadinos através dos padrões de consumo. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, v.16, n. 16, p. 81-98, jan./dez. 2016.

GOMES, S. **Nueva ruralidade?** Um aporte al debate. 2001.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2007.

GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2003, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, 2003, p. 1-25. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_alcides_goularti_filho_formacao-economica-de-santa-catarina.pdf. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002a.

GOULARTI FILHO, A. **A formação econômica de Santa Catarina**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 997-1007. 2002b.

GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado do Planejamento. Indicadores**, 2017. Disponível em: <https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/portall/>. Acesso em: 6 de fev. de 2019.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP. 1999 (2ª edição).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização conservadora**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRETZLER, C. **Chapecó (SC) para além de pólo regional, uma cidade média no oeste catarinense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HANSEN, J. J. O desenvolvimento do complexo agroindustrial do oeste catarinense e sua relação como o êxodo populacional: o caso da microrregião de São Miguel do Oeste. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 11. p. 1-20. 2014.

HARTWIG, M. **Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares:** a aparente segmentação entre rural e urbano. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HENTZ, C. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó – SC.** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

HENTZ, C; OLIVEIRA, A. R. de; BATELLA, W. Modernização agrícola, integração agroindustrial e políticas públicas de desenvolvimento rural no Oeste de Santa Catarina. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, p. 41-59. 2013.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades: 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2020.

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Relatório Anual.** Florianópolis, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Bases cartográficas.** Disponível em: <https://www.mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Biblioteca.** Disponível em: <https://www.biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449087>. Acesso em: 03 de mar. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Fotos.** Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/historico>. Acesso em: 22 de fev. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades, 2017.** Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 19 de fev. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Disponível em: <https://www.sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2019>. Acesso em: 17 de set. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://www.censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 8 de ago. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo#/S/Q>. Acesso em: 18 de jan. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agrícola 1940**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso: 14 de out. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agrícola 1950**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso: 14 de out. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agrícola 1960**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso: 14 de out. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Desafios do desenvolvimento**, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 25 de fev. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Séries históricas**. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 24 de out. de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **O que é módulo fiscal?** Disponível em: <https://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

ITO, M; GUIMARÃES, D; AMARAL, G. Impactos ambientais da suinocultura: desafios e oportunidades. **Agroindústria**, BNDES Setorial 44, p. 125-156. 2016.

KAWABATA, C. Y. Inovações tecnológicas na agroindústria da carne: estudo de caso. **Revista Acadêmica: Ciências Agrárias e Ambientais**, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 529-532. 2008.

LAGO, P. F. **Santa Catarina**: dimensões e perspectivas. Florianópolis: UFSC, 1978.

LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. *In*: VI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 1998, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires, 1998. p. 1-10.

LINS, H. N.; COLETTI, T. Globalização, agroindústria e agricultura familiar: a recente saga do Oeste catarinense em torno da suinocultura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2010, São Luiz. **Anais [...]**. São Luiz, Tec Art Editora, 2010. p. 1-25.

LINS, H. N. Mudanças econômicas e possibilidades dos territórios: observações sobre a trajetória recente do Oeste de Santa Catarina. **Revista Catarinense de Economia**, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 94-119. 2017.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.

MACHADO, P. P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MAIA, C. M.; VILELA, A. L. V.; ALBA, R. S.; OSTROWSKI, S. O movimento pendular e deslocamentos populacionais diários para Chapecó/SC no contexto de novas formas de urbanização. *In*: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2017, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul, 2017, p. 1-22.

MAIER, S. **Transport & logistic glossary**, 2009. Disponível em: <http://gg.gg/hxse8>. Acesso em: 31 de mar. de 2020.

MALHEIROS, R. C. da C.; BORGES, C.; CUNHA, C. J. C. A. A inovação tecnológica na indústria frigorífica brasileira. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA 53 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 1996, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 1996. p. 1061-1082.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. Tradução de Mariano Soares. Editora Movimento, 1978.

MARATOYA, E. E; CARVALHAES, G. C; WANDER, A. E; ALMEIDA, L. M. de M. C. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. **Revista de Política Agrícola**, ano XXII, n. 1. 2013.

MARQUES, H. L. Fase a fase. *In*: **Avicultura Industrial nº 10**. São Paulo: Gessulli, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. **The German Ideology**. New York: International, Publishesrs, 1967.

MATTEI, L. Economia Catarinense: crescimento com desigualdades regionais. *In*: V ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: APEC, 2011. v. 1. p. 1-24. Disponível em: <http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/v-encontro-de-economia-catarinense/>.

MATTEI, L. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. p. 1-14, 2006.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MCBRIDE, William; KEY, Nigel. **Economic and Structural Relationships in U.S. Hog Production**. Resource Economics Division, Economic Research Service, U.S. Department of Agriculture. Agricultural Economic Report No. 818. Fev. 2003.

MELAZZO, E. S. Marília: especialização industrial e diversificação do consumo. Trajetórias de uma cidade média. *In*: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 161-279.

MELLO, M. A. de; FILIPPI, E. E. Mudanças técnicas e poluição ambiental difusa: uma abordagem a partir da Economia Ecológica. *In*: XLV CONGRESSO DA SOBER "CONHECIMENTOS PARA AGRICULTURA DO FUTURO", 2007, Londrina. **Anais** [...]. Londrina, 2007, p. 1-18.

MERCOAGRO. Disponível em: <https://mercoagro.com.br/>. Acesso em: 18 de fev. 2021.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education. São Francisco (CA)**: Jossey-Bass, 1998.

MIOR, L. C. Agricultura Familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial. *In*: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÉRE, J. P. (Org.). **Desenvolvimento Territorial no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, 2010. p. 235-258.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIOTTO, B. T. A rede urbana de Santa Catarina no período da concentração industrial do Brasil (1930 – 1970). *In*: V ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: APEC, 2011, p. 1-24. Disponível em: <http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/v-encontro-de-economia-catarinense/>.

MONDARDO, M. L. Faces e contra-faces da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 114-137. 2008.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MOREIRA, R. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1985.

MOTTER, C. **O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do oeste catarinense**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

MUELLER, G. Relatório de Pesquisa: **O CAI de Carnes no Brasil**. Escola de Administração de Empresas em São Paulo. FGV. 1982.

O MUNDO E AS CIDADES ATRAVÉS DE GRÁFICOS E MAPAS – DEEPASK. **Produto interno bruto**, 2015. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Confira-a-participacao-dos-setores-da-economia-no-PIB---Produto-Interno-Bruto---do-seu-estado>. Acesso em: 26 de jul. de 2018.

OLIVEIRA FILHO, A. A. de; GUILARDI, L.; SCHLICKMANN, P. H. As implicações da centralidade de Chapecó no Oeste catarinense: processo histórico e desenvolvimento econômico. *In*: **CADERNOS GEOGRÁFICOS/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – nº 15, 2006, Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006.

OLIVEIRA, P. de S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. *In*: OLIVEIRA, P. S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: EdUNESP, 1998. p. 17-26.

PAIVA, N. S. V. O problema da qualificação jurídica dos contratos de integração vertical agroindustriais no direito brasileiro. **Revista Fac. Dir.** UFG, v. 33, n. 2, p. 184-198. 2009.

PATRICIO, I. S. *et al.* Overview on the performance of Brazilian broilers (1990 to 2009). **Rev. Bras. Cienc. Avic.**, Campinas, v. 14, n. 4, p. 233-238. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-635X2012000400001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de fev. de 2020.

PEQUENO, R; ELIAS, D. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 10-39. 2016.

PEREIRA, C. J. **O desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2007.

PEREIRA, T. **Chapecó vista por um forasteiro**. Chapecó: Ed. do autor, 1995.

PERTILE, N. O capital agroindustrial catarinense e o Estado. **Revista GeoTextos**, Bahia, v.7, n. 1, p. 13-30. 2011.

PERTILE, N. O estado e a formação do espaço agroindustrial Catarinense. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS – ENG – Porto Alegre, 2010. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2010, p. 1-15.

PERTILE, N. **Formação do espaço Agroindustrial em Santa Catarina**: O processo de produção de carnes no Oeste Catarinense. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PINOTTI, R. N. **Análise comparativa dos mecanismos de governança das redes agroindustriais avícolas na Macrorregião de Ribeirão Preto-SP e de Santa Catarina**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

PIVA, A. S. **Formação do sistema agroindustrial e os fluxos migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense**. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

POLÍCIA FEDERAL. **Notícias**. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/10/pf-deflagra-a-4a-fase-da-operacao-carne-fraca>. Acesso em: 26 de set. de 2019.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. *In*: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 327-346.

PREVITALLI, F. S.; SILVA J. de A.; PEREIRA, F. R. V.; PEREIRA, P. G. M.; SILVA, A. C. O.; FARIA, A. F. de. **Reestruturação produtiva e trabalho na agroindústria do etanol no Triângulo Mineiro nos anos 2000**. 2010.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural e do urbano no Brasil. *In*: **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (Org.). São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 160-176.

RADIN, J. C. Aspectos do processo de colonização no oeste catarinense. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Colonos, colônias & colonizadores**: Aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Clio, 2008. p. 99-114.

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**, Joaçaba: UNOESC, 1997. p. 172.

RECHE, D. **Leis e planos urbanos na produção da cidade**: o caso de Chapecó, SC. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RECHE, D. SUGAI, M. I. A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <https://www.ub.es/geocrit/-xcol/257.htm>.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e Contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, p. 187-204.

SÁNCHEZ, H. Á. Periurbanización y espacios rurales em la periferia de las ciudades. **Estudios Agrarios**, Revista de la Procuraduría Agraria del Gobierno Federal Mexicano. p. 93-123. 2009.

SANTA CATARINA. **Arquivo digital de mapas catarinenses**. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

SANTOS, C. D. dos. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste baiano**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, C. D. dos. **Difusão do consumo produtivo**: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN). 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. – 5. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. **Espaço e método**. – 5. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 1979.

SANTOS, M. A. dos; BECK, A. R. dos S. As condições de trabalho de imigrantes e refugiados nas agroindústrias da região Oeste de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS, São Paulo, 2016. **Anais** [...] São Paulo, 2016. p. 1-20.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BIOLCHI, M; SCHNEIDER, S. A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 27-42. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SERPA, I. M. **Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a modificação do perfil produtivo da região da região de Chapecó (1920-1980)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SERRA, E. O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 8, p. 4-22. 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Chapecó município em números**. NASCIMENTO, C. B. (Org.). Florianópolis: Sebrae/SC, 2020.

SILVA, C. A. F.; HEIDEN, F. C; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2ª ed. rev. e atual. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. p. 99.

SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico Latino-Americano. **Revista Mexicana de Sociologia**, México, v. 35, nº 2, p. 3-27. 1973.

SKRZYPCZAK, V. **Relação campo cidade: a crise do frigorífico Chapecó e a repercussão regional – o caso da linha Limeira, Xaxim (SC)**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó, Chapecó, 2004.

SOBARZO, O. Passo Fundo; cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. *In*: SPOSITO, M. E. B.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 29-98.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira [online]. **Rev. Rio de Janeiro**: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. O complexo agroindustrial. pp. 20-52. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/cjnwk/pdf/sorj-9788599662281-04.pdf>.

SORJ, B; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política da avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. *In*: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198- 224.

SOUZA, M. C. A. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. 1993. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, Campinas, 1993.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e Contribuições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010. p. 111-130.

SPOSITO, M. E. B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, v. 3, n. 5, p. 143-157. 2006.

STRIEDER, R. **Produção agrícola integrada: a emergência humana do trabalhador agrícola**. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2000.

SUDESUL. **Programa de Agroindústria: a suinocultura na região sul**. Porto Alegre, Ministério do Interior, SUDESUL, 1980. Acervo: Biblioteca da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná.

SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. O papel da educação escolar e da assistência técnica. *In*: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 216-233.

TELES, M. L. **Avaliação do progresso técnico da suinocultura do Oeste-catarinense: seus reflexos sobre os resultados econômicos 1980/1999**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TESTA, V. M.; MELLO, M. A. de; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria da Agricultura e Política Rural, 2003.

TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996. p. 247.

TORESAN, L. O desempenho da agropecuária catarinense nos últimos anos. **Agropecuária Catarinense**. Florianópolis, v. 31, n. 1. 2018.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

UNA-SUS. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 01 de abr. de 2021.

U.S Department of Agriculture, National Agricultural Statistics Service. **Census of agriculture 2017**. Disponível em: <https://www.nass.usda.gov/AgCensus/>. Acesso em: 22 de jan. de 2020.

U.S Department of Agriculture, National Agricultural Statistics Service. **Census of agriculture 2012**. Disponível em: <https://www.nass.usda.gov/AgCensus>. Acesso em: 22 de jan. de 2020.

U.S Department of Agriculture, National Agricultural Statistics Service. **Census of agriculture 2007**. Disponível em: <https://www.nass.usda.gov/AgCensus>. Acesso em: 22 de jan. de 2020.

U.S Department of Agriculture, National Agricultural Statistics Service. **Census of agriculture 2002**. Disponível em: <https://www.nass.usda.gov/AgCensus>. Acesso em: 22 de jan. de 2020.

U.S Department of Agriculture, National Agricultural Statistics Service. **Census of agriculture 1997**. Disponível em: <https://www.nass.usda.gov/AgCensus>. Acesso em: 22 de jan. de 2020.

UFFS. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. **Foreign Agricultural Service**, 2020. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>. Acesso em: 10 de mai. de 2020.

UNOCHAPECÓ. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

VALE, A. R. do; GERARDI, L. H. de O. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI, L. H. de O.; CARVALHO, P. F. (Org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: UNESP/IGCE: AGETEO, 2006. 434 p.

VIEBRANTZ, K. P. M. **A extensão rural na formação profissional dos agricultores de Itapiranga e Mondaí – SC, entre as décadas de 1960 e 1990**. 2009. Dissertação

(Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó, Chapecó, 2009.

VIEIRA, P. A.; FERREIRA, L. M. da S.; REDIVO, A. da S. A formação sócio-econômica de Santa Catarina ajuda a explicar porque o estado apresenta a menor concentração de renda do Brasil? In: V ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: APEC, 2011. v. 1. p.1-20. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20S%C3%93CIO-ECON%C3%94MICA%20DE%20SANTA%20CATARINA.pdf.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 2, abr./jun.1949.

WERLANG, A. **A colonização do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2002.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, p. 147-174. 2002.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 21, n. 64. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/275/27543071004/html/index.html>. Acesso em: 28 de fev. de 2020.

ZILLI, J.; SOUSA, D. de P.; BARROS, G. S. de C. **Produção de frango de corte: uma comparação socioeconômica dos avicultores da região Sul e da região Centro-Oeste do Brasil**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005 (Texto para discussão).

ZOLET, V. B.; SILVESTREIN, A. **Victorino B. Zolet: 50 anos fotografando Chapecó**. Chapecó: Ed. do autor, 2006.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Questionário para os integrados das agroindústrias

Questionário vinculado à Tese de Doutorado: “**Relações campo x cidade no Oeste catarinense**: da agroindústria de carnes ao consumo produtivo”.

Autora: Carla Hentz

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Localidade: _____
4. Município: _____
5. Escolaridade: () Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental completo () Médio Incompleto () Médio completo () Superior Incompleto () Superior completo () Pós-graduação.
6. Qual é o tamanho total da propriedade em hectares? () Até 5 hectares () 5 a 10 hectares () 11 a 20 hectares () acima de 20 hectares.
7. Qual é a condição do produtor: () Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Outros, qual? _____.
8. Se proprietário, como adquiriu a propriedade: () Compra () Herança () Compra e herança () Banco da Terra () Outra forma. Qual? _____.
9. Empresa integradora: () BRF () Aurora () JBS () Outra _____.
10. Integrado de: () Aves () Suínos () Perus () Leite.
11. Desde qual ano é integrado a essa empresa? _____.

12. A relação comercial entre produtor/agroindústria se estabelece por meio de:
() Contrato escrito () Contrato Verbal () Outro_____.
13. Quantidade de animais alojados? _____.
14. Qual é a metragem dos aviários/chiqueirões (m²)? _____.
15. Força de trabalho utilizada na produção integrada: () Mão-de-obra familiar
() Contratada () Temporária.
16. Quais equipamentos automáticos dispõem: () Bebedouro tipo Nipple ()
Central de aquecimento () Distribuidor automático de ração () Silo automático
() Cortina automática () Comedouro automático () Alarme () Nebulizador
() Dosador () Ventilador () Outros, quais?_____.
17. Qual é a distância em (Km) da propriedade até a agroindústria?
_____.
18. Qual é a origem da matéria-prima (Leitões/pintinhos) utilizada para a produção?
De qual cidade/município?_____.
19. Qual é a procedência (município) dos insumos (rações, medicamentos,
assistência técnica etc.)?
Ração, qual cidade/município_____.
- Assistência técnica, qual cidade/município?_____.
- Medicamentos, qual cidade/município? _____.
20. Tem autonomia no processo produtivo? () Sim. De que forma essa autonomia
é percebida? () Não. Por quê? Explicar.
21. Quais produtos/insumos/medicamentos podem ser adquiridos fora da empresa
integradora? _____.
22. Em qual(is) empresa(s) foram adquiridos os equipamentos dos
aviários/pocilgas? Qual foi o valor pago? Houve financiamento (integral ou parcial)
para a aquisição desses equipamentos? Se sim, como (PRONAF, ou outras formas)?
_____.
23. Qual é o destino principal da matéria-prima? Para qual abatedor?
_____.

24. Quais outras atividades são mantidas em paralelo com o Sistema de Integração: () Lavoura () Pecuária de leite () Outra. Qual?_____.
25. Além da renda obtida com a produção integrada, quais outras atividades ou benefícios propiciam renda monetária à família: () Trabalho fora da propriedade () Arrendamento () Aposentadoria.
26. Quanto representa em termos de salários-mínimos (ou %) as rendas obtidas com a produção integrada e as demais atividades remuneradas?
_____.
27. Contraiu financiamentos para se inserir no Sistema de Integração? () Sim () Não. Qual valor? De que tipo? _____.
28. Atualmente contrata financiamento para quitar saldos do Sistema de Integração/amortização de empréstimos? () Sim () Não. Qual valor?
_____.
29. O que busca na cidade? Itens para o consumo próprio ou para a produção aves/suínos? _____.
30. Com qual frequência vai a cidade? _____.
31. Faz parte de alguma Associação ou Cooperativa de produtores rurais? () Sim () Não. Se sim, qual? _____.
32. Abandonaria a atividade de Integração: () Sim () Não. Por quê?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de entrevistas

Questionário vinculado à Tese de Doutorado: “**Relações campo x cidade no oeste catarinense**: da agroindústria de carnes ao consumo produtivo”.

Autora: Carla Hentz

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Identificação da indústria/empresa

Nome/Razão Social: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Cargo que o entrevistado ocupa na empresa/indústria: _____

1. A empresa fornece máquinas, equipamentos e/ou ferramentas para o processo produtivo agroindustrial? () Sim () Não.

2. Se sim, quais equipamentos/máquinas/ferramentas são fornecidos:

() Insensibilizadores () Contadores de aves () Laboratórios de calibração () Sensores de temperatura () Controladores de vazão para chiller () Desossadoras () Depenadeiras () Misturadeiras () Moedores () Chamuscagem () Depilagem () Evisceração () Depilador de patas de aves () Polidoras () Embaladoras de salsicha () Cozinhadores () Tanques de escaldagem () processador de vísceras e miúdos () Desossador de suínos () Lavadoras de gaiola () Esteiras transportadoras () Rependura () Sangria () Atordoadores

de frango () Classificador de frangos () Elevador de coluna () Esterilizador de facas () Esteiras transportadoras () Lavador de ganchos () Lavador de mãos () Lavador de caixas () Lavador de luvas () Lavador de botas () Detergentes de uso geral () Detergente enzimático () Sabonetes de uso geral () Produtos para sanitização em geral () carro de massas () Serra fita industrial () Injetora de salmoura () Embalagens () Filmes () Broilers à gás e elétricos () Fogões, chapas e chairbroilers () Fornos de alta velocidade () Fornos combinados () Fornos de convecção () Paletização robótica () Paletizador cartesiano automático () Despaletizadora () Envazadora MEI () Envazadora MEG () Empacotadora seladora () Transportador aéreo () Estruturas para armazenagem e distribuição () Carbonatadores () Rotuladora () Enxaguador () Lavadoras () Transportador esteira () Máquina de embalar () Máquina de grampear () Embaladora estática () Seladora à vácuo () Plástico injetado () Potes plásticos () lacres () Bales industriais () Serra de carcaças () Cadeira ergonômica () Proteínas () Fumaças Líquidas () Reguladores de acidez () Aditivos () Corantes () Misturas proteicas () Floculados para empanados () Condimentos () Bestcode () Savema () Sitel () Equipamentos para codificação () Sistema de inspeção () Detectores () Leitores () Cartuchos, tintas e solventes () Silos () Soluções em montagens industriais () Outros, quais? _____

_____.

3. A empresa fornece máquinas, equipamentos e/ou ferramentas para os produtores rurais integrados? () Sim () Não.

4. Se sim, quais equipamentos/máquinas/ferramentas são fornecidos:

() Campânulas () Comedouros tubulares () Comedouros automáticos () Bebedouros () Silos para ração () Cortinas () carrinho cadáver () carrinho para ração () cela maternidade () Comedouro creche () Comedouro terminação () Creche () Gestação coletiva () Rampa para carregamento () Removedor de dejetos () Outros, quais? _____.

5. Desde qual ano a empresa fornece equipamentos/máquinas/ferramentas para o setor agroindustrial e/ou produtores rurais integrados?

_____.

6. Onde são fabricados os equipamentos/máquinas/ferramentas comercializados?

_____.

7. A tecnologia adotada é: () Nacional () Estrangeira

8. Desde qual ano a empresa está instalada no município? _____.

Antes dela se instalar no município, a empresa já atendia as demandas da agroindústria ou dos produtores integrados? Se sim, a partir de qual unidade e localizada em qual município/estado?

_____.

9. Quantos funcionários trabalham na unidade de Chapecó (SC)?

_____.

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de entrevistas

Setor Aves e Suínos

Questionário vinculado à Tese de Doutorado: “**Relações campo x cidade no Oeste catarinense**: da agroindústria de carnes ao consumo produtivo”.

Autora: Carla Hentz

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Identificação da unidade

Nome/Razão Social: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

E-mail: _____

Nome do entrevistado: _____

Cargo que ocupa: _____

1. Identificação da empresa

1.1 Atividade da empresa:

a) De acordo com as atividades classificadas abaixo, qual item caracteriza a planta na localidade:

() Abate e comercialização de cortes inteiros e miúdos

() Abate, desossa, comercialização de cortes resfriados com osso e cortes desossados

() Abate, fabricação de produtos industrializados, cozidos, curados, empanados e fatiados.

b) Números de unidades produtivas:

na localidade _____ no estado _____ no país _____.

c) Número de unidades produtivas destinadas ao mercado Muçulmano _____.

d) Número de escritórios:

na localidade _____ no estado _____ no país _____.

e) Número de Centros de distribuição - CD:

na localidade _____ no estado _____ no país _____.

f) **AVES** - Capacidade de abates/diário/mês/ano:

no estado _____ no país _____.

g) **SUÍNOS** - Capacidade de abates/diário/mês/ano:

no estado _____ no país _____.

h) Número total de funcionários:

na planta _____ no estado _____ no país _____.

i) Tempo de atuação da empresa no ramo: _____.

j) **AVES** - Número de produtores integrados:

na localidade _____ no estado _____. (Há unidades em outros estados? Se sim, qual o número de produtores integrados?) _____.

l) **SUÍNOS** - Número de produtores integrados:

na localidade _____ no estado _____. (Há unidades em outros estados? Se sim, qual o número de produtores integrados?) _____.

2. Produção

2.1 Produção de nutrição:

a) A produção de nutrição é terceirizada ou própria?

b) Localização das unidades produtivas de nutrição?

- c) Se terceirizadas, qual (is) empresa (s)? localização?
- d) Capacidade de produção das unidades?
- e) Qual é a origem dos insumos (soja, milho, óleos e núcleos)?
- f) Qual é a quantidade de insumos adquirida para o período de um (1) ano?
- g) Armazenamento:
- h) Número de funcionários?

2.2 Transporte da nutrição:

- a) Frota de veículos é terceirizada ou própria?
- b) Se terceirizada, qual (is) empresa (s)?
- c) Frota de veículos em números: Própria_____ Terceirizada_____.
- d) A entrega da nutrição é feita a partir da unidade mais próxima ou de um centro de distribuição (CD)?
- e) Número de funcionários?

2.3 Transporte dos animais:

- a) Frota de veículos terceirizada ou própria?
- b) Se terceirizada, qual (is) empresa (s)?
- c) Frota de veículos em números: Aves () Suínos ()
- d) Número de funcionários?

2.4 Medicamentos:

- a) Qual é a origem dos medicamentos?
- b) Empresas fornecedoras de medicamentos:
- c) Qual (is) o(s) principal (is) medicamentos utilizados?

2.5 Genética animal:

Aves:

- a) A empresa possui autonomia no desenvolvimento interno de linhagens?

- b) Quais empresas fornecem às avós?
- c) Localização das empresas:
- d) Quais empresas trabalham no cruzamento e melhoramento genético?
- e) Como é feita a compra das matrizes?
- f) Localização das unidades de recria:
- g) Produção de ovos:
- h) Localização e número de incubatórios:

Suínos:

- a) A empresa possui autonomia no desenvolvimento interno de linhagens?
- b) Qual é a origem do material genético?
- c) Reprodutores:
- d) Matrizes:
- e) Quais empresas trabalham no cruzamento e melhoramento genético?
- f) Localização das empresas:
- g) Localização das Unidades Produtoras de Leitões - UPLs:
- h) Número de UPLs?
- i) Capacidade de produção das UPLs?

3. Distribuição

- a) A estrutura de distribuição é terceirizada ou própria?
- b) Frota de veículos em números: Própria _____ Terceirizada _____.
- c) Número de empregados?
- d) Qual é o principal porto de destino da produção?

APÊNDICE D

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.120.155/0001-18 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/02/2017
NOME EMPRESARIAL SILMAC MONTAGENS INDUSTRIAIS EIRELI				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SILMAC				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 33.14-7-19 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári				
LOGRADOURO R CAMPOS NOVOS		NÚMERO 150	COMPLEMENTO LETRA D	
CEP 89.804-510	BAIRRO/DISTRITO ALVORADA	MUNICÍPIO CHAPECO		UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (49) 3323-9957		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/02/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	